

REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DIRETA

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE CEDENTE			
Nome da Pessoa Jurídica:		GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	
CNPJ:	04.484.313/0001-13	CEP da sede:	87780-000
Endereço da sede:	Rua Barão do Rio Branco nº 358, Centro, Paraíso do Norte/PR		
E-mail de contato:	gabrielfm101.5@hotmail.com		
Serviço executado:	(X) Radiodifusão sonora	(X) em frequência modulada	
		() em ondas curtas	
		() em ondas médias	
		() em ondas tropicais	
	() Radiodifusão de sons e imagens		
Localidade de execução do serviço:	Irineópolis	UF:	SC

Eu, **Antônio João Furquim Pereira**, inscrito no CPF sob o nº **546.376.009-87**, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, e com fundamento na alínea "c" do art. 38 da Lei nº 4.117/62 (alterada pela lei nº 13.424, de 28 de março de 2017), venho solicitar autorização deste Ministério para realizar a **TRANSFERÊNCIA DIRETA** da permissão relativa ao serviço, localidade e estado acima descritos, à pessoa jurídica cessionária abaixo identificada, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO 1 e o formulário constante do ANEXO 2.

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE CESSIONÁRIA			
Nome da Pessoa Jurídica:		RÁDIO NIRVANA FM LTDA.	
CNPJ:	11.572.391/0001-35	CEP da sede:	89440-000
Endereço da sede:	Av. 22 de Julho nº 742, 1º andar, Centro – Irineópolis/SC		
E-mail de contato:	gabrielfm101.5@hotmail.com		

Requerimento de Transferência Direta - pág. 1

Janice Maria Bison

[Assinatura]



DECLARAÇÕES

Com vistas à autorização para efetivar a operação solicitada, DECLARO, para os devidos fins, que:

- (a) a Cessionária não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço, na localidade objeto da permissão e que, caso venha a ser contemplada com a outorga, não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- (b) nenhum dos sócios ou dirigentes da Cessionária, participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- (c) nenhum dos dirigentes da Cessionária está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (d) inexistente na Cessionária, parcela superior a trinta por cento do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente, ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos do § 1º do art. 5º da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011;
- (e) a Cessionária possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- (f) a Cessionária não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.
- (g) a Cessionária cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- (h) a Cessionária não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- (i) a Cessionária autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira; e
- (j) nenhum dos sócios ou dirigentes da Cessionária foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.


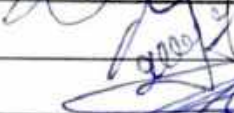
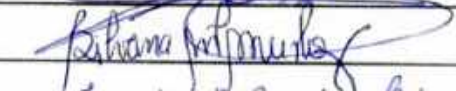
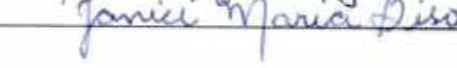

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.


Janice Maria Bison

Requerimento de Transferência Direta - pág. 2



De acordo.

ASSINATURA DE TODOS OS SÓCIOS E DIRETORES (CEDENTE E CESSIONÁRIA)	
NOME	ASSINATURA
Glauco Tollendal de Barros (Cedente)	
Antônio João Furquim Pereira (Cedente)	
João Eduardo de Nadal (Cessionária)	
Silvana Maria Pykosc Munhoz (Cessionária)	
Janice Maria Bison (Cessionária)	

ANEXO 1

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS	
RELATIVOS À CEDENTE	<ul style="list-style-type: none">(a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;(b) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da empresa(c) Prova de inscrição no CNPJ;(d) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes, estadual ou municipal se houver, relativo à sede da entidade;(e) Prova de regularidade relativa à <u>Seguridade Social</u> e ao FGTS;(f) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cedente, na forma da lei;(g) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do FISTEL;(h) Prova de inexistência de débitos Trabalhistas;(i) Certidão emitida pela Junta Comercial (ou Órgão de registro equivalente) do Estado onde está situada a sede da Interessada, em que conste o histórico detalhado de todos os atos arquivados.

Requerimento de Transferência Direta - pág. 3



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

RELATIVOS À CESSIONÁRIA	<p>(a) Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão, e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;</p> <p>(b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;</p> <p>(c) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial válida, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;</p> <p>(d) Prova de inscrição no CNPJ;</p> <p>(e) Prova de inscrição no cadastro de contribuinte estadual ou municipal, se houver, relativo à sede da entidade;</p> <p>(f) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS;</p> <p>(g) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cessionária, na forma da lei;</p> <p>(h) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do FISTEL;</p> <p>(i) Prova de inexistência de débitos Trabalhistas;</p> <p>(j) Certidão emitida pela Junta Comercial (ou Órgão de registro equivalente) do Estado onde está situada a sede da Interessada, em que conste o histórico detalhado de todos os atos arquivados.</p>
RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRETORES DA CESSIONÁRIA	<p>(a) Prova de condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos, mediante a apresentação de certidão de nascimento ou casamento, certidão de reservista, carteira profissional ou de identidade, certificado de naturalização expedido há mais de dez anos, carteira profissional, carteira de trabalho e previdência social, e passaporte;</p> <p>(b) Prova de cumprimento das obrigações eleitorais, mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral;</p>




ANEXO 2

QUADRO SOCIETÁRIO DA ENTIDADE CEDENTE		
NOME	COTAS	VALOR
Glauco Tollendal de Barros	19.000	19.000,00
Antônio João Furquim Pereira	1.000	1.000,00

QUADRO DIRETIVO DA ENTIDADE CEDENTE		
NOME	CARGO	CPF
Antônio João Furquim Pereira	Sócio Administrador	546.376.009-87

QUADRO SOCIETÁRIO DA ENTIDADE CESSIONÁRIA		
NOME	COTAS/AÇÕES	VALOR
João Eduardo de Nadal	80.000	80.000,00
Silvana Maria Pykosc Munhoz	80.000	80.000,00
Janice Maria Bison	40.000	40.000,00

QUADRO DIRETIVO DA ENTIDADE CESSIONÁRIA		
NOME	CARGO	CPF
Janice Maria Bison	Sócia Administradora	722.249.839-72


Janice Maria Bison



BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2019 a 31/12/2019

CNPJ: 04.484.313/0001-13

Número de Ordem do Livro: 9

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R\$ 7.619,94	R\$ 4.555,75
ATIVO CIRCULANTE		R\$ 1.015,86	R\$ 619,63
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		R\$ 1.015,86	R\$ 619,63
CAIXA		R\$ 1.015,86	R\$ 619,63
CAIXA GERAL		R\$ 1.015,86	R\$ 619,63
ATIVO NAO CIRCULANTE		R\$ 6.604,08	R\$ 3.936,12
ATIVO NAO CIRCULANTE		R\$ 6.604,08	R\$ 3.936,12
IMOBILIZADO OPERACIONAL		R\$ 13.340,00	R\$ 13.340,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		R\$ 13.340,00	R\$ 13.340,00
(-) (-) DEPRECIACÃO		R\$ (6.735,92)	R\$ (9.403,88)
(-) (-) DEPRECIACÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		R\$ (6.735,92)	R\$ (9.403,88)
PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO		R\$ 7.619,94	R\$ 4.555,75
PASSIVO CIRCULANTE		R\$ 139.206,93	R\$ 121.608,13
OBRIGACOES		R\$ 139.206,93	R\$ 121.608,13
OBRIGACOES TRIBUTARIAS		R\$ 471,54	R\$ 2.198,54
SIMPLES NACIONAL A RECOLHER		R\$ 471,54	R\$ 2.198,54
OBRIGACOES PREVIDENCIARIAS / TRABALHISTAS		R\$ 2.623,55	R\$ 2.850,09
INSS A RECOLHER		R\$ 1.686,68	R\$ 2.081,65
FGTS A RECOLHER		R\$ 936,87	R\$ 768,44
OBRIGAÇÕES COM PESSOAL		R\$ 136.111,84	R\$ 116.559,50
SALARIOS E ORDENADOS A PAGAR		R\$ 128.037,12	R\$ 102.130,17
FERIAS A PAGAR		R\$ 8.074,72	R\$ 14.429,33
(-) PATRIMONIO LIQUIDO		R\$ (131.586,99)	R\$ (117.052,38)
CAPITAL SOCIAL		R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00
CAPITAL SUBSCRITO		R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00
CAPITAL SOCIAL		R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00
(-) RESERVA DE LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS		R\$ (151.586,99)	R\$ (137.052,38)
(-) RESERVA DE LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS		R\$ (151.586,99)	R\$ (137.052,38)
RESERVA DE LUCROS		R\$ 12.352,83	R\$ 26.887,44
(-) PREJUIZO ACUMULADO		R\$ (163.939,82)	R\$ (163.939,82)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 38.CE.4A.8E.2E.44.C2.E2.F3.70.7F.78.A4.0D.5E.6A.A9.82.FE.34-7, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

v



3 do Visualizador

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Página 1 de 1

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS



Entidade: GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2019 a 31/12/2019

CNP 04.484.313/0001-13

Número de Ordem do Livro: 9

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019

Histórico	Código de Aglutinação das Contas de Patrimônio Líquido	
	RESERVA DE LUCROS (R\$)	
Saldo Anterior de Lucros Acumulados		12.352,83
Ajustes Credores de Períodos-base Anteriores		0,00
Reversão de Reservas		0,00
Outros Recursos		0,00
Lucro Líquido do Ano		14.534,61
(-) Saldo Anterior de Prejuízo Acumulados		(-)163.939,82
(-) Ajustes Devedores de Períodos-base Anteriores		0,00
(-) Prejuízo Líquido do Ano		0,00
TOTAL		(-)137.052,38
Transferências para Reservas		0,00
Dividendos ou Lucros Distribuídos, Pagos ou Creditados		0,00
Dividendos ou Lucros Distribuídos, Pagos ou Creditados		0,00
Parcela dos Lucros Incorporados ao Capital		0,00
Outras Destinações		0,00
Outras Destinações		0,00
TOTAL		0,00
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		(-)137.052,38
Notas		



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2019 a 31/12/2019

CNPJ: 04.484.313/0001-13

Número de Ordem do Livro: 9

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
Receita Operacional		R\$ 75.635,46	R\$ 137.318,32
SERVIÇO PRESTAÇÃO DE		R\$ 75.635,46	R\$ 137.318,32
(-) Deducoes		R\$ (4.538,10)	R\$ (8.239,03)
NACIONAL (-) SIMPLES		R\$ (4.538,10)	R\$ (8.239,03)
Receita Líquida		R\$ 71.097,36	R\$ 129.079,29
(-) Custos dos Serviços		R\$ (106.812,51)	R\$ (91.071,70)
Prestados (-) SALARIOS E		R\$ (81.853,22)	R\$ (69.428,71)
ORDENADOS (-) FGTS		R\$ (7.775,40)	R\$ (5.179,33)
(-) FERIAS		R\$ (9.732,05)	R\$ (10.410,16)
(-) 13º SALARIO		R\$ (7.451,84)	R\$ (6.053,50)
Lucro Bruto		R\$ (35.715,15)	R\$ 38.007,59
(-) Despesas		R\$ (7.269,15)	R\$ (23.472,98)
Administrativas (-) DESPESAS DE		R\$ (527,53)	R\$ (1.982,40)
TELEFONE (-) ENERGIA		R\$ (6.616,56)	R\$ (17.414,96)
ELETRICA (-) DESPESA COM		R\$ (112,06)	R\$ (1.349,16)
AGUA (-) DESPESA COM		R\$ (13,00)	R\$ (58,50)
CARTÓRIO (-) DEPRECIAÇÃO		R\$ (0,00)	R\$ (2.667,96)
DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS			
Resultado operacional líquido		R\$ (42.984,30)	R\$ 14.534,61
Resultado Antes do IR		R\$ (42.984,30)	R\$ 14.534,61
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		R\$ (42.984,30)	R\$ 14.534,61

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 38.CE.4A.8E.2E.44.C2.E2.F3.70.7F.78.A4.0D.5E.6A.A9.82.FE.34-7, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este documento foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Visto pelo Visualizador Autenticado automaticamente, após conferência com original.



<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 41207897429	CNPJ 04.484.313/0001-13	
NOME EMPRESARIAL GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/01/2019 a 31/12/2019
NATUREZA DO LIVRO LIVRO DIÁRIO	NÚMERO DO LIVRO 9
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 38.CE.4A.8E.2E.44.C2.E2.F3.70.7F.78.A4.0D.5E.6A.A9.82.FE.34	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
contador	02647115990	EDILSON JESUS CALEGARI:02647115990	406537061540215061 8	13/09/2019 a 12/09/2020	Não
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	04484313000113	GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA:04484313000113	753772372761305105 9	28/02/2020 a 28/02/2021	Sim

NÚMERO DO RECIBO:

38.CE.4A.8E.2E.44.C2.E2.F3.70.7F.78.
A4.0D.5E.6A.A9.82.FE.34-7

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 25/06/2020 às 14:47:13

8D.64.2C.A4.F5.26.6E.59
E6.9A.B9.DA.0E.4E.6B.53

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.



..: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei nº 1247/2014.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade: GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2019 a 31/12/2019

CNPJ: 04.484.313/0001-13

Número de Ordem do Livro: 9

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA
NIRE	41207897429
CNPJ	04.484.313/0001-13
Número de Ordem	9
Natureza do Livro	LIVRO DIÁRIO
Município	PARAISO DO NORTE
Data do arquivamento dos atos constitutivos	13/05/2014
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2019
Quantidade total de linhas do arquivo digital	1659

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA
Natureza do Livro	LIVRO DIÁRIO
Número de ordem	9
Quantidade total de linhas do arquivo digital	1659
Data de início	01/01/2019
Data de término	31/12/2019

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 38.CE.4A.8E.2E.44.C2.E2.F3.70.7F.78.A4.0D.5E.6A.A9.82.FE.34-7, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este documento foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

3 do Visualizador Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>



Certificado digitalmente por:
MARIANNA SATIE KUME
CHRISTIANO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Secretaria do Ofício Distribuidor e Anexos de PARAÍSO DO NORTE

Certidão Negativa de Falência e Afins

Certifico que revendo os livros, sistemas e arquivos de distribuição CIVEL (FALÊNCIA, INSOLVÊNCIA CIVIL, CONCORDATA e RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL) desta Secretaria, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum procedimento em andamento contra:

GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA
CPF/CNPJ: 04.484.313/0001-13

no período compreendido entre a presente data e os últimos 05 (cinco) anos que a antecedem (ou desde a data da instalação da comarca).

PARAÍSO DO NORTE, 7 de Agosto de 2020

MARIANNA SATIE KUME CHRISTIANO
Distribuidor

Código Validador TJPR: CACA.8673.21CCAGE.12.



Documento assinado digitalmente, conforme MP n.º 2.200-2/2001, Lei n.º 11.419/2006 e Resolução n.º 09/2008, do TJPR/OE





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 04.484.313/0001-13 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 05/06/2001
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) MULEKA COMUNICACOES	PORTE ME
--	--------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 59.11-1-99 - Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente 60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta 61.20-5-01 - Telefonia móvel celular 61.41-8-00 - Operadoras de televisão por assinatura por cabo 62.03-1-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis 63.91-7-00 - Agências de notícias 63.99-2-00 - Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente 66.30-4-00 - Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica 73.19-0-02 - Promoção de vendas 73.20-3-00 - Pesquisas de mercado e de opinião pública 74.20-0-04 - Filmagem de festas e eventos 74.90-1-05 - Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas 74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente 77.39-0-03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas 82.30-0-02 - Casas de festas e eventos 88.00-6-00 - Serviços de assistência social sem alojamento 91.02-3-01 - Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares 93.19-1-01 - Produção e promoção de eventos esportivos

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO R BARAO DO RIO BRANCO	NÚMERO 358	COMPLEMENTO CASA
--	----------------------	----------------------------

CEP 87.780-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO PARAISO DO NORTE	UF PR
--------------------------	----------------------------------	--------------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO FURQUIM38@GMAIL.COM	TELEFONE (44) 3431-3027
---	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 20/08/2005
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **19/05/2020** às **22:26:02** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO NORTE

Pág 1 / 1

Gerenciamento do Sistema

Econômico

Bloco Igual Seleccione o Bloco / Item Igual Seleccione o Item / Item da Lista Igual Seleccione / Sim/Não Igual Seleccione... / Item da Lista Igual Seleccione... / Filtros Igual Seleccione o Filtro / Endereço Igual Endereço Principal / Endereço Igual Domicílio Fiscal / Número Atividade Igual Seleccione... / Simei: Todos / Situação: 1 - Ativo / Contribuinte - Tipo Pessoa: Todos / Optante do Simples Nacional: Todos / Possui Anexo?: ...

Cadastro	Contribuinte - Código	Contribuinte - Nome Razão	Contribuinte - Cpf/ Cnpj	Situação	Domicílio Fiscal - Logradouro - Código	Domicílio Fiscal - Logradouro - Tipo	Domicílio Fiscal - Logradouro - Descrição	Domicílio Fiscal - Bairro - Código	Domicílio Fiscal - Bairro - Descrição	Domicílio Fiscal - Número
1250	90271	GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA - ME.	04.484.313/0001-13	Ativo	5	Rua	BARÃO DO RIO BRANCO	44	EXPANSAO PERIMETRO URBANO	0000000358

Total de Registros: 1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13> Identificador: CON34014-585-XXFGJLM-330175199 - Emitido por: TATIANE INES KLAUCK

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO NORTE
DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
Av. Tapejara, nº. 88 Centro - CEP: 87.780-000 - fone (44) 3431-1132

ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

29/2020

C.M.C. Nº 1250

NOME EMPRESARIAL: GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA - ME.		CPF/CNPJ: 04.484.313/0001-13
NOME DE FANTASIA: MULEKA COMUNICAÇÕES		
CONSTITUIÇÃO: Sociedade Empresária Limitada		
ENDEREÇO: Rua BARÃO DO RIO BRANCO		NÚMERO: 358
COMPLEMENTO:		
BAIRRO: EXPANSAO PERIMETRO URBANO	CEP: 87.780-000	ÁREA UTILIZADA: 126,41
ATIVIDADE: 0073.1/90.02 - PROMOÇÃO DE VENDAS 0059.1/11.99 - ATIVIDADES DE PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA, DE VÍDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE 0060.2/17.00 - ATIVIDADES DE TELEVISÃO ABERTA 0061.4/18.00 - OPERADORAS DE TELEVISÃO POR ASSINATURA POR CABO 0062.0/31.00 - DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR NÃO-CUSTOMIZÁVEIS 0063.9/17.00 - AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS 0063.9/92.00 - OUTRAS ATIVIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE 0066.3/04.00 - ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS POR CONTRATO OU COMISSÃO 0070.2/04.00 - ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA TÉCNICA ESPECÍFICA 0073.2/03.00 - PESQUISAS DE MERCADO E DE OPINIÃO PÚBLICA 0074.2/00.04 - FILMAGEM DE FESTAS E EVENTOS 0074.9/01.05 - AGENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS PARA ATIVIDADES ESPORTIVAS, CULTURAIS E ARTÍSTICAS 0074.9/01.99 - OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE 0077.3/90.03 - ALUGUEL DE PALCOS, COBERTURAS E OUTRAS ESTRUTURAS DE USO TEMPORÁRIO, EXCETO ANDAIMES 0082.3/00.01 - SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS 0082.3/00.02 - CASAS DE FESTAS E EVENTOS 0088.0/06.00 - SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEM ALOJAMENTO 0091.0/23.01 - ATIVIDADES DE MUSEUS E DE EXPLORAÇÃO DE LUGARES E PRÉDIOS HISTÓRICOS E ATRAÇÕES SIMILARES 0093.1/91.01 - PRODUÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS 0060.1/01.00 - ATIVIDADES DE RÁDIO 0061.2/05.01 - TELEFONIA MÓVEL CELULAR		
RESTRIÇÕES:		
INÍCIO DAS ATIVIDADES: 16/07/2014		PROTOCOLO:
OBSERVAÇÕES: CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS - CLCB 3.9.01.19.0000978735-33, VÁLIDO ATÉ 06 DE MAIO DE 2020.		

EM CASO DE ENCERRAMENTO, PARALISAÇÃO, MUDANÇA DE ENDEREÇO, DE RAMO, DE ATIVIDADES OU QUALQUER OUTRA ALTERAÇÃO, PROCURAR COM URGÊNCIA A DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, PARA AS PROVIDÊNCIAS LEGAIS CABÍVEIS, EVITANDO EM CONSEQUÊNCIA PROBLEMAS FUTUROS. CONFORME LEI 29/2001, O ALVARÁ DEVERÁ SER COLOCADO EM UM LUGAR VISÍVEL E DE FÁCIL ACESSO À FISCALIZAÇÃO.

Paraíso do Norte, segunda-feira, 27/01/2020



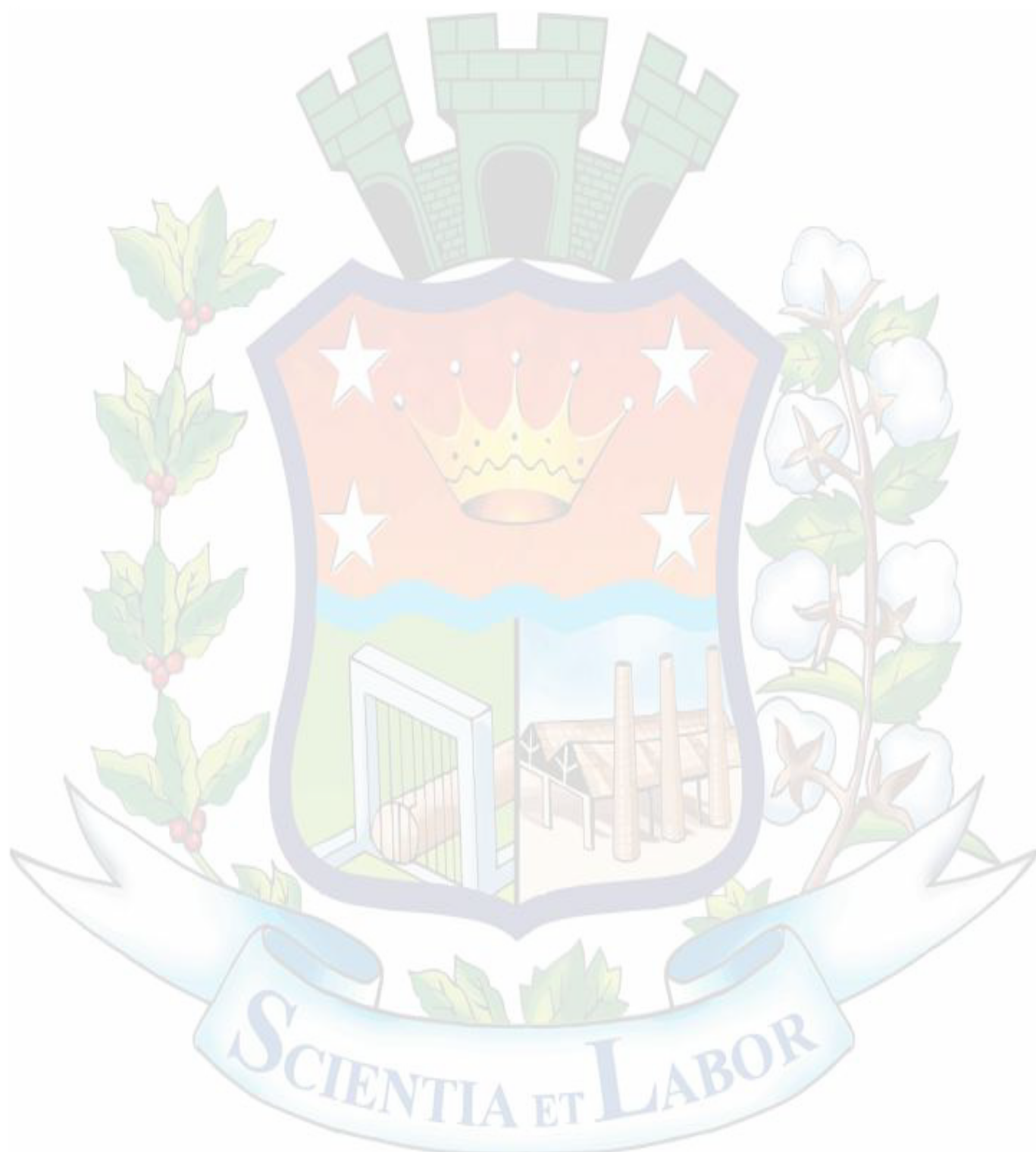
validade: 31/12/2020

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

A autenticidade deste comprovante poderá ser verificada no endereço <https://paraisodonorte.atende.net> com o código de autenticidade N° **WIS031201-585-WWNIJH-317843785** GERADO POR: TATIANE INES KLAUCK IMPRESSO POR: TATIANE INES KLAUCK segunda-feira, 27 de janeiro de 2020



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA
CNPJ: 04.484.313/0001-13

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 23:13:23 do dia 09/08/2020 <hora e data de Brasília>.
Válida até 05/02/2021.

Código de controle da certidão: **D535.D8A0.58FA.3A57**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 04.484.313/0001-13

Razão Social: GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA

Endereço: RUA BARAO DO RIO BRANCO 358 CASA / CENTRO / PARAISO DO NORTE / PR / 87780-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 08/08/2020 a 06/09/2020

Certificação Número: 2020080801095357703607

Informação obtida em 09/08/2020 23:22:33

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/listaEmpregadores.jsf

<https://mforeg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 021937856-57

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **04.484.313/0001-13**

Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 16/09/2020 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA

CNPJ: 04.484.313/0001-13

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 17:18:49 do dia 06/08/2020 (hora e data de Brasília).

Válida até 05/09/2020.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 04.484.313/0001-13

Certidão nº: 11435849/2020

Expedição: 19/05/2020, às 23:24:01

Validade: 14/11/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **04.484.313/0001-13**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



CERTIDÃO ESPECÍFICA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados
nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Certificamos que GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA encontra-se registrada nesta Junta Comercial, como segue:		Protocolo: PRC2002683420	
NIRE 41207897429 CNPJ 04.484.313/0001-13		Situação ATIVA Status SEM STATUS	
Endereço Completo BARAO DO RIO BRANCO, Nº 358, xxxxx, CENTRO - Paraíso do Norte/PR - CEP 87780-000			
Arquivamentos Posteriores			
Ato	Número	Data	Descrição
002	20195747437	17/09/2019	CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO
002	20195747437	17/09/2019	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
206	20194574350	09/09/2019	PROCURACAO
002	20194101150	09/09/2019	CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO
002	20194101150	09/09/2019	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
002	20177292083	28/11/2017	RERRATIFICAÇÃO
002	20173878539	24/08/2017	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
206	20144082438	09/07/2014	PROCURACAO
002	41207897429	09/07/2014	INSCRICAO DE TRANSFERENCIA DE SEDE DE OUTRA UF

Esta certidão foi emitida automaticamente em 18/06/2020, às 13:51:19 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.empresafacil.pr.gov.br>, com o código APVDAHMG.



PRC2002683420



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
Secretário(a) Geral



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>



CONTRATO SOCIAL

ALEXANDRE BONA, brasileiro, solteiro, nascido em 05 de setembro de 1978, em Palmitos/SC, locutor, residente e domiciliado em Caibi/SC, na Av. Progresso nº 638, Centro, CEP 89.888-000, CPF/MF nº 024.099.619-40 e C.I. nº 3.539.578, expedida pela SSP/SC; e

JOÃO EDUARDO DE NADAL, brasileiro, solteiro, nascido em 21 de janeiro de 1983 em Chapecó/SC, advogado, residente e domiciliado em Caibi/SC, na Rua São Domingos nº 510, Centro, CEP 89.888-000, CPF/MF nº 008.931.639-88, C.I. nº 3.544.795- e CNH nº 01762448813, expedida pelo Detran/SC, resolvem constituir uma sociedade sob o tipo jurídico de empresária limitada nas seguintes cláusulas e condições:

NOME EMPRESARIAL

CLÁUSULA 01 - A sociedade girará sob o nome empresarial de **RÁDIO NIRVANA FM LTDA.**

SEDE

CLÁUSULA 02 - A sede da sociedade será na cidade de Caibi/SC, na Rua Machado de Assis, nº 680, Bairro Centro, CEP 89.888-000.

OBJETO

CLÁUSULA 03 - A sociedade terá por objeto social a execução de serviço de radiodifusão em qualquer de suas modalidades.

DURAÇÃO

CLÁUSULA 04 - A sociedade iniciará suas atividades somente após receber outorga de concessão do poder concedente e durará por tempo indeterminado.

CAPITAL

CLÁUSULA 05 - O capital social é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), totalmente subscrito e integralizado, neste ato, em moeda corrente nacional, dividido em 200.000 (duzentas mil) quotas unitárias de R\$ 1,00 (um real), assim distribuído entre os sócios:

	Nome do Sócio	Nº Quotas	R\$	%
01	João Eduardo de Nadal	160.000	160.000,00	80
02	Alexandre Bona	40.000	40.000,00	20
	TOTAL	200.000	200.000,00	100

RESPONSABILIDADE

CLÁUSULA 06 - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.





ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA 07 - A sociedade será administrada por um ou mais administradores, sócios ou não-sócios, nomeados no contrato ou em instrumento separado, com prazo de gestão indeterminado, cabendo-lhe(s) a gestão de todos os negócios sociais e comerciais, ficando dispensado(s) da prestação de caução.

§ 1º. A administração da sociedade será exercida pelo sócio **Alexandre Bona**.

§ 2º. O Administrador atuará individualmente, com os mais amplos e gerais poderes de administração e de representação da sociedade, judicial e extrajudicialmente, vedada em seu nome, à prática de atos de favor, avais, fianças, abonos e atos estranhos ao objeto social, salvo deliberação unânime dos sócios.

§ 3º. O Administrador terá direito a uma remuneração mensal, a título de *pro labore*, estabelecido de comum acordo entre os sócios, observado o estado econômico e a disponibilidade financeira da sociedade.

EXERCÍCIO SOCIAL

CLÁUSULA 08 - O exercício social coincidirá com o ano civil e, ao seu término, será realizado o balanço patrimonial e demais demonstrações de lei. O resultado apurado será dividido entre os sócios ou seus sucessores, proporcionalmente às suas quotas, salvo outro ajuste que realizarem na ocasião.

DELIBERAÇÃO DOS SÓCIOS

CLÁUSULA 09 - As deliberações dos sócios, quando não havidas por escrito, serão tomadas em Reunião dos Sócios, devendo ser observado:

- a) os sócios serão convocados mediante carta contra-recibo, com antecedência de oito dias, contendo a hora, data, local da Reunião e sua ordem do dia; na Reunião poderão comparecer todos os sócios por si ou representados por outro sócio ou por advogado munido de instrumento de mandato, com poderes bastantes;
- b) a Reunião será dirigida por um dos Administradores;
- c) a Ata da Reunião será lavrada em folhas soltas, encaminhando-se para averbação no registro próprio aquelas que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros;

Parágrafo Único – Fica estabelecido que, quando a maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderão excluí-lo(s) da sociedade, por justa causa, mediante alteração do presente contrato social.

DA RETIRADA DE SÓCIO

CLÁUSULA 10 - O sócio que desejar se retirar da sociedade deverá comunicar tal desejo aos demais através de carta, a qual será entregue com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data do evento, recebendo seus haveres mediante balanço especialmente levantado, devendo este ser apurado com base na data de vencimento do prazo concedido no aviso à sociedade.

§ 1º. O sócio retirante receberá seus haveres em até 24 (vinte e quatro) prestações mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira 30 (trinta) dias após a data da efetiva apuração dos haveres.



§ 2º. A forma de apuração e pagamento de haveres previsto no parágrafo anterior também será utilizada em caso de dissolução parcial da sociedade, exclusão, recesso, falência, concordata e/ou insolvência, de qualquer dos sócios, devendo ser apurado os haveres com base na data do evento.

RADIODIFUSÃO NA FAIXA DE FRONTEIRA

- CLÁUSULA 11 -** Para o atendimento da legislação relativamente à exploração de serviços de radiodifusão na Faixa de Fronteira, fica estabelecido que:
- a) o capital social, pertencerá a: ~~personas físicas ou jurídicas~~ **brasileiras** até o limite exigido pelo Art. 222 da Constituição Federal;
 - b) o quadro do pessoal será sempre constituído, ao menos, de 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros;
 - c) A responsabilidade editorial, as atividades de seleção e direção da programação veiculada e a orientação intelectual e administrativa da sociedade são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;
 - d) as quotas representativas do capital social, na forma da lei em vigor, não serão inalienáveis e incaucionáveis a estrangeiros ou a pessoas jurídicas em excesso ao que a lei determinar; e
 - e) a empresa não poderá efetuar alteração do presente instrumento sem prévia autorização dos órgãos competentes, quando assim for exigido pela lei.

DISSOLUÇÃO

- CLÁUSULA 12 -** A sociedade se dissolve na ocorrência das hipóteses previstas em lei.
- § 1º. A morte, retirada, exclusão ou falência de um sócio não dissolve a sociedade, ficando assegurado aos herdeiros ou sucessores, quando for o caso, o ingresso na sociedade, desde que seja do interesse dos demais sócios e observada a anuência prévia dos poderes concedentes.
- § 2º. Se os herdeiros ou sucessores não desejarem continuar na sociedade, seus haveres serão apurados em balanço levantado especialmente para este fim, e serão pagos em vinte e quatro (24) prestações mensais iguais e sucessivas, sem juros, a quem estiverem judicialmente autorizados.

CESSÃO DE QUOTAS

- CLÁUSULA 13-** É livre a cessão de quotas entre os sócios; a cessão a terceiros dependerá da anuência dos outros sócios.

FORO

- CLÁUSULA 14 -** Os sócios elegem o Foro de Palmitos-SC, por mais privilegiado que outro seja para a resolução das questões emergentes deste contrato.

CASOS OMISSOS

- CLÁUSULA 15 -** Os casos omissos serão resolvidos pela legislação vigente.

DECLARAÇÃO - O sócio administrador declara, sob as penas da Lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o

contra a economia popular, contra o

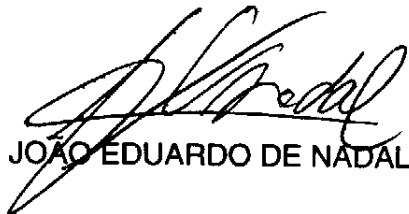


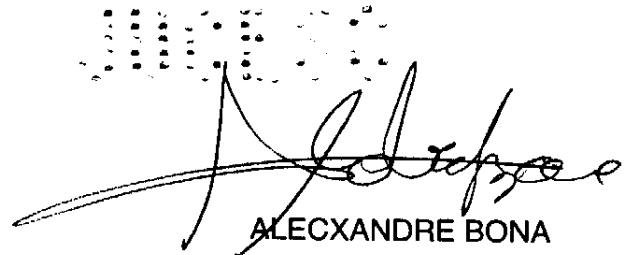


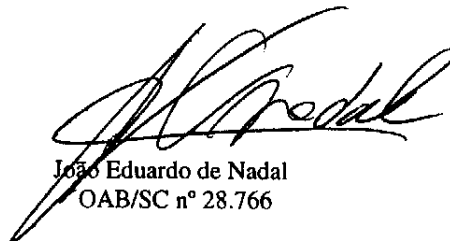
sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

E, por estarem justos e contratados, assinam este instrumento, em 10 (dez) vias as quais serão registradas na Junta Comercial de Santa Catarina para que produza seus jurídicos efeitos legais.

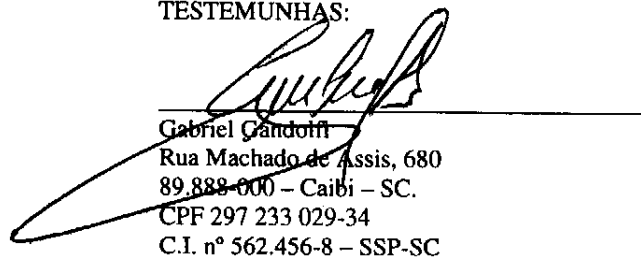
Caibi/SC, 12 de fevereiro de 2010.

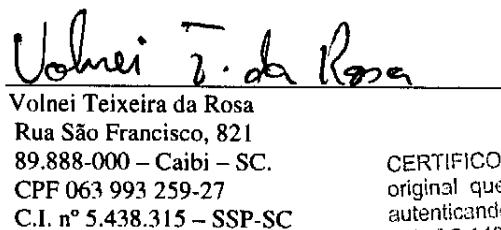

JOÃO EDUARDO DE NADAL


ALEXANDRE BONA


João Eduardo de Nadal
OAB/SC nº 28.766

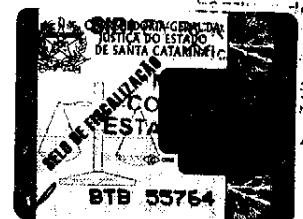
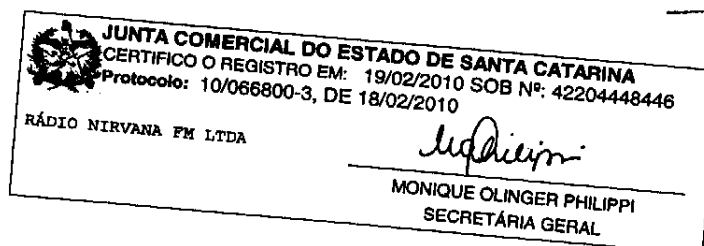
TESTEMUNHAS:


Gabriel Gandoiff
Rua Machado de Assis, 680
89.888-000 – Caibi – SC.
CPF 297 233 029-34
C.I. nº 562.456-8 – SSP-SC


Volnei Teixeira da Rosa
Rua São Francisco, 821
89.888-000 – Caibi – SC.
CPF 063 993 259-27
C.I. nº 5.438.315 – SSP-SC

CERTIFICO que esta cópia é a reprodução fiel da original que me foi apresentada, conferindo-o autenticando-o nos termos do Artigo 2º do Decreto Lei nº 2.143 de 25 de abril de 1.940, Dou fã.
Caibi - SC, 19 de fevereiro de 2010.


Tabelião DOMINGOS MÁRIO



1

RÁDIO NIRVANA FM LTDA
CNPJ/MF N.º 11.572.391/0001-35
ALTERAÇÃO CONTRATUAL N.º 01

e
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

ALEXANDRE BONA, brasileiro, solteiro, maior, nascido em 05 de setembro de 1978, em Palmitos/SC, locutor, residente e domiciliado em Caibi/SC, na Av. Progresso nº 638, centro, CEP 89.888-000, CPF/MF nº 024.099.619-40 e C.I. nº 3.539.578 expedida pela SSP/SC.

JOÃO EDUARDO DE NADAL, brasileiro, solteiro, maior, nascido em 21 de janeiro de 1983 em Chapecó/SC, advogado, residente e domiciliado em Caibi/SC, na Rua São Domingos, nº 510, centro, CEP 89.888-000, CPF/MF nº 008.931.639-88, C.I. nº 3.544.795 e CNH nº 01762448813, expedida pelo Detran/SC, únicos sócios componentes da sociedade empresária que gira sob o nome empresarial de **RÁDIO NIRVANA FM LTDA**, com sede na Rua Machado de Assis, nº 680, Bairro Centro, na cidade de Caibi/SC, CEP 89.888-000, com Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob nº 42204448446, em 19 de fevereiro de 2010, inscrita no CNPJ sob nº 11.572.391/0001-35, **RESOLVEM** de comum acordo, alterar conforme cláusulas abaixo o Contrato Social:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Que, a sede da sociedade empresária que era na Rua Machado de Assis, nº 680, Bairro Centro, na cidade de Caibi/SC, CEP 89.888-000, **passa através da presente alteração a ser** na Avenida 22 de Julho, 742 – 1º Andar, Bairro Centro, na cidade de Irineópolis/SC, CEP 89.440-000.

CLÁUSULA SEGUNDA : Permanecem em vigor todas as cláusulas e condições contidas no Contrato Social, não alteradas e/ou atingidas pela presente Alteração Contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA : Diante das alterações contidas no presente instrumento, resolvem os sócios consolidarem o Contrato Social, o qual passa a ter a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA: Que, a sociedade gira sob o nome empresarial de **RÁDIO NIRVANA FM LTDA;**

CLÁUSULA SEGUNDA : Que a sociedade tem sua sede na Avenida 22 de Julho, 742 – 1º Andar, Bairro Centro, na cidade de Irineópolis/SC, CEP 89.440-000.



CLÁUSULA TERCEIRA : Que o objetivo social é a execução de serviço de radiodifusão em qualquer de suas modalidades.

CLÁUSULA QUARTA: Que a sociedade iniciou suas atividades somente após receber outorga de concessão do poder concedente e durará por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA: Que o capital social é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), totalmente subscrito e integralizado, neste ato, em moeda corrente nacional, dividido em 200.000 (duzentas mil quotas) unitárias de R\$ 1,00 (um real), assim distribuído entre os sócios:

	Nome do Sócio	Nº Quotas	R\$	%
01	João Eduardo de Nadal	160.000	160.000,00	80
02	Alexandre Bona	40.000	40.000,00	20
	TOTAL	200.000	200.000,00	100

CLÁUSULA SEXTA : A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA SÉTIMA : A sociedade será administrada por um ou mais administradores, sócios ou não-sócios, nomeados no contrato ou em instrumento separado, com prazo de gestão indeterminado, cabendo-lhe(s) a gestão de todos os negócios sociais e comerciais, ficando dispensado(s) da prestação de caução.

§ 1º - A administração da sociedade será exercida pelo sócio **Alexandre Bona**.

§ 2º - O administrador atuará individualmente, com os mais amplos e gerais poderes de administração e de representação da sociedade, judicial e extrajudicialmente, vedada em seu nome, à prática de atos de favor, avais, fianças, abonos e atos estranhos ao objeto social, salvo deliberação unânime dos sócios.

§ 3º - O Administrador terá direito a uma remuneração mensal, a título de pró-labore, estabelecido de comum acordo entre os sócios, observado o estado econômico e a disponibilidade financeira da sociedade.

CLÁUSULA OITAVA : O exercício social coincidirá com o ano civil e, ao seu término, será realizado o balanço patrimonial e demais demonstrações de lei. O resultado apurado será dividido entre os sócios ou seus sucessores, proporcionalmente as suas quotas, salvo outro ajuste que realizarem na ocasião.

CLÁUSULA NONA: As deliberações dos sócios, quando não havidas por escrito, serão tomadas em Reunião dos Sócios, devendo ser observado:

- os sócios serão convocados mediante carta contra-recibo, com antecedência de oito dias, contendo a hora, data, local da Reunião e sua ordem do dia; na Reunião poderão comparecer todos os sócios por si ou representados por outro sócio ou por advogado munido de instrumento de mandato, com poderes bastantes;
- a Reunião será dirigida por um dos Administradores;



c) a Ata da Reunião será lavrada em folhas soltas, encaminhando-se para averbação no registro próprio aquelas que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros;

Parágrafo único – Fica estabelecido que, quando a maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderão excluí-lo(s) da sociedade, por justa causa, mediante alteração do presente contrato social.

CLÁUSULA DEZ: O sócio que desejar se retirar da sociedade deverá comunicar tal desejo aos demais através de carta, a qual será entregue com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data do evento, recebendo seus haveres mediante balanço especialmente levantado, devendo este ser apurado com base na data de vencimento do prazo concedido no aviso à sociedade.

§ 1º – O sócio retirante receberá seus haveres em até 24 (vinte e quatro) prestações mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira 30 (trinta) dias após a data da efetiva apuração dos haveres.

§ 2º – A forma de apuração e pagamento de haveres previsto no parágrafo anterior também será utilizada em caso de dissolução parcial da sociedade, exclusão, recesso, falência, concordata e/ou insolvência, de qualquer dos sócios, devendo ser apurado os haveres com base na data do evento.

CLÁUSULA ONZE: Para o atendimento da legislação relativamente à exploração de serviços de radiodifusão na Faixa de Fronteira, fica estabelecido que:

- a) o capital social, pertencerá a pessoas físicas ou jurídicas brasileiras até o limite exigido pelo Art. 222 da Constituição Federal;
- b) o quadro de pessoal será sempre constituído, ao menos, de 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros;
- c) a responsabilidade editorial, as atividades de seleção e direção da programação veiculada e a orientação intelectual e administrativa da sociedade são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;
- d) as quotas representativas do capital social, na forma da lei em vigor, não serão inalienáveis e incaucionáveis a estrangeiros ou a pessoas jurídicas em excesso ao que a lei determinar; e
- e) a empresa não poderá efetuar alteração do presente instrumento sem prévia autorização dos órgãos competentes, quando assim for exigido pela lei.

CLÁUSULA DOZE: A sociedade se dissolve na ocorrência das hipóteses previstas em lei.

§ 1º – A morte, retirada, exclusão ou falência de um sócio não dissolve a sociedade, ficando assegurado aos herdeiros ou sucessores, quando for o caso, o ingresso na sociedade, desde que seja do interesse dos demais sócios e observada a anuência prévia dos poderes concedentes.

§ 2º – Se os herdeiros ou sucessores não desejarem continuar na sociedade, seus haveres serão apurados em balanço levantado especialmente para este fim, e serão pagos em vinte e quatro (24) prestações mensais iguais e sucessivas, sem juros, a quem estiverem judicialmente autorizados.

CLÁUSULA TREZE: É livre a cessão de quotas entre os sócios; a cessão a terceiros dependerá da anuência dos outros sócios.





CLÁUSULA CATORZE: Os sócios elegem o Foro de Palmitos-SC, por mais privilegiado que outro seja para a resolução das questões emergentes deste contrato.

CLÁUSULA QUINZE: Os casos omissos serão resolvidos pela legislação vigente.

CLÁUSULA DEZESSEIS: O sócio administrador declara, sob as penas da Lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

E, por estarem justos e contratados, assinam este instrumento, em 03 (três) vias as quais serão registradas na Junta Comercial de Santa Catarina para que produza seus jurídicos efeitos legais:


Caibi, SC, 20 de outubro de 2010.



JOÃO EDUARDO DE NADAL

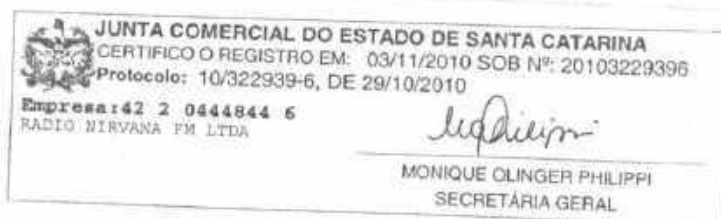

ALEXANDRE BONA


JOÃO EDUARDO DE NADAL
OAB/SC nº 28.766

Testemunhas:


MARLENE M. M. SEGUETTO
CPF - 477.005.219-72
C.I. - 1.610.352-1 - SSP/SC
Caibi - SC.


NÁDIA I. B. DE SORDI
CPF - 637.321.069-34
C.I. - 12C-1.948.847 - SSP/SC
Caibi - SC.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

Presidência da República

Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação

Departamento de Registro Empresarial e Integração

Nº DO PROTOCOLO (Uso do órgão de registro
JUCESC)
JUCESC - UNIDADE DESCONCENTRADA DE
PALMITOS

19/710275-1



Matrícula(da sede ou da filial
quando a sede for em outra UF)
42204448446

CÓDIGO DA
NATUREZA
JURÍDICA
2062

Nº DE MATRÍCULA DO AGENTE
AUXILIAR DO COMÉRCIO

1 - REQUERIMENTO

ILMº SR. PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Requerimento: 81900000215634
DBE analisado.
Emitida em 15/02/2019 - V3

NOME: RADIO NIRVANA FM LTDA

Requer a V. Sª o deferimento do seguinte ato.

Nº DE VIAS	CÓD. ATO	CÓD. EVENTO	QTD	DESCRIÇÃO DO ATO/EVENTO
0	002			ALTERAÇÃO
		021	1	Alteracao de Dados (Exceto Nome Empresarial)

CAIBI

15/02/2019

Representante Legal da Empresa /Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: JANICE MARIA BISON

Assinatura:

Janice Maria Bison

Telefone de contato: (49)988408440 cpcontabilidade@futuasc.net

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s)

☐ SIM

☐ SIM

Processo em ordem.

A decisão.

19 FEV 2019

☐ NÃO

/ /

Data

Responsável

☐ NÃO

/ /

Data

Responsável

/ /

Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☒

20/02/19

Processo em exigência

(Vide despacho em folha anexa)

☒

Processo deferido. Publique-se e

☐ Processo indeferido.

2º Exigência

3º Exigência

4º Exigência

5º Exigência

Anilete F. Zanelato Alba

Anilete F. Zanelato Alba
Matrícula Nº 2917

26 FEV 2019

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

2º Exigência

3º Exigência

4º Exigência

5º Exigência

☐ Processo em exigência

(Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e

☐ Processo indeferido.

/ /

Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da Turma

OBSERVAÇÕES:



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 26/02/2019

Arquivamento 20197102751 Protocolo 197102751 de 20/02/2019 NIRE 42204448446

Nome da empresa RADIO NIRVANA FM LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 208447508453101

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/02/2019 por Henry Goy Petry Neto - Secretário-geral;

autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>



991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

RÁDIO NIRVANA FM LTDA.
2ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CNPJ/MF nº 11.572.391/0001-35

ALEXANDRE BONA, brasileiro, solteiro, nascido em 05/09/1978, em Palmitos/SC, locutor, residente e domiciliado em Caibi/SC, na Av. Progresso nº 638, Centro, CEP 89888-000, CPF/MF nº 024.099.619-40 e CI-SSP/SC nº 3.539.578; e

JOÃO EDUARDO DE NADAL, brasileiro, solteiro, nascido em 21/01/1983 em Chapecó/SC, advogado, residente e domiciliado em Caibi/SC, na Rua São Domingos nº 510, Centro, CEP 89888-000, CPF/MF nº 008.931.639-88 e CI-SSP/SC nº 3.544.795;

Únicos sócios da sociedade empresária limitada denominada **RÁDIO NIRVANA FM LTDA.**, registrada por contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob NIRE nº 42204448446, com sede em Irineópolis/SC, na Av. 22 de Julho nº 742, 1º andar, Centro, CEP 89440-000, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob nº 11.572.391/0001-35, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem a presente alteração contratual, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

QUADRO SOCIETÁRIO

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Retira-se da sociedade o sócio **ALEXANDRE BONA**, detentor de 40.000 (quarenta mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, correspondendo a R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

- Admite-se na sociedade **JANICE MARIA BISON**, brasileira, nascida em 24/06/1969, em Guaporé/RS, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, professora, CPF/MF nº 722.249.839-72, carteira de identidade nº 2.654.883-6, órgão expedidor SESP/SC, residente e domiciliada na Rua Machado de Assis nº 680, Centro, na cidade de Caibi/SC, CEP 89888-000, Brasil;

CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS


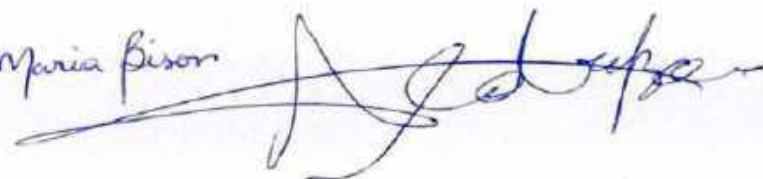

CLÁUSULA SEGUNDA:

O sócio **ALEXANDRE BONA** transfere, por venda, todas suas 40.000 (quarenta mil) quotas de capital social, que perfaz o valor total de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), diretamente a sócia ingressante **JANICE MARIA BISON**

CLÁUSULA TERCEIRA:

O cedente e a cessionária, dão ampla e geral quitação um ao outro e à sociedade, declarando estarem justos e satisfeitos, não tendo mais nada a receberem ou reclamar em relação a transferência negociada, bem como nada tem a receber da sociedade a qualquer título ou crédito. Após a cessão e transferência de quotas, e da retirada de sócio, o capital social fica assim distribuído entre os sócios:

	Sócios	Quotas	R\$	%
1	João Eduardo de Nadal	160.000	160.000,00	80
2	Janice Maria Bison	40.000	40.000,00	20
	Totais	200.000	200.000,00	100


Página 1 de 5



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 26/02/2019

Arquivamento 20197102751 Protocolo 197102751 de 20/02/2019 NIRE 42204448446

Nome da empresa RADIO NIRVANA FM LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 208447508453101

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/02/2019 por Henry Goy Petry Neto - Secretário-geral;
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

26/02/2019

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

RÁDIO NIRVANA FM LTDA.

2ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

CNPJ/MF nº 11.572.391/0001-35

ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA:

A administração da sociedade passará a ser exercida pela sócia ingressante JANICE MARIA BISON, passando a Cláusula 07 a ter a seguinte nova redação:

"CLÁUSULA 07 - A sociedade será administrada pela sócia Janice Maria Bison, por prazo indeterminado, cabendo-lhe a gestão de todos os negócios sociais e comerciais, ficando dispensada da prestação de caução.

§ 1º Os administradores poderão ser sócios ou não, nomeados no contrato social ou em documento apartado.

§ 2º Os administradores, atuarão individualmente, os quais terão os mais amplos e gerais poderes de administração e de representação da sociedade, ativa e passivamente, judicial ou extrajudicial, vedada em seus nomes, a prática de atos de favor, avais, fianças e abonos, salvo deliberação de sócios detentores da maioria do capital social.

§ 3º A nomeação e destituição de sócios administradores serão deliberadas pelos sócios detentores da maioria do capital social da sociedade. Para a nomeação e destituição de administradores não sócios, faz-se necessário o atendimento ao disposto no Art. 1.061 da Lei nº 10.406/2002.

§ 4º Para contrair financiamento, alienar ou de qualquer forma gravar bens móveis ou imóveis do ativo fixo da sociedade, inclusive hipotecar, penhorar ou alienar fiduciariamente ditos bens, necessária se torna a assinatura de sócios detentores da maioria do capital social.

§ 5º Os administradores terão direito a uma remuneração mensal, a título de pro labore, estabelecida pela administração e aprovada pelos sócios detentores da maioria do capital social, observados o estado econômico e a disponibilidade financeira da sociedade.

§ 6º O exercício da administração da sociedade cessa pela morte, renúncia ou destituição, em qualquer tempo do titular ou em ato separado no caso de administrador não sócio. Nessas hipóteses, será nomeado novo administrador mediante alteração contratual e/ou ato de nomeação."

CLÁUSULA QUINTA:

Em face das alterações acima, consolida-se o contrato social, mediante as condições e cláusulas seguintes:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA 01 - A sociedade gira sob o nome empresarial de **RÁDIO NIRVANA FM LTDA.**

CLÁUSULA 02 - A sociedade tem sede em Irineópolis/SC, na Av. 22 de Julho nº 742, 1º andar, Centro, CEP 89440-000.

CLÁUSULA 03 - A sociedade tem por objeto social a execução de serviço de radiodifusão em qualquer de suas modalidades.

CLÁUSULA 04 - O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado.

Janice Maria Bison

[Assinatura]

[Assinatura]

Página 2 de 5



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 26/02/2019

Arquivamento 20197102751 Protocolo 197102751 de 20/02/2019 NIRE 42204448446

Nome da empresa RADIO NIRVANA FM LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 208447508453101

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/02/2019 por Henry Goy Petry Neto - Secretário-geral;
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

26/02/2019

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

RÁDIO NIRVANA FM LTDA.

2ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

CNPJ/MF nº 11.572.391/0001-35

CLÁUSULA 05 - O capital social é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 200.000 (duzentas mil) quotas unitárias de R\$ 1,00 (um real), assim distribuído entre os sócios:

	Sócio	Quotas	R\$	%
1	João Eduardo de Nadal	160.000	160.000,00	80
2	Janice Maria Bison	40.000	40.000,00	20
	Totais	200.000	200.000,00	100

CLÁUSULA 06 - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA 07 - A sociedade será administrada pela sócia **Janice Maria Bison**, por prazo indeterminado, cabendo-lhe a gestão de todos os negócios sociais e comerciais, ficando dispensada da prestação de caução.

§ 1º Os administradores poderão ser sócios ou não, nomeados no contrato social ou em documento apartado.

§ 2º Os administradores, atuarão individualmente, os quais terão os mais amplos e gerais poderes de administração e de representação da sociedade, ativa e passivamente, judicial ou extrajudicial, vedada em seus nomes, a prática de atos de favor, avais, fianças e abonos, salvo deliberação de sócios detentores da maioria do capital social.

§ 3º A nomeação e destituição de sócios administradores serão deliberadas pelos sócios detentores da maioria do capital social da sociedade. Para a nomeação e destituição de administradores não sócios, faz-se necessário o atendimento ao disposto no Art. 1.061 da Lei nº 10.406/2002.

§ 4º Para contrair financiamento, alienar ou de qualquer forma gravar bens móveis ou imóveis do ativo fixo da sociedade, inclusive hipotecar, penhorar ou alienar fiduciariamente ditos bens, necessária se torna a assinatura de sócios detentores da maioria do capital social.

§ 5º Os administradores terão direito a uma remuneração mensal, a título de *pro labore*, estabelecida pela administração e aprovada pelos sócios detentores da maioria do capital social, observados o estado econômico e a disponibilidade financeira da sociedade.

§ 6º O exercício da administração da sociedade cessa pela morte, renúncia ou destituição, em qualquer tempo do titular ou em ato separado no caso de administrador não sócio. Nessas hipóteses, será nomeado novo administrador mediante alteração contratual e/ou ato de nomeação.

CLÁUSULA 08 - O exercício social coincidirá com o ano civil e, ao seu término, será realizado o balanço patrimonial e demais demonstrações de lei. O resultado apurado será dividido ou suportado entre os sócios ou seus sucessores, proporcionalmente as suas quotas, salvo outro

CLÁUSULA 09 - As deliberações dos sócios, quando não havidas por escrito, serão tomadas em Reunião dos Sócios, devendo ser observado:

- Os sócios serão convocados mediante carta contra recibo, com antecedência de oito dias, contendo a hora, data, local da Reunião e sua ordem do dia; na Reunião poderão comparecer todos os sócios por si ou representados por outro sócio ou por advogado munido de instrumento de mandato, com poderes bastantes;
- A Reunião será dirigida por um Administrador;
- A Ata da Reunião será lavrada em folhas soltas, encaminhando-se para averbação no registro próprio aquelas que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros.

Janice Maria Bison

Página 3 de 5

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 26/02/2019

Arquivamento 20197102751 Protocolo 197102751 de 20/02/2019 NIRE 42204448446

Nome da empresa RADIO NIRVANA FM LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 208447508453101

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/02/2019 por Henry Goy Petry Neto - Secretário-geral;

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>



991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

RÁDIO NIRVANA FM LTDA.

2ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

CNPJ/MF nº 11.572.391/0001-35

§ Único – Fica estabelecido que, quando a maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderão excluí-lo(s) da sociedade, por justa causa, mediante alteração do presente contrato social.

CLÁUSULA 10 – O sócio que desejar se retirar da sociedade deverá comunicar tal desejo aos demais através de carta, a qual será entregue com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data do evento, recebendo seus haveres mediante balanço especialmente levantado, devendo este ser apurado com base na data de vencimento do prazo concedido no aviso à sociedade.

§ 1º O sócio retirante receberá seus haveres em até 24 (vinte e quatro) prestações mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira 30 (trinta) dias após a data da efetiva apuração dos haveres.

§ 2º. A forma de apuração e pagamento de haveres previsto no parágrafo anterior também será utilizada em caso de dissolução parcial da sociedade, exclusão, recesso, falência, concordata e/ou insolvência, de qualquer dos sócios, devendo ser apurado os haveres com base na data do evento.

CLÁUSULA 11 - Para o atendimento da legislação relativamente à exploração de serviços de radiodifusão na Faixa de Fronteira, fica estabelecido que:

- a) o capital social, pertencerá a pessoas físicas ou jurídicas brasileiras até o limite exigido pelo Art. 222 da Constituição Federal;
- b) o quadro do pessoal será sempre constituído, ao menos, de 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros;
- c) a responsabilidade editorial, as atividades de seleção e direção da programação veiculada e a orientação intelectual e administrativa da sociedade são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;
- d) as quotas representativas do capital social, na forma da lei em vigor, serão inalienáveis e incaucionáveis a estrangeiros ou a pessoas jurídicas em excesso ao que a lei determinar; e
- e) a empresa não poderá efetuar alteração do presente instrumento sem prévia autorização dos órgãos competentes, quando assim for exigido pela lei.

CLÁUSULA 12 - A sociedade se dissolve na ocorrência das hipóteses previstas em lei.

§ 1º – A morte, retirada, exclusão ou falência de um sócio não dissolve a sociedade, ficando assegurado aos herdeiros ou sucessores, quando for o caso, o ingresso na sociedade, desde que seja observada as exigências legais.

§ 2º - Se os herdeiros ou sucessores não desejarem continuar na sociedade, seus haveres serão apurados em balanço levantado especialmente para este fim, e serão pagos em vinte e quatro (24) prestações mensais iguais e sucessivas, sem juros, a quem estiverem judicialmente autorizados.

CLÁUSULA 13 - É livre a cessão de quotas entre os sócios; a cessão a terceiros dependerá da anuência dos outros sócios.

CLÁUSULA 14 - Os sócios elegem o Foro de Caibi/SC, por mais privilegiado que outro seja para a resolução das questões emergentes deste contrato.

CLÁUSULA 15 - Os casos omissos serão resolvidos pela legislação vigente.

Janina Maria Bison

[Assinatura]

Página 4 de 5



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 26/02/2019

Arquivamento 20197102751 Protocolo 197102751 de 20/02/2019 NIRE 42204448446

Nome da empresa RADIO NIRVANA FM LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 208447508453101

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/02/2019 por Henry Goy Petry Neto - Secretário-geral;
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>



991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



197102751

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	RADIO NIRVANA FM LTDA
PROTOCOLO	197102751 - 20/02/2019
ATO	002 - ALTERACAO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 42204448446
CNPJ 11.572.391/0001-35
CERTIFICO O REGISTRO EM 26/02/2019
SOB N: 20197102751



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

26/02/2019

Certifico o Registro em 26/02/2019

Arquivamento 20197102751 Protocolo 197102751 de 20/02/2019 NIRE 42204448446

Nome da empresa RADIO NIRVANA FM LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 208447508453101

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/02/2019 por Henry Goy Petry Neto - Secretario-geral;

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

RÁDIO NIRVANA FM LTDA.
3ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CNPJ/MF nº 11.572.391/0001-35



JOÃO EDUARDO DE NADAL, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, nascido em 21/01/1983 em Chapecó/SC, advogado, residente e domiciliado em Florianópolis/SC, na Rua Haroldo Soares Glavan nº 120, Centro, CEP 88050-005, CPF/MF nº 008.931.639-88 e CI-SSP/SC nº 3.544.7958 e

JANICE MARIA BISON, brasileira, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, nascida em 24/06/1969, em Guaporé/RS, professora, residente e domiciliada em Caibi/SC, na Rua Machado de Assis nº 680, Centro, CEP 89888-000, CPF/MF nº 722.249.839-72 e CI-SESP/SC nº 2.654.883; Únicos sócios da sociedade empresária limitada denominada **RÁDIO NIRVANA FM LTDA.**, registrada por contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob NIRE nº 42204448446, com sede em Irineópolis/SC, na Av. 22 de Julho nº 742, 1º andar, Centro, CEP 89440-000, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.572.391/0001-35, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem a presente alteração contratual, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

QUADRO SOCIETÁRIO

CLÁUSULA PRIMEIRA:

- Admite-se na sociedade **SILVANA MARIA PYKOSZ MUNHOZ**, brasileira, nascida em 12/11/1965, em Campo Alegre/SC, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, aposentada, residente e domiciliada em Campo Alegre/SC, na Rua Coronel Bueno Franco nº 317, Centro, CEP 89294-000 CPF/MF nº 421.583.119-91 e CI-SSP/SC nº R-1.097.414.

CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

CLÁUSULA SEGUNDA:

O sócio **João Eduardo de Nadal** transfere, por venda, 80.000 (oitenta mil) quotas sociais no valor total de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), diretamente à sócia ingressante **Silvana Maria Pykosz Munhoz**, conforme entabulação em negócio apartado.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O cedente e a cessionária, darão ampla e geral quitação um ao outro e à sociedade quando satisfeito o negócio jurídico entre as partes, quando estarão justos e satisfeitos, não tendo mais nada a receberem ou reclamar em relação a transferência negociada, bem como nada tem a receber da sociedade a qualquer título ou crédito. Após a cessão e transferência de quotas, o capital social fica assim distribuído entre os sócios:

	Sócios	Quotas	R\$	%
1	João Eduardo de Nadal	80.000	80.000,00	40
2	Silvana Maria Pykosz Munhoz	80.000	80.000,00	40
3	Janice Maria Bison	40.000	40.000,00	20
	Totais	200.000	200.000,00	100

CLÁUSULA QUARTA:

Em face das alterações acima, consolida-se o contrato social, mediante as condições e cláusulas seguintes:



RÁDIO NIRVANA FM LTDA.
3ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CNPJ/MF nº 11.572.391/0001-35

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA 01 - A sociedade gira sob o nome empresarial de **RÁDIO NIRVANA FM LTDA.**

CLÁUSULA 02 - A sociedade tem sede em Irineópolis/SC, na Av. 22 de Julho nº 742, 1º andar, Centro, CEP 89440-000.

CLÁUSULA 03 - A sociedade tem por objeto social a execução de serviço de radiodifusão em qualquer de suas modalidades.

CLÁUSULA 04 - O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado.

CLÁUSULA 05 - O capital social é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 200.000 (duzentas mil) quotas unitárias de R\$ 1,00 (um real), assim distribuído entre os sócios:

	Sócios	Quotas	R\$	%
1	João Eduardo de Nadal	80.000	80.000,00	40
2	Silvana Maria Pykosz Munhoz	80.000	80.000,00	40
3	Janice Maria Bison	40.000	40.000,00	20
	Totais	200.000	200.000,00	100

CLÁUSULA 06 - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA 07 - A sociedade será administrada pela sócia **Janice Maria Bison**, por prazo indeterminado, cabendo-lhe a gestão de todos os negócios sociais e comerciais, ficando dispensada da prestação de caução.

§ 1º Os administradores poderão ser sócios ou não, nomeados no contrato social ou em documento apartado.

§ 2º Os administradores, atuarão individualmente, os quais terão os mais amplos e gerais poderes de administração e de representação da sociedade, ativa e passivamente, judicial ou extrajudicial, vedada em seus nomes, a prática de atos de favor, avais, fianças e abonos, salvo deliberação de sócios detentores da maioria do capital social.

§ 3º A nomeação e destituição de sócios administradores serão deliberadas pelos sócios detentores da maioria do capital social da sociedade. Para a nomeação e destituição de administradores não sócios, faz-se necessário o atendimento ao disposto no Art. 1.061 da Lei nº 10.406/2002.

§ 4º Para contrair financiamento, alienar ou de qualquer forma gravar bens móveis ou imóveis do ativo fixo da sociedade, inclusive hipotecar, penhorar ou alienar fiduciariamente ditos bens, necessária se torna a assinatura de sócios detentores da maioria do capital social.

§ 5º Os administradores terão direito a uma remuneração mensal, a título de *pro labore*, estabelecida pela administração e aprovada pelos sócios detentores da maioria do capital social, observados o estado econômico e a disponibilidade financeira da sociedade.

§ 6º O exercício da administração da sociedade cessa pela morte, renúncia ou destituição, em qualquer tempo do titular ou em ato separado no caso de administrador não sócio.

Página 2 de 4



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 15/05/2020

Arquivamento 20204499399 Protocolo 204499399 de 13/03/2020 NIRE 42204448446

Nome da empresa RADIO NIRVANA FM LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 207904921145883

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 15/05/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

15/05/2020

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

RÁDIO NIRVANA FM LTDA.
3ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CNPJ/MF nº 11.572.391/0001-35

Nessas hipóteses, será nomeado novo administrador mediante alteração contratual e/ou ato de nomeação.

CLÁUSULA 08 - O exercício social coincidirá com o ano civil e, ao seu término, será realizado o balanço patrimonial e demais demonstrações de lei. O resultado apurado será dividido ou suportado entre os sócios ou seus sucessores, proporcionalmente as suas quotas, salvo outro

CLÁUSULA 09 - As deliberações dos sócios, quando não havidas por escrito, serão tomadas em Reunião dos Sócios, devendo ser observado:

- a) Os sócios serão convocados mediante carta contra recibo, com antecedência de oito dias, contendo a hora, data, local da Reunião e sua ordem do dia; na Reunião poderão comparecer todos os sócios por si ou representados por outro sócio ou por advogado munido de instrumento de mandato, com poderes bastantes;
- b) A Reunião será dirigida por um Administrador;
- c) A Ata da Reunião será lavrada em folhas soltas, encaminhando-se para averbação no registro próprio aquelas que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros.

§ Único - Fica estabelecido que, quando a maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderão excluí-lo(s) da sociedade, por justa causa, mediante alteração do presente contrato social.

CLÁUSULA 10 - O sócio que desejar se retirar da sociedade deverá comunicar tal desejo aos demais através de carta, a qual será entregue com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data do evento, recebendo seus haveres mediante balanço especialmente levantado, devendo este ser apurado com base na data de vencimento do prazo concedido no aviso à sociedade.

§ 1º O sócio retirante receberá seus haveres em até 24 (vinte e quatro) prestações mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira 30 (trinta) dias após a data da efetiva apuração dos haveres.

§ 2º A forma de apuração e pagamento de haveres previsto no parágrafo anterior também será utilizada em caso de dissolução parcial da sociedade, exclusão, recesso, falência, concordata e/ou insolvência, de qualquer dos sócios, devendo ser apurado os haveres com base na data do evento.

CLÁUSULA 11 - Para o atendimento da legislação relativamente à exploração de serviços de radiodifusão na Faixa de Fronteira, fica estabelecido que:

- a) o capital social, pertencerá a pessoas físicas ou jurídicas brasileiras até o limite exigido pelo Art. 222 da Constituição Federal;
- b) o quadro do pessoal será sempre constituído, ao menos, de 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros;
- c) a responsabilidade editorial, as atividades de seleção e direção da programação veiculada e a orientação intelectual e administrativa da sociedade são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;
- d) as quotas representativas do capital social, na forma da lei em vigor, serão inalienáveis e incaucionáveis a estrangeiros ou a pessoas jurídicas em excesso ao que a lei determinar; e

Página 3 de 4



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 15/05/2020

Arquivamento 20204499399 Protocolo 204499399 de 13/03/2020 NIRE 42204448446

Nome da empresa RADIO NIRVANA FM LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 207904921145883

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 15/05/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

15/05/2020

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

RÁDIO NIRVANA FM LTDA.
3ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CNPJ/MF nº 11.572.391/0001-35

e) a empresa não poderá efetuar alteração do presente instrumento sem prévia autorização dos órgãos competentes, quando assim for exigido pela lei.

CLÁUSULA 12 - A sociedade se dissolve na ocorrência das hipóteses previstas em lei.

§ 1º - A morte, retirada, exclusão ou falência de um sócio não dissolve a sociedade, ficando assegurado aos herdeiros ou sucessores, quando for o caso, o ingresso na sociedade, desde que seja observada as exigências legais.

§ 2º - Se os herdeiros ou sucessores não desejarem continuar na sociedade, seus haveres serão apurados em balanço levantado especialmente para este fim, e serão pagos em vinte e quatro (24) prestações mensais iguais e sucessivas, sem juros, a quem estiverem judicialmente autorizados.

CLÁUSULA 13 - É livre a cessão de quotas entre os sócios; a cessão a terceiros dependerá da anuência dos outros sócios.

CLÁUSULA 14 - Os sócios elegem o Foro de Porto União/SC, por mais privilegiado que outro seja para a resolução das questões emergentes deste contrato.

CLÁUSULA 15 - Os casos omissos serão resolvidos pela legislação vigente.

DECLARAÇÃO - A sócia administradora declara, sob as penas da Lei, de que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por estar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

E, por estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, que serão registradas na Junta Comercial de Santa Catarina para que produza seus jurídicos efeitos legais.

Irineópolis/SC, 27 de novembro de 2019.

João Eduardo de Nadal

Janice Maria Bison

Silvana Maria Pykosz Munhoz

Página 4 de 4



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 15/05/2020

Arquivamento 20204499399 Protocolo 204499399 de 13/03/2020 NIRE 42204448446

Nome da empresa RÁDIO NIRVANA FM LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 207904921145883

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 15/05/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

15/05/2020

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



204499399

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	RADIO NIRVANA FM LTDA
PROTOCOLO	204499399 - 12/05/2020
ATO	002 - ALTERACAO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 42204448446
CNPJ 11.572.391/0001-35
CERTIFICO O REGISTRO EM 15/05/2020
SOB N: 20204499399

EVENTOS

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 20204499399

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 72224983972 - JANICE MARIA BISON

Cpf: 00893163988 - JOAO EDUARDO DE NADAL

Cpf: 42158311991 - SILVANA MARIA PYKOSZ MUNHOZ



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 15/05/2020

Arquivamento 20204499399 Protocolo 204499399 de 13/03/2020 NIRE 42204448446

Nome da empresa RADIO NIRVANA FM LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 207904921145883

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 15/05/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

15/05/2020

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

Empresa: RADIO NIRVANA FM LTDA
CNPJ: 11.572.391/0001-35 IE: 257173951
Endereço: AVENIDA 22 DE JULHO, 742 - ANDAR 1
Bairro: CENTRO
Cidade: IRINEOPOLIS - SC
NIRE: 42204448446

Emp.: 4
Fone: (47)36251-050
CEP: 89.440-000
Período: 01/01/2019 a 31/12/2019
Data do NIRE: 01/10/2010

Folha: 00001 Livro: 00010

ATIVO 31/12/2019

ATIVO

Contas Contábeis	Valor
ATIVO	274.073,20
ATIVO CIRCULANTE	234.611,80
DISPONIVEL	159.611,80
CAIXA	99.889,67
Caixa	99.889,67
BANCOS	16.162,13
Banco do Brasil SA	11.682,84
Banco Sicoob SA	4.479,29
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	43.560,00
Banco do Brasil SA	13.560,00
Banco Sicoob SA	30.000,00
OUTROS CRÉDITOS	75.000,00
ADIANTAMENTOS	75.000,00
ANTECIPAÇÃO DE LUCROS	75.000,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	39.461,40
INVESTIMENTOS	5.025,53
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	5.025,53
ATIVO IMOBILIZADO	34.435,87
BENS E DIREITOS EM USO	85.273,61
Máquinas e Equipamentos	82.499,56
Móveis e Utensílios	2.774,05
DEPRECIACÕES, AMORTIZAÇÕES E EXAUSTÃO ACUMULADA	(50.837,74)
(-)Depreciação Acumulada Máquinas e Equipamentos	(48.779,85)
(-)Depreciação Acumulada Móveis e Utensílios	(2.057,89)

ADMINISTRADORA: JANICE MARIA BISON
RG: 2.654.883/SSP/SC
CPF: 722.249.839-72

CONTADOR: CLAUDIO LUIZ PERSCH
CPF: 017.984.369-90
CRC: 0000036986 SC
RG: 3609742/SSP/SC



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 15/06/2020

Arquivamento 20203954980 Protocolo 203954980 de 10/06/2020 NIRE 42204448446

Nome da empresa RADIO NIRVANA FM LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 193158957331625

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 15/06/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ampwYnSCA9G-Mn1uT3GA6A&chave2=Ug8cwsph.-ckGj5CvAIRA
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 72224983972-JANICE MARIA BISON|01798436990-CLAUDIO LUIZ PERSCH

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

Empresa: RADIO NIRVANA FM LTDA
CNPJ: 11.572.391/0001-35 IE: 257173951
Endereço: AVENIDA 22 DE JULHO, 742 - ANDAR 1
Bairro: CENTRO
Cidade: IRINEOPOLIS - SC
NIRE: 42204448446

Emp.: 4
Fone: (47)36251-050
CEP: 89.440-000
Período: 01/01/2019 a 31/12/2019
Data do NIRE: 01/10/2010

Folha: 00002 Livro: 00010

PASSIVO 31/12/2019

P A S S I V O

Contas Contábeis	Valor
P A S S I V O	274.073,20
PASSIVO CIRCULANTE	7.958,39
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS	6.460,55
Honorários a Pagar	478,75
Salários a Pagar	4.330,97
Previdência Social a Pagar	689,35
FGTS a Pagar	961,48
OBRIGAÇÕES FISCAIS/TRIBUTÁRIAS	1.497,84
IRRF a Recolher	110,22
Simples Federal a Recolher	1.387,62
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	266.114,81
CAPITAL SOCIAL	200.000,00
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	200.000,00
Capital Subscrito	200.000,00
RESULTADO ACUMULADO	66.114,81
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	66.114,81
(-)Prejuízos Acumulados	22.838,20
Resultado do Exercício - Período Anterior ao Balanço	(59.319,70)
Resultado do Exercício - Período do Balanço	102.596,31

ADMINISTRADORA: JANICE MARIA BISON
RG: 2.654.883/SSP/SC
CPF: 722.249.839-72

CONTADOR: CLAUDIO LUIZ PERSCH
CPF: 017.984.369-90
CRC: 0000036986 SC
RG: 3609742/SSP/SC



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 15/06/2020

Arquivamento 20203954980 Protocolo 203954980 de 10/06/2020 NIRE 42204448446

Nome da empresa RADIO NIRVANA FM LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 193158957331625

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 15/06/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

15/06/2020

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

Empresa: RADIO NIRVANA FM LTDA
 CNPJ: 11.572.391/0001-35 IE: 257173951
 Endereço: AVENIDA 22 DE JULHO, 742 - ANDAR 1
 Bairro: CENTRO
 Cidade: IRINEOPOLIS - SC
 NIRE: 42204448446

Emp.: 4
 Fone: (47)36251-050
 CEP: 89.440-000
 Período: 01/01/2019 a 31/12/2019
 Data do NIRE: 01/10/2010

Folha: 00003 Livro: 00010

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 01/01/2019 A 31/12/2019

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Contas Contábeis	Valor
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	300.348,58
VENDA DE SERVIÇOS EM GERAL	300.348,58
Prestação de Serviços [Tributado IR 08% e CS 12%]	300.348,58
(-) DEDUÇÕES DA RECEITAS BRUTA	(16.727,75)
IMPOSTOS INCIDENTES SOBRE VENDAS/SERVIÇOS	(16.727,75)
Simples Federal - (s/ Vendas/Serviços)	(16.727,75)
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	283.620,83
(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	283.620,83
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	(181.024,52)
DESPESAS COM VENDAS	(7.138,75)
GASTOS COM PESSOAL	(4.418,59)
Remuneração - (Vendas)	(4.418,59)
Comissões Sobre Vendas - (Vendas)	(4.418,59)
DESPESAS GERAIS DE VENDAS	(2.720,16)
Impostos e Taxas Diversos - (Vendas)	(2.720,16)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(171.338,67)
Gastos Com Pessoal - (Administrativas)	(111.078,73)
Remuneração - (Administrativas)	(98.283,22)
Salários e Rendimentos sujeitos a Contribuição Previdenciária - (Administrativas)	(98.283,22)
Encargos Sociais - (Administrativas)	(12.795,51)
Previdência Social - (Administrativas)	(2.864,90)
FGTS - (Administrativas)	(9.930,61)
DESPESAS GERAIS ADMINISTRATIVAS - (Administrativas)	(60.259,94)
Material de Expediente - (Administrativas)	(542,15)
Internet/Provedor de Acesso - (Administrativas)	(1.948,70)
Telefone e Telecomunicações - (Administrativas)	(3.182,96)
Despesas Postais - (Administrativas)	(1.398,95)
Despesas com Cartório - (Administrativas)	(52,90)
Manutenção e Conservação - (Administrativas)	(3.335,20)
Energia Elétrica - (Administrativas)	(1.152,16)
Despesas com Material de Limpeza e Higiene - (Administrativas)	(955,61)
Mensalidades/ Anuidades e Contribuições - (Administrativas)	(16.064,67)
Despesas com Veículos - (Administrativas)	(2.370,57)
Serviços Contábeis - (Administrativas)	(9.149,83)
Outras Despesas - (Administrativas)	(9.421,70)
Sistema Programação Radiodifusão	(9.704,16)
Água (Administrativas)	(980,38)
RESULTADOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	(2.547,10)



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 15/06/2020

Arquivamento 20203954980 Protocolo 203954980 de 10/06/2020 NIRE 42204448446

Nome da empresa RADIO NIRVANA FM LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 193158957331625

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 15/06/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

Empresa: RADIO NIRVANA FM LTDA
CNPJ: 11.572.391/0001-35 IE: 257173951
Endereço: AVENIDA 22 DE JULHO, 742 - ANDAR 1
Bairro: CENTRO
Cidade: IRINEOPOLIS - SC
NIRE: 42204448446

Emp.: 4
Fone: (47)36251-050
CEP: 89.440-000
Período: 01/01/2019 a 31/12/2019
Data do NIRE: 01/10/2010

Folha: 00004 Livro: 00010

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 01/01/2019 A 31/12/2019

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Contas Contábeis	Valor
DESPESAS FINANCEIRAS	(2.547,10)
Despesas Bancárias	(2.547,10)
(=)RESULTADO OPERACIONAL LIQUIDO	102.596,31
(=)RESULTADO LÍQUIDO antes do Imposto de renda e Contribuição Social	102.596,31
(=)RESULTADO DO PERÍODO APÓS AS PROVISÕES	102.596,31
(=)RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	102.596,31

ADMINISTRADORA: JANICE MARIA BISON
RG: 2.654.883/SSP/SC
CPF: 722.249.839-72

CONTADOR: CLAUDIO LUIZ PERSCH
CPF: 017.984.369-90
CRC: 0000036986 SC
RG: 3609742/SSP/SC



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 15/06/2020

Arquivamento 20203954980 Protocolo 203954980 de 10/06/2020 NIRE 42204448446

Nome da empresa RADIO NIRVANA FM LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 193158957331625

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 15/06/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

15/06/2020

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



203954980

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	RADIO NIRVANA FM LTDA
PROTOCOLO	203954980 - 10/06/2020
ATO	223 - BALANCO
EVENTO	223 - BALANCO

MATRIZ

NIRE 42204448446
CNPJ 11.572.391/0001-35
CERTIFICO O REGISTRO EM 15/06/2020
SOB N: 20203954980

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 72224983972 - JANICE MARIA BISON

Cpf: 01798436990 - CLAUDIO LUIZ PERSCH



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 15/06/2020

Arquivamento 20203954980 Protocolo 203954980 de 10/06/2020 NIRE 42204448446

Nome da empresa RADIO NIRVANA FM LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 193158957331625

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 15/06/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

15/06/2020

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



09/08/2020

0267085

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Comarca de Porto Uniao

CERTIDÃO
FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CERTIDÃO Nº: 7593640**FOLHA: 1/1**

À vista dos registros cíveis constantes nos sistemas de informática do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina da Comarca de Porto Uniao, com distribuição anterior à data de 08/08/2020, verificou-se NADA CONSTAR em nome de:

RÁDIO NIRVANA FM LTDA., portador do CNPJ: 11.572.391/0001-35. *****

OBSERVAÇÕES:

- a) para a emissão desta certidão, foram considerados os normativos do Conselho Nacional de Justiça;
- b) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- c) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.tjsc.jus.br/portal>, opção Certidões/Conferência de Certidão;
- d) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha, Fórum Bancário e Distrital do Continente;
- e) certidão é expedida em consonância com a Lei nº 11.101/2005, com a inclusão das classes extrajudiciais: 128 - Recuperação Extrajudicial e 20331 - Homologação de Recuperação Extrajudicial.

ATENÇÃO: A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema eproc, disponível através do endereço <https://certeproc1g.tjsc.jus.br>

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

Porto Uniao, domingo, 9 de agosto de 2020.

PEDIDO Nº:

0267085



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 11.572.391/0001-35 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 19/02/2010
NOME EMPRESARIAL RADIO NIRVANA FM LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO AV 22 DE JULHO	NÚMERO 742	COMPLEMENTO ANDAR 1
CEP 89.440-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO IRINEOPOLIS
UF SC		
ENDEREÇO ELETRÔNICO sanremo@cpnet.com.br		TELEFONE (49) 3648-0138/ (49) 3648-0390
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/02/2010
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **19/05/2020** às **22:38:31** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1




Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de cadastro da Pessoa Jurídica e, existindo qualquer divergência, providencie junto à Secretaria de Estado da Fazenda a sua atualização cadastral.

		
ESTADO DE SANTA CATARINA		
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA		
CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS		
CNPJ/CPF 11.572.391/0001-35	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTADUAL E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		Início Atividade com ICMS 08/10/2013
INSCRIÇÃO ESTADUAL 257.173.951	NOME EMPRESARIAL RADIO NIRVANA FM LTDA	
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 6010100 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS *****		
CONTRIBUINTE CREDENCIADO/DISPENSADO A EMITIR OS SEGUINTE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS - Credenciado a Emitir Nota Fiscal Eletrônica - NFe a partir de 08/10/2013		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 2062 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA		
LOGRADOURO AVENIDA 22 DE JULHO	NÚMERO 742	COMPLEMENTO 1 ANDAR
CEP 89440-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO IRINEÓPOLIS
UF SC		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVO desde 08/10/2013		

Modelo aprovado pela Portaria SEF nº 375, de 26/08/2003.

Emitido em **20/05/2020 11:16:56** (data e hora de Brasília).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

io.sef.sc.gov.br/tax.NET/tax.net.cadastro/result_sitcad.aspx?dat=111634

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-888b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-888b-7243177f9c13



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

Estado de Santa Catarina

Alvará de Licença

Para Localização e Funcionamento

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS concede, depois de cumpridas as formalidades legais, à:

Pessoa : RADIO NIRVANA FM LTDA

CPF/CNPJ : 11.572.391/0001-35

Endereço: Avenida 22 DE JULHO nº 742, CENTRO, neste Município, o presente ALVARÁ dando-lhe licença para explorar as atividades de:

Atividade	Princ. Descrição
6010100	Sim Atividades de rádio

Irineópolis(SC), 17 de Junho de 2020.

Inscrição Municipal

1373

Validade

28/02/2021

Início da Atividade

01/11/2010

FIXAR EM LOCAL VISÍVEL

SETOR DE TRIBUTAÇÃO

Iris Vanessa Bay
Fiscal de Tributos
Matrícula 2049

PREFEITO MUNICIPAL
Bernadete Schuster Longo
Secretaria da Fazenda



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: RADIO NIRVANA FM LTDA
CNPJ: 11.572.391/0001-35

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 11:32:17 do dia 08/05/2020 <hora e data de Brasília>.

Válida até 04/11/2020.

Código de controle da certidão: **C1CD.D40E.4D21.BBA0**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 11.572.391/0001-35

Razão Social: RADIO NIRVANA FM LTDA

Endereço: AV 22 DE JULHO 742 ANDAR 1 / CENTRO / IRINEOPOLIS / SC / 89440-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 28/07/2020 a 26/08/2020

Certificação Número: 2020072803062095981891

Informação obtida em 10/08/2020 08:53:37

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:

www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/listaEmpregadores.jsf

<https://mforeg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nome (razão social): RADIO NIRVANA FM LTDA
CNPJ/CPF: 11.572.391/0001-35

Reservando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal:	Lei nº 3938/66, Art. 154
Número da certidão:	200140085138471
Data de emissão:	17/07/2020 16:12:47
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158, modificado pelo artigo 18 da Lei nº 15.510/11.):	15/09/2020

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: <http://www.sef.sc.gov.br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Este documento foi assinado digitalmente
Impresso em: 10/08/2020 08:57:25

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

SECRETARIA DE FINANÇAS

DIVISÃO DE ARRECADAÇÃO

NÚMERO

270

CERTIDÃO NEGATIVA

NOME / RAZÃO SOCIAL

RADIO NIRVANA FM LTDA - CNPJ 11.572.391/0001-35

AVISO

SEM DÉBITOS PENDENTES ATÉ A PRESENTE DATA: 04/08/2020

COMPROVAÇÃO JUNTO A

FINALIDADE

CERTIFICAMOS QUE ATÉ A PRESENTE DATA NÃO CONSTA DÉBITO
TRIBUTÁRIO RELATIVO A(S) INSCRIÇÃO(ÕES) ABAIXO CARACTERIZADA(S).

Válida por 90 (noventa) dias.

INSCRIÇÃO	ENDEREÇO / LOCALIZAÇÃO	NÚMERO	BLOCO	APTO
773 Atividades de rádio	Avenida - 22 DE JULHO	742		
2306	Avenida - 22 DE JULHO	742		

Irineópolis(SC), 31 de Julho de 2020.

Iris Vanessa Bay



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



CNPJ: **11.572.391/0001-35**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 16:32:03 do dia 20/05/2020 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO NIRVANA FM LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 11.572.391/0001-35

Certidão nº: 11479716/2020

Expedição: 20/05/2020, às 10:48:33

Validade: 15/11/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO NIRVANA FM LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **11.572.391/0001-35**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



Certificamos que o ato constitutivo da empresa indicada a seguir encontra-se arquivado nesta Junta Comercial:

nome empresarial: RADIO NIRVANA FM LTDA

NIRE: 42 2 0444844 6

CNPJ: 11.572.391/0001-35

endereço: AVENIDA 22 DE JULHO

complemento: 1º ANDAR

número: 742

bairro: CENTRO

CEP: 89440-000

município: IRINEÓPOLIS

UF: SC

situação: REGISTRO ATIVO

Arquivamentos Posteriores:

ato	número	data	descrição
090	42204448446	19/02/2010	CONTRATO
021	20103229396	03/11/2010	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
051	20103229396	03/11/2010	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
223	20130547786	24/04/2013	BALANCO
223	20142145246	12/11/2014	BALANCO
223	20160029821	14/03/2016	BALANCO
315	20170102416	13/03/2017	ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA
021	20197102751	26/02/2019	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
206	20196153590	10/07/2019	PROCURACAO
206	20204520592	12/03/2020	PROCURACAO
021	20204499399	15/05/2020	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
051	20204499399	15/05/2020	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
223	20203954980	15/06/2020	BALANCO

FLORIANÓPOLIS - SC, 31 de julho de 2020

BLASCO BORGES BARCELLOS
SECRETÁRIO GERAL



para autenticidade acesse www.jucesc.sc.gov.br
ou 103661/2020-02 na consulta de processos.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>



Documento Assinado Digitalmente 31/07/2020
Junta Comercial de Santa Catarina
CNPJ: 83.565.648.0001-32

Você deve instalar o certificado da JUCESC
www.jucesc.sc.gov.br/certificado

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DE SANTA CATARINA
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME
JOÃO EDUARDO DE NADAL

FILIAÇÃO
HERNEUS JOAO DE NADAL
LAINE MARIA DE NADAL

NATURALIDADE
CHAPECÓ-SC

DATA DE NASCIMENTO
21/01/1983

RG
35447958 - SSP/SC

CPT
008.931.639-88

USADOR DE ÓRGÃO E TÍTULOS
NÃO

VIA
01

EXPIDIDO EM
15/09/2017

PAULO MARCONDES BRINCA
PRESIDENTE

INSCRIÇÃO
28766

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 08761803

USO OBRIGATORIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei n° 8.366/94)

ASSINATURA DO PORTADOR

OBSERVAÇÕES

ART. 26, INC. I, L. 806/04



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.


<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

REGISTRO GERAL 21º/R-1.097.414
DATA DE EXPEDIÇÃO 16.01.1997
NOME
SILVANA MARIA PYKOSZ MUNHOZ
FILIAÇÃO
Gabriel Pykosz
Silvia Maria Pykosz
NATURALIDADE
CAMPO ALEGRE - SC
DATA DE NASCIMENTO
12.11.1965
DOC ORIGEM **Cart. Cas. nº 2.622 Lv. B-5-Aux. Fls. 111**
Cart. São Bento do Sul - SC
CPF **421.583.119-91**
DIRTEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR
ASSINATURA DO DIRETOR
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

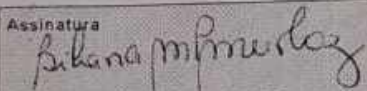
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DIRETORIA DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

ASSINATURA DO TITULAR
Silvana Munhoz
CARTEIRA DE IDENTIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
POLEGAR DIREITO

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR
VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
TÍTULO ELEITORAL IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA
NOME DO ELEITOR
SILVANA MARIA PYKOSZ MUNHOZ
DATA DE NASCIMENTO **12/11/1965** Nº INSCRIÇÃO **0134 1216 0973** ZONA **030** SEÇÃO **0007**
MUNICÍPIO / UF **CAMPO ALEGRE/SC** DATA DE EMISSÃO **25/06/2019**
JUIZ ELEITORAL

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.
Assinatura

SILVANA MARIA PYKOSZ MUNHOZ
VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
Emitido em : 16/04/97

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal
CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS
Nome
SILVANA MARIA PYKOSZ MUNHOZ
Nº de Inscrição
421583119-91
Data do Nascimento
12/11/65




Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **JANICE MARIA BISON**

Inscrição: **0254 9610 0973**

Zona: 041 Seção: 0001

Município: 80594 - CAIBI

UF: SC

Data de nascimento: 24/06/1969

Domicílio desde: 02/10/2007

Filiação: - ZILDA MARIA PULGA BISON
- ANTONIO BISON

Certidão emitida às 14:27 em 20/05/2020

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

DP70.HCFP.AZRZ.RL2H



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **JOÃO EDUARDO DE NADAL**

Inscrição: **0380 3853 0965**

Zona: 100 Seção: 0208

Município: 81051 - FLORIANOPOLIS

UF: SC

Data de nascimento: 21/01/1983

Domicílio desde: 23/04/2018

Filiação: - LAINE MARIA DE NADAL
- HERNEUS JOAO DE NADAL

Certidão emitida às 14:25 em 20/05/2020

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

XVP/.T8A9.YMI8.ZK5J



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **SILVANA MARIA PYKOSZ MUNHOZ**

Inscrição: **0134 1216 0973**

Zona: 030 Seção: 0007

Município: 80632 - CAMPO ALEGRE

UF: SC

Data de nascimento: 12/11/1965

Domicílio desde: 18/09/1986

Filiação: - SILVIA MARIA PYKOSZ
- GABRIEL PYKOSZ

Certidão emitida às 14:19 em 20/05/2020

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

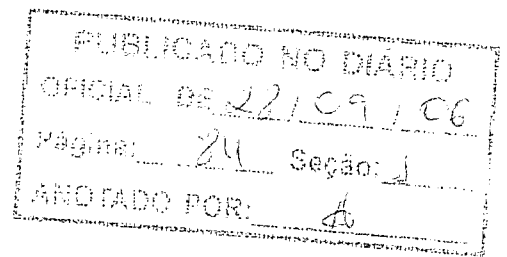
WAVZ.OXSE.GC43.NLIY



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 607 , DE 21 DE SETEMBRO DE 2006.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto n.º 1.720, de 28 de novembro de 1995 e, tendo em vista o que consta do Processo n.º 53740.000450/2001, Concorrência n.º 063/2001 – SSR/MC e do PARECER/CONJUR/MC/JSN/N.º 0941 – 2.29/2006, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à **GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.** para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Irienópolis, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223, da Constituição Federal.

Art. 3º O contrato decorrente dessa permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÉLIO COSTA





Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 799, DE 2009

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO ALTERNATIVA DE TUCUNDUVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tucunduva, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 853, de 21 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Alternativa de Tucunduva para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tucunduva, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 800, DE 2009

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA TANAJURA DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formigueiro, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 598, de 16 de outubro de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária Tanajura de Radiodifusão para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formigueiro, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 801, DE 2009

Aprova o ato que outorga autorização ao INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E PESQUISA AMBIENTAL PLANETA VERDE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquaritinga, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 4, de 5 de janeiro de 2006, que outorga autorização ao Instituto de Educação e Pesquisa Ambiental Planeta Verde para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquaritinga, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 802, DE 2009

Aprova o ato que outorga permissão à GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iriepópolis, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 607, de 21 de setembro de 2006, que outorga permissão à Gtoll Telecomunicações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iriepópolis, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 803, DE 2009

Aprova o ato que outorga autorização à ACAP - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AMIGOS DE PARÁ DE MINAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.027, de 21 de dezembro de 2006, que outorga autorização à ACAP - Associação Comunitária dos Amigos de Pará de Minas para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 804, DE 2009

Aprova o ato que outorga permissão à MEGA CANAL DE CATANDUVA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Adélia, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 529, de 13 de setembro de 2006, que outorga permissão à Mega Canal de Catanduva Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Adélia, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 805, DE 2009

Aprova o ato que outorga permissão à PLUS RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 536, de 13 de setembro de 2006, que outorga permissão à Plus Radiodifusão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 806, DE 2009

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO, CULTURAL E SOCIAL DE PORTO MURINHO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Murinho, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 234, de 28 de maio de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social de Porto Murinho para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Murinho, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 807, DE 2009

Aprova o ato que outorga permissão à REDE DE RÁDIO E TELEVISÃO FENEBI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sete Quedas, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 327, de 19 de junho de 2007, que outorga permissão à Rede de Rádio e Televisão Fenebi Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sete Quedas, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal



BOM DIA
Riciele MilaniSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD » Relatórios » **Outorga** | internet | teia | menu | ajuda

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF:	SC	Município:	Irineópolis
Entidade	Município	Data Outorga	Validade
GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA	Irineópolis	03/09/2010	03/09/2020
Usuário: riciele.mc - Riciele Milani Data: 19/01/2022 Hora: 10:00:56			
Registro 1 até 1 de 1 registros		Página: [1]	[Ir] <input type="text"/> [Reg] <input type="text"/>
Tela Inicial	Imprimir	Exportar Excel	


991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.


rd/Relatorios/Outorga/Tela.asp

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



BOA TARDE
Riciele Milani

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas


Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	11.572.391/0001-35

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: riciele.mc - Riciele Milani


Data: 18/01/2022

Hora: 17:14:44



BOA TARDE
Riciele Milani

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta


Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	11.572.391/0001-35


Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: [riciele.mc - Riciele Milani](#) Data: **18/01/2022** Hora: **17:15:01**



BOA TARDE
Riclele Milani

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta


Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:		CPF						
CPF:		722.249.839-72						
JANICE MARIA BISON								
CNPJ	Empresas	Participação da Empresa(%)	Participação da Entidade(%)	Cargo	Seviço	UF	Município	Tipo
01.756.106/0001-82	RADIO BEBEDOURO FM LTDA	0,00	9,85	--	FM	SC	Passos Maia	--

Usuário: riclele.mc - Riclele Milani


Data: 18/01/2022

Hora: 17:15:51



BOA TARDE
Riciele Milani

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾


SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta | Consulta

Consulta Composição da Entidade...


Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		722.249.839-72									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JANICE MARIA BISON	722.249.839-72	RADIO BEBEDOURO FM LTDA	01.756.106/0001-82	Sócio	9850	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Passos Maia

Usuário: [riciele.mc - Riciele Milani](#) Data: [18/01/2022](#) Hora: [17:16:11](#)



BOA TARDE
Riclele Milani

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta


Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:		CPF						
CPF:		008.931.639-88						
JOÃO EDUARDO DE NADAL								
CNPJ	Empresas	Participação da Empresa(%)	Participação da Entidade(%)	Cargo	Seviço	UF	Município	Tipo
01.756.106/0001-82	RADIO BEBEDOURO FM LTDA	0,00	14,00	--	FM	SC	Passos Maia	--

Usuário: [riciele.mc](#) - Riclele Milani


Data: [18/01/2022](#)

Hora: [17:16:32](#)



BOA TARDE
Riciele Milani

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾


SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta | Consulta

Consulta Composição da Entidade...


Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		008.931.639-88									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOÃO EDUARDO DE NADAL	008.931.639-88	RADIO BEBEDOURO FM LTDA	01.756.106/0001-82	Sócio	14000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Passos Maia

Usuário: [riciele.mc - Riciele Milani](#) Data: [18/01/2022](#) Hora: [17:16:48](#)



BOA TARDE
Riciele Milani

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas


Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	421.583.119-91

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: riciele.mc - Riciele Milani


Data: 18/01/2022

Hora: 17:17:06



BOA TARDE
Riciele Milani

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	421.583.119-91

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: [riciele.mc - Riciele Milani](#) Data: 18/01/2022 Hora: 17:17:25



BOA TARDE
Riciele Milani

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------


Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	SILVANA MARIA PYKOSZ MUNHOZ

Não foi encontrado dados com essa informação


Usuário: riciele.mc - Riciele Milani Data: 18/01/2022 Hora: 17:17:52





BOA TARDE
Riciele Milani

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	SILVANA MARIA PYKOSZ MUNHOZ

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: [riciele.mc - Riciele Milani](#) Data: **18/01/2022** Hora: **17:18:11**



Entidade	Administrativo	Endereços	Plano Básico	Sistema Principal	Sistema de Trans. Auxiliar	RDS
----------	-----------------------	-----------	--------------	-------------------	----------------------------	-----

Estação

Número da Estação

692892630

Indicativo da Estação

ZYV252

Situação

Limite para solicitação de Licenciamento

Data Primeiro Licenciamento

30/11/2015

Data Último Licenciamento

30/06/2017

Número da Licença

53500.062464/2017-91

MOSAICO

Informações do Contrato

Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do documento	
		▼	▼		



Informações do documento de Aprovação de Locais

Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do documento	
9999	411	Portaria ▼	MC ▼	23/09/2010	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



+	Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do documento	Data DOU	
x	9999	802	Decreto Legislativo ▼	CN ▼	04/11/2009	05/11/2009	
x	9999	7200	Ato ▼	CMPRL ▼	03/11/2010	04/11/2010	
x	9999	237	Portaria ▼	MC ▼	01/08/2012	06/08/2012	
x	9999	2767	Ato ▼	ER03 ▼	04/05/2015	19/05/2015	
x	53500.071035/20:	65	Ato ▼	ORLE ▼	05/01/2021	21/01/2021	

- Fechar
- Enviar
- Validação



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

Id solicitação: 57dbac4203dea

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA	
Nome Fantasia: GTOLL TELECOMUNICACOES	
Telefone: (49) 36480233	E-mail:
CNPJ: 04.484.313/0001-13	Número do Fistel: 50406587531
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 03/09/2010	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Observações: RESOLUCAO ANATEL 125/99. Ato nº 2.765, de 1/8/2016, publicado na pág. 10, Seção 1, do DOU de 4/8/2016.	

Endereço Sede		
Logradouro: RUA BARÃO DO RIO BRANCO	Complemento:	
Bairro: CENTRO	Numero: 358	
Município: Paraíso do Norte	UF: PR	CEP: 87780000

Endereço Correspondência		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Endereço do Transmissor		
Logradouro: LINHA COLONIA VELHA	Complemento:	
Bairro: JARDIM BRAND	Numero: S/N	
Município: Irineópolis	UF: SC	CEP: 89440000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: AVENIDA 22 JULHO	Complemento: 1º ANDAR	
Bairro: CENTRO	Numero: 742	
Município: Irineópolis	UF: SC	CEP: 89440000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização			
Município: Irineópolis		UF: SC	
Parâmetros Técnicos			
Canal: 290	Frequência: 105.9 MHz	Classe: B1	ERP Máxima: 1.53kW
HCI: 77 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

Informações Gerais



022 Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Número da Estação: 692892630	Número Indicativo: ZYV252
Data Último Licenciamento: 30/06/2017	Número da Licença: 53500.062464/2017-91

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 26°15'22" S	Longitude: 50°48'16" W	Cota da base: 810 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 027830902884	Modelo: EX 2000
Fabricante: Sintek Sistemas Eletrônicos Ltda.	Potência de Operação: 1.560 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF78-50JA	Fabricante: RFS		
Comprimento da Linha: 90.00 m	Atenuação: 1.1995 dB/100m	Perdas Acessórias: 1.950 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: MMFMVT02-2	Fabricante: MAXWELL MAY COMUNICACOES LTDA.				
Ganho: 2.95 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 0 °	Polarização: Vertical	HCI: 77 m	ERP Máxima: 1.53 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0	30°: 0	35°: 0	40°: 0	45°: 0	50°: 0.09	55°: 0
60°: 0.54	65°: 0	70°: 0.72	75°: 0	80°: 0.92	85°: 0	90°: 1.11	95°: 0	100°: 1.2	105°: 0	110°: 1.31	115°: 0
120°: 1.41	125°: 0	130°: 2.38	135°: 0	140°: 3.6	145°: 0	150°: 5	155°: 0	160°: 6.75	165°: 0	170°: 8.87	175°: 0
180°: 9.37	185°: 0	190°: 8.87	195°: 0	200°: 6.74	205°: 0	210°: 5.04	215°: 0	220°: 3.61	225°: 0	230°: 2.38	235°: 0
240°: 1.41	245°: 0	250°: 1.31	255°: 0	260°: 1.21	265°: 0	270°: 1.11	275°: 0	280°: 0.92	285°: 0	290°: 0.72	295°: 0
300°: 0.54	305°: 0	310°: 0.09	315°: 0	320°: 0	325°: 0	330°: 0	335°: 0	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0

Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -

Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento: 027830902884	Modelo: EX 1000
Fabricante: Sintek Sistemas Eletrônicos Ltda.	Potência de Operação: 1.00 kW

Transmissor Auxiliar 2	



Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 1.53 kW

RDS	
Código PI:	

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	607	Portaria	MC	21/09/2006	28/09/2006	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	411	Portaria	MC	23/09/2010	30/09/2010	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	802	Decreto Legislativo	CN	04/11/2009	05/11/2009	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	7200	Ato	CMPRL	03/11/2010	04/11/2010	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	237	Portaria	MC	01/08/2012	06/08/2012	Multa	Jurídico
9999	2767	Ato	ER03	04/05/2015	19/05/2015	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
53500.071035/2020-19	65	Ato	ORLE	05/01/2021	21/01/2021	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento	



Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		04.484.313/0001-13									
GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANTÔNIO JOÃO FURQUIM PEREIRA	546.376.009-87	GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA	04.484.313/0001-13	Sócio	1000	0,00%	0,00%	OM	Local	PR	Formosa do Oeste
		GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA	04.484.313/0001-13	Sócio	1000	0,00%	0,00%	OM	Local	PR	Clevelândia
		GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA	04.484.313/0001-13	Sócio	1000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Irineópolis
		GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA	04.484.313/0001-13	Sócio	1000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Imaruí
		GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA	04.484.313/0001-13	Diretor (SÓCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	PR	Paraíso do Norte
		GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA	04.484.313/0001-13	Diretor (SÓCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SC	Imaruí
		GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA	04.484.313/0001-13	Diretor (SÓCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SC	Irineópolis
		GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA	04.484.313/0001-13	Diretor (SÓCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Local	PR	Clevelândia
		GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA	04.484.313/0001-13	Diretor (SÓCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Local	PR	Formosa do Oeste
		GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA	04.484.313/0001-13	Sócio	1000	0,00%	0,00%	FM	--	PR	Paraíso do Norte
GLAUCO TOLLENDAL DE BARROS	514.283.346-53	GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA	04.484.313/0001-13	Sócio	19000	0,00%	0,00%	FM	--	PR	Paraíso do Norte
		GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA	04.484.313/0001-13	Sócio	19000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Imaruí
		GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA	04.484.313/0001-13	Sócio	19000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Irineópolis
		GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA	04.484.313/0001-13	Sócio	19000	0,00%	0,00%	OM	Local	PR	Clevelândia
		GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA	04.484.313/0001-13	Sócio	19000	0,00%	0,00%	OM	Local	PR	Formosa do Oeste

Usuário: riciele.mc - Riciele Milani

Data: 18/01/2022

Hora: 17:11:08



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

iacco/Novo_Siacco/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposicao/tela.asp

https://anileg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

NOTA TÉCNICA Nº 804/2022/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 53115.004651/2020-08.

INTERESSADAS: GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. (CEDENTE) E RÁDIO NIRVANA FM LTDA. (CESSIONÁRIA)

ASSUNTO: TRANSFERÊNCIA DIRETA. OUTORGA EM CARÁTER PRECÁRIO. INFORME PROCEDIMENTAL. PROCESSO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA EM FASE DE INSTRUÇÃO.

SUMÁRIO

1. Trata-se da análise do processo administrativo, por meio do qual a Gtoll Telecomunicações Ltda. (cedente), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, Fistel nº 50406587531, no município de Irineópolis/SC, requer autorização deste Ministério para efetuar a transferência direta da outorga à Rádio Nirvana FM Ltda. (cessionária).

ANÁLISE

2. O procedimento de Transferência de Outorga está previsto no artigo 38, alínea “c” da Lei nº 4.117/1962 (redação dada pela Lei nº 13.424/2017), e nos artigos 89, 90, 91 e 92 do Decreto nº 52.795/1963 (redação dada pelo Decreto nº 1.938/2017).

3. Além disso, em se tratando de serviço executado em faixa de fronteira, os procedimentos administrativos alusivos à obtenção de assentimento prévio – para fins de execução do serviço de radiodifusão em municípios fronteiriços –, serão iniciados no âmbito da Secretaria de Radiodifusão, cuja atribuição é a instrução do feito e posterior encaminhamento ao Conselho de Defesa Nacional dos atos constitutivos, instrumentos sociais e respectivas alterações estatutárias e contratuais das entidades, nos termos dos art. 8º e art. 12, parágrafo único, e das orientações consubstanciadas nos art. 10, e art. 11, todos do Decreto nº 85.064/1980.

4. Denota-se dos dispositivos citados, que a Transferência de Outorga ocorre quando a concessão/permissão é transferida de uma pessoa jurídica para outra. Além disso, a outorga será transferida em observância aos prazos e às condições estabelecidas originalmente.

5. A transferência da concessão/permissão depende, **para sua validade**, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo.

6. Esse procedimento será autorizado, em se tratando de serviço de radiodifusão sonora (onda curta, onda tropical, onda média e frequência modulada), de Portaria do Ministro de Estado das Comunicações, e em se tratando de serviço de sons e imagens (televisão), de Decreto do Presidente da República, que será precedido de instrução processual efetivada pelo Ministro de Estado das Comunicações.

7. Nos dois casos, a transferência será comunicada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem do Presidente da República nos termos do disposto no § 5º do art. 222 da Constituição.

8. Para a realização do procedimento de transferência a empresa detentora da outorga (cessionária/permissionária) deverá preencher requisitos mínimos, quais são:

- I - A estação deverá ter no mínimo 5 (cinco) anos de licenciamento definitivo para funcionamento;
- II - A outorga deverá estar válida ou, caso esteja vencida (caráter precário), poderá ser transferida após a conclusão da instrução do processo de renovação de outorga (**publicação da Portaria de Renovação**); e
- III - A observância aos limites de outorga estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967 e pelo Decreto nº 52.795/1963.

9. Hodiernamente, a permissão que a Gtoll Telecomunicações Ltda. pretende transferir preenche apenas 2 (dois) desses requisitos mínimos, sendo eles:

- a) interstício mínimo de licenciamento, uma vez que o primeiro certificado definitivo fora expedido em 31.11.2015 (SEI 9247021);
- b) obediência aos limites máximo de outorga pela pessoa jurídica Cessionária e seus respectivos sócios e dirigentes (SEI 9100488).

Quanto ao requisito da validade da outorga, constata-se que a **outorga em comento encontra-se com prazo de vencido desde 03.09.2020 (SEI9247965)**. Da consulta realizada aos sistemas internos de controle de processos, foi

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>



991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

localizado o processo de renovação nº 53115.006310/2020-69, no entanto, o mesmo está em fase de regularização da sua instrução, portanto, **no momento**, não atende o disposto no art. 4º da Lei nº 13.424/2017, inviabilizando, por ora, a transferência da outorga.

11. Além dos requisitos citados anteriormente, as empresas que desejarem promover a transferência da outorga deverão apresentar a documentação que demonstre a regularidade sob os aspectos ligados à (i) habilitação jurídica; (ii) qualificação econômico-financeira; (iii) regularidade fiscal; e (iv) nacionalidade e demais exigências impostas aos sócios e dirigentes, em conformidade com o art. 93 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 9.138/2017, conforme Formulário em anexo.

12. Quanto à documentação, verifica-se dos autos que o pedido deverá ser instruído com o documentos previstos no Regulamento de Serviços de Radiodifusão - RSR, aprovado pelo Decreto nº 52.795 de 1963 (alterado pelo Decreto nº 9.138 de 22 de agosto de 2017 e Decreto nº 10.775 de 23 de agosto de 2021). Por conseguinte, conforme demonstra a Lista de Verificação de Documentos (SEI9100170) restou pendente o envio dos seguintes: **i) da cedente** - prova de regularidade para com a Fazenda municipal da sede da entidade, ou outra equivalente, na forma da lei, e **ii) da cessionária** - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.

13. **Ante o exposto, notifica-se as interessada para que, após a finalização da instrução do processo de renovação de outorga, manifestem o interesse na continuidade do pleito de transferência objeto destes autos.**

14. Por fim, informa-se que se o pedido de transferência direta for deferido antes da deliberação do Congresso Nacional sobre o pleito renovatório, o serviço será prestado em caráter precário, enquanto não houver conclusão definitiva, na forma do art. 94 do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

15. Diante do exposto, opina-se pela remessa de ofício à Entidade, acompanhado de cópia desta Nota Técnica, para ciência, bem como do envio do Formulário de Transferência Direta.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 21/01/2022, às 10:38 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin, Coordenador de Pós-Outorgas**, em 21/01/2022, às 11:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9247099** e o código CRC **01F05A95**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.004651/2020-08

SEI nº 9247099



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Pós-Outorga

OFÍCIO Nº 1326/2022/MCOM

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. (C.N.P.J Nº 04.484.313/0001-13)
Rua Barão do Rio Branco, nº 358 - Centro
87.780 - 000 Paraíso do Norte/PR
(gabrielm101.5@hotmail.com)

ASSUNTO: TRANSFERÊNCIA DIRETA. OUTORGA EM CARÁTER PRECÁRIO. INFORME PROCEDIMENTAL. PROCESSO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA EM FASE DE INSTRUÇÃO. PROCESSO Nº 53115.004651/2020-08.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o, cordialmente, encaminho cópia da Nota Técnica n.º 804/2022/SEI-MCOM acompanhada do Formulário (SEI 9248180) para conhecimento.
2. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Radiodifusão permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações que julgar necessárias.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin**, **Coordenador de Pós-Outorgas**, em 21/01/2022, às 11:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9247952** e o código CRC **6201A2EA**.

Anexos:

- Nota Técnica 804 (9247099)
- Formulário (9248180)

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 1326/2022/MCOM - Processo nº 53115.004651/2020-08 - Nº SEI: 9247952



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Pós-Outorga

OFÍCIO Nº 1335/2022/MCOM

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO NIRVANA FM LTDA. (C.N.P.J Nº 11.572.391/0001-35)
Avenida 22 de julho, nº 742, 1º andar - Centro
89.440 - 000 Irineópolis/SC
(gabriel_fm101.5@hotmail.com)

ASSUNTO: TRANSFERÊNCIA DIRETA. OUTORGA EM CARÁTER PRECÁRIO. INFORME PROCEDIMENTAL. PROCESSO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA EM FASE DE INSTRUÇÃO. PROCESSO Nº 53115.004651/2020-08.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o, cordialmente, encaminho cópia da Nota Técnica n.º 804/2022/SEI-MCOM acompanhada do Formulário (SEI 9248180) para conhecimento.
2. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Radiodifusão permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações que julgar necessárias.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin, Coordenador de Pós-Outorgas**, em 21/01/2022, às 11:34 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9248195** e o código CRC **2F620133**.

Anexos:

- Nota Técnica 804 (9247099)
- Formulário (9248180)

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 1335/2022/MCOM - Processo nº 53115.004651/2020-08 - Nº SEI: 9248195



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DIRETA

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE CEDENTE			
Nome da Pessoa Jurídica:			
CNPJ:			
Endereço da sede:			
CEP da sede:			
E-mail de contato:			
Serviço executado:	() Radiodifusão sonora	() em frequência modulada	
		() em ondas curtas	
		() em ondas médias	
		() em ondas médias adaptada para frequência modulada	
		() em ondas tropicais	
	() Radiodifusão de sons e imagens		
Localidade de execução do serviço:		UF:	
Número do Fistel:		Canal:	

QUADRO SOCIETÁRIO E DIRETIVO DA ENTIDADE CEDENTE		
NOME	COTAS/AÇÕES	VALOR

NOME	CARGO	CPF



Eu, _____, inscrito no CPF
sob o nº _____, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica (cedente)
acima qualificada, e com fundamento na alínea “c” do art. 38 da Lei nº 4.117/62 (alterada pela lei nº 13.424,
de 28 de março de 2017), venho solicitar autorização deste Ministério para realizar a TRANSFERÊNCIA
DIRETA da concessão/permissão relativa ao serviço, localidade e estado acima descritos, à pessoa jurídica
cessionária abaixo identificada, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a
documentação constante do ANEXO deste formulário.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do representante legal da Cedente



IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE CESSIONÁRIA	
Nome da Pessoa Jurídica:	
CNPJ:	
Endereço da sede:	
CEP da sede:	
E-mail de contato:	

QUADRO SOCIETÁRIO E DIRETIVO DA ENTIDADE CESSIONÁRIA		
NOME	COTAS/AÇÕES	VALOR

NOME	CARGO	CPF

DECLARAÇÕES

Com vistas à autorização para efetivar a operação solicitada, DECLARO, para os devidos fins, que:

- (a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão;;
- (b) nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- (c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;



- (d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- (e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
- (f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- (g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do representante legal da Cessionária

De acordo.

ASSINATURA DE TODOS OS SÓCIOS E DIRETORES (CEDENTE E CESSIONÁRIA)	
NOME	ASSINATURA



DOCUMENTOS NECESSÁRIOS	
RELATIVOS À CEDENTE	<p>(a) prova de inscrição no CNPJ;</p> <p>(b) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cedente, na forma da lei;</p> <p>(c) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;</p> <p>(d) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e</p> <p>(e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.</p>
RELATIVOS À CESSIONÁRIA	<p>(a) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária;</p> <p>(b) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;</p> <p>(c) certidão negativa de falência ou recuperação judicial válida, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;</p> <p>(d) prova de inscrição no CNPJ;</p> <p>(e) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cessionária, na forma da lei;</p> <p>(f) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;</p> <p>(g) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e</p> <p>(h) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.</p>
RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRETORES DA CESSIONÁRIA	<p>(a) prova de condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos, mediante a apresentação de certidão de nascimento ou casamento, certificado de reservista, carteira profissional ou de identidade, certificado de naturalização expedido há mais de dez anos, carteira de trabalho e previdência social ou passaporte.</p>
NA HIPÓTESE DE HAVER	Se constituída sob a forma de <u>Sociedade Limitada:</u>



PESSOA
JURÍDICA
SÓCIA DA
ENTIDADE

a) Certidão emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, acompanhada do último ato arquivado pela sociedade;

b) Declaração, firmada em conjunto, pelos dirigentes da Entidade (*nome da titular da outorga*) e da Pessoa Jurídica sócia (*nome da sócia da entidade*), de que:

b.1) No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

b.2) Nenhum dos sócios da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e

b.3) Nenhum dos sócios da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.

Se constituída sob a forma de **Sociedade Anônima**:

a) Estatuto Social atualizado e Ata de Assembleia que elegeu o último quadro diretivo;

b) lista de subscrição de acionistas, contendo nome, nº de CPF e percentual de participação;

c) Declaração, firmada em conjunto, pelos dirigentes da Entidade (*nome da titular da outorga*) e da Pessoa Jurídica sócia (*sócia da entidade*), de que:

c.1) No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

c.2) Nenhum dos acionistas da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo



tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;

c.3) Nenhum dos acionistas da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.

Em se tratando de **Fundação**:

a) Estatuto Social atualizado e Ata de Reunião que elegeu o último quadro diretivo;

b) Declaração, firmada em conjunto, pelos dirigentes da Entidade (*nome da titular da outorga*) e da Pessoa Jurídica sócia (*sócia da entidade*), de que:

a.1) Nenhum dos dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e

a.2) Nenhum dos dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.

***Atenção:** Se houver pessoas jurídicas no quadro societário da pessoa jurídica sócia da Permissionária/Concessionária, será necessário o encaminhamento dos documentos relacionados anteriormente.

ATENÇÃO:



- 1) Na hipótese da pessoa jurídica cessionária consistir em sociedade por ações, a documentação acima relacionada será exigida apenas dos possuidores de, no mínimo, trinta por cento das ações representativas do capital social e caberá ao dirigente da sociedade apresentar declaração de que os sócios possuidores de menos de trinta por cento das ações representativas do capital social cumprem os requisitos previstos no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;
- 2) Na hipótese da pessoa jurídica cessionária consistir em sociedade por ações, deverá ser encaminhado o Livro de Registro de Ações, bem como a Ata de Assembleia que deliberou sobre a concessão/permissão da outorga a ser transferida, Estatuto Social e lista de subscrição de acionistas, contendo nome, número de CPF e percentual de participação; e
- 3) Nas localidades em faixa de fronteira, será necessário observar as regras estabelecidas no Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980, que regulamenta a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979.



Data de Envio:

21/01/2022 14:28:19

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas <copou@mctic.gov.br>

Para:

FURQUIM38@GMAIL.COM
furquim@morenafm88.com.br
juridicoseils@lorini.com.br
tecnicoseile@lorini.com.br
gabrielm101.5@hotmail.com

Assunto:

Envio de correspondência oficial Ministério das Comunicações

Mensagem:

Ao (A) Senhor (a)

Representante Legal da

GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. (C.N.P.J Nº 04.484.313/0001-13)

Rua Barão do Rio Branco, nº 358 - Centro

87.780 - 000 Paraíso do Norte/PR

ASSUNTO: TRANSFERÊNCIA DIRETA. OUTORGA EM CARÁTER PRECÁRIO. INFORME PROCEDIMENTAL. PROCESSO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA EM FASE DE INSTRUÇÃO. PROCESSO Nº 53115.004651/2020-08.

Senhor (a) Representante Legal,

Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 804/2022/SEI-MCOM, para conhecimento da decisão proferida por esta Pasta.

Atenciosamente, .

Anexos:

Oficio_9247952.html
Nota_Tecnica_9247099.html
Formulario_9248180_Formulario_TD.pdf



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

Data de Envio:

21/01/2022 14:30:47

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas <copou@mctic.gov.br>

Para:

sanremo@cpnet.com.br
gabrielm101.5@hotmail.com
tecnicoseile@lorini.com.br
glaubergandolfi@hotmail.com
financeiro@nossaradio.net.br

Assunto:

Envio de correspondência oficial Ministério das Comunicações

Mensagem:

Ao (A) Senhor (a)

Representante Legal da

RÁDIO NIRVANA FM LTDA. (C.N.P.J Nº 11.572.391/0001-35)

Avenida 22 de julho, nº 742, 1º andar - Centro

89.440 - 000 Irineópolis/SC

ASSUNTO: TRANSFERÊNCIA DIRETA. OUTORGA EM CARÁTER PRECÁRIO. INFORME PROCEDIMENTAL. PROCESSO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA EM FASE DE INSTRUÇÃO. PROCESSO Nº 53115.004651/2020-08.

Senhor (a) Representante Legal,

Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 804/2022/SEI-MCOM, para conhecimento da decisão proferida por esta Pasta.

Atenciosamente,

Anexos:

Oficio_9248195.html
Nota_Tecnica_9247099.html
Formulario_9248180_Formulario_TD.pdf



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 31/07/2024 | Edição: 146 | Seção: 1 | Página: 12

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 13.845, DE 10 DE JULHO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.006310/2020-69, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 04.484.313/0001-13, número de inscrição no FISTEL nº 50406587531, a partir de 3 de setembro de 2020, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Irineópolis, estado de Santa Catarina.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.





Todos

Baixar Canais

5 total de registros | 1 - 50 | 50 | Atualizar | Filtrar

Ações	Status	CNPJ	Entidade	NumFistel	Personagem	Finalidade	Serviço	Num Serviço	UF	Município	Específico local	Canal	Dez	Frequência	Classe	Ca
		04484313				(Todos)										
Ver Estações	FM-C7 (Aguardando Ato de RF)	04484313000113	GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA	50409588709	P	Comercial	Rádio FM	230	RP	Paraíso do Norte		204		88,7	C	Diret
Ver Estações	FM-C4 (Canal Licenciado)	04484313000113	GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA	50407190511	P	Comercial	Rádio FM	230	SC	Imaruí		240		95,9	A2	Diret
Ver Estações	FM-C4 (Canal Licenciado)	04484313000113	GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA	50406587531	P	Comercial	Rádio FM	230	SC	Irineópolis		290		105,9	A3	Diret
Ver Estações	AM-C5 (Canal pendente de outorga)	04484313000113	GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA	50445393092	P		OM	205	RP	Clevelândia				1590	C	
Ver Estações	AM-C2 (Canal Outorgado - Aguardando Dados da Estação)	04484313000113	GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA	50410179213	P	Comercial	OM	205	RP	Formosa do Oeste				1590	C	



Id solicitação: 57dbac4203dea

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA	
Nome Fantasia: GTOLL TELECOMUNICACOES	
Telefone: (49) 36480233	E-mail: juridicoseils@lorini.adv.br
CNPJ: 04.484.313/0001-13	Número do Fistel: 50406587531
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 03/09/2010	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 28/09/2026	
Observações: RESOLUCAO ANATEL 125/99. Ato nº 2.765, de 1/8/2016, publicado na pág. 10, Seção 1, do DOU de 4/8/2016.	

Endereço Sede		
Logradouro: RUA BARÃO DO RIO BRANCO	Complemento:	
Bairro: CENTRO	Numero: 358	
Município: Paraíso do Norte	UF: PR	CEP: 87780000

Endereço do Transmissor		
Logradouro: LINHA COLONIA VELHA	Complemento:	
Bairro: JARDIM BRAND	Numero: S/N	
Município: Irineópolis	UF: SC	CEP: 89440000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: AVENIDA 22 JULHO	Complemento: 1º ANDAR	
Bairro: CENTRO	Numero: 742	
Município: Irineópolis	UF: SC	CEP: 89440000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Irineópolis	UF: SC

Parâmetros Técnicos			
Canal: 290	Frequência: 105.9 MHz	Classe: A3	ERP Máxima: 7.7476kW
HCI: 90 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 692892630	Número Indicativo: ZYV252
Data Último Licenciamento: 23/01/2023	Número da Licença: 53500.341642/2022-13



Estação Principal		
Localização		
Latitude: 26° 15' 22.50" S	Longitude: 50° 48' 16.09" W	Cota da base: 812.9 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 057122002884	Modelo: XT - 3000
Fabricante: Sintek Sistemas Eletrônicos Ltda.	Potência de Operação: 3.000 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF78-50JA 7/8"	Fabricante: RFS – RÁDIO FREQUENCY SYSTEMS - KMP		
Comprimento da Linha: 90.0 m	Atenuação: 1.1995 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.500 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: MMFMVT02-4	Fabricante: MAXWELL MAY ANTENAS COMUNICAÇÃO LTDA				
Ganho: 5.7 dBi	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 0 °	Polarização: Vertical	HCl: 90 m	ERP Máxima: 7.75 kW

Padrão de Antena dBi											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0	30°: 0	35°: 0	40°: 0	45°: 0.03	50°: 0.04	55°: 0.15
60°: 0.26	65°: 0.31	70°: 0.35	75°: 0.24	80°: 0.45	85°: 0.46	90°: 0.54	95°: 0.57	100°: 0.58	105°: 0.63	110°: 0.68	115°: 0.71
120°: 0.72	125°: 0.96	130°: 1.21	135°: 1.51	140°: 1.83	145°: 2.16	150°: 2.5	155°: 2.91	160°: 3.35	165°: 3.88	170°: 4.44	175°: 4.58
180°: 4.73	185°: 4.58	190°: 4.44	195°: 3.88	200°: 3.35	205°: 2.91	210°: 2.5	215°: 2.16	220°: 1.83	225°: 1.51	230°: 1.21	235°: 0.96
240°: 0.72	245°: 0.7	250°: 0.68	255°: 0.63	260°: 0.58	265°: 0.56	270°: 0.54	275°: 0.49	280°: 0.45	285°: 0.4	290°: 0.35	295°: 0.31
300°: 0.26	305°: 0.15	310°: 0.04	315°: 0.02	320°: 0	325°: 0	330°: 0	335°: 0	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0

Coordenadas por radial											
0°: Lat 26°3'9.78" S Lon 50°4'8'16.09" W	5°: Lat 26°2'58.39" S Lon 50°4'50'47" W	10°: Lat 26°2'57.54" S Lon 50°4'45'49.89" W	15°: Lat 26°3'2.64" S Lon 50°4'43'35.44" W	20°: Lat 26°3'13.78" S Lon 50°4'43'20.89" W	25°: Lat 26°3'18.12" S Lon 50°4'50'42'0.17" W	30°: Lat 26°4'2.59" S Lon 50°4'0'59.21" W	35°: Lat 26°4'54.87" S Lon 50°4'50'40'6.97" W	40°: Lat 26°5'24.58" S Lon 50°4'38'57.73" W	45°: Lat 26°6'7.14" S Lon 50°4'7'58.06" W	50°: Lat 26°6'39.23" S Lon 50°4'36'42.22" W	55°: Lat 26°7'46.36" S Lon 50°4'36'11.31" W
60°: Lat 26°8'54.26" S Lon 50°3'35'48.01" W	65°: Lat 26°9'54.21" S Lon 50°3'35'13.11" W	70°: Lat 26°10'55.03" S Lon 50°3'4'39.18" W	75°: Lat 26°11'57.43" S Lon 50°3'50'34'6.04" W	80°: Lat 26°13'6.32" S Lon 50°3'33'59.69" W	85°: Lat 26°14'15.47" S Lon 50°3'4'10.71" W	90°: Lat 26°15'21.8" S Lon 50°3'50'34'2.06" W	95°: Lat 26°16'27.75" S Lon 50°3'4'15.72" W	100°: Lat 26°17'30.74" S Lon 50°3'4'40.83" W	105°: Lat 26°18'33.98" S Lon 50°3'4'56.33" W	110°: Lat 26°19'32.54" S Lon 50°3'5'27.89" W	115°: Lat 26°20'31.63" S Lon 50°3'5'55.08" W
120°: Lat 26°21'21.28" S Lon 50°3'6'41.68" W	125°: Lat 26°22'6.05" S Lon 50°3'50'37'32.2" W	130°: Lat 26°22'24.41" S Lon 50°3'8'54.47" W	135°: Lat 26°21'29.54" S Lon 50°3'1'26.28" W	140°: Lat 26°22'40.11" S Lon 50°3'1'26.07" W	145°: Lat 26°20'46.82" S Lon 50°3'50'44'2.63" W	150°: Lat 26°21'46.46" S Lon 50°3'50'44'8.65" W	155°: Lat 26°22'4.34" S Lon 50°3'44'46.93" W	160°: Lat 26°22'23.61" S Lon 50°3'50'45'25" W	165°: Lat 26°23'48.67" S Lon 50°3'5'44.67" W	170°: Lat 26°22'25.17" S Lon 50°3'50'46'52.9" W	175°: Lat 26°23'12.58" S Lon 50°3'7'30.18" W
180°: Lat 26°24'25.52" S Lon 50°4'8'16.09" W	185°: Lat 26°25'20.14" S Lon 50°4'9'14.48" W	190°: Lat 26°25'36.65" S Lon 50°5'0'17.02" W	195°: Lat 26°26'25'38.6" S Lon 50°5'1'20.45" W	200°: Lat 26°25'44.12" S Lon 50°5'2'28.78" W	205°: Lat 26°26'25'26.3" S Lon 50°5'3'30.54" W	210°: Lat 26°25'19.95" S Lon 50°5'4'41.35" W	215°: Lat 26°26'25'3.09" S Lon 50°5'55'50.18" W	220°: Lat 26°24'36.27" S Lon 50°5'6'55.15" W	225°: Lat 26°23'53.59" S Lon 50°5'7'47.03" W	230°: Lat 26°23'19.19" S Lon 50°5'8'50.79" W	235°: Lat 26°22'8.76" S Lon 50°5'50'59'4.32" W
240°: Lat 26°21'37.84" S Lon 51°0'22.62" W	245°: Lat 26°20'39.62" S Lon 51°0'56.31" W	250°: Lat 26°19'50.3" S Lon 51°1'59.02" W	255°: Lat 26°18'42.52" S Lon 51°2'11.64" W	260°: Lat 26°17'41.34" S Lon 51°2'59.1" W	265°: Lat 26°16'32.2" S Lon 51°3'14.44" W	270°: Lat 26°15'21.73" S Lon 51°3'12.43" W	275°: Lat 26°14'12.94" S Lon 51°2'53.07" W	280°: Lat 26°13'3" S Lon 51°2'53.31" W	285°: Lat 26°12'1.14" S Lon 51°2'10.84" W	290°: Lat 26°11'1.55" S Lon 51°1'33.15" W	295°: Lat 26°10'4.27" S Lon 51°0'55.15" W
300°: Lat 26°9'13.28" S Lon 51°0'7.6" W	305°: Lat 26°8'16.35" S Lon 50°59'33.32" W	310°: Lat 26°7'40.3" S Lon 50°8'29.13" W	315°: Lat 26°6'37.35" S Lon 50°58'0.56" W	320°: Lat 26°5'46.4" S Lon 50°57'14.12" W	325°: Lat 26°5'22.08" S Lon 50°56'4.04" W	330°: Lat 26°5'0.11" S Lon 50°54'56.07" W	335°: Lat 26°3'52.52" S Lon 50°54'14.2" W	340°: Lat 26°3'40.52" S Lon 50°53'0.48" W	345°: Lat 26°3'34.7" S Lon 50°51'47.2" W	350°: Lat 26°3'6.88" S Lon 50°50'40.47" W	355°: Lat 26°3'3.11" S Lon 50°49'28.1" W

Distância por radial											
0°: 22.6	5°: 23.1	10°: 23.4	15°: 23.7	20°: 24	25°: 24.7	30°: 24.2	35°: 23.7	40°: 24.1	45°: 24.2	50°: 25.1	55°: 24.5
60°: 24	65°: 24	70°: 24.1	75°: 24.4	80°: 24.1	85°: 23.5	90°: 23.7	95°: 23.4	100°: 22.9	105°: 22.9	110°: 22.6	115°: 22.6
120°: 22.2	125°: 21.8	130°: 20.3	135°: 16	140°: 17.7	145°: 12.2	150°: 13.7	155°: 13.7	160°: 13.8	165°: 16.2	170°: 13.3	175°: 14.6
180°: 16.8	185°: 18.5	190°: 19.3	195°: 19.7	200°: 20.4	205°: 20.6	210°: 21.3	215°: 21.9	220°: 22.3	225°: 22.3	230°: 22.9	235°: 21.9
240°: 23.2	245°: 23.2	250°: 24.2	255°: 24	260°: 24.8	265°: 25	270°: 24.8	275°: 24.4	280°: 24.7	285°: 24	290°: 23.5	295°: 23.2



300°: 22.8	305°: 22.9	310°: 22.2	315°: 22.9	320°: 23.2	325°: 22.6	330°: 22.2	335°: 23.5	340°: 23.1	345°: 22.6	350°: 23.1	355°: 22.9
------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento: 025100902884						Modelo: EX1000					
Fabricante: Sintech Sistemas Eletrônicos Ltda.						Potência de Operação: 1.000 kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 7.75 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	607	Portaria	MC	21/09/2006	28/09/2006	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	411	Portaria	MC	23/09/2010	30/09/2010	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	802	Decreto Legislativo	CN	04/11/2009	05/11/2009	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	7200	Ato	CMPRL	03/11/2010	04/11/2010	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	237	Portaria	MC	01/08/2012	06/08/2012	Multa	Jurídico
9999	2767	Ato	ER03	04/05/2015	19/05/2015	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
53500.071035/2020-19	65	Ato	ORLE	05/01/2021	21/01/2021	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.332832/2022-31	9453901	Ato	ORLE	18/11/2022	08/12/2022	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53115006310202069	13845	Portaria	MC	10/07/2024	31/07/2024	Renovação	Jurídico

Horário de funcionamento							





BOA TARDE
RICIELE MILANI

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIGEC >>> CONSULTAS GERAIS >>> Consultar **Extrato de Lançamentos** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA

Nº FISTEL: 50406587531

Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

CNPJ/CPF: 04484313000113

Situação: Ativa

Data Validade: 03/09/2020

+ CADIN:

Não

Incidência FUST: Integral

Data Início Operação Comercial:

Div. Ativa: Não

Tipo Usuário:

+ UF: PR

Proc. Caducidade: Não



Receita	Est. / Ref. / Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/Crédito (R\$)
6530	0	2010	20/08/2010	R\$ 90.495,40	20/08/2010	90.495,40	90.495,40	<div>0001</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2010	14/12/2010	R\$ 200,00	20/01/2011	222,00	222,00	<div>0002</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
1550	0	2010	19/06/2011	R\$ 2.850,00	15/06/2011	2.850,00	2.850,00	<div>0003</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado - RN - DOU	0,00
6530	0	2011	03/09/2011	R\$ 90.495,40	02/09/2011	90.495,40	90.495,40	<div>0004</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
1660	0	2013	17/02/2013	R\$ 2.686,88	25/10/2013	3.371,98	3.371,98	<div>0005</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2014	18/12/2014	R\$ 1.000,00	20/11/2014	1.000,00	1.000,00	<div>0006</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
9777	0	2014		0,00	04/12/2014	1.000,00	0,00	<div>0007</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Pago a Maior	0,00
1329 - TFF	1	2015	31/03/2015	R\$ 330,00	11/03/2015	330,00	330,00	<div>0008</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2015	31/03/2015	R\$ 50,00	11/03/2015	50,00	50,00	<div>0009</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2015	30/12/2015	R\$ 1.000,00	04/12/2015	1.000,00	1.000,00	<div>0010</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
1329 -	1	2016	31/03/2016	R\$ 330,00	07/03/2016	330,00	330,00	<div>0011</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
[s.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/ExtratoLancamentos/tela.asp](https://anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/ExtratoLancamentos/tela.asp)

https://anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/ExtratoLancamentos/tela.asp

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

4200 - CFRP	1	2016	31/03/2016	R\$ 50,00	07/03/2016	50,00	50,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0012										
1329 - TFF	1	2017	31/03/2017	R\$ 660,00	30/03/2017	660,00	660,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0013										
4200 - CFRP	1	2017	31/03/2017	R\$ 100,00	30/03/2017	100,00	100,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0014										
8766 - TFI	1	2017	07/08/2017	R\$ 2.000,00	29/06/2017	2.000,00	2.000,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0015										
1329 - TFF	1	2018	31/03/2018	R\$ 660,00	19/03/2018	660,00	660,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0016										
4200 - CFRP	1	2018	31/03/2018	R\$ 100,00	19/03/2018	100,00	100,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0017										
1329 - TFF	1	2019	31/03/2019	R\$ 660,00	15/03/2019	660,00	660,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0018										
4200 - CFRP	1	2019	31/03/2019	R\$ 100,00	15/03/2019	100,00	100,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0019										
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 660,00	19/03/2020	660,00	660,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0022										
4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 100,00	19/03/2020	100,00	100,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0023										
7242 - PPDUR	1	2020	23/01/2021	R\$ 280,70	28/12/2020	280,70	280,70	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0024										
1329 - TFF	1	2021	31/03/2021	R\$ 660,00	15/03/2021	660,00	660,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0025										
4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 100,00	15/03/2021	100,00	100,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0026										
1329 - TFF	1	2022	31/03/2022	R\$ 660,00	25/03/2022	660,00	660,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0027										
4200 - CFRP	1	2022	31/03/2022	R\$ 100,00	25/03/2022	100,00	100,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0028										
6530	0	2022	07/10/2022	R\$ 48.498,96	18/08/2022	48.498,96	48.498,96	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0029										
7242 - PPDUR	1	2022	17/12/2022	R\$ 280,70	17/11/2022	280,70	280,70	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0030										



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
s.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/ExtratoLancamentos/tela.asp

https://trf4.jf.jus.br/autenticidade-assinatura/camara-leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

31/07/2024, 15:32

SIGEC - SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE CRÉDITOS DA ANATEL - [SIS versão 2.2.61]

8766 - TFI	1	2022	31/01/2023	R\$ 3.800,00	20/01/2023	3.800,00	3.800,00	<div>0031</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 660,00	20/03/2023	660,00	660,00	<div>0032</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 100,00	20/03/2023	100,00	100,00	<div>0033</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2024	31/03/2024	R\$ 1.254,00	28/03/2024	1.254,00	1.254,00	<div>0034</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2024	31/03/2024	R\$ 190,00	01/04/2024	190,00	190,00	<div>0035</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
Total devido em 31/07/2024 (em reais):										0,00
Total de créditos em 31/07/2024 (em reais):										1.000,00

Legenda do Campo Situação

- RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)
RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado
RJ - Lançamento com Recurso Judicial
RN - Lançamento com Recurso Denegado
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União
CD - Lançamento Inscrito no CADIN
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa
E - Lançamento em Execução Judicial
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006
MO - Multa de Ofício
LO - Lançamento de Ofício
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado
PA - Parcelamento: Parcela
BF - Benefício Fiscal

Registro 1 até 33 de 33 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



BOA TARDE
Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIGEC » » CONSULTAS GERAIS » » Consultar **Códigos de Receita** » internet teia menu ajuda

Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital - MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarificação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DÍVIDA ATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DÍVIDA ATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	M U L T A / J U R O S
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
5343	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
5344	9344	Diferença de Tarifa Aérea

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

systemasnet/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761

5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004)
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Laçamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Laçamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Laçamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

sistemasnet/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761

http://sistemasnet.sisq.com.br/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761&id=991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados
nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA		Protocolo: PRC2421309970			
NIRE : 41207897429 Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada					
NIRE (Sede) 41207897429	CNPJ 04.484.313/0001-13	Data de Ato Constitutivo 09/07/2014	Início de Atividade 05/06/2001		
Endereço Completo Rua BARAO DO RIO BRANCO, Nº 358, CENTRO - Paraíso do Norte/PR - CEP 87780-000					
Objeto Social Execução de atividades de rádio fusão sonora de sons de imagens e televisão por assinatura, serviços especiais de música funcional, repetição ou retransmissão de sons, ou sinais de sons e imagens de rádio fusão; Atividade de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão; Atividades de televisão aberta; Telefonia móvel celular; Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda; Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis; Agências de notícias; Prestação de serviços de levantamento de informações e notícias; Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão; Promoção de vendas; Pesquisa de mercado e de opinião pública; Filmagem de festas e eventos; Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica; Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas; Assessoria e consultoria técnica; Aluguel de palcos, coberturas e estruturas de uso temporário, exceto andaimes; Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas; Casas de festas e eventos; Serviços de assistência social sem alojamento; Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações culturais; Produção e promoção de eventos esportivos; Organização de feiras, shows, eventos de recreação, esporte e lazer.					
Capital Social R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) Capital Integralizado R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)		Porte Demais	Prazo de Duração Indeterminado		
Dados do Sócio					
Nome GLAUCO TOLLENDAL DE BARROS	CPF/CNPJ 514.283.346-53	Participação no capital R\$ 19.000,00	Espécie de sócio Sócio	Administrador N	Término do mandato Indeterminado
Nome ANTONIO JOAO FURQUIM PEREIRA	CPF/CNPJ 546.376.009-87	Participação no capital R\$ 1.000,00	Espécie de sócio Sócio / PROCURADOR / Administrador	Administrador S	Término do mandato Indeterminado
Dados do Administrador					
Nome ANTONIO JOAO FURQUIM PEREIRA	CPF 546.376.009-87	Término do mandato Indeterminado			
Último Arquivamento		Ato/eventos		Situação	
Data 27/12/2023	Número 20239008049	310 / 310 - OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO		ATIVA Status XXXXX	

Esta certidão foi emitida automaticamente em 14/06/2024, às 09:36:54 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.empresafacil.pr.gov.br>, com o código TH12JRUF.
LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
Secretário(a) Geral





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 04.484.313/0001-13 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 05/06/2001
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) MULEKA COMUNICACOES	PORTE ME
---	-------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 59.11-1-99 - Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente 60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta 61.20-5-01 - Telefonia móvel celular 61.41-8-00 - Operadoras de televisão por assinatura por cabo 62.03-1-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis 63.91-7-00 - Agências de notícias 63.99-2-00 - Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente 66.30-4-00 - Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica 73.19-0-02 - Promoção de vendas 73.20-3-00 - Pesquisas de mercado e de opinião pública 74.20-0-04 - Filmagem de festas e eventos 74.90-1-05 - Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas 74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente 77.39-0-03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas 82.30-0-02 - Casas de festas e eventos 88.00-6-00 - Serviços de assistência social sem alojamento 91.02-3-01 - Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares 93.19-1-01 - Produção e promoção de eventos esportivos

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada
--

LOGRADOURO R BARAO DO RIO BRANCO	NÚMERO 358	COMPLEMENTO CASA
-------------------------------------	---------------	---------------------

CEP 87.780-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO PARAISO DO NORTE	UF PR
-------------------	---------------------------	-------------------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO FURQUIM38@GMAIL.COM	TELEFONE (44) 3431-3027
--	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 20/08/2005
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 31/07/2024 às 15:37:47 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA
CNPJ: 04.484.313/0001-13

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 14:04:02 do dia 25/06/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 22/12/2024.

Código de controle da certidão: **2351.A348.6A04.64F6**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 034179060-84

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **04.484.313/0001-13**

Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 28/11/2024 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA

CNPJ: 04.484.313/0001-13

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:45:08 do dia 31/07/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 30/08/2024.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

s.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC

<https://trf4.jfj.br/leg-autenticidade-assinatura/camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[s.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC](https://sigec.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC)

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 04.484.313/0001-13
Razão Social: GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA
Endereço: RUA BARAO DO RIO BRANCO 358 CASA / CENTRO / PARAISO DO NORTE / PR / 87780-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 20/07/2024 a 18/08/2024

Certificação Número: 2024072001160959012103

Informação obtida em 31/07/2024 15:46:46

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-cr.f.caixa.gov.br/consultacr/f/pages/consultaEmpregador.jsf

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 04.484.313/0001-13

Certidão nº: 52619679/2024

Expedição: 31/07/2024, às 15:47:20

Validade: 27/01/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **04.484.313/0001-13**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 11.572.391/0001-35 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 19/02/2010</div>	
<div>NOME EMPRESARIAL RADIO PLANALTO DE IRINEOPOLIS LTDA</div>			
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO PLANALTO DE IRINEOPOLIS</div>		<div>PORTE ME</div>	
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 59.20-1-00 - Atividades de gravação de som e de edição de música 63.19-4-00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica 73.11-4-00 - Agências de publicidade 73.19-0-03 - Marketing direto 73.19-0-04 - Consultoria em publicidade 73.19-0-99 - Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada</div>			
<div>LOGRADOURO R BAHIA</div>	<div>NÚMERO 26</div>	<div>COMPLEMENTO *****</div>	
<div>CEP 89.440-000</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO CENTRO - URBANO</div>	<div>MUNICÍPIO IRINEOPOLIS</div>	<div>UF SC</div>
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO PLANALTO105FM@PLANALTO105FM.COM.BR</div>		<div>TELEFONE (47) 3625-1406</div>	
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>			
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/02/2010</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>			
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 31/07/2024 às 15:47:51 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: RADIO PLANALTO DE IRINEOPOLIS LTDA
CNPJ: 11.572.391/0001-35

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:14:08 do dia 19/04/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 16/10/2024.

Código de controle da certidão: **32A3.F16B.81E7.8710**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nome (razão social): **RADIO PLANALTO DE IRINEOPOLIS LTDA**
CNPJ/CPF: **11.572.391/0001-35**

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal: **Lei nº 3938/66, Art. 154**
Número da certidão: **240140115347896**
Data de emissão: **16/04/2024 08:23:26**
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158): **13/10/2024**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: <http://www.sef.sc.gov.br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Este documento foi assinado digitalmente
Impresso em: 31/07/2024 15:49:41

Assinado por SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - CNPJ: 82.951.310/0001-56 - Data/Hora: 31/07/2024

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS Nº 2153/2024

CONTRIBUINTE

Nome / Razão	28320 - RADIO PLANALTO DE IRINEOPOLIS LTDA		
CPF / CNPJ	11.572.391/0001-35		
Endereço	Rua BAHIA, 26		
Complemento			
Bairro	CENTRO	Cidade: Irineópolis - SC	

FINALIDADE

DATA DE EMISSÃO	DATA DE VALIDADE
31/07/2024	90 DIAS

Ressalvado o direito da Fazenda Municipal de cobrar as dividas que venham a ser apuradas, de responsabilidade do contribuinte abaixo identificado CERTIFICO que, em nome de **RADIO PLANALTO DE IRINEOPOLIS LTDA** até a presente data não existem, em aberto, débitos de tributos municipais.

Irineópolis - SC, 31 de julho de 2024

Setor de Tributação



da
iT v:2013.01

Identificador: WGT211201-000-QEHGHDZCUIVLBK-0

31/07/2024 15:51:58

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



CNPJ: **11.572.391/0001-35**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 15:52:46 do dia 31/07/2024 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

s.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

sistemas.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 11.572.391/0001-35
Razão Social: RADIO PLANALTO DE IRINEOPOLIS LTDA
Endereço: R BAHIA 26 / CENTRO - URBANO / IRINEOPOLIS / SC / 89440-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 28/07/2024 a 26/08/2024

Certificação Número: 2024072802411623821710

Informação obtida em 31/07/2024 15:53:23

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO PLANALTO DE IRINEOPOLIS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 11.572.391/0001-35

Certidão nº: 52621305/2024

Expedição: 31/07/2024, às 15:53:48

Validade: 27/01/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO PLANALTO DE IRINEOPOLIS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **11.572.391/0001-35**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

CERTIDÃO RECUPERAÇÃO JUDICIAL, EXTRAJUDICIAL E FALÊNCIA Nº: 2662405
Comarcas e Turmas Recursais (Primeiro Grau)

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais, **NÃO CONSTAM** em tramitação nas comarcas do Estado de Santa Catarina **AÇÕES FALIMENTARES EM GERAL** contra:

NOME: RADIO PLANALTO DE IRINEOPOLIS LTDA

Raiz do CNPJ: 11.572.391

País endereço da sede : BRASIL

Estado endereço da sede : SANTA CATARINA

Município endereço da sede : IRINEOPOLIS

Endereço da sede : Declarou não conhecer o endereço.

Certidão emitida às 17:39 de 31/07/2024.

a) Os dados que serviram de parâmetro para a realização da busca e para expedição desta certidão são de responsabilidade do(a) solicitante, inexistindo qualquer conexão com a Receita Federal ou outra instituição pública para autenticação das informações prestadas, competindo ao(à) interessado(a) ou destinatário(a) sua conferência.

b) Certidão expedida gratuitamente, nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6/2023.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 13425/2024/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 53115.004651/2020-08

INTERESSADAS: GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA (CEDENTE) E RÁDIO PLANALTO DE IRINEÓPOLIS LTDA (CESSIONÁRIA)

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIOFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. PORTARIA DE RENOVAÇÃO DA OUTORGA PUBLICADA. PROCEDIBILIDADE DO PEDIDO. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Gtoll Telecomunicações Ltda** e da **Rádio Nirvana FM Ltda (atualmente Rádio Planalto de Irineópolis Ltda)**, inscritas no CNPJ nº 04.484.313/0001-13 e CNPJ nº 11.572.391/0001-35, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50406587531, no município de Irineópolis/SC.
2. A última análise realizada por esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica ocorreu nos termos da Nota Técnica nº 804/2022/SEI-MCOM que concluiu pela notificação das interessadas acerca da impossibilidade de prosseguimento do pedido, haja vista a não conclusão da instrução do processo de renovação da outorga (SEI 9247099).
3. Entretanto, na data de 31 de julho de 2024, foi publicada a Portaria MCOM nº 13.845, de 10 de julho de 2024, por intermédio do qual o Ministro de Estado das Comunicações renova, a partir de 3 de setembro de 2020, a outorga conferida à Gtoll Telecomunicações Ltda, para executar o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Irineópolis/SC (SEI 11675226). Desse modo, o pedido formulado nos presentes autos passa a ter condições de procedibilidade.

ANÁLISE

4. A transferência da outorga é operação amparada pela Lei nº 4.117 de 1962 (recentemente alterada pela Lei nº 13.424 de 28 de março de 2017), especificamente em sua alínea "c" do art. 38, a qual preceitua que *"a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo"*.
5. O pedido de transferência da concessão/permissão deverá seguir o rito estabelecido no Regulamento de Serviços de Radiodifusão - RSR, aprovado pelo Decreto nº 52.795 de 1963 (alterado pelo Decreto nº 9.138 de 22 de agosto de 2017 e Decreto nº 10.775 de 23 de agosto de 2021), os quais, além de ditar o procedimento, predispõem os requisitos a serem atendidos pelas pessoas jurídicas envolvidas na operação, bem como o rol de documentos hábeis para comprová-los, condição para a autorização da transmissão da delegação.
6. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pelas interessadas e restou concluído que, para o prosseguimento do pedido, deverão ser encaminhados os seguintes documentos:

I - RELATIVO À GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA E RÁDIO PLANALTO DE IRINEÓPOLIS LTDA:

a) Requerimento de transferência de outorga, disponibilizado pelo MCom, **preenchido em conjunto** pelas entidades cedente e cessionária, acompanhado **das declarações, que deverão vir assinadas pelo representante legal da empresa cessionária**, de que:

- a.1) a pessoa jurídica Cessionária possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão;
- a.2) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica Cessionária participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- a.3) nenhum dos dirigentes da pessoa jurídica Cessionária está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- a.4) a pessoa jurídica Cessionária não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

- a.5) a pessoa jurídica Cessionária atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
- a.6) a pessoa jurídica Cessionária não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- a.7) a Cessionária autoriza o Ministério das Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira; e
- a.8) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica Cessionária foi condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Obs.: o documento **poderá ser assinado de próprio punho ou de forma digital**, desde que seja encaminhada a devida certificação que garanta a autenticidade dos subscritores.

II - RELATIVO À GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA:

- a) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, **da sede da sociedade**, ou outra equivalente, na forma da lei;

III - RELATIVO À RÁDIO PLANALTO DE IRINEÓPOLIS LTDA:

- a) Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

Obs: na certidão emitida pelo órgão de registro deverá conter o objetivo social da empresa e a sua atual composição societária e diretiva (na qual deverá conter o quantitativo e distribuição das cotas, e o número de CPF das pessoas físicas).

- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (2023), já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;

Justificativa: documento acostado aos autos diz respeito ao exercício 2019, sendo, todavia, já exigível o referente ao exercício 2023.

Obs.: o documento poderá ser **assinado de próprio punho ou de forma digital**, desde que seja encaminhada a devida certificação que garanta a autenticidade dos subscritores.

Obs.¹: Balanço patrimonial e as demonstrações contábeis devem ser assinadas pelo profissional de contabilidade legalmente habilitado e pelo sócio administrador da empresa, em consonância com § 2º do art. 1.184, da Lei nº 10.406/2002.

IV - RELATIVO AOS SÓCIOS E DIRETORES DA RÁDIO PLANALTO DE IRINEÓPOLIS LTDA:

- a) Prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, a fim de atender ao disposto no [§1º do art. 222 da Constituição](#), feita por meio da apresentação de um dos seguintes documentos:

- i) certidão de nascimento ou casamento;
- ii) certificado de reservista;
- iii) cédula de identidade;
- iv) certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos;
- v) carteira profissional;
- vi) carteira de trabalho e previdência social; ou
- vii) passaporte;

Obs.: CNH não documento hábil a comprovar tal situação.

7. Informa-se ainda, às entidades interessadas que, caso o pedido de transferência direta seja deferido, o serviço de radiodifusão será prestado em caráter precário, enquanto não houver conclusão do processo de renovação de outorga, na forma do art. 94 do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

8. Diante do exposto, opina-se pela expedição de ofício às pessoas jurídicas interessadas, acompanhado de cópia desta Nota Técnica, a fim de que, **no prazo de 30 (trinta) dias**, apresente os documentos relacionados no parágrafo 6, na forma da Portaria de Delegação de Competência MCOM nº 9.382, de 17 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2023.

À consideração superior.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 31/07/2024, às 17:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11676087** e o código CRC **1684D1DE**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.004651/2020-08

Documento nº 11676087



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 25913/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. (C.N.P.J Nº 04.484.313/0001-13)
Rua Barão do Rio Branco, nº 358 - Centro
CEP: 87.780 - 000 - Paraíso do Norte/PR
Endereço eletrônico: gabrielfm101.5@hotmail.com

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. PORTARIA DE RENOVAÇÃO DA OUTORGA PUBLICADA. PROCEDIBILIDADE DO PEDIDO. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PROCESSO Nº 53115.004651/2020-08.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 13425/2024/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 30 (trinta) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**

[Protocolo Digital do MCom](https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes) (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).
3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
5. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 31/07/2024, às 17:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11676119** e o código CRC **F37B3565**.

Anexos:



Nota Técnica 13425 (11676087)

Protocolo (11676122)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 25914/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO PLANALTO DE IRINEÓPOLIS LTDA. (C.N.P.J Nº 11.572.391/0001-35)
Avenida 22 de julho, nº 742, 1º andar - Centro
CEP: 89.440 - 000 - Irineópolis/SC
Endereço eletrônico: gabrielfm101.5@hotmail.com

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. PORTARIA DE RENOVAÇÃO DA OUTORGA PUBLICADA. PROCEDIBILIDADE DO PEDIDO. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PROCESSO Nº 53115.004651/2020-08.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 13425/2024/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 30 (trinta) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**

[Protocolo Digital do MCom](https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes) (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).

3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
5. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 31/07/2024, às 17:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11676124** e o código CRC **2B7150B1**.

Anexos:



3 Técnica 13425 (11676087)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

- Formulário (11676122)

Referência: Processo nº 53115.004651/2020-08

Documento nº 11676124



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DIRETA

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE CEDENTE			
<i>Nome da Pessoa Jurídica:</i>			
<i>CNPJ:</i>			
<i>Endereço da sede:</i>			
<i>CEP da sede:</i>			
<i>E-mail de contato:</i>			
<i>Serviço executado:</i>	() Radiodifusão sonora	<input type="checkbox"/> em frequência modulada <input type="checkbox"/> em ondas curtas <input type="checkbox"/> em ondas médias <input type="checkbox"/> em ondas médias adaptada para frequência modulada <input type="checkbox"/> em ondas tropicais	
	() Radiodifusão de sons e imagens		
<i>Localidade de execução do serviço:</i>		<i>UF:</i>	
<i>Número do Fistel:</i>		<i>Canal:</i>	

QUADRO SOCIETÁRIO E DIRETIVO DA ENTIDADE CEDENTE		
NOME	COTAS/AÇÕES	VALOR

NOME	CARGO	CPF



Eu, _____, inscrito no CPF
sob o nº _____, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica (cedente)
acima qualificada, e com fundamento na alínea “c” do art. 38 da Lei nº 4.117/62 (alterada pela lei nº 13.424,
de 28 de março de 2017), venho solicitar autorização deste Ministério para realizar a TRANSFERÊNCIA
DIRETA da concessão/permissão relativa ao serviço, localidade e estado acima descritos, à pessoa jurídica
cessionária abaixo identificada, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a
documentação constante do ANEXO deste formulário.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do representante legal da Cedente



IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE CESSIONÁRIA	
Nome da Pessoa Jurídica:	
CNPJ:	
Endereço da sede:	
CEP da sede:	
E-mail de contato:	

QUADRO SOCIETÁRIO E DIRETIVO DA ENTIDADE CESSIONÁRIA		
NOME	COTAS/AÇÕES	VALOR

NOME	CARGO	CPF

DECLARAÇÕES

Com vistas à autorização para efetivar a operação solicitada, DECLARO, para os devidos fins, que:

- (a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão;;
- (b) nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;



- (c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- (e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
- (f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- (g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do representante legal da Cessionária

De acordo.

ASSINATURA DE TODOS OS SÓCIOS E DIRETORES (CEDENTE E CESSIONÁRIA)	
NOME	ASSINATURA



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS	
RELATIVOS À CEDENTE	<p>(a) prova de inscrição no CNPJ;</p> <p>(b) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cedente, na forma da lei;</p> <p>(c) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;</p> <p>(d) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e</p> <p>(e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.</p>
RELATIVOS À CESSIONÁRIA	<p>(a) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária;</p> <p>(b) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;</p> <p>(c) certidão negativa de falência ou recuperação judicial válida, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;</p> <p>(d) prova de inscrição no CNPJ;</p> <p>(e) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cessionária, na forma da lei;</p> <p>(f) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;</p> <p>(g) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e</p> <p>(h) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.</p>
RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRETORES	<p>(a) prova de condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos, mediante a apresentação de certidão de nascimento ou casamento, certificado de</p>



DA CESSIONÁRIA	reservista, carteira profissional ou de identidade, certificado de naturalização expedido há mais de dez anos, carteira de trabalho e previdência social ou passaporte.
NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE	<p>Se constituída sob a forma de <u>Sociedade Limitada:</u></p> <p>a) Certidão emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), <u>atualizada</u>, acompanhada do último ato arquivado pela sociedade;</p> <p>b) Declaração, <u>firmada em conjunto</u>, pelos dirigentes da Entidade (<i>nome da titular da outorga</i>) e da Pessoa Jurídica sócia (<i>nome da sócia da entidade</i>), de que:</p> <p>b.1) No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;</p> <p>b.2) Nenhum dos sócios e diretores da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e</p> <p>b.3) Nenhum dos sócios e diretores da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.</p> <p>Se constituída sob a forma de <u>Sociedade Anônima:</u></p> <p>a) Estatuto Social atualizado e Ata de Assembleia que elegeu o último quadro diretivo;</p> <p>b) lista de subscrição de acionistas, contendo nome, nº de CPF e percentual de participação;</p> <p>c) Declaração, <u>firmada em conjunto</u>, pelos dirigentes da Entidade (<i>nome da titular da outorga</i>) e da Pessoa Jurídica sócia (<i>sócia da entidade</i>), de que:</p>



c.1) No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

c.2) Nenhum dos acionistas e diretores da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;

c.3) Nenhum dos acionistas e diretores da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.

Em se tratando de **Fundação**:

a) Estatuto Social atualizado e Ata de Reunião que elegeu o último quadro diretivo;

b) Declaração, firmada em conjunto, pelos dirigentes da Entidade (*nome da titular da outorga*) e da Pessoa Jurídica sócia (*sócia da entidade*), de que:

a.1) No mínimo, setenta por cento dos membros da pessoa jurídica são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

a.2) Nenhum dos membros da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e

a.3) Nenhum dos membros da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I,



alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.

***Atenção:** Se houver pessoas jurídicas no quadro societário da pessoa jurídica sócia da Permissionária/Concessionária, será necessário o encaminhamento dos documentos relacionados anteriormente.

ATENÇÃO:

- 1) Na hipótese da pessoa jurídica cessionária consistir em sociedade por ações, a documentação acima relacionada será exigida apenas dos possuidores de, no mínimo, trinta por cento das ações representativas do capital social e caberá ao dirigente da sociedade apresentar declaração de que os sócios possuidores de menos de trinta por cento das ações representativas do capital social cumprem os requisitos previstos no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;
- 2) Na hipótese da pessoa jurídica cessionária consistir em sociedade por ações, deverá ser encaminhado o Livro de Registro de Ações, bem como a Ata de Assembleia que deliberou sobre a concessão/permissão da outorga a ser transferida, Estatuto Social e lista de subscrição de acionistas, contendo nome, número de CPF e percentual de participação; e
- 3) Nas localidades em faixa de fronteira, será necessário observar as regras estabelecidas no Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980, que regulamenta a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979.



Cadastro para acesso ao SEI CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Claudiane Aparecida freitas oliveir

Relatório Consultar Sair

Consultar e-mails

☐ CPF

☒ CNPJ

CNPJ:

04.484.313/0001-13

Razão Social

Pesquisar

10 ▾ 1 / 1		
Razão Social	CNPJ	Emails
GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA	04.484.313/0001-13	FURQUIM38@GMAIL.COM, furquim@morenafm88.com.br, juridicoseils@lorini.adv.br, tecnicoseile@lorini.eng.br
10 ▾ 1 / 1		

MCTIC/SE/SPOA/CGTI/COINF/DSIS - Divisão de Desenvolvimento de Sistemas

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

Data de Envio:

01/08/2024 08:31:12

De:
MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas <sei@mcom.gov.br>

Para:
FURQUIM38@GMAIL.COM
furquim@morenafm88.com.br
juridicoseils@lorini.adv.br
tecnicoseile@lorini.eng.br
gabrielm101.5@hotmail.com

Assunto:
Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.004651/2020-08
INTERESSADA: GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA
ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. PORTARIA DE RENOVAÇÃO DA OUTORGA PUBLICADA. PROCEDIBILIDADE DO PEDIDO.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:
Oficio_11676119.html
Nota_Tecnica_11676087.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

Cadastro para acesso ao SEI CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Claudiane Aparecida freitas oliveir

Relatório Consultar Sair

Consultar e-mails

☐ CPF ☒ CNPJ

CNPJ: 11.572.391/0001-35

Razão Social

Pesquisar

10 1 / 1		
Razão Social	CNPJ	Emails
RADIO NIRVANA FM LTDA	11.572.391/0001-35	sanremo@cpnet.com.br, gabrielfm101.5@hotmail.com, tecnicoselle@lorini.com.br, glaubergandolfi@hotmail.com, financeiro@nossaradio.net.br
10 1 / 1		

MCTIC/SE/SPOA/CGTI/COINF/DSIS - Divisão de Desenvolvimento de Sistemas

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

Data de Envio:

01/08/2024 10:33:30

De:
MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas <sei@mcom.gov.br>

Para:
sanremo@cpnet.com.br
gabrielm101.5@hotmail.com
tecnicoseile@lorini.com.br
glaubergandolfi@hotmail.com
financeiro@nossaradio.net.br

Assunto:
Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.004651/2020-08
INTERESSADA: RÁDIO PLANALTO DE IRINEÓPOLIS LTDA.
ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIOFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. PORTARIA DE RENOVAÇÃO DA OUTORGA PUBLICADA. PROCEDIBILIDADE DO PEDIDO. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:
Oficio_11676124.html
Nota_Tecnica_11676087.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

Data de Envio:

01/08/2024 10:35:44

De:
MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas <sei@mcom.gov.br>

Para:
espacodoradiodifusor@mcom.gov.br

Assunto:
Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:
Ao Espaço do Radiodifusor,

Prezados,

Informa-se que, no âmbito do Processo Administrativo nº53115.004651/2020-08, foi encaminhada notificação à GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. (C.N.P.J Nº 04.484.313/0001-13), RÁDIO PLANALTO DE IRINEÓPOLIS LTDA. (C.N.P.J Nº 11.572.391/0001-35, solicitando a complementação da instrução processual.

Sendo assim, encaminha-se o presente e-mail ao Espaço do Radiodifusor - ESRAD, para a adoção das providências cabíveis, devendo ser inserido no referido processo administrativo o documento comprobatório das medidas adotadas.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Anexos:
Oficio_11676119.html
Nota_Tecnica_11676087.html
Oficio_11676124.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

Atenção: O conteúdo do documento é de inteira responsabilidade do(s) signatário(s).

Informações gerais do arquivo:



Nome do arquivo: Balanco_2023.pdf
Hash: 16fc5da6811e347d8c55dfa59b38b1740e4168d2c04b6a18bcbb3e6663f21389
Data da validação: 02/09/2024 15:36:56 BRT

Informações da Assinatura:

Assinado por: FABIANO ZANIOLO FREITAS
CPF: ***.496.909-**
Nº de série de certificado emitente: 0x755f5d1cfe041253
Data da assinatura: 27/08/2024 08:52:13 BRT



Assinatura aprovada.



Esta assinatura se repete mais **4** vezes. É necessária apenas uma assinatura para validar todo o documento.

Informações da Assinatura:

Assinado por: GIOVANNI SCHICK
CPF: ***.379.909-**
Nº de série de certificado emitente: 0x75de89582b9827a3
Data da assinatura: 27/08/2024 08:54:29 BRT



Assinatura aprovada.



Esta assinatura se repete mais **4** vezes. É necessária apenas uma assinatura para validar todo o documento.

[Ver Relatório de Conformidade](#)

ACESSO RÁPIDO

[Validar](#)

[Sobre](#)

[Dúvidas](#)

[Informações](#)

[Fale Conosco](#)

Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados
nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA NIRE : 41207897429 Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada		Protocolo: PRC2422053000																															
NIRE (Sede) 41207897429	CNPJ 04.484.313/0001-13	Data de Ato Constitutivo 09/07/2014	Início de Atividade 05/06/2001																														
Endereço Completo Rua BARAO DO RIO BRANCO, Nº 358, CENTRO - Paraíso do Norte/PR - CEP 87780-000																																	
Objeto Social Execução de atividades de rádio fusão sonora de sons de imagens e televisão por assinatura, serviços especiais de música funcional, repetição ou retransmissão de sons, ou sinais de sons e imagens de rádio fusão; Atividade de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão; Atividades de televisão aberta; Telefonia móvel celular; Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda; Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis; Agências de notícias; Prestação de serviços de levantamento de informações e notícias; Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão; Promoção de vendas; Pesquisa de mercado e de opinião pública; Filmagem de festas e eventos; Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica; Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas; Assessoria e consultoria técnica; Aluguel de palcos, coberturas e estruturas de uso temporário, exceto andaimes; Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas; Casas de festas e eventos; Serviços de assistência social sem alojamento; Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações culturais; Produção e promoção de eventos esportivos; Organização de feiras, shows, eventos de recreação, esporte e lazer.																																	
Capital Social R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) Capital Integralizado R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)		Porte Demais	Prazo de Duração Indeterminado																														
<table><tr><td>Dados do Sócio</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>Nome</td><td>CPF/CNPJ</td><td>Participação no capital</td><td>Espécie de sócio</td><td>Administrador</td><td>Término do mandato</td></tr><tr><td>ANTONIO JOAO FURQUIM PEREIRA</td><td>546.376.009-87</td><td>R\$ 30.000,00</td><td>Sócio</td><td>S</td><td>Indeterminado</td></tr><tr><td>Nome</td><td>CPF/CNPJ</td><td>Participação no capital</td><td>Espécie de sócio</td><td>Administrador</td><td>Término do mandato</td></tr><tr><td>JOCEMARI AIME FURQUIM</td><td>511.769.041-91</td><td>R\$ 20.000,00</td><td>Sócio</td><td>N</td><td>Indeterminado</td></tr></table>				Dados do Sócio						Nome	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato	ANTONIO JOAO FURQUIM PEREIRA	546.376.009-87	R\$ 30.000,00	Sócio	S	Indeterminado	Nome	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato	JOCEMARI AIME FURQUIM	511.769.041-91	R\$ 20.000,00	Sócio	N	Indeterminado
Dados do Sócio																																	
Nome	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato																												
ANTONIO JOAO FURQUIM PEREIRA	546.376.009-87	R\$ 30.000,00	Sócio	S	Indeterminado																												
Nome	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato																												
JOCEMARI AIME FURQUIM	511.769.041-91	R\$ 20.000,00	Sócio	N	Indeterminado																												
Dados do Administrador		CPF	Término do mandato																														
Nome ANTONIO JOAO FURQUIM PEREIRA		546.376.009-87	Indeterminado																														
Último Arquivamento		Número	Ato/eventos	Situação																													
Data 24/07/2024	20242958125	002 / 051 - CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO	ATIVA Status XXXXX																														

Esta certidão foi emitida automaticamente em 07/08/2024, às 13:58:15 (horário de Brasília).

Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.empresafacil.pr.gov.br>, com o código **AHG2ADA9**.

Em caso de divergência de dados, solicitar a correção através do "Fale Conosco" (<https://www.juntacomercial.pr.gov.br/webservices/jucepar/faleconosco>) no prazo de 30 dias da emissão deste documento.

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
Secretário(a) Geral



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>



Sistemas
Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	11.572.391/0001-35

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: - Data: 02/09/2024 Hora: 15:41:59





Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		005.718.759-20									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
KARYNA CUBAS BATISTA FREITAS	005.718.759-20	RADIO FM FRONTEIRA LTDA	03.967.055/0001-63	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SC	Três Barras
		RADIO FM FRONTEIRA LTDA	03.967.055/0001-63	Sócio	20000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Três Barras

Usuário: - Data: 02/09/2024 Hora: 15:42:45





Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		719.496.909-20									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
FABIANO ZANIOLO FREITAS	719.496.909-20	RADIO PLANALTO DE MAJOR VIEIRA LTDA	76.323.971/0001-34	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SC	Major Vieira
		RADIO PLANALTO DE MAJOR VIEIRA LTDA	76.323.971/0001-34	Sócio	218700	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Major Vieira

Usuário: - Data: 02/09/2024 Hora: 15:43:14



Data de Envio:

02/09/2024 16:06:07

De:

MCOM/Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada <coato@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

"Riciele Milani" <riciele.milani@mcom.gov.br>

Assunto:

Processo nº 53115.004651/2020-08. Transferência Direta de Outorga Comercial.

Mensagem:

Senhor Coordenador - Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção à determinação da Consultoria Jurídica - Conjur, encaminho os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à Gtoll Telecomunicações Ltda, inscrita no CNPJ nº 04.484.313/0001-13, para a execução do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50406587531, no município de Irineópolis /SC, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Caso haja Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade, que seja informada qual a infração cometida.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

RE: Processo nº 53115.004651/2020-08. Transferência Direta de Outorga Comercial.

Inez Joffily França <inez.franca@mcom.gov.br>

Seg, 02/09/2024 16:50

Para:COATO <coato@mcom.gov.br>

Cc:Ríciele Milani <riciele.milani@mcom.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora Gtoll Telecomunicações Ltda, inscrita no CNPJ nº 04.484.313/0001-13, para a execução do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50406587531, no município de Irineópolis /SC, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada <coato@mcom.gov.br>**Enviado:** segunda-feira, 2 de setembro de 2024 16:06**Para:** cgfm <cgfm@mcom.gov.br>; Ríciele Milani <riciele.milani@mcom.gov.br>**Assunto:** Processo nº 53115.004651/2020-08. Transferência Direta de Outorga Comercial.

Senhor Coordenador - Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção à determinação da Consultoria Jurídica - Conjur, encaminho os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à Gtoll Telecomunicações Ltda, inscrita no CNPJ nº 04.484.313/0001-13, para a execução do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50406587531, no município de Irineópolis /SC, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Caso haja Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade, que seja informada qual a infração cometida.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

office365.com/mail/inbox/id/AAQkADizYWFjMGJlLTNlZGEtNDkwMS04NGE3LTE4NDIyZTQzZGY1OQAQAMu6y8pmUaZPtnLodO...

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 15423/2024/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 53115.004651/2020-08

INTERESSADAS: GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA (CEDENTE) E RÁDIO PLANALTO DE IRINEÓPOLIS LTDA (CESSIONÁRIA)

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Gtoll Telecomunicações Ltda** e da **Rádio Planalto de Irineópolis Ltda**, inscritas no CNPJ nº 04.484.313/0001-13 e CNPJ nº 11.572.391/0001-35, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50406587531, no município de Irineópolis/SC.
2. A última análise realizada por esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica ocorreu nos termos da Nota Técnica nº 13425/2024/SEI-MCOM que concluiu pela notificação das interessadas, com vistas à apresentação de documentos. Em resposta, sob o protocolo nº 53115.032478/2024-53 foram acostados documentos.

ANÁLISE

3. A transferência da outorga é operação amparada pela Lei nº 4.117 de 1962 (recentemente alterada pela Lei nº 13.424 de 28 de março de 2017), especificamente em sua alínea "c" do art. 38, a qual preceitua que *"a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo"*.
4. O pedido de transferência da concessão/permissão deverá seguir o rito estabelecido no Regulamento de Serviços de Radiodifusão - RSR, aprovado pelo Decreto nº 52.795 de 1963 (alterado pelo Decreto nº 9.138 de 22 de agosto de 2017 e Decreto nº 10.775 de 23 de agosto de 2021), os quais, além de ditar o procedimento, predispõe os requisitos a serem atendidos pelas pessoas jurídicas envolvidas na operação, bem como o rol de documentos hábeis para comprová-los, condição para a autorização da transmissão da delegação.
5. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pelas interessadas e restou concluído que, para o prosseguimento do pedido, deverão ser encaminhados os seguintes documentos:

I - RELATIVO À RÁDIO PLANALTO DE IRINEÓPOLIS LTDA:

a) Declarações, assinadas pelo representante legal, de que:

- a.1) a pessoa jurídica Cessionária possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão;
- a.2) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica Cessionária participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- a.3) nenhum dos dirigentes da pessoa jurídica Cessionária está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- a.4) a pessoa jurídica Cessionária não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.
- a.5) a pessoa jurídica Cessionária atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
- a.6) a pessoa jurídica Cessionária não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- a.7) a Cessionária autoriza o Ministério das Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira; e
- a.8) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica Cessionária foi condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as alíneas "b" a



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

“q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Justificativa: a exigência se mostra necessária tendo em vista a declaração encaminhada ter sido assinada pelo representante legal da Cedente.

Obs.: o documento **poderá ser assinado de próprio punho ou de forma digital**, desde que seja encaminhada a devida certificação que garanta a autenticidade dos subscritores.

6. Informa-se ainda, às entidades interessadas que, caso o pedido de transferência direta seja deferido, o serviço de radiodifusão será prestado em caráter precário, enquanto não houver conclusão do processo de renovação de outorga, na forma do art. 94 do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

7. Diante do exposto, opina-se pela expedição de ofício às pessoas jurídicas interessadas, acompanhado de cópia desta Nota Técnica, a fim de que, **no prazo de 30 (trinta) dias**, apresente o documento relacionado no parágrafo 5, na forma da Portaria de Delegação de Competência MCOM nº 9.382, de 17 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2023.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 02/09/2024, às 16:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11852346** e o código CRC **B83E8065**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.004651/2020-08

Documento nº 11852346



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 29423/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. (C.N.P.J Nº 04.484.313/0001-13)
Rua Barão do Rio Branco, nº 358 - Centro
CEP: 87.780 - 000 - Paraíso do Norte/PR
Endereço eletrônico: gabrielfm101.5@hotmail.com

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PROCESSO Nº 53115.004651/2020-08

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 15423/2024/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 30 (trinta) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. **A documentação poderá ser encaminhada por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**

[Protocolo Digital do MCom](https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes) (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).

3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
5. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 02/09/2024, às 16:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11852372** e o código CRC **8C97D4D7**.

Anexos:



3 Técnica 15423 (11852346)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 29424/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO PLANALTO DE IRINEÓPOLIS LTDA. (C.N.P.J Nº 11.572.391/0001-35)
Avenida 22 de julho, nº 742, 1º andar - Centro
CEP: 89.440 - 000 - Irineópolis/SC
Endereço eletrônico: gabrielfm101.5@hotmail.com

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PROCESSO Nº 53115.004651/2020-08.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 15423/2024/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 30 (trinta) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. **A documentação poderá ser encaminhada por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**

[Protocolo Digital do MCom](https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes) (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).

3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
5. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 02/09/2024, às 16:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11852392** e o código CRC **CDCA83C9**.

Anexos:

Nota Técnica 15423 (11852346)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

Data de Envio:

03/09/2024 09:04:25

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas <coato@mcom.gov.br>

Para:

FURQUIM38@GMAIL.COM
furquim@morenafm88.com.br
juridicoseils@lorini.adv.br
tecnicoseile@lorini.eng.br
gabrielm101.5@hotmail.com

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.004651/2020-08

INTERESSADA: GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_11852372.html
Nota_Tecnica_11852346.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

Data de Envio:

03/09/2024 09:10:00

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas <coato@mcom.gov.br>

Para:

sanremo@cpnet.com.br
gabrielm101.5@hotmail.com
tecnicoseile@lorini.com.br
glaubergandolfi@hotmail.com
financeiro@nossaradio.net.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.004651/2020-08
INTERESSADA: RÁDIO PLANALTO DE IRINEÓPOLIS LTDA.
ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_11852392.html
Nota_Tecnica_11852346.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

Data de Envio:

03/09/2024 09:11:29

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas <coato@mcom.gov.br>

Para:

espacodoradiodifusor@mcom.gov.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

Ao Espaço do Radiodifusor,

Prezados,

Informa-se que, no âmbito do Processo Administrativo nº53115.004651/2020-08, foi encaminhada notificação à GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. (C.N.P.J Nº 04.484.313/0001-13), RÁDIO PLANALTO DE IRINEÓPOLIS LTDA. (C.N.P.J Nº 11.572.391/0001-35), solicitando a complementação da instrução processual.

Sendo assim, encaminha-se o presente e-mail ao Espaço do Radiodifusor - ESRAD, para a adoção das providências cabíveis, devendo ser inserido no referido processo administrativo o documento comprobatório das medidas adotadas.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Anexos:

Oficio_11852372.html

Nota_Tecnica_11852346.html

Oficio_11852392.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS
TRANSFERÊNCIA DIRETA DE OUTORGA COMERCIAL**
Processo nº 53115.004651/2020-08
Data de protocolização do pedido: 10/08/2020

Entidade cedente: Gtoll Telecomunicações Ltda

C.N.P.J. Nº 04.484.313/0001-13

Entidade cessionária: Rádio Nirvana FM Ltda (atualmente Rádio Planalto de Irineópolis Ltda)

C.N.P.J. Nº 11.572.391/0001-35

Executante do serviço de radiodifusão sonora em FM
Fistel nº: 50406587531

Localidade: Irineópolis

UF: SC

Situação da Outorga:
(X) Com Portaria de renovação publicada - SEI 11675226
() Vencida
Processo de renovação nº 53115.006310/2020-69

Período: 3 de setembro de 2020 a 3 de setembro de 2030

REQUISITOS MÍNIMOS

DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PÁG.(S)
a) Requerimento de transferência de outorga, disponibilizado pelo MCom, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária, constando declarações, <u>firmadas pelo representante legal da cessionária</u> , de que: a.1) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021); a.2) nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021); a.3) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021); a.4) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021); a.5) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021); a.6) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021); a.7) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as <u>alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990</u> . (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021).	OK	SEI 11859194
b) Licença de funcionamento	OK	SEI 9247021
c) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO)	OK	SEI 11852143
d) A pessoa jurídica optou pelo parcelamento de valores relativos aos serviços de radiodifusão	NÃO	SEI 11675819
e) Comprovante de que obteve o assentimento prévio do órgão próprio se o serviço for executado em faixa de fronteira .	NÃO SE APLICA	

RELATIVOS À CEDENTE

DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PÁG.(S)
a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.	OK	1 SEI 11676043



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

REGULARIDADE FISCAL	b) Prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual, distrital e municipal da sede da entidade , ou outra equivalente, na forma da lei;	OK	Federal: 2 SEI 11676043 Validade: 22.12.2024
		OK	Estadual: 3 SEI 11676043 Validade: 28.11.2024
		OK	Municipal: SEI 11849920 Validade: 06.11.2024 (Paraíso do Norte/PR)
	c) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL;	OK	4/5 SEI 11676043 Validade: 30.08.2024
	d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo do Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	OK	INSS: 2 SEI 11676043 Validade: 22.12.2024
		OK	FGTS: 6 SEI 11676043 Validade: 18.08.2024
	e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	7 SEI 11676043 Validade: 27.01.2024

RELATIVOS À CESSIONÁRIA			
HABILITAÇÃO JURÍDICA	DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PÁG. (S)
	a) Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	SEI 11849921 emitida em 27 de agosto de 2024
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	OK	SEI 11849923 SEI 11852129
	c) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ;	OK	SEI 11687203 Validade: 29.10.2024
REGULARIDADE FISCAL	d) Prova de inscrição no CNPJ;	OK	8 SEI 11676043
	e) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade , na forma da lei;	OK	Federal: 9 SEI 11676043 Validade: 16.10.2024
		OK	Estadual: 10 SEI 11676043 Validade: 13.10.2024
		OK	Municipal: 11 SEI 11676043 Validade: 29.10.2024 (Irineópolis/SC)
	f) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	12/13 SEI 11676043 entidade não cadastrada
	g) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	INSS: 9 SEI 11676043 Validade: 16.10.2024
		OK	FGTS: 14 SEI 11676043 Validade: 26.08.2024
	h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	15 SEI 11676043 Validade: 27.01.2025



RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRETORES - CESSIONÁRIA

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

DOCUMENTOS	NOME DOS SÓCIOS/ACIONISTAS E DIRETORES	SITUAÇÃO	PÁG. (S)
a) Prova da condição de brasileiro nato ou ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição , feita por meio da apresentação de: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certificado de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social; ou vii) passaporte;	Karyna Cubas Batista Freitas CPF: 005.718.759-20	OK	SEI 11849926
	Fabiano Zaniolo Freitas CPF: 719.496.909-20	OK	SEI 11849925

NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA COMO SÓCIA/ACIONISTA DA ENTIDADE

Declaração, firmada pelos dirigentes da Entidade e das Pessoas Jurídicas sócias, de que:

a) No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;	CNPJ:	NÃO SE APLICA	
b) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967	CNPJ:	NÃO SE APLICA	
c) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 1990.	CNPJ:	NÃO SE APLICA	

OBSERVAÇÕES

Relativo à Cedente:
- certidão simplificada 2024: SEI 11852275

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **está em conformidade** com o disposto na legislação



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 26/09/2024, às 10:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11675846** e o código CRC **AF073580**.



Processo nº 53115.004651/2020-08

SEI nº 11675846

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 15421/2024/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 53115.004651/2020-08

INTERESSADAS: GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA (CEDENTE) E RÁDIO PLANALTO DE IRINEÓPOLIS LTDA (CESSIONÁRIA)

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. VIABILIDADE. REMESSA DOS AUTOS À CONJUR E AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Gtoll Telecomunicações Ltda** e da **Rádio Planalto de Irineópolis Ltda**, inscritas no CNPJ nº 04.484.313/0001-13 e CNPJ nº 11.572.391/0001-35, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50406587531, no município de Irineópolis/SC.

2. Após a protocolização do requerimento administrativo que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação das pessoas jurídicas interessadas na operação de transferência direta para complementar a instrução processual, tendo sido apresentados os documentos solicitados.

ANÁLISE

3. Sabe-se que as concessões ou permissões do serviço de radiodifusão sonora ou de sons e imagens podem ser repassadas a outra pessoa jurídica por intermédio de operação denominada de transferência direta, nos termos do art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117/1962, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, a saber:

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

c) a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo;

[...]

4. Conforme visto, a operação de transferência direta depende, para sua validade, de prévia anuência do Poder Público, cujo ato se materializará em portaria do Ministro de Estado das Comunicações, quando se tratar do serviço de radiodifusão sonora, ou em decreto do Presidente da República, que será precedido de instrução processual a ser efetivada pelo Ministério das Comunicações, na hipótese do serviço de radiodifusão de sons e imagens, tudo com base no art. 90, incisos I e II, do Decreto nº 52.795/1963.

5. A anuência do Poder Público está condicionada à demonstração pelas interessadas na operação de transferência direta do preenchimento das condições consubstanciadas, em especial, no art. 91 e art. 93 do Decreto nº 52.795/1963, a saber:

Art. 91. A transferência da concessão ou da permissão somente poderá ser autorizada após decorrido o prazo de cinco anos, contado da data de expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação.

[...]

Art. 93. A transferência da concessão ou da permissão só poderá ser efetivada se a sociedade para a qual será transferida a concessão ou a permissão estiver condicionada às exigências constantes do art. 28, acompanhada da seguinte documentação:

I - requerimento de transferência de concessão e permissão, disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária;

II - documentação relativa à entidade cedente:

a) prova de inscrição no CNPJ;

b) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cedente, na forma da lei;

c) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;

d) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;

II - documentação relativa à entidade cessionária:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

- b) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária;
- c) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no [§1º do art. 222 da Constituição](#), feita por meio da apresentação de:
1. certidão de nascimento ou casamento;
 2. certificado de reservista;
 3. cédula de identidade;
 4. certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;
 5. carteira profissional;
 6. carteira de trabalho e previdência social; ou
 7. passaporte;
- d) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;
- e) certidão negativa de falência ou recuperação judicial válida, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data posterior à da publicação do edital;
- f) prova de inscrição no CNPJ;
- g) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cessionária, na forma da lei;
- h) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do FISTEL;
- i) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;
- j) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e
- k) declaração de que:
1. a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão;
 2. nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
 3. nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
 4. a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
 5. a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição;
 6. a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
 7. nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as [alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990](#).
- Parágrafo único. A concessão ou a permissão será transferida em observância aos prazos e às condições estabelecidas originalmente.

6. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da transferência direta, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

7. No caso em apreço, as pessoas jurídicas ora interessadas na operação objeto destes autos protocolaram requerimento administrativo de transferência direta, por meio de seus sócios e dirigentes, conforme demonstram as certidões simplificadas emitidas pela repartição competente em 7 de agosto de 2024 e em 27 de agosto de 2024 (SEI11859194, SEI11852275 e SEI11849921). O pleito foi apresentado juntamente com as declarações previstas no art. 93, inciso III, alínea "k", do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, devidamente firmadas pelos representantes legais da empresa cessionária (págs. 3/4 - SEI 11859194).

8. A pessoa jurídica cedente recebeu do Poder Público a permissão para a execução do referido serviço por meio da Portaria nº 607, de 21 de setembro de 2006, publicada em 22 de setembro de 2006, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 802, de 2009, publicado no dia 5 de novembro de 2009 (SEI9247012). A outorga encontra-se vencida desde 2020 (SEI9247965). Contudo, o Ministro de Estado das Comunicações assinou a Portaria MCOM nº 13.845, de 10 de julho de 2024, publicada no dia 31 de julho de 2024, no bojo do processo nº 53115.006310/2020-69, que tratou da renovação da outorga para o período de 3 de setembro de 2020 a 3 de setembro de 2030 (SEI 11675226).

9. Oportuno registrar que a execução do serviço de radiodifusão pela entidade está sendo mantida em caráter precário, uma vez que não houve ainda manifestação do Congresso Nacional em relação à renovação da outorga. De todo modo, tal circunstância não inviabiliza a transferência direta, porquanto o art. 4º, parágrafo único, da Lei nº 13.424/2017 e o art. 94 do Decreto nº 52.795/1963 autorizam a efetivação da operação por ocasião do funcionamento do serviço em caráter precário, desde que concluída a instrução do processo de renovação.

10. Tem-se, ademais, que, após consulta ao Sistema Mosaico da pessoa jurídica cedente, a condição alusiva ao prazo mínimo de licenciamento da estação, conforme previsto no art. 91 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, foi devidamente observada. A primeira licença para funcionamento da estação de radiodifusão sonora, em frequência modulada, foi emitida em 30 de novembro de 2015; portanto, a estação encontra-se licenciada e 5 (cinco) anos (SEI 9247021).



11. A documentação apresentada pelas entidades cedente e cessionária está em conformidade com o art. 93 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 9.138/2017 e pelo Decreto nº 10.775 de 23 de agosto de 2021, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI11675846). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

12. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

13. A s pessoas jurídicas ora interessadas na operação de transferência direta apresentaram todos os documentos previstos nos incisos II e III do art. 93 do Decreto nº 52.795/1963,alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021.

14. A pessoa jurídica cedente juntou aos autos os comprovantes de regularidade perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica; as certidões que demonstram a sua regularidade junto aos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal; bem como os comprovantes de regularidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Colacionou-se, também, o comprovante de regularidade junto ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Carreou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 11675846).

15. Por sua vez, a pessoa jurídica cessionária colacionou aos autos, além dos documentos citados anteriormente, certidão simplificada expedida pela Junta Comercial em que seus atos estão registrados, de modo a demonstrar a sua composição societária e diretiva e a comprovar as atividades desenvolvidas. O objetivo social diz respeito a: *a) execução de serviço de radiodifusão em qualquer de suas modalidades; atividades secundárias: b) exploração de propaganda e publicidade comercial e outras matérias concernentes ao ramo por qualquer veículo de comunicação, com ou sem criação própria; c) marketing direto de produção musical; d) gravação de som e edição de músicas para programas de rádio e outros veículos de comunicação; e) organização e realização de eventos e palestras; f) assessoria em comunicação; g) agência de publicidade; h) assessoria em marketing* (SEI 11849921).

16. De acordo com a Certidão Simplificada expedida pelo órgão de registro competente na data de 27 de agosto de 2024, a composição societária e diretiva da pessoa jurídica cessionária é a seguinte (SEI 11849921):

NOME	COTAS	VALOR - R\$
Karyna Cubas Batista Freitas	40.000	40.000,00
Fabiano Zaniolo Freitas	300.000	300.000,00
TOTAL	340.000	340.000,00

NOME	CARGO
Fabiano Zaniolo Freitas	Administrador

17. Em relação aos limites de outorga, e levando-se em consideração a estrutura societária e diretiva constante na certidão simplificada expedida pela respectiva Junta Comercial, tem-se que a pessoa jurídica cessionária não faz parte da composição societária de outras entidades executantes dos serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO na data de 2 de setembro de 2024 (SEI 11852143), a saber:



Consulta Participação da Entidade nas Empresas	
Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	11.572.391/0001-35
Não foi encontrado dados com essa informação	

18. Já os seus sócios e administrador, nota-se a participação social em outras entidades executantes dos serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário, senão vejamos (SEI 11852143):

Consulta Composição da Entidade...											
Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 005.718.759-20											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
KARYNA CUBAS BATISTA FREITAS	005.718.759-20	RADIO FM FRONTEIRA LTDA	03.967.055/0001-63	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SC	Três Barras
		RADIO FM FRONTEIRA LTDA	03.967.055/0001-63	Sócio	20000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Três Barras

Consulta Composição da Entidade...											
Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 719.496.909-20											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
FABIANO ZANIOLO FREITAS	719.496.909-20	RADIO PLANALTO DE MAJOR VIEIRA LTDA	76.323.971/0001-34	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SC	Major Vieira
		RADIO PLANALTO DE MAJOR VIEIRA LTDA	76.323.971/0001-34	Sócio	218700	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Major Vieira

19. Nesse contexto, a pessoa jurídica cessionária e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os limites de outorgas fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO (SEI 11852143).

20. A pessoa jurídica cessionária carregou, ainda, a prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos de seus sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição Federal. Juntou-se, também, o balanço patrimonial e demonstrativo do resultado do exercício, firmados em conjunto por profissional em contabilidade e por seu representante legal. Acostou-se, de igual modo, certidão emitida pelo Poder Judiciário do Estado em que a sede está localizada, atestando que inexistente registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor (SEI 11675846).

21. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a pessoa jurídica cessionária, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão, em havendo autorização do Poder Público para a transferência direta da outorga, tudo na forma do art. 93 do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021.

22. Mostra-se relevante rememorar que, em se tratando de transferência de outorga, faz-se necessário, também, levantar informações acerca da existência de pena de cassação da outorga que se pretende transferir. Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM foi instada a informar sobre a existência de Processos de Apuração de Infração - PAIs, por meio do Correspondência Eletrônica (SEI 11852296). Em resposta, informou-se o seguinte (SEI 11852298):

que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora Gtoll Telecomunicações Ltda, inscrita no CNPJ nº 04.484.313/0001-13, para a execução do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50406587531, no município de Irineópolis /SC, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

23. Oportuno registrar que, de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL, a pessoa jurídica cedente não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI11675821). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, não se aplica no caso concreto (SEI 11675819).

24. Por fim, esclareça-se que, por intermédio da Nota Técnica nº 13425/2024/SEI-MCOM (vide item 7), que acompanhou o Ofício nº 25914/2024/MCOM, a pessoa jurídica cessionária foi advertida que, caso o pedido de transferência já deferido, o serviço de radiodifusão será prestado em caráter precário, enquanto não houver conclusão do processo de renovação de outorga, na forma do art. 4º, parágrafo único, da Lei nº 13.424/2017, juntamente com o



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

art. 94 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963 (SEI11676087 e SEI11676124). Tal advertência, aliás, encontra-se inserida na minuta de ato ora colacionada aos autos (SEI 11852318).

25. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de transferência direta da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50406587531, no município de Irineópolis/SC, nos termos do art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117/1962 e do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

26. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

27. Em caso de aprovação, sugere-se a adoção das seguintes providências administrativas:

- a) envio dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações** para análise da regularidade jurídica da operação de transferência direta ora discutida, inclusive das minutas de Portaria (SEI11852318) e de Exposição de Motivos (SEI 11852324), na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993, e
- b) em caso de manifestação jurídica favorável, remessa posterior dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963, sem prejuízo das medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 222, § 5º, da Constituição Federal.

28. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão** para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da correspondente atualização dos sistemas pertinentes com a composição societária e diretiva da pessoa jurídica cessionária, **de acordo com o exposto no parágrafo 16 desta manifestação**, bem como da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s) e a tramitação dos autos à **SECOE_MCOM_CCIVIL** para providências subseqüentes.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 25/09/2024, às 17:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin, Coordenador de Atos de Radiodifusão Privada**, em 26/09/2024, às 10:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 26/09/2024, às 10:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 27/09/2024, às 17:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11852300** e o código CRC **851E0691**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.004651/2020-08

Documento nº 11852300



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PORTARIA Nº , DE DE DE

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES** no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 38, alínea "c", da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, o disposto no artigo 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53115.004651/2020-08, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 15421/2024/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº , resolve:

Art. 1º Transferir a permissão outorgada à Gtoll Telecomunicações Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 04.484.313/0001-13, por meio da Portaria nº 607, de 21 de setembro de 2006, publicada em 22 de setembro de 2006, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 802, de 2009, publicado no dia 5 de novembro de 2009, para a Rádio Planalto de Irineópolis Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 11.572.391/0001-35, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50406587531, no município de Irineópolis, estado de Santa Catarina.

Art. 3º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 4º Fica a Rádio Planalto de Irineópolis Ltda advertida que o serviço de radiodifusão sonora será mantido em caráter precário enquanto não sobrevier decisão do Congresso Nacional acerca do pedido de renovação da permissão para executar o serviço de radiodifusão sonora, na forma do inciso XII do caput do art. 49 da Constituição, observados os mesmos prazos e condições originais.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 25/09/2024, às 17:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin**, **Coordenador de Atos de Radiodifusão Privada**, em 26/09/2024, às 10:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani**, **Assistente Técnico**, em 26/09/2024, às 10:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 27/09/2024, às 17:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11852318** e o código CRC **AB88AB59**.

Referência: Processo nº 53115.004651/2020-08

Documento nº 11852318

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

EM nº - MCOM

Brasília, de de 2024.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação, o Processo Administrativo nº 53115.004651/2020-08, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 15421/2024/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº , acompanhado da Portaria nº , publicada em , que transfere a permissão outorgada à Gtoll Telecomunicações Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 04.484.313/0001-13, por meio da Portaria nº 607, de 21 de setembro de 2006, publicada em 22 de setembro de 2006, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 802, de 2009, publicado no dia 5 de novembro de 2009, para a Rádio Planalto de Irineópolis Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 11.572.391/0001-35, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50406587531, no município de Irineópolis, estado de Santa Catarina.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 5º do art. 222 da Constituição da República, o parágrafo único do art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para cientificação daquela Casa Legislativa.

JUSCELINO FILHO
MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 25/09/2024, às 17:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin, Coordenador de Atos de Radiodifusão Privada**, em 26/09/2024, às 10:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 26/09/2024, às 10:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 27/09/2024, às 17:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11852324** e o código CRC **025FCE04**.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 55434/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura

Ao Senhor
Felipe Nogueira Fernandes
Consultor Jurídico
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 15421/2024/SEI-MCOM (11852300)

Senhor Consultor Jurídico,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho a Nota Técnica nº 15421/2024/SEI-MCOM (11852300), a qual trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Gtoll Telecomunicações Ltda** e da **Rádio Planalto de Irineópolis Ltda**, inscritas no CNPJ nº 04.484.313/0001-13 e CNPJ nº 11.572.391/0001-35, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50406587531, no município de Irineópolis/SC.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 01/10/2024, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11897836** e o código CRC **BC455DD5**.

Referência: Processo nº 53115.004651/2020-08

Documento nº 11897836



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER n. 00642/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.004651/2020-08

INTERESSADOS: GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA (CEDENTE) E RÁDIO PLANALTO DE IRINEÓPOLIS LTDA (CESSIONÁRIA)

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

EMENTA: TRANSFERÊNCIA DIRETA DE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO SONORA. RÁDIO COMERCIAL.

I - Desde que preenchidos os requisitos legais e regulamentares, é lícita a transferência de outorga de radiodifusão sonora mediante prévia anuência do poder concedente (art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117, de 1962 (CBT), e arts. 89 a 94 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963).

II - No caso, conforme atestado pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, foram preenchidos os requisitos que autorizam o deferimento da transferência de outorga.

III - Pela ausência de óbice jurídico ao deferimento do pleito de transferência de titularidade da outorga, desde que observadas as ressalvas deste Parecer.

RELATÓRIO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da Gtoll Telecomunicações Ltda e da Rádio Planalto de Irineópolis Ltda, inscritas no CNPJ nº 04.484.313/0001-13 e CNPJ nº 11.572.391/0001-35, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50406587531, no município de Irineópolis/SC.

2. A entidade cedente e a entidade cessionária apresentaram em conjunto requerimento de transferência de outorga acompanhado de documentos.

3. Por meio da Lista de Verificação de Documento – Checklist (SEI-11675846) e da NOTA TÉCNICA Nº 15421/2024/SEI-MCOM (SEI-11852300), a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) atestou o cumprimento dos requisitos necessários e manifestou-se favoravelmente ao deferimento do pleito. A esse respeito, cabe reproduzir o seguinte trecho da referida Nota Técnica:

25. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de transferência direta da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50406587531, no município de Irineópolis/SC, nos termos do art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117/1962 e do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963.

4. Consta ainda do processo minutas de Portaria ministerial (SEI-11852318) e de Exposição de Motivos (SEI-11852324) a serem assinadas pelo Ministro das Comunicações.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

5. Preliminarmente, é oportuno esclarecer que, no exercício das competências que lhe foram atribuídas pelo art. 131 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) e pelo art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 1993, compete a este órgão de execução da Advocacia-Geral da União (AGU) prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo, portanto, adentrar na análise dos aspectos da conveniência e da oportunidade da prática dos atos administrativos, nem em aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa, conforme orienta o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Consultoria-Geral da União (CGU/AGU).

6. Em relação aos aspectos de natureza técnica, parte-se da premissa de que os órgãos e servidores competentes para a sua análise detêm os conhecimentos específicos necessários e os analisaram adequadamente em conformidade com suas atribuições. Além disso, as informações lançadas neste processo pelas demais unidades desta Pasta gozam de **presunção de veracidade, legalidade e legitimidade.**

FUNDAMENTAÇÃO

Dos requisitos para a transferência direta de outorga de radiodifusão sonora

Nos termos do art. 21, XII, alínea "a", e do art. 223 da CFRB, compete à União explorar, diretamente ou mediante rização, concessão ou permissão, os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. No mesmo sentido, o art. 32 da Lei Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>



991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT) estabelece que os serviços de radiodifusão podem ser executados diretamente pela União ou através de concessão, autorização ou permissão. Conforme o art. 6º, alínea “d”, do CBT, a radiodifusão tem por objeto a propagação de sinais de rádio ou televisão a serem recebidos direta e livremente pelo público em geral. Cuida-se de serviço público de titularidade da União que consiste na transmissão de sons ou de sons e imagens por meio de ondas radioelétricas (ADI nº 3944/STF, REsp nº 1652588/STJ e MS nº 5307/STJ).

8. Compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração de serviços de radiodifusão sonora (art. 6º, § 2º, do RSR). Essas outorgas são formalizadas por meio de contrato com a União, por intermédio do Ministério das Comunicações, conforme os termos do art. 6º, § 2º, e art. 16, § 10, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963.

9. Em recente decisão na ADI nº 2.946 (2022), o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou a constitucionalidade do art. 27 da Lei nº 8.987, de 1995, descartando a alegação de que a transferência da concessão ou do controle societário de concessionárias de serviços públicos implicariam violação ao dever de licitar. Nesse precedente, o STF afirmou que, desde que mantidos os termos da proposta vencedora, **“não se pode afirmar que a modificação do particular contratado implica, automática e necessariamente, burla à regra da obrigatoriedade de licitação ou ofensa aos princípios constitucionais correlatos, mormente nos casos de concessão, dada a natureza incompleta e dinâmica desses contratos e a necessidade de se zelar pela continuidade da prestação adequada dos serviços públicos”**.

10. Conforme estabelece o art. 38, alínea “c”, da Lei nº 4.117, de 1962, a transferência de outorga de radiodifusão de uma pessoa jurídica para outra é admitida desde que haja prévia anuência do Poder Executivo:

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

(...)

c) a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo;

11. É o que também dispõe o art. 89 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963:

Art. 89. As concessões e as permissões poderão ser transferidas de uma pessoa jurídica para outra.

12. No caso dos serviços de radiodifusão sonora, a transferência da outorga é autorizada por ato do Ministro das Comunicações, devendo ser comunicada ao Congresso Nacional por meio de Mensagem do Presidente da República (art. 90 do RSR).

13. Mas, para que possa ser deferida a transferência da titularidade, **é necessário que a concessão ou permissão em questão tenha sido outorgada há pelo menos cinco anos**, contados a partir da expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação, conforme estabelece o art. 91 do RSR:

Art. 91. A transferência da concessão ou da permissão somente poderá ser autorizada após decorrido o prazo de cinco anos, contado da data de expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação.

14. Além do cumprimento desse requisito temporal, deve-se observar que é vedada a transferência de titularidade de concessão ou permissão de radiodifusão de pessoa jurídica de direito público interno para empresas privadas (art. 92 do RSR).

15. Também é proibida a transferência de outorga de radiodifusão quando o serviço estiver sendo prestado em caráter precário antes que tenha sido concluída a instrução do respectivo processo de renovação no âmbito do Ministério das Comunicações. É o que estabelece o art. 4º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 4º O funcionamento do serviço de radiodifusão em caráter precário não obsta as transferências de concessão ou permissão, desde que preenchidos os requisitos legais e regulamentares.

Parágrafo único. A anuência para a transferência de concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra, no curso do funcionamento do serviço em caráter precário, poderá ser deferida desde que já concluída a instrução do processo de renovação da concessão ou permissão no âmbito do órgão competente do Poder Executivo, devendo ser advertida desta condição a entidade para a qual a outorga será transferida.

16. No mesmo sentido, assim dispõe o art. 94 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão:

Art. 94. A anuência para a transferência da concessão ou da permissão, no curso do funcionamento do serviço de radiodifusão em caráter precário, poderá ser deferida desde que concluída a instrução do processo de renovação de concessão ou permissão no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, devendo ser advertida desta condição a entidade para a qual a outorga será transferida.

17. Cabe ainda destacar que **a viabilidade jurídica da transferência da outorga depende do cumprimento, pela entidade cessionária, das condições para obter uma outorga de radiodifusão**. Portanto, devem ser respeitados os limites ditativos de outorgas de radiodifusão tanto pela entidade cessionária como por seus sócios, administradores ou gerentes (art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; art. 38, alínea “g”, do CBT; do § 3º do art. 14 do RSR; e § 2º do art. 3º do Decreto nº 8.139, de 2013).

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>



18. Nos termos do caput do art. 222 da CRFB, a propriedade de empresas de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos 70% do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (art. 222, § 1º, da CRFB e art. 38, alínea "a", da Lei nº 4.117, de 1962). Em relação ao cumprimento dessa exigência, é necessário avaliar o quadro societário da entidade cessionária para verificar a nacionalidade dos sócios, que deve ser demonstrada por meio da apresentação de algum dos documentos previstos na alínea "c" do inciso III do art. 93 do RSR. Se houver pessoa jurídica no quadro de sócios que impeça a verificação do cumprimento da exigência de capital mínimo pertencente direta ou indiretamente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, recomenda-se que a SECOE exija que a cessionária apresente declaração nesse sentido, aplicando por analogia o disposto no art. 15, § 15, inciso I, do RSR.

19. Além do cumprimento da exigência relacionada à composição do capital social, o § 1º do art. 222 da CRFB e o art. 38, alínea "a", do CBT também exigem que a gestão das atividades da entidade que detenha a outorga de radiodifusão e a responsabilidade por estabelecer o conteúdo de sua programação caibam a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. Portanto, os administradores da entidade cessionária devem ser obrigatoriamente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

20. Também cabe mencionar que, nos termos do art. 112 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023 ^[1], caso a cedente tenha parcelamento deferido com base no art. 1º-B da Lei nº 5.768, de 1971, incluído pela Lei nº 14.027, de 2020, atualmente disciplinado pelos arts. 93 e seguintes da Portaria de Consolidação MCom nº 1, de 2023, a anuência do Poder Executivo para a transferência da outorga é condicionada à prévia quitação integral do parcelamento e eventuais dívidas em aberto.

21. Observadas essas condições, para que a transferência direta de outorga seja deferida, as entidades envolvidas na operação (cedente e cessionária) devem apresentar requerimento conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações, o qual deve estar acompanhado dos documentos indicados no art. 93 do RSR:

Art. 93. A transferência da concessão ou da permissão só poderá ser efetivada se a sociedade para a qual será transferida a concessão ou a permissão estiver condicionada às exigências constantes do art. 28, acompanhada da seguinte documentação:

I - requerimento de transferência de concessão e permissão, disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária;

II - documentação relativa à entidade cedente;

a) prova de inscrição no CNPJ;

b) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cedente, na forma da lei;

c) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;

d) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;

III - documentação relativa à entidade cessionária:

b) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária;

c) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição, feita por meio da apresentação de:

1. certidão de nascimento ou casamento;

2. certificado de reservista;

3. cédula de identidade;

4. certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;

5. carteira profissional;

6. carteira de trabalho e previdência social; ou

7. passaporte;

d) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;

e) certidão negativa de falência ou recuperação judicial válida, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data posterior à da publicação do edital;

f) prova de inscrição no CNPJ;

g) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cessionária, na forma da lei;

h) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;

i) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;

j) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e

k) declaração de que:

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>



1. a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão;
2. nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
3. nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
4. a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
5. a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
6. a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
7. nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Parágrafo único. A concessão ou a permissão será transferida em observância aos prazos e às condições estabelecidas originalmente.

22. É importante destacar que o requerimento de transferência de outorga deve ser firmado por quem tenha poder para representar as pessoas jurídicas interessadas. Além disso, como se trata de requerimento de transferência de outorga, no caso de representação por meio de procurador, aplica-se o disposto no § 1º do art. 661 do Código Civil, que exige que o instrumento de mandato contenha poderes especiais e expressos para a prática do ato^[2].

23. Portanto, ao receber pedido de transferência de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada e que tenha poderes específicos para a prática do ato^[3].

24. Caso deferido o pleito de transferência, a cessionária recebe a permissão para a exploração do serviço nas condições em que se encontra, devendo observar o prazo de duração em vigor e cumprir todas as obrigações aplicáveis ao titular da outorga.

Do atendimento aos requisitos para o deferimento do pedido

25. O requerimento de transferência de outorga foi originalmente apresentado em conjunto pela cedente e pela cessionária. Nesse ato, a cedente foi representada por Glauco Tollendal de Barros e Antônio João Furquim Pereira, enquanto a cessionária foi representada por João Eduardo de Nadal, Silvana Maira Pykosc Munhoz e Janice Maria Bison (SEI 5776068).

26. No entanto, em **05/09/2024**, foi apresentado um novo requerimento constando mudança no quadro societário e diretivo tanto da cedente quanto da Cessionária, nos seguintes termos (SEI 11859194):

Cedente:

- Antônio João Furquim Pereira (dirigente); e
- Jocemari Aime Furquim.

Cessionária:

- Fabiano Zaniolo Freitas (Dirigente); e
- Karyna Cubas Batista Freitas;

27. De acordo com as certidões simplificadas que foram apresentadas (SEI-11852275 e SEI-11849921), os signatários do requerimento ostentam a condição de administradores das entidades envolvidas na operação^[4].

28. Portanto, pode-se concluir que as entidades cedente e cessionária apresentaram requerimento conjunto em que pleitearam a transferência da outorga, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações, e estão regularmente representadas.

29. A SECOE informou que a permissão de que se trata foi outorgada há mais de cinco anos a contar da expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação. Portanto, está atendido o requisito do art. 91 do RSR. A esse respeito, cabe reproduzir o seguinte trecho da NOTA TÉCNICA Nº 15421/2024/SEI-MCOM:

10. Tem-se, ademais, que, após consulta ao Sistema Mosaico da pessoa jurídica cedente, a condição alusiva ao prazo mínimo de licenciamento da estação, conforme previsto no art. 91 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, foi devidamente observada. A primeira licença para funcionamento da estação de radiodifusão sonora, em frequência modulada, foi emitida em 30 de novembro de 2015; portanto, a estação encontra-se licenciada há mais de 5(cinco) anos (SEI 9247021).

30. Ambas as entidades envolvidas são privadas. Consequentemente, não se trata de transferência de outorga de pessoa jurídica de direito público para empresa privada. Está assim atendida a exigência prevista no art. 92 do RSR.

31. De acordo com as informações prestadas pela SECOE em sua NOTA TÉCNICA, o prazo de vigência da outorga em questão está expirado. Mas a unidade técnica também informou que já houve a conclusão do processo de renovação no âmbito do Ministério das Comunicações. Nesse sentido, a SECOE afirmou que o Ministro das Comunicações assinou Exposição de motivos por meio da qual encaminhou proposta de Decreto à Casa Civil para a renovação da outorga. Está assim atendido o requisito previsto no art. 94 do RSR. Sobre esse fato, estão consignadas as seguintes informações na NOTA TÉCNICA Nº



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

8. A pessoa jurídica cedente recebeu do Poder Público a permissão para a execução do referido serviço por meio da Portaria nº 607, de 21 de setembro de 2006, publicada em 22 de setembro de 2006, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 802, de 2009, publicado no dia 5 de novembro de 2009 (SEI 9247012). A outorga encontra-se vencida desde 2020 (SEI 9247965). Contudo, o Ministro de Estado das Comunicações assinou a Portaria MCOM nº 13.845, de 10 de julho de 2024, publicada no dia 31 de julho de 2024, no bojo do processo nº 53115.006310/2020-69, que tratou da renovação da outorga para o período de 3 de setembro de 2020 a 3 de setembro de 2030 (SEI 11675226).

32. De acordo com as informações prestadas pela SECOE em sua NOTA TÉCNICA, o prazo de vigência da outorga em questão está expirado. Mas a unidade técnica também informou que já houve a conclusão do processo de renovação no âmbito do Ministério das Comunicações. Nesse sentido, a SECOE afirmou que o Ministro das Comunicações assinou Exposição de Motivos por meio da qual encaminhou proposta de Decreto à Casa Civil para a renovação da outorga. Está assim atendido o requisito previsto no art. 94 do RSR. Sobre esse fato, estão consignadas as seguintes informações na NOTA TÉCNICA Nº 15421/2024/SEI-MCOM (SEI-11852300):

8. A pessoa jurídica cedente recebeu do Poder Público a permissão para a execução do referido serviço por meio da Portaria nº 607, de 21 de setembro de 2006, publicada em 22 de setembro de 2006, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 802, de 2009, publicado no dia 5 de novembro de 2009 (SEI 9247012). A outorga encontra-se vencida desde 2020 (SEI 9247965). Contudo, o Ministro de Estado das Comunicações assinou a Portaria MCOM nº 13.845, de 10 de julho de 2024, publicada no dia 31 de julho de 2024, no bojo do processo nº 53115.006310/2020-69, que tratou da renovação da outorga para o período de 3 de setembro de 2020 a 3 de setembro de 2030 (SEI 11675226).

33. Além disso, como se pode constatar do respectivo comprovante de inscrição no CNPJ (SEI-11676043) e da certidão simplificada da junta comercial (SEI-11849921), a entidade cessionária é pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras e tem sede no País. Cumpre assim a exigência prevista no *caput* do art. 222 da CRFB.

34. Em sua manifestação técnica, a unidade técnica também atestou a observância aos limites quantitativos de outorga previstos na legislação. A esse respeito assim se manifestou a SECOE na NOTA TÉCNICA Nº 15421/2024/SEI-MCOM (SEI-11852300):

19. Nesse contexto, a pessoa jurídica cessionária e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os limites de outorgas fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO (SEI 11852143).

35. No que diz respeito ao cumprimento das exigências de capital mínimo pertencente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e à naturalidade dos responsáveis pela gestão da entidade cessionária (§ 1º do art. 222 da CRFB), os documentos de identificação dos sócios e dirigentes que foram carreados aos autos (SEI-11849926 e 11849925) demonstram que são brasileiros natos [ou brasileiros naturalizados há mais de dez anos]. Conforme se verifica da certidão simplificada da junta comercial (SEI-11849921) não há pessoa jurídica na composição do quadro de sócios da entidade cessionária. Portanto, considero que tais requisitos também estão atendidos.

36. Em sua NOTA TÉCNICA, a SECOE também informou que não foi encontrado registro de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação da outorga de que se trata.

37. Em relação ao cumprimento das exigências documentais, a SECOE atestou em sua NOTA TÉCNICA que a documentação apresentada pelas interessadas está em conformidade com o art. 93 do RSR. O quadro abaixo indica o atendimento a tais exigências:

Documentação relativa à cedente

Requisito	Base normativa	Cumprimento
(I) Prova de inscrição no CNPJ	Art. 93, II, “a”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11676043)
(II) Prova de regularidade perante a Fazenda federal.	Art. 93, II, “b”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11676043) Validade: 22.12.2024
(III) Prova de regularidade perante a Fazenda estadual/distrital da sede da entidade.	Art. 93, II, “b”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11676043) Validade: 28.11.2024
(IV) Prova de regularidade perante a Fazenda municipal da sede da entidade.	Art. 93, II, “b”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11849920) Validade: 06.11.2024
(V) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel	Art. 93, II, “c”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11676043) Validade: 30.08.2024
(VI) Prova de regularidade relativa à atividade social e ao FGTS.	Art. 93, II, “d”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11676043) Validade: 18.08.2024



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

(VII) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa.	Art. 93, II, “e”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11676043) Validade: 27.01.2024
---	--	--

Documentação relativa à cessionária

Requisito	Base normativa	Cumprimento
(VIII) Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária.	Art. 93, III, “b”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11849921)
(IX) Prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no § 1º do art. 222 da Constituição, feita por meio da apresentação de: 1. certidão de nascimento ou casamento; 2. certificado de reservista; 3. cédula de identidade; 4. certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; 5. carteira profissional; 6. carteira de trabalho e previdência social; ou 7. Passaporte.	Art. 93, III, “c”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11849926 e 11849925)
(X) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura.	Art. 93, III, “d”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11849923 e 11852129)
(XI) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 93, III, “e”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11687203) Validade: 29.10.2024
(XII) Certidão negativa de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 93, III, “e”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11687203) Validade: 29.10.2024
(XIII) Prova de inscrição no CNPJ	Art. 93, III, “f”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11676043)
(XIV) Prova de regularidade perante a Fazenda federal.	Art. 93, III, “g”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11676043) Validade: 16.10.2024
(XV) Prova de regularidade perante a Fazenda estadual/distrital da sede da entidade.	Art. 93, III, “g”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11676043) Validade: 13.10.2024
(XVI) Prova de regularidade perante a Fazenda municipal da sede da entidade.	Art. 93, III, “g”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11676043) Validade: 29.10.2024
(XVII) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel	Art. 93, III, “h”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11676043)
(XVIII) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS.	Art. 93, III, “i”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11676043) Validade: 26.08.2024
(XIX) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa.	Art. 93, III, “j”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11676043) Validade: 27.01.2025



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

(XX) Declaração de que: 1. a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão; 2. nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; 3. nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; 4. a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; 5. a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; 6. a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e 7. nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Art. 93, III, “k”, do Anexo ao Atendido
Decreto nº 52.795. (SEI 11859194)

38. Pode-se concluir assim que, ressalvada a necessidade de atualização das certidões que estão vencidas, estão atendidas as exigências documentais previstas no art. 93 do RSR. Além disso, é importante destacar que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga[6].

39. Quanto ao cumprimento do art. 112 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, a SECOE informou que a entidade cedente não possui parcelamento pendente de pagamento. Nesse sentido, assim consta da NOTA TÉCNICA Nº 15421/2024/SEI-MCOM:

23. Oportuno registrar que, de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL, a pessoa jurídica cedente não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11675821). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, não se aplica no caso concreto (SEI 11675819).

Das minutas de Portaria e de Exposição de Motivos

40. Conforme o art. 90, I, do RSR, a anuência ao pedido de transferência de outorga de radiodifusão sonora deve ser materializada por meio de Portaria do Ministro de Estado das Comunicações. No que diz respeito aos aspectos formais, a minuta de Portaria ministerial que consta dos autos (SEI-11852318) é adequada e suficiente aos fins a que se propõe.

41. A minuta de Exposição de Motivos que foi apresentada (SEI-11852324) também se encontra apta a ser assinada pelo Ministro de Estado.

CONCLUSÃO

42. Ante o exposto, abstraída qualquer análise relacionada à conveniência e oportunidade da medida, concluo que não há óbice jurídico ao deferimento do pedido de transferência da outorga de que trata o presente Parecer, desde que atendida(s) a(s) ressalva(s) contida(s) no(s) parágrafo(s) 6 e 38 deste Parecer.

43. As minutas de Portaria e de Exposição de Motivos que foram apresentadas encontram-se aptas a serem assinadas pelo Ministro de Estado.

44. Considerando que o serviço de radiodifusão de que se trata está em funcionamento precário, essa condição deve ser mada à entidade cessionária (art. 4º, Parágrafo único, da Lei nº 13.424, de 2017, e art. 94 do RSR), informação esta que consta própria minuta de Portaria ministerial.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

45. Caso se decida pelo deferimento do pleito de transferência de outorga, a Portaria ministerial deve ser encaminhada à Casa Civil acompanhada de Exposição de Motivos a fim de que o ato seja comunicado ao Congresso Nacional por meio de Mensagem do Presidente da República (art. 90, Parágrafo único, do RSR).

46. Por fim, sugere-se o encaminhamento do presente Parecer à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para que dele tome conhecimento e dê prosseguimento ao processo.

À consideração superior.

Brasília, 14 de outubro de 2024.

GUILHERME BRUM DE ALMEIDA

Advogado da União

Notas

- ¹ *Art. 112. Nos casos em que a concessionária ou a permissionária tiver optado pelo pagamento de forma parcelada, conforme hipóteses previstas neste livro, a anuência para a transferência da concessão ou da permissão, assim como para o seu cancelamento ou extinção ficará condicionada à prévia quitação integral de todos os seus parcelamentos e dívidas em aberto.*
- ² *Nesse sentido, vide a NOTA n. 00178/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.011452/2023-91) e o § 37 do DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35).*
- ³ *A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71).*
- ⁴ *Conforme já se manifestou esta Consultoria Jurídica no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35), com base na teoria da aparência se pode concluir que, mesmo que houvesse alguma restrição aos poderes de seus administradores no contrato social ou estatuto da entidade, mesmo assim o ato seria válido em relação ao Ministério das Comunicações e vincularia a pessoa jurídica envolvida.*

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115004651202008 e da chave de acesso afadd337



Documento assinado eletronicamente por GUILHERME BRUM DE ALMEIDA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1720186347 e chave de acesso afadd337 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): GUILHERME BRUM DE ALMEIDA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 15-10-2024 16:39. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 01735/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.004651/2020-08

INTERESSADOS: GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA (CEDENTE) E RÁDIO PLANALTO DE IRINEÓPOLIS LTDA (CESSIONÁRIA)

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

Senhor Consultor Jurídico,

1. Estou de acordo com o **PARECER n. 00642/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, elaborado pelo Dr. GUILHERME BRUM DE ALMEIDA, Advogado da União, por seus próprios fundamentos.

2. Encaminhe-se à SECOE, conforme proposto.

À consideração.

ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO
ADVOGADA DA UNIÃO
Coordenadora-Geral Jurídica de Radiodifusão Substituta^[1]

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115004651202008 e da chave de acesso afadd337

Notas

1. [^] Conforme Portaria MCOM n° 283, de 5 de agosto de 2024, publicada no Boletim de Serviço Eletrônico de 06 de agosto de 2024.



Documento assinado eletronicamente por ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1721712570 e chave de acesso afadd337 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 15-10-2024 16:47. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 01741/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.004651/2020-08

INTERESSADOS: GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA (CEDENTE) E RÁDIO PLANALTO DE IRINEÓPOLIS LTDA (CESSIONÁRIA)

ASSUNTOS: Radiodifusão. Rádio comercial. Transferência de outorga

1. Aprovo o PARECER n. 642/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO n. 1735/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

2. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 16 de outubro de 2024.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115004651202008 e da chave de acesso afadd337



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1723002586 e chave de acesso afadd337 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 16-10-2024 12:09. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

DESPACHO

Processo nº: **53115.004651/2020-08**

De ordem do Senhor Secretário de Comunicação Social Eletrônica, encaminhe-se o presente processo ao Departamento de Radiodifusão Privada, para conhecimento do Parecer nº 00642/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU11926008), e adoção de providências cabíveis.

Atenciosamente,

Márcia Maria Torres Fernandes
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Maria Torres Fernandes, Chefe de Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, em 16/10/2024, às 15:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11926171** e o código CRC **F21E995B**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.004651/2020-08

Documento nº 11926171



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada

DESPACHO

Processo nº: 53115.004651/2020-08

Referência: Parecer nº 00642/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11926008)

Interessado: Gtoll Telecomunicações Ltda e da Rádio Planalto de Irineópolis Ltda.

Assunto: Transferência Direta. Consulta Conjur. Devolução dos autos

À CGPO

De ordem do Diretor, encaminhe-se este processo à Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada, para conhecimento do Parecer nº 00642/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11926008), e providências cabíveis.

Brasília, 16 de outubro de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Elise Miranda Gonzaga, Assessora Técnica**, em 16/10/2024, às 17:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11926556** e o código CRC **1C4A0549**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.004651/2020-08

Documento nº 11926556



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
04.484.313/0001-13
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA
05/06/2001

NOME EMPRESARIAL
GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
MULEKA COMUNICACOES

PORTE
ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
60.10-1-00 - Atividades de rádio

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
59.11-1-99 - Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente
60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta
61.20-5-01 - Telefonia móvel celular
61.41-8-00 - Operadoras de televisão por assinatura por cabo
62.03-1-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis
63.91-7-00 - Agências de notícias
63.99-2-00 - Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente
66.30-4-00 - Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão
70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica
73.19-0-02 - Promoção de vendas
73.20-3-00 - Pesquisas de mercado e de opinião pública
74.20-0-04 - Filmagem de festas e eventos
74.90-1-05 - Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas
74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente
77.39-0-03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes
82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas
82.30-0-02 - Casas de festas e eventos
88.00-6-00 - Serviços de assistência social sem alojamento
91.02-3-01 - Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares
93.19-1-01 - Produção e promoção de eventos esportivos

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO
R BARAO DO RIO BRANCO

NÚMERO
358

COMPLEMENTO
CASA

CEP
87.780-000

BAIRRO/DISTRITO
CENTRO

MUNICÍPIO
PARAISO DO NORTE

UF
PR

ENDEREÇO ELETRÔNICO
FURQUIM38@GMAIL.COM

TELEFONE
(44) 3431-3027

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
20/08/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 17/10/2024 às 11:21:46 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA

CNPJ: 04.484.313/0001-13

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:23:01 do dia 17/10/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 16/11/2024.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

s.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC

<https://trf4.jfj.br/leg-autenticidade-assinatura/camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

sistemas.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 04.484.313/0001-13
Razão Social: GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA
Endereço: RUA BARAO DO RIO BRANCO 358 CASA / CENTRO / PARAISO DO NORTE / PR / 87780-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 04/10/2024 a 02/11/2024

Certificação Número: 2024100419050959012153

Informação obtida em 17/10/2024 11:23:40

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

crf.caixa.gov.br/consultacrff/pages/consultaEmpregador.jsf

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 11.572.391/0001-35 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 19/02/2010</div>
--	---	--

NOME EMPRESARIAL
RADIO PLANALTO DE IRINEOPOLIS LTDA

<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO PLANALTO DE IRINEOPOLIS</div>	<div>PORTE ME</div>
---	-------------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
60.10-1-00 - Atividades de rádio

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
59.20-1-00 - Atividades de gravação de som e de edição de música
63.19-4-00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet
70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica
73.11-4-00 - Agências de publicidade
73.19-0-03 - Marketing direto
73.19-0-04 - Consultoria em publicidade
73.19-0-99 - Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente
82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

<div>LOGRADOURO R BAHIA</div>	<div>NÚMERO 26</div>	<div>COMPLEMENTO *****</div>
-----------------------------------	--------------------------	----------------------------------

<div>CEP 89.440-000</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO CENTRO - URBANO</div>	<div>MUNICÍPIO IRINEOPOLIS</div>	<div>UF SC</div>
-------------------------------	--	--------------------------------------	----------------------

<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO PLANALTO105FM@PLANALTO105FM.COM.BR</div>	<div>TELEFONE (47) 3625-1406</div>
---	--

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/02/2010</div>
---	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>
--	--

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 17/10/2024 às 11:24:03 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: RADIO PLANALTO DE IRINEOPOLIS LTDA
CNPJ: 11.572.391/0001-35

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:26:42 do dia 14/10/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 12/04/2025.

Código de controle da certidão: **04CC.CF09.C670.7649**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nome (razão social): **RADIO PLANALTO DE IRINEOPOLIS LTDA**
CNPJ/CPF: **11.572.391/0001-35**

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal: **Lei nº 3938/66, Art. 154**
Número da certidão: **240140312942606**
Data de emissão: **04/10/2024 09:49:12**
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158): **02/04/2025**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: <http://www.sef.sc.gov.br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Este documento foi assinado digitalmente
Impresso em: 17/10/2024 11:26:06

Assinado por SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - CNPJ: 82.951.310/0001-56 - Data/Hora: 17/10/2024

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

**CNPJ:****11.572.391/0001-35****Entidade não cadastrada nesta agência.****Emitida às 11:26:31 do dia 17/10/2024 (hora e data de Brasília).**[Retornar a Consulta.](#)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

s.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://www.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 11.572.391/0001-35
Razão Social: RADIO PLANALTO DE IRINEOPOLIS LTDA
Endereço: R BAHIA 26 / CENTRO - URBANO / IRINEOPOLIS / SC / 89440-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 12/10/2024 a 10/11/2024

Certificação Número: 2024101204091623821723

Informação obtida em 17/10/2024 11:27:03

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camda.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	11.572.391/0001-35

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: - Data: 17/10/2024 Hora: 11:34:25





Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		005.718.759-20									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
KARYNA CUBAS BATISTA FREITAS	005.718.759-20	RADIO FM FRONTEIRA LTDA	03.967.055/0001-63	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SC	Três Barras
		RADIO FM FRONTEIRA LTDA	03.967.055/0001-63	Sócio	20000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Três Barras

Usuário: - Data: 17/10/2024 Hora: 11:34:56



Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
		CPF: 719.496.909-20									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
FABIANO ZANIOLO FREITAS	719.496.909-20	RADIO PLANALTO DE MAJOR VIEIRA LTDA	76.323.971/0001-34	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SC	Major Vieira
		RADIO PLANALTO DE MAJOR VIEIRA LTDA	76.323.971/0001-34	Sócio	218700	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Major Vieira

Usuário: - Data: 17/10/2024 Hora: 11:35:14

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS
TRANSFERÊNCIA DIRETA DE OUTORGA COMERCIAL**

Processo nº 53115.004651/2020-08

Data de protocolização do pedido: 10/08/2020

Entidade cedente: Gtoll Telecomunicações Ltda.

C.N.P.J. Nº 04.484.313/0001-13

Entidade
cessionária: Rádio Nirvana FM Ltda (atualmente Rádio Planalto de Irineópolis Ltda)

C.N.P.J. Nº 11.572.391/0001-35

Executante do serviço de radiodifusão sonora em FM

Fistel nº: 50406587531

Localidade: Irineópolis

UF: SC

Situação da Outorga:

(X) Com Portaria de renovação publicada - SEI 11675226
() Vencida

Processo de renovação nº 53115.006310/2020-69

Período: 3 de setembro de 2020 a 3 de setembro de 2030

REQUISITOS MÍNIMOS

DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PÁG.(S)
<p>a) Requerimento de transferência de outorga, disponibilizado pelo MCom, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária, constando declarações, <u>firmadas pelo representante legal da cessionária</u>, de que:</p> <p>a.1) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</p> <p>a.2) nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</p> <p>a.3) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</p> <p>a.4) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</p> <p>a.5) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</p> <p>a.6) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</p> <p>a.7) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as <u>alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990</u>. (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021).</p>	OK	SEI 11859194
b) Licença de funcionamento	OK	SEI 9247021
c) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO)	OK	SEI 11927897
d) A pessoa jurídica optou pelo parcelamento de valores relativos aos serviços de radiodifusão	NÃO	SEI 11675819

RELATIVOS À CEDENTE

DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PÁG.(S)
a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.	OK	1 SEI 11927887
	OK	Federal: 2 SEI 11676043 Validade: 22.12.2024



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

REGULARIDADE FISCAL	b) Prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual, distrital e municipal da sede da entidade , ou outra equivalente, na forma da lei;	OK	Estadual: 3 SEI 11676043 Validade: 28.11.2024
		OK	Municipal: SEI 11849920 Validade: 06.11.2024 (Paraíso do Norte/PR)
	c) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL;	OK	2/3 SEI 11927887 Validade: 16.11.2024
	d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo do Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	OK	INSS: 2 SEI 11676043 Validade: 22.12.2024
		OK	FGTS: 4 SEI 11927887 Validade: 02.11.2024
	e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	7 SEI 11676043 Validade: 27.01.2024

RELATIVOS À CESSIONÁRIA			
HABILITAÇÃO JURÍDICA	DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PÁG. (S)
	a) Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	SEI 11849921 emitida em 27 de agosto de 2024
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	OK	SEI 11849923 SEI 11852129
	c) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ;	OK	SEI 11687203 Validade: 29.10.2024
REGULARIDADE FISCAL	d) Prova de inscrição no CNPJ;	OK	5 SEI 11927887
	e) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade , na forma da lei;	OK	Federal: 6 SEI 11927887 Validade: 12.04.2025
		OK	Estadual: 7 SEI 11927887 Validade: 02.04.2025
		OK	Municipal: 11 SEI 11676043 Validade: 29.10.2024 (Irineópolis/SC)
	f) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	8/9 SEI 11927887 entidade não cadastrada
	g) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	INSS: 6 SEI 11927887 Validade: 12.04.2025
		OK	FGTS: 10 SEI 11927887 Validade: 10.11.2024
	h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	15 SEI 11676043 Validade: 27.01.2025

RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRETORES - CESSIONÁRIA			
DOCUMENTOS	NOME DOS SÓCIOS/ACIONISTAS E DIRETORES	SITUAÇÃO	PÁG. (S)
	Karyna Cubas Batista Freitas CPF: 005.718.759-20	OK	SEI 11849926



la condição de brasileiro nato ou ou do há mais de dez anos, para

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição , feita por meio da apresentação de: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certificado de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social; ou vii) passaporte;	Fabiano Zaniolo Freitas CPF: 719.496.909-20	OK	SEI 11849925
---	--	----	--------------

NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA COMO SÓCIA/ACIONISTA DA ENTIDADE

Declaração, firmada pelos dirigentes da Entidade e das Pessoas Jurídicas sócias, de que:

a) No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;	CNPJ:	NÃO SE APLICA	
b) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967	CNPJ:	NÃO SE APLICA	
c) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 1990.	CNPJ:	NÃO SE APLICA	

OBSERVAÇÕES

Relativo à Cedente:
- certidão simplificada 2024: SEI 11852275

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **está em conformidade** com o disposto na legislação.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Coordenadora de Atos de Radiodifusão Privada substituta**, em 24/10/2024, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11927906** e o código CRC **42CF96C6**.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 18011/2024/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 53115.004651/2020-08

INTERESSADAS: GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA (CEDENTE) E RÁDIO PLANALTO DE IRINEÓPOLIS LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. ATENDIMENTO. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Gtoll Telecomunicações Ltda** e da **Rádio Planalto de Irineópolis Ltda**, inscritas no CNPJ nº 04.484.313/0001-13 e CNPJ nº 11.572.391/0001-35, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50406587531, no município de Irineópolis/SC.
2. Através da Nota Técnica nº 15421/2024/SEI-MCOM e do Ofício Interno nº 55434/2024/MCOM, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica opinou pela possibilidade de acolhimento do pedido de transferência e pelo encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica. Por sua vez, a unidade consultiva exarou o Parecer nº 00642/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 01735/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e nº 01741/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, no sentido de que não foram vislumbradas irregularidades no presente processo; no entanto, **ressaltou que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga** (SEI11852300, SEI 11897836 e SEI 11926008).
3. Em atendimento à diligência solicitada pela unidade consultiva, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica promoveu, de ofício, a atualização das certidões que porventura estivessem com o seu prazo de validade expirado.
4. Eis o sumário executivo.

ANÁLISE

5. Para melhor contextualização do que aqui será discorrido, cumpre transcrever breve trecho do referido Parecer nº 00642/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 01735/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e nº 01741/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (SEI 11926008):

[...]

6. Em relação aos aspectos de natureza técnica, parte-se da premissa de que os órgãos e servidores competentes para a sua análise detêm os conhecimentos específicos necessários e os analisaram adequadamente em conformidade com suas atribuições. Além disso, as informações lançadas neste processo pelas demais unidades desta Pasta gozam de presunção de veracidade, legalidade e legitimidade.

[...]

38. Pode-se concluir assim que, ressalvada a necessidade de atualização das certidões que estão vencidas, estão atendidas as exigências documentais previstas no art. 93 do RSR. Além disso, é importante destacar que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga^[6].

[...]

CONCLUSÃO

42. Ante o exposto, abstraída qualquer análise relacionada à conveniência e oportunidade da medida, concluo que não há óbice jurídico ao deferimento do pedido de transferência da outorga de que trata o presente Parecer, desde que atendida(s) a(s) ressalva(s) contida(s) no(s) parágrafo(s) 6 e 38 deste Parecer.

DESPACHO n. 01735/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

[...]

1. Estou de acordo com o PARECER n. 00642/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pelo Dr. GUILHERME BRUM DE ALMEIDA, Advogado da União, por seus próprios fundamentos.

DESPACHO n. 01741/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

1. Aprovo o PARECER n. 642/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO n. 1735/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

6. Em atenção às orientações do referido Parecer nº 00642/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, confeccionou-se nova lista de verificação documental, de modo a demonstrar a colação aos autos dos documentos atualizados (SEI 11927906).

7. Sendo assim, entende-se que as informações e documentos ora carreados aos autos vão ao encontro da recomendação formulada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.

CONCLUSÃO

8. Diante do exposto, e em complementação à Nota Técnica nº 15421/2024/SEI-MCOM(SEI11852300), sugere-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica** acompanhado das minutas de Portaria (SEI11928010) e de Exposição de Motivos (SEI11928011), para que, em caso de aprovação desta manifestação, seja reenviado o processo ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações** para deliberação, nos termos do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 24/10/2024, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Coordenadora de Atos de Radiodifusão Privada substituta**, em 24/10/2024, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 25/10/2024, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11928008** e o código CRC **45BED4B3**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.004651/2020-08

Documento nº 11928008



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PORTARIA Nº , DE DE DE

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES** no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 38, alínea "c", da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, o disposto no artigo 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53115.004651/2020-08, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 15421/2024/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 18011/2024/SEI-MCOM, cancelada pelo Parecer Jurídico nº 00642/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Transferir a permissão outorgada à Gtoll Telecomunicações Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 04.484.313/0001-13, por meio da Portaria nº 607, de 21 de setembro de 2006, publicada em 22 de setembro de 2006, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 802, de 2009, publicado no dia 5 de novembro de 2009, para a Rádio Planalto de Irineópolis Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 11.572.391/0001-35, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50406587531, no município de Irineópolis, estado de Santa Catarina.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Fica a Rádio Planalto de Irineópolis Ltda advertida que o serviço de radiodifusão sonora será mantido em caráter precário enquanto não sobrevier decisão do Congresso Nacional acerca do pedido de renovação da permissão para executar o serviço de radiodifusão sonora, na forma do inciso XII do caput do art. 49 da Constituição, observados os mesmos prazos e condições originais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 24/10/2024, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani**, **Coordenadora de Atos de Radiodifusão Privada substituta**, em 24/10/2024, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 25/10/2024, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11928010** e o código CRC **CE023CEE**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

EM nº - MCOM

Brasília, de de 2024.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação, o Processo Administrativo nº 53115.004651/2020-08, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 15421/2024/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 18011/2024/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00642/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº _____, publicada em _____, que transfere a permissão outorgada à Gtoll Telecomunicações Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 04.484.313/0001-13, por meio da Portaria nº 607, de 21 de setembro de 2006, publicada em 22 de setembro de 2006, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 802, de 2009, publicado no dia 5 de novembro de 2009, para a Rádio Planalto de Irineópolis Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 11.572.391/0001-35, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50406587531, no município de Irineópolis, estado de Santa Catarina.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 5º do art. 222 da Constituição da República, o parágrafo único do art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para cientificação daquela Casa Legislativa.

JUSCELINO FILHO
MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 24/10/2024, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Coordenadora de Atos de Radiodifusão Privada substituta**, em 24/10/2024, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 25/10/2024, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11928011** e o código CRC **3F7C45E0**.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA MCOM Nº 15023, DE 25 DE OUTUBRO DE 2024

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES** no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 38, alínea "c", da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, o disposto no artigo 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53115.004651/2020-08, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 15421/2024/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 18011/2024/SEI-MCOM, cancelada pelo Parecer Jurídico nº 00642/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Transferir a permissão outorgada à GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA., inscrita no C.N.P.J. nº 04.484.313/0001-13, por meio da Portaria nº 607, de 21 de setembro de 2006, publicada em 22 de setembro de 2006, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 802, de 2009, publicado no dia 5 de novembro de 2009, para a RÁDIO PLANALTO DE IRINEÓPOLIS LTDA inscrita no C.N.P.J. nº 11.572.391/0001-35, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50406587531, no município de Irineópolis, estado de Santa Catarina.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Fica a RÁDIO PLANALTO DE IRINEÓPOLIS LTDA. advertida que o serviço de radiodifusão sonora será mantido em caráter precário enquanto não sobrevier decisão do Congresso Nacional acerca do pedido de renovação da permissão para executar o serviço de radiodifusão sonora, na forma do inciso XII do caput do art. 49 da Constituição, observados os mesmos prazos e condições originais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 05/11/2024, às 17:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11962384** e o código CRC **438ED9FB**.

Referência: Processo nº 53115.004651/2020-08

Documento nº 11962384



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 25 de outubro de 2024.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação, o Processo Administrativo nº 53115.004651/2020-08, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 15421/2024/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 18011/2024/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00642/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 15.023, de 25 de outubro de 2024, publicada em _____, que transfere a permissão outorgada à GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA., inscrita no C.N.P.J. nº 04.484.313/0001-13, por meio da Portaria nº 607, de 21 de setembro de 2006, publicada em 22 de setembro de 2006, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 802, de 2009, publicado no dia 5 de novembro de 2009, para a RÁDIO PLANALTO DE IRINEÓPOLIS LTDA., inscrita no C.N.P.J. nº 11.572.391/0001-35, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50406587531, no município de Irineópolis, estado de Santa Catarina.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 5º do art. 222 da Constituição da República, o parágrafo único do art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para cientificação daquela Casa Legislativa.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 05/11/2024, às 17:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11962391** e o código CRC **55B48F37**.

Referência: Processo nº 53115.004651/2020-08

Documento nº 11962391



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 56300/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora
Rafaela Calado e Silva Mello
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Portaria nº 15023/2024 (11962384) e a Exposição de Motivos nº 768/2024 (11962391)

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 18011/2024 (11928008), encaminho a Portaria nº 15023/2024 (11962384) e a Exposição de Motivos nº 768/2024 (11962391), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 01/11/2024, às 15:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11962392** e o código CRC **80195DCA**.

Referência: Processo nº 53115.004651/2020-08

Documento nº 11962392

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>


Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias

Comprovante de Recebimento



A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 06/11/2024 15:58:57
Origem do Ofício: Gabinete do Ministro
Operador: Rosiane Caixeta da Silva
Ofício: 10680186
Data prevista de publicação: 07/11/2024
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
22119757	PORTARIA MCOM NA 15000.rtf	2ddd9ea48e325e098a304dbc6de2e9f3	36,00	R\$ 1.401,12
22119758	PORTARIA MCOM NA 15001.rtf	d4ba58a7442ea5528fd18fb26bfd0d35	10,00	R\$ 389,20
22119759	PORTARIA MCOM NA 15002.rtf	cd4775d074e9d97fbc4a5d1adea62c15	10,00	R\$ 389,20
22119760	PORTARIA MCOM NA 15005.rtf	5dc53cb9d272648a5976d4b08a500064	29,00	R\$ 1.128,68
22119761	PORTARIA MCOM NA 15023.rtf	3a2d42200fc6202747429e160038f93e	11,00	R\$ 428,12
TOTAL DO OFICIO			96,00	R\$ 3.736,32

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 07/11/2024 | Edição: 216 | Seção: 1 | Página: 20

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 15.023, DE 25 DE OUTUBRO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 38, alínea "c", da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, o disposto no artigo 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53115.004651/2020-08, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 15421/2024/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 18011/2024/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00642/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Transferir a permissão outorgada à GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA., inscrita no C.N.P.J. nº 04.484.313/0001-13, por meio da Portaria nº 607, de 21 de setembro de 2006, publicada em 22 de setembro de 2006, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 802, de 2009, publicado no dia 5 de novembro de 2009, para a RÁDIO PLANALTO DE IRINEÓPOLIS LTDA., inscrita no C.N.P.J. nº 11.572.391/0001-35, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50406587531, no município de Irineópolis, estado de Santa Catarina.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Fica a RÁDIO PLANALTO DE IRINEÓPOLIS LTDA. advertida que o serviço de radiodifusão sonora será mantido em caráter precário enquanto não sobrevier decisão do Congresso Nacional acerca do pedido de renovação da permissão para executar o serviço de radiodifusão sonora, na forma do inciso XII do caput do art. 49 da Constituição, observados os mesmos prazos e condições originais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Id solicitação: 57dbac4203dea

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA	
Nome Fantasia: GTOLL TELECOMUNICACOES	
Telefone: (49) 36480233	E-mail: juridicoseils@lorini.adv.br
CNPJ: 04.484.313/0001-13	Número do Fistel: 50406587531
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 03/09/2010	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 28/09/2026	
Observações: RESOLUCAO ANATEL 125/99. Ato nº 2.765, de 1/8/2016, publicado na pág. 10, Seção 1, do DOU de 4/8/2016.	

Endereço Sede		
Logradouro: RUA BARÃO DO RIO BRANCO	Complemento:	
Bairro: CENTRO	Numero: 358	
Município: Paraíso do Norte	UF: PR	CEP: 87780000

Endereço do Transmissor		
Logradouro: LINHA COLONIA VELHA	Complemento:	
Bairro: JARDIM BRAND	Numero: S/N	
Município: Irineópolis	UF: SC	CEP: 89440000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: AVENIDA 22 JULHO	Complemento: 1º ANDAR	
Bairro: CENTRO	Numero: 742	
Município: Irineópolis	UF: SC	CEP: 89440000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Irineópolis	UF: SC

Parâmetros Técnicos			
Canal: 290	Frequência: 105.9 MHz	Classe: A3	ERP Máxima: 7.7476kW
HCI: 90 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 692892630	Número Indicativo: ZYV252
Data Último Licenciamento: 23/01/2023	Número da Licença: 53500.341642/2022-13



Estação Principal		
Localização		
Latitude: 26° 15' 22.50" S	Longitude: 50° 48' 16.09" W	Cota da base: 812.9 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 057122002884	Modelo: XT - 3000
Fabricante: Sintek Sistemas Eletrônicos Ltda.	Potência de Operação: 3.000 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF78-50JA 7/8"	Fabricante: RFS – RÁDIO FREQUENCY SYSTEMS - KMP		
Comprimento da Linha: 90.0 m	Atenuação: 1.1995 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.500 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: MMFMVT02-4	Fabricante: MAXWELL MAY ANTENAS COMUNICAÇÃO LTDA				
Ganho: 5.7 dBd	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 0 °	Polarização: Vertical	HCl: 90 m	ERP Máxima: 7.75 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0	30°: 0	35°: 0	40°: 0	45°: 0.03	50°: 0.04	55°: 0.15
60°: 0.26	65°: 0.31	70°: 0.35	75°: 0.24	80°: 0.45	85°: 0.46	90°: 0.54	95°: 0.57	100°: 0.58	105°: 0.63	110°: 0.68	115°: 0.71
120°: 0.72	125°: 0.96	130°: 1.21	135°: 1.51	140°: 1.83	145°: 2.16	150°: 2.5	155°: 2.91	160°: 3.35	165°: 3.88	170°: 4.44	175°: 4.58
180°: 4.73	185°: 4.58	190°: 4.44	195°: 3.88	200°: 3.35	205°: 2.91	210°: 2.5	215°: 2.16	220°: 1.83	225°: 1.51	230°: 1.21	235°: 0.96
240°: 0.72	245°: 0.7	250°: 0.68	255°: 0.63	260°: 0.58	265°: 0.56	270°: 0.54	275°: 0.49	280°: 0.45	285°: 0.4	290°: 0.35	295°: 0.31
300°: 0.26	305°: 0.15	310°: 0.04	315°: 0.02	320°: 0	325°: 0	330°: 0	335°: 0	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0

Coordenadas por radial											
0°: Lat 26°3'9.78" S Lon 50°4'8'16.09" W	5°: Lat 26°2'58.39" S Lon 50°4'50.47" W	10°: Lat 26°2'57.54" S Lon 50°4'45.49.89" W	15°: Lat 26°3'2.64" S Lon 50°4'43.35.44" W	20°: Lat 26°3'13.78" S Lon 50°4'43.20.89" W	25°: Lat 26°3'18.12" S Lon 50°4'50.42.01" W	30°: Lat 26°4'2.59" S Lon 50°4'0.59.21" W	35°: Lat 26°4'54.87" S Lon 50°4'50.40.69" W	40°: Lat 26°5'24.58" S Lon 50°4'38.57.73" W	45°: Lat 26°6'7.14" S Lon 50°4'7.58.06" W	50°: Lat 26°6'39.23" S Lon 50°4'36.42.22" W	55°: Lat 26°7'46.36" S Lon 50°4'36.11.31" W
60°: Lat 26°8'54.26" S Lon 50°3'35.48.01" W	65°: Lat 26°9'54.21" S Lon 50°3'35.13.11" W	70°: Lat 26°10'55.03" S Lon 50°3'4.39.18" W	75°: Lat 26°11'57.43" S Lon 50°3'50.34.6.04" W	80°: Lat 26°13'6.32" S Lon 50°3'33.59.69" W	85°: Lat 26°14'15.47" S Lon 50°3'4.10.71" W	90°: Lat 26°15'21.8" S Lon 50°3'50.34.2.06" W	95°: Lat 26°16'27.75" S Lon 50°3'4.15.72" W	100°: Lat 26°17'30.74" S Lon 50°3'4.40.83" W	105°: Lat 26°18'33.98" S Lon 50°3'4.56.33" W	110°: Lat 26°19'32.54" S Lon 50°3'5.27.89" W	115°: Lat 26°20'31.63" S Lon 50°3'5.55.08" W
120°: Lat 26°21'21.28" S Lon 50°3'6.41.68" W	125°: Lat 26°22'6.05" S Lon 50°3'50.37.32.2" W	130°: Lat 26°22'24.41" S Lon 50°3'8.54.47" W	135°: Lat 26°21'29.54" S Lon 50°3'1.26.28" W	140°: Lat 26°22'40.11" S Lon 50°3'1.26.07" W	145°: Lat 26°20'46.82" S Lon 50°3'50.44.2.63" W	150°: Lat 26°21'46.46" S Lon 50°3'50.44.8.65" W	155°: Lat 26°22'4.34" S Lon 50°3'44.46.93" W	160°: Lat 26°22'23.61" S Lon 50°3'50.45.25" W	165°: Lat 26°23'48.67" S Lon 50°3'5.44.67" W	170°: Lat 26°22'25.17" S Lon 50°3'50.46.52.9" W	175°: Lat 26°23'12.58" S Lon 50°3'7.30.18" W
180°: Lat 26°24'25.52" S Lon 50°4'8.16.09" W	185°: Lat 26°25'20.14" S Lon 50°4'9.14.48" W	190°: Lat 26°25'36.65" S Lon 50°5'0.17.02" W	195°: Lat 26°26'25.38.6" S Lon 50°5'51.20.45" W	200°: Lat 26°25'44.12" S Lon 50°5'2.28.78" W	205°: Lat 26°26'25.26.3" S Lon 50°5'53.30.54" W	210°: Lat 26°25'19.95" S Lon 50°5'4.41.35" W	215°: Lat 26°26'25.3.09" S Lon 50°5'55.50.18" W	220°: Lat 26°24'36.27" S Lon 50°5'6.55.15" W	225°: Lat 26°23'53.59" S Lon 50°5'7.47.03" W	230°: Lat 26°23'19.19" S Lon 50°5'8.50.79" W	235°: Lat 26°22'8.76" S Lon 50°5'50.59.4.32" W
240°: Lat 26°21'37.84" S Lon 50°3'51.0.22.62" W	245°: Lat 26°20'39.62" S Lon 50°3'51.0.56.31" W	250°: Lat 26°19'50.3" S Lon 50°3'51.1.59.02" W	255°: Lat 26°18'42.52" S Lon 50°3'51.2.11.64" W	260°: Lat 26°17'41.34" S Lon 50°3'51.2.59.1" W	265°: Lat 26°16'32.2" S Lon 50°3'51.3.14.44" W	270°: Lat 26°15'21.73" S Lon 50°3'51.3.12.43" W	275°: Lat 26°14'12.94" S Lon 50°3'51.2.53.07" W	280°: Lat 26°13'3" S Lon 50°3'51.2.53.31" W	285°: Lat 26°12'1.14" S Lon 50°3'51.2.10.84" W	290°: Lat 26°11'1.55" S Lon 50°3'51.1.33.15" W	295°: Lat 26°10'4.27" S Lon 50°3'51.0.55.15" W
300°: Lat 26°9'13.28" S Lon 50°3'51.0.7.6" W	305°: Lat 26°8'16.35" S Lon 50°3'59.33.32" W	310°: Lat 26°7'40.3" S Lon 50°3'8.29.13" W	315°: Lat 26°6'37.35" S Lon 50°3'50.58.0.56" W	320°: Lat 26°5'46.4" S Lon 50°3'7.14.12" W	325°: Lat 26°5'22.08" S Lon 50°3'50.56.4.04" W	330°: Lat 26°5'0.11" S Lon 50°3'4.56.07" W	335°: Lat 26°3'52.52" S Lon 50°3'50.54.14.2" W	340°: Lat 26°3'40.52" S Lon 50°3'50.53.0.48" W	345°: Lat 26°3'34.7" S Lon 50°3'50.51.47.2" W	350°: Lat 26°3'6.88" S Lon 50°3'0.40.47" W	355°: Lat 26°3'3.11" S Lon 50°3'50.49.28.1" W

Distância por radial											
0°: 22.6	5°: 23.1	10°: 23.4	15°: 23.7	20°: 24	25°: 24.7	30°: 24.2	35°: 23.7	40°: 24.1	45°: 24.2	50°: 25.1	55°: 24.5
60°: 24	65°: 24	70°: 24.1	75°: 24.4	80°: 24.1	85°: 23.5	90°: 23.7	95°: 23.4	100°: 22.9	105°: 22.9	110°: 22.6	115°: 22.6
120°: 22.2	125°: 21.8	130°: 20.3	135°: 16	140°: 17.7	145°: 12.2	150°: 13.7	155°: 13.7	160°: 13.8	165°: 16.2	170°: 13.3	175°: 14.6
180°: 16.8	185°: 18.5	190°: 19.3	195°: 19.7	200°: 20.4	205°: 20.6	210°: 21.3	215°: 21.9	220°: 22.3	225°: 22.3	230°: 22.9	235°: 21.9
240°: 23.2	245°: 23.2	250°: 24.2	255°: 24	260°: 24.8	265°: 25	270°: 24.8	275°: 24.4	280°: 24.7	285°: 24	290°: 23.5	295°: 23.2



300°: 22.8	305°: 22.9	310°: 22.2	315°: 22.9	320°: 23.2	325°: 22.6	330°: 22.2	335°: 23.5	340°: 23.1	345°: 22.6	350°: 23.1	355°: 22.9
------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento: 025100902884						Modelo: EX1000					
Fabricante: Sinteck Sistemas Eletrônicos Ltda.						Potência de Operação: 1.000 kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 7.75 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	607	Portaria	MC	21/09/2006	28/09/2006	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	411	Portaria	MC	23/09/2010	30/09/2010	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	802	Decreto Legislativo	CN	04/11/2009	05/11/2009	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	7200	Ato	CMPRL	03/11/2010	04/11/2010	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	237	Portaria	MC	01/08/2012	06/08/2012	Multa	Jurídico
9999	2767	Ato	ER03	04/05/2015	19/05/2015	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
53500.071035/2020-19	65	Ato	ORLE	05/01/2021	21/01/2021	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.332832/2022-31	9453901	Ato	ORLE	18/11/2022	08/12/2022	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53115006310202069	13845	Portaria	MC	10/07/2024	31/07/2024	Renovação	Jurídico
53115004651202008	15023	Portaria	MC	25/10/2024	07/11/2024	Transferência Direta	Jurídico

Horário de funcionamento							



Id solicitação: 57dbac4203dea

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO PLANALTO DE IRINEOPOLIS LTDA	
Nome Fantasia: RADIO PLANALTO DE IRINEOPOLIS	
Telefone: (47) 3625-1406	E-mail: PLANALTO105FM@PLANALTO105FM.COM.BR
CNPJ: 11.572.391/0001-35	Número do Fistel: 50406587531
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 03/09/2010	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 28/09/2026	
Observações: RESOLUCAO ANATEL 125/99. Ato nº 2.765, de 1/8/2016, publicado na pág. 10, Seção 1, do DOU de 4/8/2016.	

Endereço Sede		
Logradouro: R BAHIA	Complemento:	
Bairro: CENTRO - URBANO	Numero: 26	
Município: Irineópolis	UF: SC	CEP: 89440000

Endereço do Transmissor		
Logradouro: LINHA COLONIA VELHA	Complemento:	
Bairro: JARDIM BRAND	Numero: S/N	
Município: Irineópolis	UF: SC	CEP: 89440000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: AVENIDA 22 JULHO	Complemento: 1º ANDAR	
Bairro: CENTRO	Numero: 742	
Município: Irineópolis	UF: SC	CEP: 89440000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Irineópolis	UF: SC

Parâmetros Técnicos			
Canal: 290	Frequência: 105.9 MHz	Classe: A3	ERP Máxima: 7.7476kW
HCI: 90 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 1

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 692892630	Número Indicativo: ZYV252
Data Último Licenciamento: 23/01/2023	Número da Licença: 53500.341642/2022-13



Estação Principal		
Localização		
Latitude: 26° 15' 22.50" S	Longitude: 50° 48' 16.09" W	Cota da base: 812.9 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 057122002884	Modelo: XT - 3000
Fabricante: Sintek Sistemas Eletrônicos Ltda.	Potência de Operação: 3.000 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF78-50JA 7/8"	Fabricante: RFS – RÁDIO FREQUENCY SYSTEMS - KMP		
Comprimento da Linha: 90.0 m	Atenuação: 1.1995 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.500 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: MMFMVT02-4	Fabricante: MAXWELL MAY ANTENAS COMUNICAÇÃO LTDA				
Ganho: 5.7 dBi	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 0 °	Polarização: Vertical	HCl: 90 m	ERP Máxima: 7.75 kW

Padrão de Antena dBi											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0	30°: 0	35°: 0	40°: 0	45°: 0.03	50°: 0.04	55°: 0.15
60°: 0.26	65°: 0.31	70°: 0.35	75°: 0.24	80°: 0.45	85°: 0.46	90°: 0.54	95°: 0.57	100°: 0.58	105°: 0.63	110°: 0.68	115°: 0.71
120°: 0.72	125°: 0.96	130°: 1.21	135°: 1.51	140°: 1.83	145°: 2.16	150°: 2.5	155°: 2.91	160°: 3.35	165°: 3.88	170°: 4.44	175°: 4.58
180°: 4.73	185°: 4.58	190°: 4.44	195°: 3.88	200°: 3.35	205°: 2.91	210°: 2.5	215°: 2.16	220°: 1.83	225°: 1.51	230°: 1.21	235°: 0.96
240°: 0.72	245°: 0.7	250°: 0.68	255°: 0.63	260°: 0.58	265°: 0.56	270°: 0.54	275°: 0.49	280°: 0.45	285°: 0.4	290°: 0.35	295°: 0.31
300°: 0.26	305°: 0.15	310°: 0.04	315°: 0.02	320°: 0	325°: 0	330°: 0	335°: 0	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0

Coordenadas por radial											
0°: Lat 26°3'9.78" S Lon 50°4'8'16.09" W	5°: Lat 26°2'58.39" S Lon 50°50'47'3.63" W	10°: Lat 26°2'57.54" S Lon 50°45'49.89" W	15°: Lat 26°3'2.64" S Lon 50°43'35.44" W	20°: Lat 26°3'13.78" S Lon 50°43'20.89" W	25°: Lat 26°3'18.12" S Lon 50°42'0.17" W	30°: Lat 26°4'2.59" S Lon 50°40'59.21" W	35°: Lat 26°4'54.87" S Lon 50°40'46.97" W	40°: Lat 26°5'24.58" S Lon 50°38'57.73" W	45°: Lat 26°6'7.14" S Lon 50°37'58.06" W	50°: Lat 26°6'39.23" S Lon 50°36'42.22" W	55°: Lat 26°7'46.36" S Lon 50°36'11.31" W
60°: Lat 26°8'54.26" S Lon 50°35'48.01" W	65°: Lat 26°9'54.21" S Lon 50°35'13.11" W	70°: Lat 26°10'55.03" S Lon 50°43'39.18" W	75°: Lat 26°11'57.43" S Lon 50°50'34'6.04" W	80°: Lat 26°13'6.32" S Lon 50°33'59.69" W	85°: Lat 26°14'15.47" S Lon 50°41'0.71" W	90°: Lat 26°15'21.8" S Lon 50°40'53'42.06" W	95°: Lat 26°16'27.75" S Lon 50°41'5.72" W	100°: Lat 26°17'30.74" S Lon 50°41'40.83" W	105°: Lat 26°18'33.98" S Lon 50°41'56.33" W	110°: Lat 26°19'32.54" S Lon 50°41'52.79" W	115°: Lat 26°20'31.63" S Lon 50°41'55.08" W
120°: Lat 26°21'21.28" S Lon 50°36'41.68" W	125°: Lat 26°22'6.05" S Lon 50°37'32.2" W	130°: Lat 26°22'24.41" S Lon 50°38'54.77" W	135°: Lat 26°21'29.54" S Lon 50°41'26.28" W	140°: Lat 26°22'40.11" S Lon 50°41'26.07" W	145°: Lat 26°20'46.82" S Lon 50°44'2.63" W	150°: Lat 26°21'46.46" S Lon 50°44'8.65" W	155°: Lat 26°22'4.34" S Lon 50°44'46.93" W	160°: Lat 26°22'23.61" S Lon 50°45'25" W	165°: Lat 26°23'48.67" S Lon 50°45'44.67" W	170°: Lat 26°22'25.17" S Lon 50°45'46.52.9" W	175°: Lat 26°23'12.58" S Lon 50°47'30.18" W
180°: Lat 26°24'25.52" S Lon 50°48'16.09" W	185°: Lat 26°25'20.14" S Lon 50°49'14.48" W	190°: Lat 26°25'36.65" S Lon 50°50'17.02" W	195°: Lat 26°26'25'38.6" S Lon 50°51'20.45" W	200°: Lat 26°25'44.12" S Lon 50°52'28.78" W	205°: Lat 26°26'25'26.3" S Lon 50°53'30.54" W	210°: Lat 26°25'19.95" S Lon 50°44'1.35" W	215°: Lat 26°26'25'3.09" S Lon 50°55'50.18" W	220°: Lat 26°24'36.27" S Lon 50°56'55.15" W	225°: Lat 26°23'53.59" S Lon 50°57'47.03" W	230°: Lat 26°23'19.19" S Lon 50°58'50.79" W	235°: Lat 26°22'8.76" S Lon 50°59'4.32" W
240°: Lat 26°21'37.84" S Lon 51°0'22.62" W	245°: Lat 26°20'39.62" S Lon 51°0'56.31" W	250°: Lat 26°19'50.3" S Lon 51°1'59.02" W	255°: Lat 26°18'42.52" S Lon 51°2'11.64" W	260°: Lat 26°17'41.34" S Lon 51°2'59.1" W	265°: Lat 26°16'32.2" S Lon 51°3'14.44" W	270°: Lat 26°15'21.73" S Lon 51°3'12.43" W	275°: Lat 26°14'12.94" S Lon 51°2'53.07" W	280°: Lat 26°13'3" S Lon 51°2'53.31" W	285°: Lat 26°12'1.14" S Lon 51°2'10.84" W	290°: Lat 26°11'1.55" S Lon 51°1'33.15" W	295°: Lat 26°10'4.27" S Lon 51°0'55.15" W
300°: Lat 26°9'13.28" S Lon 51°0'7.6" W	305°: Lat 26°8'16.35" S Lon 50°59'33.32" W	310°: Lat 26°7'40.3" S Lon 50°58'29.13" W	315°: Lat 26°6'37.35" S Lon 50°58'0.56" W	320°: Lat 26°5'46.4" S Lon 50°57'14.12" W	325°: Lat 26°5'22.08" S Lon 50°56'4.04" W	330°: Lat 26°5'0.11" S Lon 50°54'56.07" W	335°: Lat 26°3'52.52" S Lon 50°54'14.2" W	340°: Lat 26°3'40.52" S Lon 50°53'0.48" W	345°: Lat 26°3'34.7" S Lon 50°51'47.2" W	350°: Lat 26°3'6.88" S Lon 50°49'0.47" W	355°: Lat 26°3'3.11" S Lon 50°49'28.1" W

Distância por radial											
0°: 22.6	5°: 23.1	10°: 23.4	15°: 23.7	20°: 24	25°: 24.7	30°: 24.2	35°: 23.7	40°: 24.1	45°: 24.2	50°: 25.1	55°: 24.5
60°: 24	65°: 24	70°: 24.1	75°: 24.4	80°: 24.1	85°: 23.5	90°: 23.7	95°: 23.4	100°: 22.9	105°: 22.9	110°: 22.6	115°: 22.6
120°: 22.2	125°: 21.8	130°: 20.3	135°: 16	140°: 17.7	145°: 12.2	150°: 13.7	155°: 13.7	160°: 13.8	165°: 16.2	170°: 13.3	175°: 14.6
180°: 16.8	185°: 18.5	190°: 19.3	195°: 19.7	200°: 20.4	205°: 20.6	210°: 21.3	215°: 21.9	220°: 22.3	225°: 22.3	230°: 22.9	235°: 21.9
240°: 23.2	245°: 23.2	250°: 24.2	255°: 24	260°: 24.8	265°: 25	270°: 24.8	275°: 24.4	280°: 24.7	285°: 24	290°: 23.5	295°: 23.2



300°: 22.8	305°: 22.9	310°: 22.2	315°: 22.9	320°: 23.2	325°: 22.6	330°: 22.2	335°: 23.5	340°: 23.1	345°: 22.6	350°: 23.1	355°: 22.9
------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento: 025100902884						Modelo: EX1000					
Fabricante: Sintek Sistemas Eletrônicos Ltda.						Potência de Operação: 1.000 kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 7.75 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
537400004502001	802	Decreto Legislativo	CN	04/11/2009	05/11/2009	Deliber. do C. Nacional	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	411	Portaria	MC	23/09/2010	30/09/2010	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
537400004502001	607	Portaria	MC	21/09/2006	28/09/2006	Outorga	Jurídico
9999	7200	Ato	CMPRL	03/11/2010	04/11/2010	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	237	Portaria	MC	01/08/2012	06/08/2012	Multa	Jurídico
9999	2767	Ato	ER03	04/05/2015	19/05/2015	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
53500.071035/2020-19	65	Ato	ORLE	05/01/2021	21/01/2021	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.332832/2022-31	9453901	Ato	ORLE	18/11/2022	08/12/2022	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53115006310202069	13845	Portaria	MC	10/07/2024	31/07/2024	Renovação	Jurídico
53115004651202008	15023	Portaria	MC	25/10/2024	07/11/2024	Transferência Direta	Jurídico

Horário de funcionamento							





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 56768/2024/MCOM

Brasília, 08 de novembro de 2024

Ao Senhor
Ênio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (11962391)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta da Nota Técnica nº 18011/2024 (11928008), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos nº 768/2024 (11962391), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 08/11/2024, às 11:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11983013** e o código CRC **A75D8FC7**.

Referência: Processo nº 53115.004651/2020-08

Documento nº 11983013

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Brasília, 11 de Novembro de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação, o Processo Administrativo nº 53115.004651/2020-08, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 15421/2024/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 18011/2024/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00642/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 15.023, de 25 de outubro de 2024, publicada em 7 de novembro de 2024, que transfere a permissão outorgada à GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA., inscrita no C.N.P.J. nº 04.484.313/0001-13, por meio da Portaria nº 607, de 21 de setembro de 2006, publicada em 22 de setembro de 2006, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 802, de 2009, publicado no dia 5 de novembro de 2009, para a RÁDIO PLANALTO DE IRINEÓPOLIS LTDA., inscrita no C.N.P.J. nº 11.572.391/0001-35, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50406587531, no município de Irineópolis, estado de Santa Catarina.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 5º do art. 222 da Constituição da República, o parágrafo único do art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para cientificação daquela Casa Legislativa.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 36561/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura.

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Transferência direta de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53115.004651/2020-08.

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre transferência direta de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro, em 11/11/2024, às 15:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11986281** e o código CRC **0E56C13D**.

Referência: Processo nº 53115.004651/2020-08

Documento nº 11986281



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DIRETA

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE CEDENTE			
Nome da Pessoa Jurídica:		GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	
CNPJ:	04.484.313/0001-13	CEP da sede:	87780-000
Endereço da sede:	Rua Barão do Rio Branco nº 358, Centro, Paraíso do Norte/PR		
E-mail de contato:	gabrielfm101.5@hotmail.com		
Serviço executado:	(X) Radiodifusão sonora	(X) em frequência modulada	
		() em ondas curtas	
		() em ondas médias	
		() em ondas tropicais	
	() Radiodifusão de sons e imagens		
Localidade de execução do serviço:	Irineópolis	UF:	SC

Eu, **Antônio João Furquim Pereira**, inscrito no CPF sob o nº **546.376.009-87**, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, e com fundamento na alínea "c" do art. 38 da Lei nº 4.117/62 (alterada pela lei nº 13.424, de 28 de março de 2017), venho solicitar autorização deste Ministério para realizar a **TRANSFERÊNCIA DIRETA** da permissão relativa ao serviço, localidade e estado acima descritos, à pessoa jurídica cessionária abaixo identificada, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO 1 e o formulário constante do ANEXO 2.

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE CESSIONÁRIA			
Nome da Pessoa Jurídica:		RÁDIO NIRVANA FM LTDA.	
CNPJ:	11.572.391/0001-35	CEP da sede:	89440-000
Endereço da sede:	Av. 22 de Julho nº 742, 1º andar, Centro – Irineópolis/SC		
E-mail de contato:	gabrielfm101.5@hotmail.com		

Requerimento de Transferência Direta - pag. 1

Janice Maria Bison

pb



DECLARAÇÕES

Com vistas à autorização para efetivar a operação solicitada, DECLARO, para os devidos fins, que:

- (a) a Cessionária não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço, na localidade objeto da permissão e que, caso venha a ser contemplada com a outorga, não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- (b) nenhum dos sócios ou dirigentes da Cessionária, participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- (c) nenhum dos dirigentes da Cessionária está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (d) inexistente na Cessionária, parcela superior a trinta por cento do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente, ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos do § 1º do art. 5º da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011;
- (e) a Cessionária possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- (f) a Cessionária não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.
- (g) a Cessionária cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- (h) a Cessionária não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- (i) a Cessionária autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira; e
- (j) nenhum dos sócios ou dirigentes da Cessionária foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.


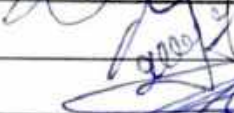
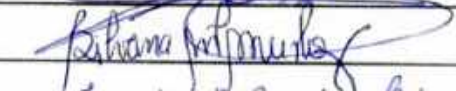
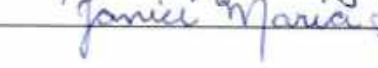

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.


Janice Maria Bison

Requerimento de Transferência Direta - pág. 2



De acordo.

ASSINATURA DE TODOS OS SÓCIOS E DIRETORES (CEDENTE E CESSIONÁRIA)	
NOME	ASSINATURA
Glauco Tollendal de Barros (Cedente)	
Antônio João Furquim Pereira (Cedente)	
João Eduardo de Nadal (Cessionária)	
Silvana Maria Pykosc Munhoz (Cessionária)	
Janice Maria Bison (Cessionária)	

ANEXO 1

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS	
RELATIVOS À CEDENTE	<p>(a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;</p> <p>(b) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da empresa</p> <p>(c) Prova de inscrição no CNPJ;</p> <p>(d) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes, estadual ou municipal se houver, relativo à sede da entidade;</p> <p>(e) Prova de regularidade relativa à <u>Seguridade Social</u> e ao FGTS;</p> <p>(f) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cedente, na forma da lei;</p> <p>(g) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do FISTEL;</p> <p>(h) Prova de inexistência de débitos Trabalhistas;</p> <p>(i) Certidão emitida pela Junta Comercial (ou Órgão de registro equivalente) do Estado onde está situada a sede da Interessada, em que conste o histórico detalhado de todos os atos arquivados.</p>

Requerimento de Transferência Direta - pag. 3



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

[Handwritten signature]

**RELATIVOS À
CESSIONÁRIA**

- (a) Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão, e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;
- (b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;
- (c) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial válida, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- (d) Prova de inscrição no CNPJ;
- (e) Prova de inscrição no cadastro de contribuinte **estadual ou municipal**, se houver, relativo à sede da entidade;
- (f) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS;
- (g) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cessionária, na forma da lei;
- (h) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do FISTEL;
- (i) Prova de inexistência de débitos Trabalhistas;
- (j) Certidão emitida pela Junta Comercial (ou Órgão de registro equivalente) do Estado onde está situada a sede da Interessada, em que conste o histórico detalhado de todos os atos arquivados.

**RELATIVOS
AOS SÓCIOS
E DIRETORES
DA
CESSIONÁRIA**

- (a) Prova de condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos, mediante a apresentação de certidão de nascimento ou casamento, certidão de reservista, carteira profissional ou de identidade, certificado de naturalização expedido há mais de dez anos, carteira profissional, carteira de trabalho e previdência social, e passaporte;
- (b) Prova de cumprimento das obrigações eleitorais, mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral;

Requerimento de Transferência Direta - pág. 4

[Handwritten signature: Janice Maria Pison]

[Handwritten signature]

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



ANEXO 2

QUADRO SOCIETÁRIO DA ENTIDADE CEDENTE		
NOME	COTAS	VALOR
Glauco Tollendal de Barros	19.000	19.000,00
Antônio João Furquim Pereira	1.000	1.000,00

QUADRO DIRETIVO DA ENTIDADE CEDENTE		
NOME	CARGO	CPF
Antônio João Furquim Pereira	Sócio Administrador	546.376.009-87

QUADRO SOCIETÁRIO DA ENTIDADE CESSIONÁRIA		
NOME	COTAS/AÇÕES	VALOR
João Eduardo de Nadal	80.000	80.000,00
Silvana Maria Pykosc Munhoz	80.000	80.000,00
Janice Maria Bison	40.000	40.000,00

QUADRO DIRETIVO DA ENTIDADE CESSIONÁRIA		
NOME	CARGO	CPF
Janice Maria Bison	Sócia Administradora	722.249.839-72


Janice Maria Bison



BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2019 a 31/12/2019

CNPJ: 04.484.313/0001-13

Número de Ordem do Livro: 9

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R\$ 7.619,94	R\$ 4.555,75
ATIVO CIRCULANTE		R\$ 1.015,86	R\$ 619,63
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		R\$ 1.015,86	R\$ 619,63
CAIXA		R\$ 1.015,86	R\$ 619,63
CAIXA GERAL		R\$ 1.015,86	R\$ 619,63
ATIVO NAO CIRCULANTE		R\$ 6.604,08	R\$ 3.936,12
ATIVO NAO CIRCULANTE		R\$ 6.604,08	R\$ 3.936,12
IMOBILIZADO OPERACIONAL		R\$ 13.340,00	R\$ 13.340,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		R\$ 13.340,00	R\$ 13.340,00
(-) (-) DEPRECIACÃO		R\$ (6.735,92)	R\$ (9.403,88)
(-) (-) DEPRECIACÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		R\$ (6.735,92)	R\$ (9.403,88)
PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO		R\$ 7.619,94	R\$ 4.555,75
PASSIVO CIRCULANTE		R\$ 139.206,93	R\$ 121.608,13
OBRIGACOES		R\$ 139.206,93	R\$ 121.608,13
OBRIGACOES TRIBUTARIAS		R\$ 471,54	R\$ 2.198,54
SIMPLES NACIONAL A RECOLHER		R\$ 471,54	R\$ 2.198,54
OBRIGACOES PREVIDENCIARIAS / TRABALHISTAS		R\$ 2.623,55	R\$ 2.850,09
INSS A RECOLHER		R\$ 1.686,68	R\$ 2.081,65
FGTS A RECOLHER		R\$ 936,87	R\$ 768,44
OBRIGAÇÕES COM PESSOAL		R\$ 136.111,84	R\$ 116.559,50
SALARIOS E ORDENADOS A PAGAR		R\$ 128.037,12	R\$ 102.130,17
FERIAS A PAGAR		R\$ 8.074,72	R\$ 14.429,33
(-) PATRIMONIO LIQUIDO		R\$ (131.586,99)	R\$ (117.052,38)
CAPITAL SOCIAL		R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00
CAPITAL SUBSCRITO		R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00
CAPITAL SOCIAL		R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00
(-) RESERVA DE LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS		R\$ (151.586,99)	R\$ (137.052,38)
(-) RESERVA DE LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS		R\$ (151.586,99)	R\$ (137.052,38)
RESERVA DE LUCROS		R\$ 12.352,83	R\$ 26.887,44
(-) PREJUIZO ACUMULADO		R\$ (163.939,82)	R\$ (163.939,82)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 38.CE.4A.8E.2E.44.C2.E2.F3.70.7F.78.A4.0D.5E.6A.A9.82.FE.34-7, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

3 do Visualizador



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Petição (37/6086)

SEP-35119:0046317/2020-08 / pg. 6

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS



Entidade: GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2019 a 31/12/2019

CNP 04.484.313/0001-13

Número de Ordem do Livro: 9

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019

Histórico	Código de Aglutinação das Contas de Patrimônio Líquido	
	RESERVA DE LUCROS (R\$)	
Saldo Anterior de Lucros Acumulados		12.352,83
Ajustes Credores de Períodos-base Anteriores		0,00
Reversão de Reservas		0,00
Outros Recursos		0,00
Lucro Líquido do Ano		14.534,61
(-) Saldo Anterior de Prejuízo Acumulados		(-)163.939,82
(-) Ajustes Devedores de Períodos-base Anteriores		0,00
(-) Prejuízo Líquido do Ano		0,00
TOTAL		(-)137.052,38
Transferências para Reservas		0,00
Dividendos ou Lucros Distribuídos, Pagos ou Creditados		0,00
Dividendos ou Lucros Distribuídos, Pagos ou Creditados		0,00
Parcela dos Lucros Incorporados ao Capital		0,00
Outras Destinações		0,00
Outras Destinações		0,00
TOTAL		0,00
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		(-)137.052,38
Notas		



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA
Período da Escrituração: 01/01/2019 a 31/12/2019 CNPJ: 04.484.313/0001-13
Número de Ordem do Livro: 9
Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
Receita Operacional		R\$ 75.635,46	R\$ 137.318,32
SERVIÇO PRESTAÇÃO DE		R\$ 75.635,46	R\$ 137.318,32
(-) Deducoes		R\$ (4.538,10)	R\$ (8.239,03)
NACIONAL (-) SIMPLES		R\$ (4.538,10)	R\$ (8.239,03)
Receita Líquida		R\$ 71.097,36	R\$ 129.079,29
(-) Custos dos Serviços		R\$ (106.812,51)	R\$ (91.071,70)
Prestados (-) SALARIOS E		R\$ (81.853,22)	R\$ (69.428,71)
ORDENADOS (-) FGTS		R\$ (7.775,40)	R\$ (5.179,33)
(-) FERIAS		R\$ (9.732,05)	R\$ (10.410,16)
(-) 13º SALARIO		R\$ (7.451,84)	R\$ (6.053,50)
Lucro Bruto		R\$ (35.715,15)	R\$ 38.007,59
(-) Despesas		R\$ (7.269,15)	R\$ (23.472,98)
Administrativas (-) DESPESAS DE		R\$ (527,53)	R\$ (1.982,40)
TELEFONE (-) ENERGIA		R\$ (6.616,56)	R\$ (17.414,96)
ELETRICA (-) DESPESA COM		R\$ (112,06)	R\$ (1.349,16)
AGUA (-) DESPESA COM		R\$ (13,00)	R\$ (58,50)
CARTÓRIO (-) DEPRECIAÇÃO		R\$ (0,00)	R\$ (2.667,96)
DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS			
Resultado operacional líquido		R\$ (42.984,30)	R\$ 14.534,61
Resultado Antes do IR		R\$ (42.984,30)	R\$ 14.534,61
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		R\$ (42.984,30)	R\$ 14.534,61

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 38.CE.4A.8E.2E.44.C2.E2.F3.70.7F.78.A4.0D.5E.6A.A9.82.FE.34-7, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este documento foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Visto pelo Visualizador 3 do Visualizador Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13 / pg. 8

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 41207897429	CNPJ 04.484.313/0001-13	
NOME EMPRESARIAL GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/01/2019 a 31/12/2019
NATUREZA DO LIVRO LIVRO DIÁRIO	NÚMERO DO LIVRO 9
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 38.CE.4A.8E.2E.44.C2.E2.F3.70.7F.78.A4.0D.5E.6A.A9.82.FE.34	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
contador	02647115990	EDILSON JESUS CALEGARI:02647115990	4065370615402150618	13/09/2019 a 12/09/2020	Não
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	04484313000113	GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA:04484313000113	7537723727613051059	28/02/2020 a 28/02/2021	Sim

NÚMERO DO RECIBO:
38.CE.4A.8E.2E.44.C2.E2.F3.70.7F.78.
A4.0D.5E.6A.A9.82.FE.34-7

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 25/06/2020 às 14:47:13

8D.64.2C.A4.F5.26.6E.59
E6.9A.B9.DA.0E.4E.6B.53

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade: GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2019 a 31/12/2019

CNPJ: 04.484.313/0001-13

Número de Ordem do Livro: 9

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA
NIRE	41207897429
CNPJ	04.484.313/0001-13
Número de Ordem	9
Natureza do Livro	LIVRO DIÁRIO
Município	PARAISO DO NORTE
Data do arquivamento dos atos constitutivos	13/05/2014
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2019
Quantidade total de linhas do arquivo digital	1659

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA
Natureza do Livro	LIVRO DIÁRIO
Número de ordem	9
Quantidade total de linhas do arquivo digital	1659
Data de início	01/01/2019
Data de término	31/12/2019

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 38.CE.4A.8E.2E.44.C2.E2.F3.70.7F.78.A4.0D.5E.6A.A9.82.FE.34-7, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este documento foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Verificação 3 do Visualizador Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



<https://infoleg-autenticidade-assinatura-camara-leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Peça (5776968)

SEI 53113:004631/2020-08 / pg. 10



Certificado digitalmente por:
MARIANNA SATIE KUME
CHRISTIANO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Secretaria do Ofício Distribuidor e Anexos de PARAÍSO DO NORTE

Certidão Negativa de Falência e Afins

Certifico que revendo os livros, sistemas e arquivos de distribuição CIVEL (FALÊNCIA, INSOLVÊNCIA CIVIL, CONCORDATA e RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL) desta Secretaria, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum procedimento em andamento contra:

GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA
CPF/CNPJ: 04.484.313/0001-13

no período compreendido entre a presente data e os últimos 05 (cinco) anos que a antecedem (ou desde a data da instalação da comarca).

PARAÍSO DO NORTE, 7 de Agosto de 2020

MARIANNA SATIE KUME CHRISTIANO
Distribuidor

Código Validador TJPR: CACA.8673.21CCAGE.12.



Documento assinado digitalmente, conforme MP n.º 2.200-2/2001, Lei n.º 11.419/2006 e Resolução n.º 09/2008, do TJPR/OE

Página 1 de 1

Distribuidor do Paraná, após conferência, em 07/08/2020 17:56

Página 1 de 1

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243127f9c18>

Petição (5776068) SEI 53119.004631/2020-08 / pg. 11





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 04.484.313/0001-13 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 05/06/2001
NOME EMPRESARIAL GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) MULEKA COMUNICACOES		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 59.11-1-99 - Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente 60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta 61.20-5-01 - Telefonia móvel celular 61.41-8-00 - Operadoras de televisão por assinatura por cabo 62.03-1-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis 63.91-7-00 - Agências de notícias 63.99-2-00 - Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente 66.30-4-00 - Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica 73.19-0-02 - Promoção de vendas 73.20-3-00 - Pesquisas de mercado e de opinião pública 74.20-0-04 - Filmagem de festas e eventos 74.90-1-05 - Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas 74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente 77.39-0-03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas 82.30-0-02 - Casas de festas e eventos 88.00-6-00 - Serviços de assistência social sem alojamento 91.02-3-01 - Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares 93.19-1-01 - Produção e promoção de eventos esportivos		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R BARAO DO RIO BRANCO	NÚMERO 358	COMPLEMENTO CASA
CEP 87.780-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO PARAISO DO NORTE
UF PR	ENDEREÇO ELETRÔNICO FURQUIM38@GMAIL.COM	TELEFONE (44) 3431-3027
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 20/08/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **19/05/2020** às **22:26:02** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13> / pg. 12

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO NORTE

Pág 1 / 1

Gerenciamento do Sistema

Econômico

Bloco Igual Seleccione o Bloco / Item Igual Seleccione o Item / Item da Lista Igual Seleccione / Sim/Não Igual Seleccione... / Item da Lista Igual Seleccione... / Filtros Igual Seleccione o Filtro / Endereço Igual Endereço Principal / Endereço Igual Domicílio Fiscal / Número Atividade Igual Seleccione... / Simei: Todos / Situação: 1 - Ativo / Contribuinte - Tipo Pessoa: Todos / Optante do Simples Nacional: Todos / Possui Anexo?: ...

Cadastro	Contribuinte - Código	Contribuinte - Nome Razão	Contribuinte - Cpf/ Cnpj	Situação	Domicílio Fiscal - Logradouro - Código	Domicílio Fiscal - Logradouro - Tipo	Domicílio Fiscal - Logradouro - Descrição	Domicílio Fiscal - Bairro - Código	Domicílio Fiscal - Bairro - Descrição	Domicílio Fiscal - Número
1250	90271	GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA - ME.	04.484.313/0001-13	Ativo	5	Rua	BARÃO DO RIO BRANCO	44	EXPANSAO PERIMETRO URBANO	0000000358

Total de Registros: 1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

29/2020

C.M.C. Nº 1250

NOME EMPRESARIAL: GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA - ME.		CPF/CNPJ: 04.484.313/0001-13
NOME DE FANTASIA: MULEKA COMUNICAÇÕES		
CONSTITUIÇÃO: Sociedade Empresária Limitada		
ENDEREÇO: Rua BARÃO DO RIO BRANCO		NÚMERO: 358
		COMPLEMENTO:
BAIRRO: EXPANSAO PERIMETRO URBANO	CEP: 87.780-000	ÁREA UTILIZADA: 126,41
ATIVIDADE: 0073.1/90.02 - PROMOÇÃO DE VENDAS 0059.1/11.99 - ATIVIDADES DE PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA, DE VÍDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE 0060.2/17.00 - ATIVIDADES DE TELEVISÃO ABERTA 0061.4/18.00 - OPERADORAS DE TELEVISÃO POR ASSINATURA POR CABO 0062.0/31.00 - DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR NÃO-CUSTOMIZÁVEIS 0063.9/17.00 - AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS 0063.9/92.00 - OUTRAS ATIVIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE 0066.3/04.00 - ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS POR CONTRATO OU COMISSÃO 0070.2/04.00 - ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA TÉCNICA ESPECÍFICA 0073.2/03.00 - PESQUISAS DE MERCADO E DE OPINIÃO PÚBLICA 0074.2/00.04 - FILMAGEM DE FESTAS E EVENTOS 0074.9/01.05 - AGENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS PARA ATIVIDADES ESPORTIVAS, CULTURAIS E ARTÍSTICAS 0074.9/01.99 - OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE 0077.3/90.03 - ALUGUEL DE PALCOS, COBERTURAS E OUTRAS ESTRUTURAS DE USO TEMPORÁRIO, EXCETO ANDAIMES 0082.3/00.01 - SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS 0082.3/00.02 - CASAS DE FESTAS E EVENTOS 0088.0/06.00 - SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEM ALOJAMENTO 0091.0/23.01 - ATIVIDADES DE MUSEUS E DE EXPLORAÇÃO DE LUGARES E PRÉDIOS HISTÓRICOS E ATRAÇÕES SIMILARES 0093.1/91.01 - PRODUÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS 0060.1/01.00 - ATIVIDADES DE RÁDIO 0061.2/05.01 - TELEFONIA MÓVEL CELULAR		
RESTRIÇÕES:		
INÍCIO DAS ATIVIDADES: 16/07/2014		PROTOCOLO:
OBSERVAÇÕES: CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS - CLCB 3.9.01.19.0000978735-33, VÁLIDO ATÉ 06 DE MAIO DE 2020.		

EM CASO DE ENCERRAMENTO, PARALISAÇÃO, MUDANÇA DE ENDEREÇO, DE RAMO, DE ATIVIDADES OU QUALQUER OUTRA ALTERAÇÃO, PROCURAR COM URGÊNCIA A DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, PARA AS PROVIDÊNCIAS LEGAIS CABÍVEIS, EVITANDO EM CONSEQUÊNCIA PROBLEMAS FUTUROS. CONFORME LEI 29/2001, O ALVARÁ DEVERÁ SER COLOCADO EM UM LUGAR VISÍVEL E DE FÁCIL ACESSO À FISCALIZAÇÃO.

Paraíso do Norte, segunda-feira, 27/01/2020



Validade: 31/12/2020

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/9917201e-a526-4ba4-808b-7243177f9c13> / pg. 14

9917201e-a526-4ba4-808b-7243177f9c13

A autenticidade deste comprovante poderá ser verificada no endereço <https://paraisodonorte.atende.net> com o código de autenticidade N° **WIS031201-585-WWNIJH-317843785** GERADO POR: TATIANE INES KLAUCK IMPRESSO POR: TATIANE INES KLAUCK segunda-feira, 27 de janeiro de 2020



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-808b-72431777f9c13> / pg. 15

991720fe-a526-4ba4-808b-72431777f9c13



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA

CNPJ: 04.484.313/0001-13

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 23:13:23 do dia 09/08/2020 <hora e data de Brasília>.

Válida até 05/02/2021.

Código de controle da certidão: **D535.D8A0.58FA.3A57**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13> / pg. 16

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 04.484.313/0001-13

Razão Social: GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA

Endereço: RUA BARAO DO RIO BRANCO 358 CASA / CENTRO / PARAISO DO NORTE / PR / 87780-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 08/08/2020 a 06/09/2020

Certificação Número: 2020080801095357703607

Informação obtida em 09/08/2020 23:22:33

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/listaEmpregadores.jsf

<https://mforeg-autenticidade-caixa.gov.br/camara-legisl/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Feição (5776666)

SEI 53119.004031/2020-08 / pg. 17

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 021937856-57

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **04.484.313/0001-13**

Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 16/09/2020 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA

CNPJ: 04.484.313/0001-13

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 17:18:49 do dia 06/08/2020 (hora e data de Brasília).

Válida até 05/09/2020.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Relevo (5776966)

SEI 53115:004031/2020-08 / pg. 19

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 04.484.313/0001-13

Certidão nº: 11435849/2020

Expedição: 19/05/2020, às 23:24:01

Validade: 14/11/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **04.484.313/0001-13**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadecamaraleg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13> / pg. 20

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



CERTIDÃO ESPECÍFICA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados
nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Certificamos que GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA encontra-se registrada nesta Junta Comercial, como segue:		Protocolo: PRC2002683420	
NIRE 41207897429 CNPJ 04.484.313/0001-13		Situação ATIVA Status SEM STATUS	
Endereço Completo BARAO DO RIO BRANCO, Nº 358, xxxxx, CENTRO - Paraíso do Norte/PR - CEP 87780-000			
Arquivamentos Posteriores			
Ato	Número	Data	Descrição
002	20195747437	17/09/2019	CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO
002	20195747437	17/09/2019	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
206	20194574350	09/09/2019	PROCURACAO
002	20194101150	09/09/2019	CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO
002	20194101150	09/09/2019	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
002	20177292083	28/11/2017	RERRATIFICAÇÃO
002	20173878539	24/08/2017	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
206	20144082438	09/07/2014	PROCURACAO
002	41207897429	09/07/2014	INSCRICAO DE TRANSFERENCIA DE SEDE DE OUTRA UF

Esta certidão foi emitida automaticamente em 18/06/2020, às 13:51:19 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.empresafacil.pr.gov.br>, com o código **APVDAHMG**.



PRC2002683420

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
Secretário(a) Geral



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13> / pg. 21



CONTRATO SOCIAL

ALEXANDRE BONA, brasileiro, solteiro, nascido em 05 de setembro de 1978, em Palmitos/SC, locutor, residente e domiciliado em Caibi/SC, na Av. Progresso nº 638, Centro, CEP 89.888-000, CPF/MF nº 024.099.619-40 e C.I. nº 3.539.578, expedida pela SSP/SC; e

JOÃO EDUARDO DE NADAL, brasileiro, solteiro, nascido em 21 de janeiro de 1983 em Chapecó/SC, advogado, residente e domiciliado em Caibi/SC, na Rua São Domingos nº 510, Centro, CEP 89.888-000, CPF/MF nº 008.931.639-88, C.I. nº 3.544.795- e CNH nº 01762448813, expedida pelo Detran/SC, resolvem constituir uma sociedade sob o tipo jurídico de empresária limitada nas seguintes cláusulas e condições:

NOME EMPRESARIAL

CLÁUSULA 01 - A sociedade girará sob o nome empresarial de **RÁDIO NIRVANA FM LTDA.**

SEDE

CLÁUSULA 02 - A sede da sociedade será na cidade de Caibi/SC, na Rua Machado de Assis, nº 680, Bairro Centro, CEP 89.888-000.

OBJETO

CLÁUSULA 03 - A sociedade terá por objeto social a execução de serviço de radiodifusão em qualquer de suas modalidades.

DURAÇÃO

CLÁUSULA 04 - A sociedade iniciará suas atividades somente após receber outorga de concessão do poder concedente e durará por tempo indeterminado.

CAPITAL

CLÁUSULA 05 - O capital social é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), totalmente subscrito e integralizado, neste ato, em moeda corrente nacional, dividido em 200.000 (duzentas mil) quotas unitárias de R\$ 1,00 (um real), assim distribuído entre os sócios:

	Nome do Sócio	Nº Quotas	R\$	%
01	João Eduardo de Nadal	160.000	160.000,00	80
02	Alexandre Bona	40.000	40.000,00	20
	TOTAL	200.000	200.000,00	100

RESPONSABILIDADE

CLÁUSULA 06 - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.





ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA 07 - A sociedade será administrada por um ou mais administradores, sócios ou não-sócios, nomeados no contrato ou em instrumento separado, com prazo de gestão indeterminado, cabendo-lhe(s) a gestão de todos os negócios sociais e comerciais, ficando dispensado(s) da prestação de caução.

§ 1º. A administração da sociedade será exercida pelo sócio **Alexandre Bona**.

§ 2º. O Administrador atuará individualmente, com os mais amplos e gerais poderes de administração e de representação da sociedade, judicial e extrajudicialmente, vedada em seu nome, à prática de atos de favor, avais, fianças, abonos e atos estranhos ao objeto social, salvo deliberação unânime dos sócios.

§ 3º. O Administrador terá direito a uma remuneração mensal, a título de *pro labore*, estabelecido de comum acordo entre os sócios, observado o estado econômico e a disponibilidade financeira da sociedade.

EXERCÍCIO SOCIAL

CLÁUSULA 08 - O exercício social coincidirá com o ano civil e, ao seu término, será realizado o balanço patrimonial e demais demonstrações de lei. O resultado apurado será dividido entre os sócios ou seus sucessores, proporcionalmente às suas quotas, salvo outro ajuste que realizarem na ocasião.

DELIBERAÇÃO DOS SÓCIOS

CLÁUSULA 09 - As deliberações dos sócios, quando não havidas por escrito, serão tomadas em Reunião dos Sócios, devendo ser observado:

- a) os sócios serão convocados mediante carta contra-recibo, com antecedência de oito dias, contendo a hora, data, local da Reunião e sua ordem do dia; na Reunião poderão comparecer todos os sócios por si ou representados por outro sócio ou por advogado munido de instrumento de mandato, com poderes bastantes;
- b) a Reunião será dirigida por um dos Administradores;
- c) a Ata da Reunião será lavrada em folhas soltas, encaminhando-se para averbação no registro próprio aquelas que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros;

Parágrafo Único – Fica estabelecido que, quando a maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderão excluí-lo(s) da sociedade, por justa causa, mediante alteração do presente contrato social.

DA RETIRADA DE SÓCIO

CLÁUSULA 10 - O sócio que desejar se retirar da sociedade deverá comunicar tal desejo aos demais através de carta, a qual será entregue com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data do evento, recebendo seus haveres mediante balanço especialmente levantado, devendo este ser apurado com base na data de vencimento do prazo concedido no aviso à sociedade.

§ 1º. O sócio retirante receberá seus haveres em até 24 (vinte e quatro) prestações mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira 30 (trinta) dias após a data da efetiva apuração dos haveres.

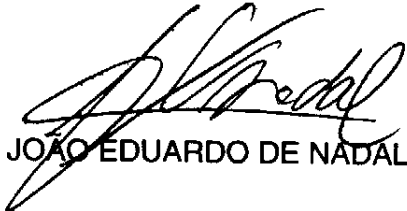


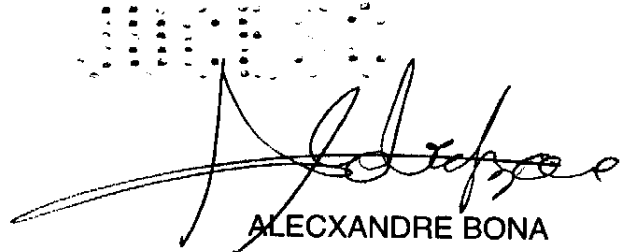


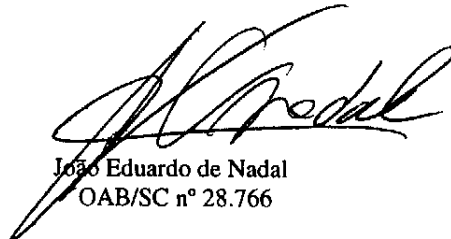
sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

E, por estarem justos e contratados, assinam este instrumento, em 10 (dez) vias as quais serão registradas na Junta Comercial de Santa Catarina para que produza seus jurídicos efeitos legais.

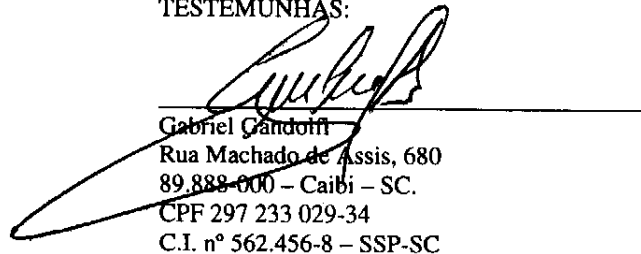
Caibi/SC, 12 de fevereiro de 2010.

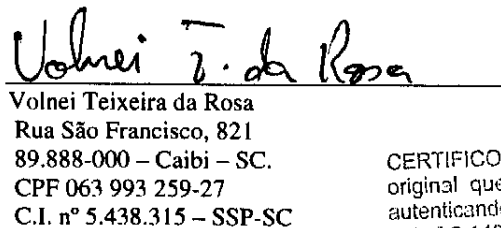

JOÃO EDUARDO DE NADAL


ALEXANDRE BONA


João Eduardo de Nadal
OAB/SC nº 28.766

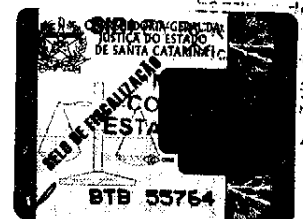
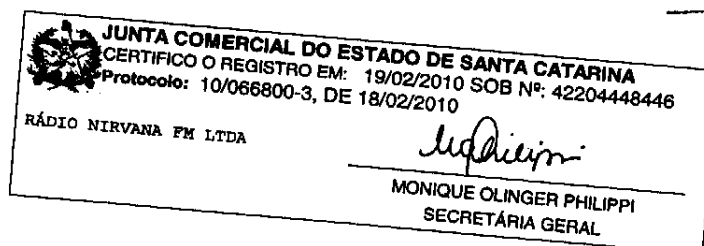
TESTEMUNHAS:


Gabriel Gandoiff
Rua Machado de Assis, 680
89.888-000 – Caibi – SC.
CPF 297 233 029-34
C.I. nº 562.456-8 – SSP-SC


Volnei Teixeira da Rosa
Rua São Francisco, 821
89.888-000 – Caibi – SC.
CPF 063 993 259-27
C.I. nº 5.438.315 – SSP-SC

CERTIFICO que esta cópia é a reprodução fiel da original que me foi apresentada, conferindo-o autenticando-o nos termos do Artigo 2º do Decreto Lei nº 2.143 de 25 de abril de 1.940, Dou fã.
Caibi - SC, 19 de fevereiro de 2010.


Tabelião DOMINGOS MÁRIO T. DE PAIVA



1

JUL 2020

RÁDIO NIRVANA FM LTDA
CNPJ/MF N.º 11.572.391/0001-35
ALTERAÇÃO CONTRATUAL N.º 01

e
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

ALEXANDRE BONA, brasileiro, solteiro, maior, nascido em 05 de setembro de 1978, em Palmitos/SC, locutor, residente e domiciliado em Caibi/SC, na Av. Progresso nº 638, centro, CEP 89.888-000, CPF/MF nº 024.099.619-40 e C.I. nº 3.539.578 expedida pela SSP/SC.

JOÃO EDUARDO DE NADAL, brasileiro, solteiro, maior, nascido em 21 de janeiro de 1983 em Chapecó/SC, advogado, residente e domiciliado em Caibi/SC, na Rua São Domingos, nº 510, centro, CEP 89.888-000, CPF/MF nº 008.931.639-88, C.I. nº 3.544.795 e CNH nº 01762448813, expedida pelo Detran/SC, únicos sócios componentes da sociedade empresária que gira sob o nome empresarial de **RÁDIO NIRVANA FM LTDA**, com sede na Rua Machado de Assis, nº 680, Bairro Centro, na cidade de Caibi/SC, CEP 89.888-000, com Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob nº 42204448446, em 19 de fevereiro de 2010, inscrita no CNPJ sob nº 11.572.391/0001-35, **RESOLVEM** de comum acordo, alterar conforme cláusulas abaixo o Contrato Social:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Que, a sede da sociedade empresária que era na Rua Machado de Assis, nº 680, Bairro Centro, na cidade de Caibi/SC, CEP 89.888-000, **passa através da presente alteração a ser** na Avenida 22 de Julho, 742 – 1º Andar, Bairro Centro, na cidade de Irineópolis/SC, CEP 89.440-000.

CLÁUSULA SEGUNDA : Permanecem em vigor todas as cláusulas e condições contidas no Contrato Social, não alteradas e/ou atingidas pela presente Alteração Contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA : Diante das alterações contidas no presente instrumento, resolvem os sócios consolidarem o Contrato Social, o qual passa a ter a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA: Que, a sociedade gira sob o nome empresarial de **RÁDIO NIRVANA FM LTDA;**

CLÁUSULA SEGUNDA : Que a sociedade tem sua sede na Avenida 22 de Julho, 742 – 1º Andar, Bairro Centro, na cidade de Irineópolis/SC, CEP 89.440-000.



CLÁUSULA TERCEIRA : Que o objetivo social é a execução de serviço de radiodifusão em qualquer de suas modalidades.

CLÁUSULA QUARTA: Que a sociedade iniciou suas atividades somente após receber outorga de concessão do poder concedente e durará por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA: Que o capital social é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), totalmente subscrito e integralizado, neste ato, em moeda corrente nacional, dividido em 200.000 (duzentas mil quotas) unitárias de R\$ 1,00 (um real), assim distribuído entre os sócios:

	Nome do Sócio	Nº Quotas	R\$	%
01	João Eduardo de Nadal	160.000	160.000,00	80
02	Alexandre Bona	40.000	40.000,00	20
	TOTAL	200.000	200.000,00	100

CLÁUSULA SEXTA : A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA SÉTIMA : A sociedade será administrada por um ou mais administradores, sócios ou não-sócios, nomeados no contrato ou em instrumento separado, com prazo de gestão indeterminado, cabendo-lhe(s) a gestão de todos os negócios sociais e comerciais, ficando dispensado(s) da prestação de caução.

§ 1º - A administração da sociedade será exercida pelo sócio **Alexandre Bona**.

§ 2º - O administrador atuará individualmente, com os mais amplos e gerais poderes de administração e de representação da sociedade, judicial e extrajudicialmente, vedada em seu nome, à prática de atos de favor, avais, fianças, abonos e atos estranhos ao objeto social, salvo deliberação unânime dos sócios.

§ 3º - O Administrador terá direito a uma remuneração mensal, a título de pró-labore, estabelecido de comum acordo entre os sócios, observado o estado econômico e a disponibilidade financeira da sociedade.

CLÁUSULA OITAVA : O exercício social coincidirá com o ano civil e, ao seu término, será realizado o balanço patrimonial e demais demonstrações de lei. O resultado apurado será dividido entre os sócios ou seus sucessores, proporcionalmente as suas quotas, salvo outro ajuste que realizarem na ocasião.

CLÁUSULA NONA: As deliberações dos sócios, quando não havidas por escrito, serão tomadas em Reunião dos Sócios, devendo ser observado:

- os sócios serão convocados mediante carta contra-recibo, com antecedência de oito dias, contendo a hora, data, local da Reunião e sua ordem do dia; na Reunião poderão comparecer todos os sócios por si ou representados por outro sócio ou por advogado munido de instrumento de mandato, com poderes bastantes;
- a Reunião será dirigida por um dos Administradores;



c) a Ata da Reunião será lavrada em folhas soltas, encaminhando-se para averbação no registro próprio aquelas que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros;

Parágrafo único – Fica estabelecido que, quando a maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderão excluí-lo(s) da sociedade, por justa causa, mediante alteração do presente contrato social.

CLÁUSULA DEZ: O sócio que desejar se retirar da sociedade deverá comunicar tal desejo aos demais através de carta, a qual será entregue com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data do evento, recebendo seus haveres mediante balanço especialmente levantado, devendo este ser apurado com base na data de vencimento do prazo concedido no aviso à sociedade.

§ 1º – O sócio retirante receberá seus haveres em até 24 (vinte e quatro) prestações mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira 30 (trinta) dias após a data da efetiva apuração dos haveres.

§ 2º – A forma de apuração e pagamento de haveres previsto no parágrafo anterior também será utilizada em caso de dissolução parcial da sociedade, exclusão, recesso, falência, concordata e/ou insolvência, de qualquer dos sócios, devendo ser apurado os haveres com base na data do evento.

CLÁUSULA ONZE: Para o atendimento da legislação relativamente à exploração de serviços de radiodifusão na Faixa de Fronteira, fica estabelecido que:

- o capital social, pertencerá a pessoas físicas ou jurídicas brasileiras até o limite exigido pelo Art. 222 da Constituição Federal;
- o quadro de pessoal será sempre constituído, ao menos, de 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros;
- a responsabilidade editorial, as atividades de seleção e direção da programação veiculada e a orientação intelectual e administrativa da sociedade são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;
- as quotas representativas do capital social, na forma da lei em vigor, não serão inalienáveis e incaucionáveis a estrangeiros ou a pessoas jurídicas em excesso ao que a lei determinar; e
- a empresa não poderá efetuar alteração do presente instrumento sem prévia autorização dos órgãos competentes, quando assim for exigido pela lei.

CLÁUSULA DOZE: A sociedade se dissolve na ocorrência das hipóteses previstas em lei.

§ 1º – A morte, retirada, exclusão ou falência de um sócio não dissolve a sociedade, ficando assegurado aos herdeiros ou sucessores, quando for o caso, o ingresso na sociedade, desde que seja do interesse dos demais sócios e observada a anuência prévia dos poderes concedentes.

§ 2º – Se os herdeiros ou sucessores não desejarem continuar na sociedade, seus haveres serão apurados em balanço levantado especialmente para este fim, e serão pagos em vinte e quatro (24) prestações mensais iguais e sucessivas, sem juros, a quem estiverem judicialmente autorizados.

CLÁUSULA TREZE: É livre a cessão de quotas entre os sócios; a cessão a terceiros dependerá da anuência dos outros sócios.





CLÁUSULA CATORZE: Os sócios elegem o Foro de Palmitos-SC, por mais privilegiado que outro seja para a resolução das questões emergentes deste contrato.

CLÁUSULA QUINZE: Os casos omissos serão resolvidos pela legislação vigente.

CLÁUSULA DEZESSEIS: O sócio administrador declara, sob as penas da Lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

E, por estarem justos e contratados, assinam este instrumento, em 03 (três) vias as quais serão registradas na Junta Comercial de Santa Catarina para que produza seus jurídicos efeitos legais:


Caibi, SC, 20 de outubro de 2010.



JOÃO EDUARDO DE NADAL

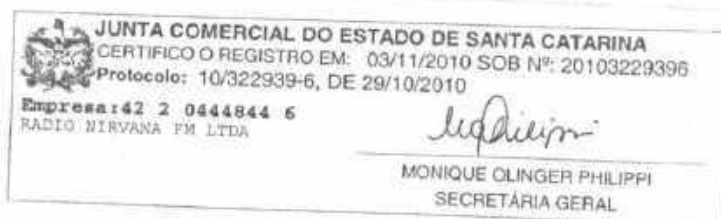

ALEXANDRE BONA


JOÃO EDUARDO DE NADAL
OAB/SC nº 28.766

Testemunhas:


MARLENE M. M. SEGUETTO
CPF - 477.005.219-72
C.I. - 1.610.352-1 - SSP/SC
Caibi - SC.


NÁDIA I. B. DE SORDI
CPF - 637.321.069-34
C.I. - 12C-1.948.847 - SSP/SC
Caibi - SC.



Presidência da República

Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação

Departamento de Registro Empresarial e Integração

Nº DO PROTOCOLO (Uso do órgão de registro
JUCESC)
JUCESC - UNIDADE DESCONCENTRADA DE
PALMITOS

19/710275-1



Matrícula (da sede ou da filial
quando a sede for em outra UF)
42204448446

CÓDIGO DA
NATUREZA
JURÍDICA
2062

Nº DE MATRÍCULA DO AGENTE
AUXILIAR DO COMÉRCIO

1 - REQUERIMENTO

ILMº SR. PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Requerimento: 81900000215634
DBE analisado.
Emitida em 15/02/2019 - V3

NOME: RADIO NIRVANA FM LTDA

Requer a V. Sª o deferimento do seguinte ato.

Nº DE VIAS	CÓD. ATO	CÓD. EVENTO	QTD	DESCRIÇÃO DO ATO/EVENTO
0	002			ALTERAÇÃO
		021	1	Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial)

CAIBI
15/02/2019

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: JANICE MARIA BISON

Assinatura:

Janice Maria Bison

Telefone de contato: (49)988408440 cpcontabilidade@futuasc.net

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s)

☐ SIM

☐ SIM

Processo em ordem.

A decisão.

19 FEV 2019

☐ NÃO

/ /

Data

Responsável

☐ NÃO

/ /

Data

Responsável

/ /

Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☒ 20/02/19

Processo em exigência

(Vide despacho em folha anexa)

☒ Processo deferido. Publique-se e

Processo indeferido.

2º Exigência

3º Exigência

4º Exigência

5º Exigência

Anilete F. Zanelato Alba

Anilete F. Zanelato Alba
Matrícula Nº 2917

26 FEV 2019

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

2º Exigência

3º Exigência

4º Exigência

5º Exigência

Processo em exigência

(Vide despacho em folha anexa)

Processo deferido. Publique-se e

Processo indeferido.

/ /

Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da Turma

OBSERVAÇÕES:



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 26/02/2019

Arquivamento 20197102751 Protocolo 197102751 de 20/02/2019 NIRE 42204448446

Nome da empresa RADIO NIRVANA FM LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 208447508453101

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/02/2019 por Henry Goy Petry Neto - Secretário-geral;

autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c1b> / pg. 30



991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c1b

RÁDIO NIRVANA FM LTDA.

2ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

CNPJ/MF nº 11.572.391/0001-35

ALEXANDRE BONA, brasileiro, solteiro, nascido em 05/09/1978, em Palmitos/SC, locutor, residente e domiciliado em Caibi/SC, na Av. Progresso nº 638, Centro, CEP 89888-000, CPF/MF nº 024.099.619-40 e CI-SSP/SC nº 3.539.578; e

JOÃO EDUARDO DE NADAL, brasileiro, solteiro, nascido em 21/01/1983 em Chapecó/SC, advogado, residente e domiciliado em Caibi/SC, na Rua São Domingos nº 510, Centro, CEP 89888-000, CPF/MF nº 008.931.639-88 e CI-SSP/SC nº 3.544.795;

Únicos sócios da sociedade empresária limitada denominada **RÁDIO NIRVANA FM LTDA.**, registrada por contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob NIRE nº 42204448446, com sede em Irineópolis/SC, na Av. 22 de Julho nº 742, 1º andar, Centro, CEP 89440-000, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob nº 11.572.391/0001-35, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem a presente alteração contratual, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

QUADRO SOCIETÁRIO

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Retira-se da sociedade o sócio **ALEXANDRE BONA**, detentor de 40.000 (quarenta mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, correspondendo a R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

- Admite-se na sociedade **JANICE MARIA BISON**, brasileira, nascida em 24/06/1969, em Guaporé/RS, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, professora, CPF/MF nº 722.249.839-72, carteira de identidade nº 2.654.883-6, órgão expedidor SESP/SC, residente e domiciliada na Rua Machado de Assis nº 680, Centro, na cidade de Caibi/SC, CEP 89888-000, Brasil;

CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

CLÁUSULA SEGUNDA:

O sócio **ALEXANDRE BONA** transfere, por venda, todas suas 40.000 (quarenta mil) quotas de capital social, que perfaz o valor total de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), diretamente a sócia ingressante **JANICE MARIA BISON**

CLÁUSULA TERCEIRA:

O cedente e a cessionária, dão ampla e geral quitação um ao outro e à sociedade, declarando estarem justos e satisfeitos, não tendo mais nada a receberem ou reclamar em relação a transferência negociada, bem como nada tem a receber da sociedade a qualquer título ou crédito. Após a cessão e transferência de quotas, e da retirada de sócio, o capital social fica assim distribuído entre os sócios:

	Sócios	Quotas	R\$	%
1	João Eduardo de Nadal	160.000	160.000,00	80
2	Janice Maria Bison	40.000	40.000,00	20
	Totais	200.000	200.000,00	100

Janice Maria Bison

[Assinatura]

[Assinatura]

Página 1 de 5



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 26/02/2019

Arquivamento 20197102751 Protocolo 197102751 de 20/02/2019 NIRE 42204448446

Nome da empresa RADIO NIRVANA FM LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 208447508453101

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/02/2019 por Henry Goy Petry Neto - Secretário-geral;

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadassinatura.camaraleg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13> / pg. 31

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

RÁDIO NIRVANA FM LTDA.

2ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

CNPJ/MF nº 11.572.391/0001-35

ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA:

A administração da sociedade passará a ser exercida pela sócia ingressante JANICE MARIA BISON, passando a Cláusula 07 a ter a seguinte nova redação:

"CLÁUSULA 07 - A sociedade será administrada pela sócia Janice Maria Bison, por prazo indeterminado, cabendo-lhe a gestão de todos os negócios sociais e comerciais, ficando dispensada da prestação de caução.

§ 1º Os administradores poderão ser sócios ou não, nomeados no contrato social ou em documento apartado.

§ 2º Os administradores, atuarão individualmente, os quais terão os mais amplos e gerais poderes de administração e de representação da sociedade, ativa e passivamente, judicial ou extrajudicial, vedada em seus nomes, a prática de atos de favor, avais, fianças e abonos, salvo deliberação de sócios detentores da maioria do capital social.

§ 3º A nomeação e destituição de sócios administradores serão deliberadas pelos sócios detentores da maioria do capital social da sociedade. Para a nomeação e destituição de administradores não sócios, faz-se necessário o atendimento ao disposto no Art. 1.061 da Lei nº 10.406/2002.

§ 4º Para contrair financiamento, alienar ou de qualquer forma gravar bens móveis ou imóveis do ativo fixo da sociedade, inclusive hipotecar, penhorar ou alienar fiduciariamente ditos bens, necessária se torna a assinatura de sócios detentores da maioria do capital social.

§ 5º Os administradores terão direito a uma remuneração mensal, a título de pro labore, estabelecida pela administração e aprovada pelos sócios detentores da maioria do capital social, observados o estado econômico e a disponibilidade financeira da sociedade.

§ 6º O exercício da administração da sociedade cessa pela morte, renúncia ou destituição, em qualquer tempo do titular ou em ato separado no caso de administrador não sócio. Nessas hipóteses, será nomeado novo administrador mediante alteração contratual e/ou ato de nomeação."

CLÁUSULA QUINTA:

Em face das alterações acima, consolida-se o contrato social, mediante as condições e cláusulas seguintes:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA 01 - A sociedade gira sob o nome empresarial de **RÁDIO NIRVANA FM LTDA.**

CLÁUSULA 02 - A sociedade tem sede em Irineópolis/SC, na Av. 22 de Julho nº 742, 1º andar, Centro, CEP 89440-000.

CLÁUSULA 03 - A sociedade tem por objeto social a execução de serviço de radiodifusão em qualquer de suas modalidades.

CLÁUSULA 04 - O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado.

Janice Maria Bison




Página 2 de 5



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 26/02/2019

Arquivamento 20197102751 Protocolo 197102751 de 20/02/2019 NIRE 42204448446

Nome da empresa RADIO NIRVANA FM LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 208447508453101

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/02/2019 por Henry Goy Petry Neto - Secretário-geral;

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadesignatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13> / pg. 32



991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

RÁDIO NIRVANA FM LTDA.

2ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

CNPJ/MF nº 11.572.391/0001-35

CLÁUSULA 05 - O capital social é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 200.000 (duzentas mil) quotas unitárias de R\$ 1,00 (um real), assim distribuído entre os sócios:

	Sócio	Quotas	R\$	%
1	João Eduardo de Nadal	160.000	160.000,00	80
2	Janice Maria Bison	40.000	40.000,00	20
	Totais	200.000	200.000,00	100

CLÁUSULA 06 - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA 07 - A sociedade será administrada pela sócia **Janice Maria Bison**, por prazo indeterminado, cabendo-lhe a gestão de todos os negócios sociais e comerciais, ficando dispensada da prestação de caução.

§ 1º Os administradores poderão ser sócios ou não, nomeados no contrato social ou em documento apartado.

§ 2º Os administradores, atuarão individualmente, os quais terão os mais amplos e gerais poderes de administração e de representação da sociedade, ativa e passivamente, judicial ou extrajudicial, vedada em seus nomes, a prática de atos de favor, avais, fianças e abonos, salvo deliberação de sócios detentores da maioria do capital social.

§ 3º A nomeação e destituição de sócios administradores serão deliberadas pelos sócios detentores da maioria do capital social da sociedade. Para a nomeação e destituição de administradores não sócios, faz-se necessário o atendimento ao disposto no Art. 1.061 da Lei nº 10.406/2002.

§ 4º Para contrair financiamento, alienar ou de qualquer forma gravar bens móveis ou imóveis do ativo fixo da sociedade, inclusive hipotecar, penhorar ou alienar fiduciariamente ditos bens, necessária se torna a assinatura de sócios detentores da maioria do capital social.

§ 5º Os administradores terão direito a uma remuneração mensal, a título de *pro labore*, estabelecida pela administração e aprovada pelos sócios detentores da maioria do capital social, observados o estado econômico e a disponibilidade financeira da sociedade.

§ 6º O exercício da administração da sociedade cessa pela morte, renúncia ou destituição, em qualquer tempo do titular ou em ato separado no caso de administrador não sócio. Nessas hipóteses, será nomeado novo administrador mediante alteração contratual e/ou ato de nomeação.

CLÁUSULA 08 - O exercício social coincidirá com o ano civil e, ao seu término, será realizado o balanço patrimonial e demais demonstrações de lei. O resultado apurado será dividido ou suportado entre os sócios ou seus sucessores, proporcionalmente as suas quotas, salvo outro

CLÁUSULA 09 - As deliberações dos sócios, quando não havidas por escrito, serão tomadas em Reunião dos Sócios, devendo ser observado:

- Os sócios serão convocados mediante carta contra recibo, com antecedência de oito dias, contendo a hora, data, local da Reunião e sua ordem do dia; na Reunião poderão comparecer todos os sócios por si ou representados por outro sócio ou por advogado munido de instrumento de mandato, com poderes bastantes;
- A Reunião será dirigida por um Administrador;
- A Ata da Reunião será lavrada em folhas soltas, encaminhando-se para averbação no registro próprio aquelas que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros.

Janice Maria Bison

Página 3 de 5

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 26/02/2019

Arquivamento 20197102751 Protocolo 197102751 de 20/02/2019 NIRE 42204448446

Nome da empresa RADIO NIRVANA FM LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 208447508453101

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/02/2019 por Henry Goy Petry Neto - Secretário-geral;

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadesignatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13> / pg. 33



991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

RÁDIO NIRVANA FM LTDA.

2ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

CNPJ/MF nº 11.572.391/0001-35

§ Único – Fica estabelecido que, quando a maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderão excluí-lo(s) da sociedade, por justa causa, mediante alteração do presente contrato social.

CLÁUSULA 10 – O sócio que desejar se retirar da sociedade deverá comunicar tal desejo aos demais através de carta, a qual será entregue com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data do evento, recebendo seus haveres mediante balanço especialmente levantado, devendo este ser apurado com base na data de vencimento do prazo concedido no aviso à sociedade.

§ 1º O sócio retirante receberá seus haveres em até 24 (vinte e quatro) prestações mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira 30 (trinta) dias após a data da efetiva apuração dos haveres.

§ 2º. A forma de apuração e pagamento de haveres previsto no parágrafo anterior também será utilizada em caso de dissolução parcial da sociedade, exclusão, recesso, falência, concordata e/ou insolvência, de qualquer dos sócios, devendo ser apurado os haveres com base na data do evento.

CLÁUSULA 11 - Para o atendimento da legislação relativamente à exploração de serviços de radiodifusão na Faixa de Fronteira, fica estabelecido que:

- a) o capital social, pertencerá a pessoas físicas ou jurídicas brasileiras até o limite exigido pelo Art. 222 da Constituição Federal;
- b) o quadro do pessoal será sempre constituído, ao menos, de 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros;
- c) a responsabilidade editorial, as atividades de seleção e direção da programação veiculada e a orientação intelectual e administrativa da sociedade são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;
- d) as quotas representativas do capital social, na forma da lei em vigor, serão inalienáveis e inalienáveis a estrangeiros ou a pessoas jurídicas em excesso ao que a lei determinar; e
- e) a empresa não poderá efetuar alteração do presente instrumento sem prévia autorização dos órgãos competentes, quando assim for exigido pela lei.

CLÁUSULA 12 - A sociedade se dissolve na ocorrência das hipóteses previstas em lei.

§ 1º – A morte, retirada, exclusão ou falência de um sócio não dissolve a sociedade, ficando assegurado aos herdeiros ou sucessores, quando for o caso, o ingresso na sociedade, desde que seja observada as exigências legais.

§ 2º - Se os herdeiros ou sucessores não desejarem continuar na sociedade, seus haveres serão apurados em balanço levantado especialmente para este fim, e serão pagos em vinte e quatro (24) prestações mensais iguais e sucessivas, sem juros, a quem estiverem judicialmente autorizados.

CLÁUSULA 13 - É livre a cessão de quotas entre os sócios; a cessão a terceiros dependerá da anuência dos outros sócios.

CLÁUSULA 14 - Os sócios elegem o Foro de Caibi/SC, por mais privilegiado que outro seja para a resolução das questões emergentes deste contrato.

CLÁUSULA 15 - Os casos omissos serão resolvidos pela legislação vigente.

Janina Maria Bizon

[Assinatura]
Página 4 de 5



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 26/02/2019

Arquivamento 20197102751 Protocolo 197102751 de 20/02/2019 NIRE 42204448446

Nome da empresa RADIO NIRVANA FM LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 208447508453101

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/02/2019 por Henry Goy Petry Neto - Secretário-geral;
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadesignatura.camaraleg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13> / pg. 34



991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

RÁDIO NIRVANA FM LTDA.
2ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CNPJ/MF nº 11.572.391/0001-35

DECLARAÇÃO - A sócia administradora declara, sob as penas da Lei, de que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por estar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

E, por estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, que serão registradas na Junta Comercial de Santa Catarina para que produza seus jurídicos efeitos legais.

Caibi/SC, 28 de janeiro de 2019.

João Eduardo de Nadal

Alexandre Bona

Janice Maria Bison
Janice Maria/Bison



CLEITON PERIN
Escritório de Paz - Designado
EVANDRO SANTIN
Escritor Substituto
MUNICÍPIO DE CAIBI
COMARCA DE PALMITOS
ESTADO DE SANTA CATARINA



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

26/02/2019

Certifico o Registro em 26/02/2019

Arquivamento 20197102751 Protocolo 197102751 de 20/02/2019 NIRE 42204448446

Nome da empresa RADIO NIRVANA FM LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 208447508453101

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/02/2019 por Henry Goy Petry Neto - Secretário-geral;

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadassinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13> / pg. 35



991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



197102751

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	RADIO NIRVANA FM LTDA
PROTOCOLO	197102751 - 20/02/2019
ATO	002 - ALTERACAO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 42204448446
CNPJ 11.572.391/0001-35
CERTIFICO O REGISTRO EM 26/02/2019
SOB N: 20197102751



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

26/02/2019

Certifico o Registro em 26/02/2019

Arquivamento 20197102751 Protocolo 197102751 de 20/02/2019 NIRE 42204448446

Nome da empresa RADIO NIRVANA FM LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.judesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 208447508453101

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/02/2019 por Henry Goy Petry Neto - Secretario-geral;

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadecamara.com.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13> / pg. 36

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

RÁDIO NIRVANA FM LTDA.
3ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CNPJ/MF nº 11.572.391/0001-35



JOÃO EDUARDO DE NADAL, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, nascido em 21/01/1983 em Chapecó/SC, advogado, residente e domiciliado em Florianópolis/SC, na Rua Haroldo Soares Glavan nº 120, Centro, CEP 88050-005, CPF/MF nº 008.931.639-88 e CI-SSP/SC nº 3.544.7958 e

JANICE MARIA BISON, brasileira, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, nascida em 24/06/1969, em Guaporé/RS, professora, residente e domiciliada em Caibi/SC, na Rua Machado de Assis nº 680, Centro, CEP 89888-000, CPF/MF nº 722.249.839-72 e CI-SESP/SC nº 2.654.883; Únicos sócios da sociedade empresária limitada denominada **RÁDIO NIRVANA FM LTDA.**, registrada por contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob NIRE nº 42204448446, com sede em Irineópolis/SC, na Av. 22 de Julho nº 742, 1º andar, Centro, CEP 89440-000, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.572.391/0001-35, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem a presente alteração contratual, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

QUADRO SOCIETÁRIO

CLÁUSULA PRIMEIRA:

- Admite-se na sociedade **SILVANA MARIA PYKOSZ MUNHOZ**, brasileira, nascida em 12/11/1965, em Campo Alegre/SC, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, aposentada, residente e domiciliada em Campo Alegre/SC, na Rua Coronel Bueno Franco nº 317, Centro, CEP 89294-000 CPF/MF nº 421.583.119-91 e CI-SSP/SC nº R-1.097.414.

CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

CLÁUSULA SEGUNDA:

O sócio **João Eduardo de Nadal** transfere, por venda, 80.000 (oitenta mil) quotas sociais no valor total de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), diretamente à sócia ingressante **Silvana Maria Pykosz Munhoz**, conforme entabulação em negócio apartado.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O cedente e a cessionária, darão ampla e geral quitação um ao outro e à sociedade quando satisfeito o negócio jurídico entre as partes, quando estarão justos e satisfeitos, não tendo mais nada a receberem ou reclamar em relação a transferência negociada, bem como nada tem a receber da sociedade a qualquer título ou crédito. Após a cessão e transferência de quotas, o capital social fica assim distribuído entre os sócios:

	Sócios	Quotas	R\$	%
1	João Eduardo de Nadal	80.000	80.000,00	40
2	Silvana Maria Pykosz Munhoz	80.000	80.000,00	40
3	Janice Maria Bison	40.000	40.000,00	20
	Totais	200.000	200.000,00	100

CLÁUSULA QUARTA:

Em face das alterações acima, consolida-se o contrato social, mediante as condições e cláusulas seguintes:



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 15/05/2020

Arquivamento 20204499399 Protocolo 204499399 de 13/03/2020 NIRE 42204448446

Nome da empresa RADIO NIRVANA FM LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 207904921145883

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 15/05/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b86-7243d77f9c18>

Petição (5776068)

SEI 55119-004631/2020-08 / pg. 37



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ampwYnSCA9HwPn7Ugr7A&chave2=Ug8cwmshp-cKj5CvAIRA
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 72224983972-JANICE MARIA BISON|008931633988-JOAO EDUARDO DE NADAL|42158311991-SILVANA MARIA PYKOSZ MUNHOZ
991720fe-a526-4ba4-8b86-7243d77f9c18

RÁDIO NIRVANA FM LTDA.
3ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CNPJ/MF nº 11.572.391/0001-35

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA 01 - A sociedade gira sob o nome empresarial de **RÁDIO NIRVANA FM LTDA.**

CLÁUSULA 02 - A sociedade tem sede em Irineópolis/SC, na Av. 22 de Julho nº 742, 1º andar, Centro, CEP 89440-000.

CLÁUSULA 03 - A sociedade tem por objeto social a execução de serviço de radiodifusão em qualquer de suas modalidades.

CLÁUSULA 04 - O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado.

CLÁUSULA 05 - O capital social é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 200.000 (duzentas mil) quotas unitárias de R\$ 1,00 (um real), assim distribuído entre os sócios:

	Sócios	Quotas	R\$	%
1	João Eduardo de Nadal	80.000	80.000,00	40
2	Silvana Maria Pykosz Munhoz	80.000	80.000,00	40
3	Janice Maria Bison	40.000	40.000,00	20
	Totais	200.000	200.000,00	100

CLÁUSULA 06 - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA 07 - A sociedade será administrada pela sócia **Janice Maria Bison**, por prazo indeterminado, cabendo-lhe a gestão de todos os negócios sociais e comerciais, ficando dispensada da prestação de caução.

§ 1º Os administradores poderão ser sócios ou não, nomeados no contrato social ou em documento apartado.

§ 2º Os administradores, atuarão individualmente, os quais terão os mais amplos e gerais poderes de administração e de representação da sociedade, ativa e passivamente, judicial ou extrajudicial, vedada em seus nomes, a prática de atos de favor, avais, fianças e abonos, salvo deliberação de sócios detentores da maioria do capital social.

§ 3º A nomeação e destituição de sócios administradores serão deliberadas pelos sócios detentores da maioria do capital social da sociedade. Para a nomeação e destituição de administradores não sócios, faz-se necessário o atendimento ao disposto no Art. 1.061 da Lei nº 10.406/2002.

§ 4º Para contrair financiamento, alienar ou de qualquer forma gravar bens móveis ou imóveis do ativo fixo da sociedade, inclusive hipotecar, penhorar ou alienar fiduciariamente ditos bens, necessária se torna a assinatura de sócios detentores da maioria do capital social.

§ 5º Os administradores terão direito a uma remuneração mensal, a título de *pro labore*, estabelecida pela administração e aprovada pelos sócios detentores da maioria do capital social, observados o estado econômico e a disponibilidade financeira da sociedade.

§ 6º O exercício da administração da sociedade cessa pela morte, renúncia ou destituição, em qualquer tempo do titular ou em ato separado no caso de administrador não sócio.

Página 2 de 4



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 15/05/2020

Arquivamento 20204499399 Protocolo 204499399 de 13/03/2020 NIRE 42204448446

Nome da empresa RADIO NIRVANA FM LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 207904921145883

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 15/05/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

RÁDIO NIRVANA FM LTDA.
3ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CNPJ/MF nº 11.572.391/0001-35

Nessas hipóteses, será nomeado novo administrador mediante alteração contratual e/ou ato de nomeação.

CLÁUSULA 08 - O exercício social coincidirá com o ano civil e, ao seu término, será realizado o balanço patrimonial e demais demonstrações de lei. O resultado apurado será dividido ou suportado entre os sócios ou seus sucessores, proporcionalmente as suas quotas, salvo outro

CLÁUSULA 09 - As deliberações dos sócios, quando não havidas por escrito, serão tomadas em Reunião dos Sócios, devendo ser observado:

- a) Os sócios serão convocados mediante carta contra recibo, com antecedência de oito dias, contendo a hora, data, local da Reunião e sua ordem do dia; na Reunião poderão comparecer todos os sócios por si ou representados por outro sócio ou por advogado munido de instrumento de mandato, com poderes bastantes;
- b) A Reunião será dirigida por um Administrador;
- c) A Ata da Reunião será lavrada em folhas soltas, encaminhando-se para averbação no registro próprio aquelas que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros.

§ Único - Fica estabelecido que, quando a maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderão excluí-lo(s) da sociedade, por justa causa, mediante alteração do presente contrato social.

CLÁUSULA 10 - O sócio que desejar se retirar da sociedade deverá comunicar tal desejo aos demais através de carta, a qual será entregue com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data do evento, recebendo seus haveres mediante balanço especialmente levantado, devendo este ser apurado com base na data de vencimento do prazo concedido no aviso à sociedade.

§ 1º O sócio retirante receberá seus haveres em até 24 (vinte e quatro) prestações mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira 30 (trinta) dias após a data da efetiva apuração dos haveres.

§ 2º A forma de apuração e pagamento de haveres previsto no parágrafo anterior também será utilizada em caso de dissolução parcial da sociedade, exclusão, recesso, falência, concordata e/ou insolvência, de qualquer dos sócios, devendo ser apurado os haveres com base na data do evento.

CLÁUSULA 11 - Para o atendimento da legislação relativamente à exploração de serviços de radiodifusão na Faixa de Fronteira, fica estabelecido que:

- a) o capital social, pertencerá a pessoas físicas ou jurídicas brasileiras até o limite exigido pelo Art. 222 da Constituição Federal;
- b) o quadro do pessoal será sempre constituído, ao menos, de 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros;
- c) a responsabilidade editorial, as atividades de seleção e direção da programação veiculada e a orientação intelectual e administrativa da sociedade são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;
- d) as quotas representativas do capital social, na forma da lei em vigor, serão inalienáveis e incaucionáveis a estrangeiros ou a pessoas jurídicas em excesso ao que a lei determinar; e

Página 3 de 4



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 15/05/2020

Arquivamento 20204499399 Protocolo 204499399 de 13/03/2020 NIRE 42204448446

Nome da empresa RADIO NIRVANA FM LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 207904921145883

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 15/05/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Petição (5770008)

SEI 33119-004631/2020-08 / pg. 39

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

RÁDIO NIRVANA FM LTDA.
3ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CNPJ/MF nº 11.572.391/0001-35

e) a empresa não poderá efetuar alteração do presente instrumento sem prévia autorização dos órgãos competentes, quando assim for exigido pela lei.

CLÁUSULA 12 - A sociedade se dissolve na ocorrência das hipóteses previstas em lei.

§ 1º - A morte, retirada, exclusão ou falência de um sócio não dissolve a sociedade, ficando assegurado aos herdeiros ou sucessores, quando for o caso, o ingresso na sociedade, desde que seja observada as exigências legais.

§ 2º - Se os herdeiros ou sucessores não desejarem continuar na sociedade, seus haveres serão apurados em balanço levantado especialmente para este fim, e serão pagos em vinte e quatro (24) prestações mensais iguais e sucessivas, sem juros, a quem estiverem judicialmente autorizados.

CLÁUSULA 13 - É livre a cessão de quotas entre os sócios; a cessão a terceiros dependerá da anuência dos outros sócios.

CLÁUSULA 14 - Os sócios elegem o Foro de Porto União/SC, por mais privilegiado que outro seja para a resolução das questões emergentes deste contrato.

CLÁUSULA 15 - Os casos omissos serão resolvidos pela legislação vigente.

DECLARAÇÃO - A sócia administradora declara, sob as penas da Lei, de que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por estar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

E, por estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, que serão registradas na Junta Comercial de Santa Catarina para que produza seus jurídicos efeitos legais.

Irineópolis/SC, 27 de novembro de 2019.

João Eduardo de Nadal

Janice Maria Bison

Silvana Maria Pykosz Munhoz

Página 4 de 4



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 15/05/2020

Arquivamento 20204499399 Protocolo 204499399 de 13/03/2020 NIRE 42204448446

Nome da empresa RADIO NIRVANA FM LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 207904921145883

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 15/05/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Petição (5770008)

SEI 33113-004631/2020-08 / pg. 40

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



204499399

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	RADIO NIRVANA FM LTDA
PROTOCOLO	204499399 - 12/05/2020
ATO	002 - ALTERACAO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 42204448446
CNPJ 11.572.391/0001-35
CERTIFICO O REGISTRO EM 15/05/2020
SOB N: 20204499399

EVENTOS

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 20204499399

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 72224983972 - JANICE MARIA BISON

Cpf: 00893163988 - JOAO EDUARDO DE NADAL

Cpf: 42158311991 - SILVANA MARIA PYKOSZ MUNHOZ



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 15/05/2020

Arquivamento 20204499399 Protocolo 204499399 de 13/03/2020 NIRE 42204448446

Nome da empresa RADIO NIRVANA FM LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 207904921145883

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 15/05/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Petição (5776068)

SEI 35119-004631/2020-08 / pg. 41

15/05/2020

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

Empresa: RADIO NIRVANA FM LTDA
CNPJ: 11.572.391/0001-35 IE: 257173951
Endereço: AVENIDA 22 DE JULHO, 742 - ANDAR 1
Bairro: CENTRO
Cidade: IRINEOPOLIS - SC
NIRE: 42204448446

Emp.: 4
Fone: (47)36251-050
CEP: 89.440-000
Período: 01/01/2019 a 31/12/2019
Data do NIRE: 01/10/2010

Folha: 00001 Livro: 00010

ATIVO 31/12/2019

ATIVO

Contas Contábeis	Valor
ATIVO	274.073,20
ATIVO CIRCULANTE	234.611,80
DISPONIVEL	159.611,80
CAIXA	99.889,67
Caixa	99.889,67
BANCOS	16.162,13
Banco do Brasil SA	11.682,84
Banco Sicoob SA	4.479,29
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	43.560,00
Banco do Brasil SA	13.560,00
Banco Sicoob SA	30.000,00
OUTROS CRÉDITOS	75.000,00
ADIANTAMENTOS	75.000,00
ANTECIPAÇÃO DE LUCROS	75.000,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	39.461,40
INVESTIMENTOS	5.025,53
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	5.025,53
ATIVO IMOBILIZADO	34.435,87
BENS E DIREITOS EM USO	85.273,61
Máquinas e Equipamentos	82.499,56
Móveis e Utensílios	2.774,05
DEPRECIACÕES, AMORTIZAÇÕES E EXAUSTÃO ACUMULADA	(50.837,74)
(-)Depreciação Acumulada Máquinas e Equipamentos	(48.779,85)
(-)Depreciação Acumulada Móveis e Utensílios	(2.057,89)

ADMINISTRADORA: JANICE MARIA BISON
RG: 2.654.883/SSP/SC
CPF: 722.249.839-72

CONTADOR: CLAUDIO LUIZ PERSCH
CPF: 017.984.369-90
CRC: 0000036986 SC
RG: 3609742/SSP/SC



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 15/06/2020

Arquivamento 20203954980 Protocolo 203954980 de 10/06/2020 NIRE 42204448446

Nome da empresa RADIO NIRVANA FM LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 193158957331625

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 15/06/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Petição (5776068)

SEI 33119-004631/2020-08 / pg. 42

15/06/2020

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ampwYnSCA9G-Mn1uT3GA6A&chave2=Ug8cwsph.-ckGj5CvAIRA
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 72224983972-JANICE MARIA BISON|01798436990-CLAUDIO LUIZ PERSCH

Empresa: RADIO NIRVANA FM LTDA
CNPJ: 11.572.391/0001-35 IE: 257173951
Endereço: AVENIDA 22 DE JULHO, 742 - ANDAR 1
Bairro: CENTRO
Cidade: IRINEOPOLIS - SC
NIRE: 42204448446

Emp.: 4
Fone: (47)36251-050
CEP: 89.440-000
Período: 01/01/2019 a 31/12/2019
Data do NIRE: 01/10/2010

Folha: 00002 Livro: 00010

PASSIVO 31/12/2019

P A S S I V O

Contas Contábeis	Valor
P A S S I V O	274.073,20
PASSIVO CIRCULANTE	7.958,39
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS	6.460,55
Honorários a Pagar	478,75
Salários a Pagar	4.330,97
Previdência Social a Pagar	689,35
FGTS a Pagar	961,48
OBRIGAÇÕES FISCAIS/TRIBUTÁRIAS	1.497,84
IRRF a Recolher	110,22
Simples Federal a Recolher	1.387,62
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	266.114,81
CAPITAL SOCIAL	200.000,00
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	200.000,00
Capital Subscrito	200.000,00
RESULTADO ACUMULADO	66.114,81
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	66.114,81
(-)Prejuízos Acumulados	22.838,20
Resultado do Exercício - Período Anterior ao Balanço	(59.319,70)
Resultado do Exercício - Período do Balanço	102.596,31

ADMINISTRADORA: JANICE MARIA BISON
RG: 2.654.883/SSP/SC
CPF: 722.249.839-72

CONTADOR: CLAUDIO LUIZ PERSCH
CPF: 017.984.369-90
CRC: 0000036986 SC
RG: 3609742/SSP/SC



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 15/06/2020

Arquivamento 20203954980 Protocolo 203954980 de 10/06/2020 NIRE 42204448446

Nome da empresa RADIO NIRVANA FM LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 193158957331625

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 15/06/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Petição (5776068)

SEI 33119-004631/2020-08 / pg. 43

15/06/2020

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

Empresa: RADIO NIRVANA FM LTDA
 CNPJ: 11.572.391/0001-35 IE: 257173951
 Endereço: AVENIDA 22 DE JULHO, 742 - ANDAR 1
 Bairro: CENTRO
 Cidade: IRINEOPOLIS - SC
 NIRE: 42204448446

Emp.: 4
 Fone: (47)36251-050
 CEP: 89.440-000
 Período: 01/01/2019 a 31/12/2019
 Data do NIRE: 01/10/2010

Folha: 00003 Livro: 00010

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 01/01/2019 A 31/12/2019

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Contas Contábeis	Valor
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	300.348,58
VENDA DE SERVIÇOS EM GERAL	300.348,58
Prestação de Serviços [Tributado IR 08% e CS 12%]	300.348,58
(-) DEDUÇÕES DA RECEITAS BRUTA	(16.727,75)
IMPOSTOS INCIDENTES SOBRE VENDAS/SERVIÇOS	(16.727,75)
Simples Federal - (s/ Vendas/Serviços)	(16.727,75)
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	283.620,83
(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	283.620,83
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	(181.024,52)
DESPESAS COM VENDAS	(7.138,75)
GASTOS COM PESSOAL	(4.418,59)
Remuneração - (Vendas)	(4.418,59)
Comissões Sobre Vendas - (Vendas)	(4.418,59)
DESPESAS GERAIS DE VENDAS	(2.720,16)
Impostos e Taxas Diversos - (Vendas)	(2.720,16)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(171.338,67)
Gastos Com Pessoal - (Administrativas)	(111.078,73)
Remuneração - (Administrativas)	(98.283,22)
Salários e Rendimentos sujeitos a Contribuição Previdenciária - (Administrativas)	(98.283,22)
Encargos Sociais - (Administrativas)	(12.795,51)
Previdência Social - (Administrativas)	(2.864,90)
FGTS - (Administrativas)	(9.930,61)
DESPESAS GERAIS ADMINISTRATIVAS - (Administrativas)	(60.259,94)
Material de Expediente - (Administrativas)	(542,15)
Internet/Provedor de Acesso - (Administrativas)	(1.948,70)
Telefone e Telecomunicações - (Administrativas)	(3.182,96)
Despesas Postais - (Administrativas)	(1.398,95)
Despesas com Cartório - (Administrativas)	(52,90)
Manutenção e Conservação - (Administrativas)	(3.335,20)
Energia Elétrica - (Administrativas)	(1.152,16)
Despesas com Material de Limpeza e Higiene - (Administrativas)	(955,61)
Mensalidades/ Anuidades e Contribuições - (Administrativas)	(16.064,67)
Despesas com Veículos - (Administrativas)	(2.370,57)
Serviços Contábeis - (Administrativas)	(9.149,83)
Outras Despesas - (Administrativas)	(9.421,70)
Sistema Programação Radiodifusão	(9.704,16)
Água (Administrativas)	(980,38)
RESULTADOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	(2.547,10)



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 15/06/2020

Arquivamento 20203954980 Protocolo 203954980 de 10/06/2020 NIRE 42204448446

Nome da empresa RADIO NIRVANA FM LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 193158957331625

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 15/06/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Petição (5776068)

SEI 33119-004031/2020-08 / pg. 44

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

Empresa: RADIO NIRVANA FM LTDA
CNPJ: 11.572.391/0001-35 IE: 257173951
Endereço: AVENIDA 22 DE JULHO, 742 - ANDAR 1
Bairro: CENTRO
Cidade: IRINEOPOLIS - SC
NIRE: 42204448446

Emp.: 4
Fone: (47)36251-050
CEP: 89.440-000
Período: 01/01/2019 a 31/12/2019
Data do NIRE: 01/10/2010

Folha: 00004 Livro: 00010

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 01/01/2019 A 31/12/2019

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Contas Contábeis	Valor
DESPESAS FINANCEIRAS	(2.547,10)
Despesas Bancárias	(2.547,10)
(=)RESULTADO OPERACIONAL LIQUIDO	102.596,31
(=)RESULTADO LÍQUIDO antes do Imposto de renda e Contribuição Social	102.596,31
(=)RESULTADO DO PERÍODO APÓS AS PROVISÕES	102.596,31
(=)RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	102.596,31

ADMINISTRADORA: JANICE MARIA BISON
RG: 2.654.883/SSP/SC
CPF: 722.249.839-72

CONTADOR: CLAUDIO LUIZ PERSCH
CPF: 017.984.369-90
CRC: 0000036986 SC
RG: 3609742/SSP/SC



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 15/06/2020

Arquivamento 20203954980 Protocolo 203954980 de 10/06/2020 NIRE 42204448446

Nome da empresa RADIO NIRVANA FM LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 193158957331625

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 15/06/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Petição (5776066)

SEI 55119-004631/2020-08 / pg. 45

15/06/2020

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



203954980

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	RADIO NIRVANA FM LTDA
PROTOCOLO	203954980 - 10/06/2020
ATO	223 - BALANCO
EVENTO	223 - BALANCO

MATRIZ

NIRE 42204448446
CNPJ 11.572.391/0001-35
CERTIFICO O REGISTRO EM 15/06/2020
SOB N: 20203954980

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 72224983972 - JANICE MARIA BISON

Cpf: 01798436990 - CLAUDIO LUIZ PERSCH



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 15/06/2020

Arquivamento 20203954980 Protocolo 203954980 de 10/06/2020 NIRE 42204448446

Nome da empresa RADIO NIRVANA FM LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 193158957331625

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 15/06/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral
<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>





09/08/2020

0267085

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Comarca de Porto Uniao

CERTIDÃO
FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CERTIDÃO Nº: 7593640**FOLHA: 1/1**

À vista dos registros cíveis constantes nos sistemas de informática do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina da Comarca de Porto Uniao, com distribuição anterior à data de 08/08/2020, verificou-se NADA CONSTAR em nome de:

RÁDIO NIRVANA FM LTDA., portador do CNPJ: 11.572.391/0001-35. *****

OBSERVAÇÕES:

- a) para a emissão desta certidão, foram considerados os normativos do Conselho Nacional de Justiça;
- b) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- c) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.tjsc.jus.br/portal>, opção Certidões/Conferência de Certidão;
- d) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha, Fórum Bancário e Distrital do Continente;
- e) certidão é expedida em consonância com a Lei nº 11.101/2005, com a inclusão das classes extrajudiciais: 128 - Recuperação Extrajudicial e 20331 - Homologação de Recuperação Extrajudicial.

ATENÇÃO: A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema eproc, disponível através do endereço <https://certeproc1g.tjsc.jus.br>

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

Porto Uniao, domingo, 9 de agosto de 2020.

PEDIDO Nº:

0267085



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13> / pg. 47

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 11.572.391/0001-35 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 19/02/2010
NOME EMPRESARIAL RADIO NIRVANA FM LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO AV 22 DE JULHO	NÚMERO 742	COMPLEMENTO ANDAR 1
CEP 89.440-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO IRINEOPOLIS
UF SC		
ENDEREÇO ELETRÔNICO sanremo@cpnet.com.br		TELEFONE (49) 3648-0138/ (49) 3648-0390
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/02/2010
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **19/05/2020** às **22:38:31** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.


<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13> / pg. 48

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de cadastro da Pessoa Jurídica e, existindo qualquer divergência, providencie junto à Secretaria de Estado da Fazenda a sua atualização cadastral.

		ESTADO DE SANTA CATARINA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS	
CNPJ/CPF 11.572.391/0001-35	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTATUAL E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		Início Atividade com ICMS 08/10/2013
INSCRIÇÃO ESTATUAL 257.173.951	NOME EMPRESARIAL RADIO NIRVANA FM LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 6010100 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS *****			
CONTRIBUINTE CREDENCIADO/DISPENSADO A EMITIR OS SEGUINTE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS - Credenciado a Emitir Nota Fiscal Eletrônica - NFe a partir de 08/10/2013			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 2062 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA			
LOGRADOURO AVENIDA 22 DE JULHO	NÚMERO 742	COMPLEMENTO 1 ANDAR	
CEP 89440-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO IRINEÓPOLIS	UF SC
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVO desde 08/10/2013			

Modelo aprovado pela Portaria SEF nº 375, de 26/08/2003.

Emitido em **20/05/2020 11:16:56** (data e hora de Brasília).

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

io.sef.sc.gov.br/tax.NET/tax.net.cadastro/result_sitcad.aspx?dat=111634

https://io.sef.sc.gov.br/tax.NET/tax.net.cadastro/result_sitcad.aspx?dat=111634



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

Estado de Santa Catarina

Alvará de Licença

Para Localização e Funcionamento

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS concede, depois de cumpridas as formalidades legais, à:

Pessoa : RADIO NIRVANA FM LTDA

CPF/CNPJ : 11.572.391/0001-35

Endereço: Avenida 22 DE JULHO nº 742, CENTRO, neste Município, o presente ALVARÁ dando-lhe licença para explorar as atividades de:

Atividade	Princ. Descrição
6010100	Sim Atividades de rádio

Irineópolis(SC), 17 de Junho de 2020.

Inscrição Municipal

1373

Validade

28/02/2021

Início da Atividade

01/11/2010

FIXAR EM LOCAL VISÍVEL

SETOR DE TRIBUTAÇÃO

Iris Vanessa Bay
Fiscal de Tributos
Matrícula 2049

PREFEITO MUNICIPAL
Bernadete Schuster Longo
Secretaria da Fazenda



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13> / pg. 50

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: RADIO NIRVANA FM LTDA
CNPJ: 11.572.391/0001-35

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:32:17 do dia 08/05/2020 <hora e data de Brasília>.

Válida até 04/11/2020.

Código de controle da certidão: **C1CD.D40E.4D21.BBA0**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13> / pg. 51

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 11.572.391/0001-35

Razão Social: RADIO NIRVANA FM LTDA

Endereço: AV 22 DE JULHO 742 ANDAR 1 / CENTRO / IRINEOPOLIS / SC / 89440-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 28/07/2020 a 26/08/2020

Certificação Número: 2020072803062095981891

Informação obtida em 10/08/2020 08:53:37

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/listaEmpregadores.jsf

<https://mforeg-autenticidade-caixa.gov.br/caixa-legisl/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Folha 01 de 01

SEI 53119.004031/2020-08 / pg. 52

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nome (razão social): RADIO NIRVANA FM LTDA
CNPJ/CPF: 11.572.391/0001-35

Reservando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal:	Lei nº 3938/66, Art. 154
Número da certidão:	200140085138471
Data de emissão:	17/07/2020 16:12:47
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158, modificado pelo artigo 18 da Lei nº 15.510/11.):	15/09/2020

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: <http://www.sef.sc.gov.br>

Este documento foi assinado digitalmente
Impresso em: 10/08/2020 08:57:25



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Petição (5776068)

SEI 55119-004631/2020-08 / pg. 53

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

SECRETARIA DE FINANÇAS

DIVISÃO DE ARRECAÇÃO

NÚMERO

270

CERTIDÃO NEGATIVA

NOME / RAZÃO SOCIAL

RADIO NIRVANA FM LTDA - CNPJ 11.572.391/0001-35

AVISO

SEM DÉBITOS PENDENTES ATÉ A PRESENTE DATA: 04/08/2020

COMPROVAÇÃO JUNTO A

FINALIDADE

CERTIFICAMOS QUE ATÉ A PRESENTE DATA NÃO CONSTA DÉBITO
TRIBUTÁRIO RELATIVO A(S) INSCRIÇÃO(ÕES) ABAIXO CARACTERIZADA(S).

Válida por 90 (noventa) dias.

INSCRIÇÃO	ENDEREÇO / LOCALIZAÇÃO	NÚMERO	BLOCO	APTO
773 Atividades de rádio	Avenida - 22 DE JULHO	742		
2306	Avenida - 22 DE JULHO	742		

Irineópolis(SC), 31 de Julho de 2020.

Iris Vanessa Bay

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c1b>

Petição (5770008)

SEI 53119-004031/2020-08 / pg. 54

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c1b



CNPJ: **11.572.391/0001-35**

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 16:32:03 do dia 20/05/2020 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Penção (5776966)

SLF53119:004631/2020-08 / pg. 55

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Petição (5776966)

SEI 53119-004631/2020-08 / pg. 56

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO NIRVANA FM LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 11.572.391/0001-35

Certidão nº: 11479716/2020

Expedição: 20/05/2020, às 10:48:33

Validade: 15/11/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO NIRVANA FM LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **11.572.391/0001-35**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadecamaraleg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13> / pg. 57

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



CERTIDÃO ESPECÍFICA

Página: 001 / 001

Certificamos que o ato constitutivo da empresa indicada a seguir encontra-se arquivado nesta Junta Comercial:

nome empresarial: RADIO NIRVANA FM LTDA

NIRE: 42 2 0444844 6

CNPJ: 11.572.391/0001-35

endereço: AVENIDA 22 DE JULHO

complemento: 1º ANDAR

número: 742

bairro: CENTRO

CEP: 89440-000

município: IRINEÓPOLIS

UF: SC

situação: REGISTRO ATIVO

Arquivamentos Posteriores:

ato	número	data	descrição
090	42204448446	19/02/2010	CONTRATO
021	20103229396	03/11/2010	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
051	20103229396	03/11/2010	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
223	20130547786	24/04/2013	BALANCO
223	20142145246	12/11/2014	BALANCO
223	20160029821	14/03/2016	BALANCO
315	20170102416	13/03/2017	ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA
021	20197102751	26/02/2019	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
206	20196153590	10/07/2019	PROCURACAO
206	20204520592	12/03/2020	PROCURACAO
021	20204499399	15/05/2020	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
051	20204499399	15/05/2020	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
223	20203954980	15/06/2020	BALANCO

FLORIANÓPOLIS - SC, 31 de julho de 2020

BLASCO BORGES BARCELLOS
SECRETÁRIO GERAL



autenticidade acesse www.jucesc.sc.gov.br
ou 103661/2020-02 na consulta de processos.
<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>



Documento Assinado Digitalmente 31/07/2020
Junta Comercial de Santa Catarina
CNPJ: 83.565.648.0001-32

Você deve instalar o certificado da JUCESC
www.jucesc.sc.gov.br/certificado

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13> / pg. 59

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DE SANTA CATARINA
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME
JOÃO EDUARDO DE NADAL

FILIAÇÃO
HERNEUS JOAO DE NADAL
LAINE MARIA DE NADAL

NATURALIDADE
CHAPECÓ-SC

RG
35447958 - SSP/SC

USADOR DE ÓRGÃO E TÍTULO
NÃO

DATA DE NASCIMENTO
21/01/1983

CPT
008.931.639-88

VIA
01

EXPIDIDO EM
15/09/2017

PAULO MARCONDES BRINHAS
PRESIDENTE

INSCRIÇÃO
28766

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 08761803

USO OBRIGATORIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei n° 8.966/94)

ASSINATURA DO PORTADOR

OBSERVAÇÕES

ART. 28, INC. I, L. 806/04



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Feição (5770008)

SEI-33119-004031/2020-08 / pg. 60

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

REGISTRO GERAL 21*/R-1.097.414 DATA DE EXPEDIÇÃO 16.01.1997

NOME
SILVANA MARIA PYKOSZ MUNHOZ

FILIAÇÃO
**Gabriel Pykosz
Silvia Maria Pykosz**

NATURALIDADE
CAMPO ALEGRE - SC

DOC ORIGEM **Cart. Cas. nº 2.622 Lv. B-5-Aux. Fls. 111**
Cart. São Bento do Sul - SC

CPF **421.583.119-91**

DIRETOR **AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR**

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DIRETORIA DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO



Silvana Munhoz

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

Silvana Munhoz

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR
SILVANA MARIA PYKOSZ MUNHOZ

DATA DE NASCIMENTO **12/11/1965** Nº INSCRIÇÃO **0134 1216 0973** ZONA **030** SEÇÃO **0007**

MUNICÍPIO / UF **CAMPO ALEGRE/SC** DATA DE EMISSÃO **25/06/2019**

JUIZ ELEITORAL

Adelfo Santos

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura
Silvana Munhoz

SILVANA MARIA PYKOSZ MUNHOZ

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 16/04/97

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
SILVANA MARIA PYKOSZ MUNHOZ

Nº de Inscrição
421583119-91

Data do Nascimento
12/11/65





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13 / pg. 61

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **JANICE MARIA BISON**

Inscrição: **0254 9610 0973**

Zona: 041 Seção: 0001

Município: 80594 - CAIBI

UF: SC

Data de nascimento: 24/06/1969

Domicílio desde: 02/10/2007

Filiação: - ZILDA MARIA PULGA BISON
- ANTONIO BISON

Certidão emitida às 14:27 em 20/05/2020

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

DP70.HCFP.AZRZ.RL2H



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13> / pg. 62

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **JOÃO EDUARDO DE NADAL**

Inscrição: **0380 3853 0965**

Zona: 100 Seção: 0208

Município: 81051 - FLORIANOPOLIS

UF: SC

Data de nascimento: 21/01/1983

Domicílio desde: 23/04/2018

Filiação: - LAINE MARIA DE NADAL
- HERNEUS JOAO DE NADAL

Certidão emitida às 14:25 em 20/05/2020

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

XVP/.T8A9.YMI8.ZK5J



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13> / pg. 63

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **SILVANA MARIA PYKOSZ MUNHOZ**

Inscrição: **0134 1216 0973**

Zona: 030 Seção: 0007

Município: 80632 - CAMPO ALEGRE

UF: SC

Data de nascimento: 12/11/1965

Domicílio desde: 18/09/1986

Filiação: - SILVIA MARIA PYKOSZ
- GABRIEL PYKOSZ

Certidão emitida às 14:19 em 20/05/2020

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.

Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

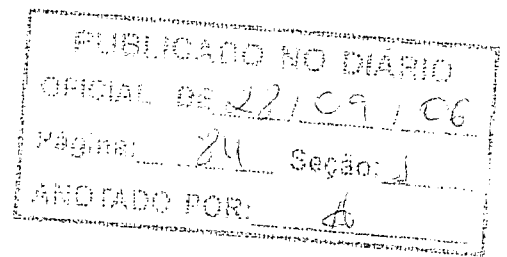
WAVZ.OXSE.GC43.NLIY



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13> / pg. 64

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 607 , DE 21 DE SETEMBRO DE 2006.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto n.º 1.720, de 28 de novembro de 1995 e, tendo em vista o que consta do Processo n.º 53740.000450/2001, Concorrência n.º 063/2001 – SSR/MC e do PARECER/CONJUR/MC/JSN/N.º 0941 – 2.29/2006, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à **GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.** para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Irienópolis, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223, da Constituição Federal.

Art. 3º O contrato decorrente dessa permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÉLIO COSTA





Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 799, DE 2009

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO ALTERNATIVA DE TUCUNDUVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tucunduva, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 853, de 21 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Alternativa de Tucunduva para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tucunduva, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 800, DE 2009

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA TANAJURA DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formigueiro, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 598, de 16 de outubro de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária Tanajura de Radiodifusão para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formigueiro, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 801, DE 2009

Aprova o ato que outorga autorização ao INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E PESQUISA AMBIENTAL PLANETA VERDE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquaritinga, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 4, de 5 de janeiro de 2006, que outorga autorização ao Instituto de Educação e Pesquisa Ambiental Planeta Verde para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquaritinga, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 802, DE 2009

Aprova o ato que outorga permissão à GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iriepópolis, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 607, de 21 de setembro de 2006, que outorga permissão à Gtoll Telecomunicações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iriepópolis, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 803, DE 2009

Aprova o ato que outorga autorização à ACAP - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AMIGOS DE PARÁ DE MINAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.027, de 21 de dezembro de 2006, que outorga autorização à ACAP - Associação Comunitária dos Amigos de Pará de Minas para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 804, DE 2009

Aprova o ato que outorga permissão à MEGA CANAL DE CATANDUVA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Adélia, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 529, de 13 de setembro de 2006, que outorga permissão à Mega Canal de Catanduva Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Adélia, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 805, DE 2009

Aprova o ato que outorga permissão à PLUS RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 536, de 13 de setembro de 2006, que outorga permissão à Plus Radiodifusão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 806, DE 2009

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO, CULTURAL E SOCIAL DE PORTO MURINHO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Murinho, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 234, de 28 de maio de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social de Porto Murinho para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Murinho, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 807, DE 2009

Aprova o ato que outorga permissão à REDE DE RÁDIO E TELEVISÃO FENEBI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sete Quedas, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 327, de 19 de junho de 2007, que outorga permissão à Rede de Rádio e Televisão Fenebi Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sete Quedas, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de novembro de 2009.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal





BOM DIA
Riciele Milani

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD »» Relatórios »» **Outorga** | internet | teia | menu | ajuda

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF:	SC	Município:	Irineópolis
Entidade	Município	Data Outorga	Validade
GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA	Irineópolis	03/09/2010	03/09/2020
Usuário: riciele.mc - Riciele Milani Data: 19/01/2022 Hora: 10:00:56			
Registro 1 até 1 de 1 registros		Página: [1]	[Ir] <input type="text"/> [Reg] <input type="text"/>
Tela Inicial	Imprimir	Exportar Excel	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.


rd/Relatorios/Outorga/Tela.asp

https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

Anexo Validade Outorga (9247565)


SEI 98149.004691/2020-08 / pg. 67

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



BOA TARDE
Riciele Milani

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas


Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	11.572.391/0001-35

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: riciele.mc - Riciele Milani


Data: 18/01/2022

Hora: 17:14:44



BOA TARDE
Riciele Milani

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	11.572.391/0001-35

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: [riciele.mc - Riciele Milani](#) Data: **18/01/2022** Hora: **17:15:01**



BOA TARDE
Riclele Milani

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:		CPF						
CPF:		722.249.839-72						
JANICE MARIA BISON								
CNPJ	Empresas	Participação da Empresa(%)	Participação da Entidade(%)	Cargo	Seviço	UF	Município	Tipo
01.756.106/0001-82	RADIO BEBEDOURO FM LTDA	0,00	9,85	--	FM	SC	Passos Maia	--

Usuário: riclele.mc - Riclele Milani Data: 18/01/2022 Hora: 17:15:51



991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



BOA TARDE
Riciele Milani

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		722.249.839-72									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JANICE MARIA BISON	722.249.839-72	RADIO BEBEDOURO FM LTDA	01.756.106/0001-82	Sócio	9850	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Passos Maia

Usuário: [riciele.mc - Riciele Milani](#)


Data: [18/01/2022](#)

Hora: [17:16:11](#)




Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
[iacco/Novo_Siacco/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposicao/tela.asp](#)

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



BOA TARDE
Riclele Milani

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:		CPF						
CPF:		008.931.639-88						
JOÃO EDUARDO DE NADAL								
CNPJ	Empresas	Participação da Empresa(%)	Participação da Entidade(%)	Cargo	Seviço	UF	Município	Tipo
01.756.106/0001-82	RADIO BEBEDOURO FM LTDA	0,00	14,00	--	FM	SC	Passos Maia	--

Usuário: riclele.mc - Riclele Milani

Data: 18/01/2022

Hora: 17:16:32



BOA TARDE
Riciele Milani

Sistemas Interativos

 **Menu Principal** ▼

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		008.931.639-88									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOÃO EDUARDO DE NADAL	<u>008.931.639-88</u>	RADIO BEBEDOURO FM LTDA	<u>01.756.106/0001-82</u>	Sócio	14000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Passos Maia

Usuário: [riciele.mc](#) - Riciele Milani

Data: 18/01/2022

Hora: 17:16:48



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

http://www.siacco.com.br/Novo_Siacco/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposicao/tela.asp

lacco/Novo_Slacco/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposicaoTela.asp
https://infoleg.br/autenticidade-assinatura/camara-leg.br/591/2016-as26-4ba4-8b8b-7243177f9c13
Anexo Slacco - Cessionaria (9100488) SEP35115.004351/2020-08 / pg. 73

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



BOA TARDE
Riciele Milani

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Participação da Entidade nas Empresas


Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	421.583.119-91

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: riciele.mc - Riciele Milani Data: 18/01/2022 Hora: 17:17:06




991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



BOA TARDE
Riciele Milani

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	421.583.119-91

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: riciele.mc - Riciele Milani

Data: 18/01/2022

Hora: 17:17:25



BOA TARDE
Riciele Milani

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Participação da Entidade nas Empresas


Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	SILVANA MARIA PYKOSZ MUNHOZ

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: riciele.mc - Riciele Milani Data: 18/01/2022 Hora: 17:17:52




991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



BOA TARDE
Riciele Milani

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	SILVANA MARIA PYKOSZ MUNHOZ

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: [riciele.mc - Riciele Milani](#) Data: [18/01/2022](#) Hora: [17:18:11](#)



Entidade	Administrativo	Endereços	Plano Básico	Sistema Principal	Sistema de Trans. Auxiliar	RDS
----------	-----------------------	-----------	--------------	-------------------	----------------------------	-----

Estação

Número da Estação

692892630

Indicativo da Estação

ZYV252

Situação

Limite para solicitação de Licenciamento

Data Primeiro Licenciamento

30/11/2015

Data Último Licenciamento

30/06/2017

Número da Licença

53500.062464/2017-91

MOSAICO

Informações do Contrato

Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do documento	
		▼	▼		



Informações do documento de Aprovação de Locais

Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do documento	
9999	411	Portaria ▼	MC ▼	23/09/2010	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>



+	Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do documento	Data DOU
x	9999	802	Decreto Legislativo ▼	CN ▼	04/11/2009	05/11/2009
x	9999	7200	Ato ▼	CMPRL ▼	03/11/2010	04/11/2010
x	9999	237	Portaria ▼	MC ▼	01/08/2012	06/08/2012
x	9999	2767	Ato ▼	ER03 ▼	04/05/2015	19/05/2015
x	53500.071035/20:	65	Ato ▼	ORLE ▼	05/01/2021	21/01/2021

← Fechar

↗ Enviar

↗ Validação



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Licença (3247021)

SEI 53115.004651/2020-08 / pg. 79

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

TodosDownload Canais

5 total de registros150AtualizarFiltrar

Ações	Status	CNPJ	Entidade	NumFistel	Carater	Finalidade	Serviço	Num Serviço	UF	Município	Local Específico	Canal	Dec	Frequência	Classe	Categoria da Estação	Latitude	Longitude	ERP	HCI	Fistel Geradora	Fase	Data	ID Estação Principal	ID do Canal	Observações
		04484313000113				(Todos)																				
Ver Estações	FM-C3 (Canal Outorgado - Aguardando Licenciamento)	04484313000113	GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA	50409588709	P	Comercial	FM	230	PR	Peraíso do Norte		204		88.7	C		-23.280833333333	-52.602222222222	0.3			1	2021-08-06 08:22:04		57dbac3518b2b	
Ver Estações	FM-C7 (Aguardando Ato de RF)	04484313000113	GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA	50407190511	P	Comercial	FM	230	SC	Imaraí		240		95.9	B1		-28.339722222222	-48.805	3	74		2	2021-12-29 11:07:13		57dbac41dc970	
Ver Estações	FM-C2 (Canal Outorgado - Aguardando Dados da Estação)	04484313000113	GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA	50406587531	P	Comercial	FM	230	SC	Irineópolis		290		105.9	B1		-26.25625	-50.804472222222	3	77		2	2021-03-16 15:36:48		57dbac4203dea	
Ver Estações	AM-C2 (Canal Outorgado - Aguardando Dados da Estação)	04484313000113	GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA	50411513265	P	Comercial	OM	205	PR	Clevelândia				1590	C		-26.4	-52.35				1	2021-12-20 15:21:28		57dbac6b33482	
Ver Estações	AM-C1 (Canal Outorgado - Aguardando Ato de RF)	04484313000113	GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA	50410179213	P	Comercial	OM	205	PR	Formosa do Oeste				1590	C		-24.3	-53.333333333333				1	2021-03-16 15:36:51		57dbac6b97d6b	

Id solicitação: 57dbac4203dea

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA	
Nome Fantasia: GTOLL TELECOMUNICACOES	
Telefone: (49) 36480233	E-mail:
CNPJ: 04.484.313/0001-13	Número do Fistel: 50406587531
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 03/09/2010	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Observações: RESOLUCAO ANATEL 125/99. Ato nº 2.765, de 1/8/2016, publicado na pág. 10, Seção 1, do DOU de 4/8/2016.	

Endereço Sede		
Logradouro: RUA BARÃO DO RIO BRANCO	Complemento:	
Bairro: CENTRO	Numero: 358	
Município: Paraíso do Norte	UF: PR	CEP: 87780000

Endereço Correspondência		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Endereço do Transmissor		
Logradouro: LINHA COLONIA VELHA	Complemento:	
Bairro: JARDIM BRAND	Numero: S/N	
Município: Irineópolis	UF: SC	CEP: 89440000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: AVENIDA 22 JULHO	Complemento: 1º ANDAR	
Bairro: CENTRO	Numero: 742	
Município: Irineópolis	UF: SC	CEP: 89440000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização			
Município: Irineópolis		UF: SC	
Parâmetros Técnicos			
Canal: 290	Frequência: 105.9 MHz	Classe: B1	ERP Máxima: 1.53kW
HCI: 77 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

Informações Gerais



022 Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Relatório Canal e Stacco - Cedente (3247072)

SEI 55715:004651/2020-08 / pg. 82

Número da Estação: 692892630	Número Indicativo: ZYV252
Data Último Licenciamento: 30/06/2017	Número da Licença: 53500.062464/2017-91

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 26°15'22" S	Longitude: 50°48'16" W	Cota da base: 810 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 027830902884	Modelo: EX 2000
Fabricante: Sintek Sistemas Eletrônicos Ltda.	Potência de Operação: 1.560 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF78-50JA	Fabricante: RFS		
Comprimento da Linha: 90.00 m	Atenuação: 1.1995 dB/100m	Perdas Acessórias: 1.950 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: MMFMVT02-2	Fabricante: MAXWELL MAY COMUNICACOES LTDA.				
Ganho: 2.95 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 0 °	Polarização: Vertical	HCI: 77 m	ERP Máxima: 1.53 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0	30°: 0	35°: 0	40°: 0	45°: 0	50°: 0.09	55°: 0
60°: 0.54	65°: 0	70°: 0.72	75°: 0	80°: 0.92	85°: 0	90°: 1.11	95°: 0	100°: 1.2	105°: 0	110°: 1.31	115°: 0
120°: 1.41	125°: 0	130°: 2.38	135°: 0	140°: 3.6	145°: 0	150°: 5	155°: 0	160°: 6.75	165°: 0	170°: 8.87	175°: 0
180°: 9.37	185°: 0	190°: 8.87	195°: 0	200°: 6.74	205°: 0	210°: 5.04	215°: 0	220°: 3.61	225°: 0	230°: 2.38	235°: 0
240°: 1.41	245°: 0	250°: 1.31	255°: 0	260°: 1.21	265°: 0	270°: 1.11	275°: 0	280°: 0.92	285°: 0	290°: 0.72	295°: 0
300°: 0.54	305°: 0	310°: 0.09	315°: 0	320°: 0	325°: 0	330°: 0	335°: 0	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0

Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -

Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento: 027830902884	Modelo: EX 1000
Fabricante: Sintek Sistemas Eletrônicos Ltda.	Potência de Operação: 1.00 kW

Transmissor Auxiliar 2	



Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 1.53 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	607	Portaria	MC	21/09/2006	28/09/2006	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	411	Portaria	MC	23/09/2010	30/09/2010	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	802	Decreto Legislativo	CN	04/11/2009	05/11/2009	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	7200	Ato	CMPRL	03/11/2010	04/11/2010	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	237	Portaria	MC	01/08/2012	06/08/2012	Multa	Jurídico
9999	2767	Ato	ER03	04/05/2015	19/05/2015	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
53500.071035/2020-19	65	Ato	ORLE	05/01/2021	21/01/2021	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento							

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		04.484.313/0001-13									
GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANTÔNIO JOÃO FURQUIM PEREIRA	546.376.009-87	GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA	04.484.313/0001-13	Sócio	1000	0,00%	0,00%	OM	Local	PR	Formosa do Oeste
		GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA	04.484.313/0001-13	Sócio	1000	0,00%	0,00%	OM	Local	PR	Clevelândia
		GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA	04.484.313/0001-13	Sócio	1000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Irineópolis
		GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA	04.484.313/0001-13	Sócio	1000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Imaruí
		GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA	04.484.313/0001-13	Diretor (SÓCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	PR	Paraíso do Norte
		GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA	04.484.313/0001-13	Diretor (SÓCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SC	Imaruí
		GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA	04.484.313/0001-13	Diretor (SÓCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SC	Irineópolis
		GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA	04.484.313/0001-13	Diretor (SÓCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Local	PR	Clevelândia
		GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA	04.484.313/0001-13	Diretor (SÓCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Local	PR	Formosa do Oeste
		GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA	04.484.313/0001-13	Sócio	1000	0,00%	0,00%	FM	--	PR	Paraíso do Norte
GLAUCO TOLLENDAL DE BARROS	514.283.346-53	GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA	04.484.313/0001-13	Sócio	19000	0,00%	0,00%	FM	--	PR	Paraíso do Norte
		GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA	04.484.313/0001-13	Sócio	19000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Imaruí
		GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA	04.484.313/0001-13	Sócio	19000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Irineópolis
		GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA	04.484.313/0001-13	Sócio	19000	0,00%	0,00%	OM	Local	PR	Clevelândia
		GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA	04.484.313/0001-13	Sócio	19000	0,00%	0,00%	OM	Local	PR	Formosa do Oeste

Usuário: riciele.mc - Riciele Milani

Data: 18/01/2022

Hora: 17:11:08



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

iaccio/Novo_Siacco/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposicao/tela.asp

https://anatel.gov.br/validacao/assinatura/canale.aspx?ent=1720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

Relatório Canale Siacco - Cedente (5247672)

5247672-004651/2020-08 / pg. 85

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Pós-Outorga

NOTA TÉCNICA Nº 804/2022/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 53115.004651/2020-08.

INTERESSADAS: GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. (CEDENTE) E RÁDIO NIRVANA FM LTDA. (CESSIONÁRIA)

ASSUNTO: TRANSFERÊNCIA DIRETA. OUTORGA EM CARÁTER PRECÁRIO.

INFORME PROCEDIMENTAL. PROCESSO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA EM FASE DE INSTRUÇÃO.

SUMÁRIO

1. Trata-se da análise do processo administrativo, por meio do qual a Gtoll Telecomunicações Ltda. (cedente), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, Fistel nº 50406587531, no município de Irineópolis/SC, requer autorização deste Ministério para efetuar a transferência direta da outorga à Rádio Nirvana FM Ltda. (cessionária).

ANÁLISE

2. O procedimento de Transferência de Outorga está previsto no artigo 38, alínea “c” da Lei nº 4.117/1962 (redação dada pela Lei nº 13.424/2017), e nos artigos 89, 90, 91 e 92 do Decreto nº 52.795/1963 (redação dada pelo Decreto nº 1.938/2017).

3. Além disso, em se tratando de serviço executado em faixa de fronteira, os procedimentos administrativos alusivos à obtenção de assentimento prévio – para fins de execução do serviço de radiodifusão em municípios fronteiriços –, serão iniciados no âmbito da Secretaria de Radiodifusão, cuja atribuição é a instrução do feito e posterior encaminhamento ao Conselho de Defesa Nacional dos atos constitutivos, instrumentos sociais e respectivas alterações estatutárias e contratuais das entidades, nos termos dos art. 8º e art. 12, parágrafo único, e das orientações consubstanciadas nos art. 10, e art. 11, todos do Decreto nº 85.064/1980.

4. Denota-se dos dispositivos citados, que a Transferência de Outorga ocorre quando a concessão/permissão é transferida de uma pessoa jurídica para outra. Além disso, a outorga será transferida em observância aos prazos e às condições estabelecidas originalmente.

5. A transferência da concessão/permissão depende, **para sua validade**, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo.

6. Esse procedimento será autorizado, em se tratando de serviço de radiodifusão sonora (onda curta, onda tropical, onda média e frequência modulada), de Portaria do Ministro de Estado das Comunicações, e em se tratando de serviço de sons e imagens (televisão), de Decreto do Presidente da República, que será precedido de instrução processual efetivada pelo Ministro de Estado das Comunicações.

7. Nos dois casos, a transferência será comunicada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem do Presidente da República nos termos do disposto no § 5º do art. 222 da Constituição.

Para a realização do procedimento de transferência a empresa detentora da outorga



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Nota Técnica 804 (3247035)

SEI 53115.004651/2020-08 / pg. 86

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

(concessionária/permissionária) deverá preencher requisitos mínimos, quais são:

- I - A estação deverá ter no mínimo 5 (cinco) anos de licenciamento definitivo para funcionamento;
- II - A outorga deverá estar válida ou, caso esteja vencida (caráter precário), poderá ser transferida após a conclusão da instrução do processo de renovação de outorga (**publicação da Portaria de Renovação**); e
- III - A observância aos limites de outorga estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967 e pelo Decreto nº 52.795/1963.

9. Hodiernamente, a permissão que a Gtoll Telecomunicações Ltda. pretende transferir preenche apenas 2 (dois) desses requisitos mínimos, sendo eles:

- a) interstício mínimo de licenciamento, uma vez que o primeiro certificado definitivo fora expedido em 31.11.2015 (SEI 9247021);
- b) obediência aos limites máximo de outorga pela pessoa jurídica Cessionária e seus respectivos sócios e dirigentes (SEI 9100488).

10. Quanto ao requisito da validade da outorga, constata-se que a **outorga em comento encontra-se com prazo de validade vencido desde 03.09.2020 (SEI 9247965)**. Da consulta realizada aos sistemas internos de controle de processos, foi localizado o processo de renovação nº 53115.006310/2020-69, no entanto, o mesmo está em fase de regularização da sua instrução, portanto, **no momento**, não atende o disposto no art. 4º da Lei nº 13.424/2017, inviabilizando, por ora, a transferência da outorga.

11. Além dos requisitos citados anteriormente, as empresas que desejarem promover a transferência da outorga deverão apresentar a documentação que demonstre a regularidade sob os aspectos ligados à (i) habilitação jurídica; (ii) qualificação econômico-financeira; (iii) regularidade fiscal; e (iv) nacionalidade e demais exigências impostas aos sócios e dirigentes, em conformidade com o art. 93 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 9.138/2017, conforme Formulário em anexo.

12. Quanto à documentação, verifica-se dos autos que o pedido deverá ser instruído com o documentos previstos no Regulamento de Serviços de Radiodifusão - RSR, aprovado pelo Decreto nº 52.795 de 1963 (alterado pelo Decreto nº 9.138 de 22 de agosto de 2017 e Decreto nº 10.775 de 23 de agosto de 2021). Por conseguinte, conforme demonstra a Lista de Verificação de Documentos (SEI 9100170) restou pendente o envio dos seguintes: **i) da cedente** - prova de regularidade para com a Fazenda municipal da sede da entidade, ou outra equivalente, na forma da lei, e **ii) da cessionária** - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.

13. **Ante o exposto, notifica-se as interessada para que, após a finalização da instrução do processo de renovação de outorga, manifestem o interesse na continuidade do pleito de transferência objeto destes autos.**

14. Por fim, informa-se que se o pedido de transferência direta for deferido antes da deliberação do Congresso Nacional sobre o pleito renovatório, o serviço será prestado em caráter precário, enquanto não houver conclusão definitiva, na forma do art. 94 do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

15. Diante do exposto, opina-se pela remessa de ofício à Entidade, acompanhado de cópia desta Nota Técnica, para ciência, bem como do envio do Formulário de Transferência Direta.

À consideração superior.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadoredassinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Nota Técnica 004 (9247039)

SEI 53115.006310/2020-08 / pg. 87

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 21/01/2022, às 10:38 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin, Coordenador de Pós-Outorgas**, em 21/01/2022, às 11:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9247099** e o código CRC **01F05A95**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.004651/2020-08

SEI nº 9247099



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Nota Técnica 004 (9247099)

SEI 53115.004651/2020-08 / pg. 88

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Pós-Outorga

OFÍCIO Nº 1326/2022/MCOM

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. (C.N.P.J Nº 04.484.313/0001-13)
Rua Barão do Rio Branco, nº 358 - Centro
87.780 - 000 Paraíso do Norte/PR
(gabrielm101.5@hotmail.com)

ASSUNTO: TRANSFERÊNCIA DIRETA. OUTORGA EM CARÁTER PRECÁRIO. INFORME PROCEDIMENTAL. PROCESSO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA EM FASE DE INSTRUÇÃO. PROCESSO Nº 53115.004651/2020-08.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o, cordialmente, encaminho cópia da Nota Técnica n.º 804/2022/SEI-MCOM acompanhada do Formulário (SEI 9248180) para conhecimento.
2. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Radiodifusão permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações que julgar necessárias.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin**, **Coordenador de Pós-Outorgas**, em 21/01/2022, às 11:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9247952** e o código CRC **6201A2EA**.

Anexos:

- Nota Técnica 804 (9247099)
- Formulário (9248180)

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 1326/2022/MCOM - Processo nº 53115.004651/2020-08 - Nº SEI: 9247952



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Ofício 1326 (9247952)

SEI 53115.004651/2020-08 / pg. 89

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Pós-Outorga

OFÍCIO Nº 1335/2022/MCOM

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO NIRVANA FM LTDA. (C.N.P.J Nº 11.572.391/0001-35)
Avenida 22 de julho, nº 742, 1º andar - Centro
89.440 - 000 Irineópolis/SC
(gabrielfm101.5@hotmail.com)

ASSUNTO: TRANSFERÊNCIA DIRETA. OUTORGA EM CARÁTER PRECÁRIO. INFORME PROCEDIMENTAL. PROCESSO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA EM FASE DE INSTRUÇÃO. PROCESSO Nº 53115.004651/2020-08.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o, cordialmente, encaminho cópia da Nota Técnica n.º 804/2022/SEI-MCOM acompanhada do Formulário (SEI 9248180) para conhecimento.
2. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Radiodifusão permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações que julgar necessárias.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin**, Coordenador de Pós-Outorgas, em 21/01/2022, às 11:34 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9248195** e o código CRC **2F620133**.

Anexos:

- Nota Técnica 804 (9247099)
- Formulário (9248180)

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 1335/2022/MCOM - Processo nº 53115.004651/2020-08 - Nº SEI: 9248195



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Ofício 1335 (9248195)

SEI 53115:004651/2020-08 / pg. 90

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DIRETA

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE CEDENTE			
Nome da Pessoa Jurídica:			
CNPJ:			
Endereço da sede:			
CEP da sede:			
E-mail de contato:			
Serviço executado:	() Radiodifusão sonora	() em frequência modulada	
		() em ondas curtas	
		() em ondas médias	
		() em ondas médias adaptada para frequência modulada	
		() em ondas tropicais	
	() Radiodifusão de sons e imagens		
Localidade de execução do serviço:		UF:	
Número do Fistel:		Canal:	

QUADRO SOCIETÁRIO E DIRETIVO DA ENTIDADE CEDENTE		
NOME	COTAS/AÇÕES	VALOR

NOME	CARGO	CPF



Eu, _____, inscrito no CPF
sob o nº _____, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica (cedente)
acima qualificada, e com fundamento na alínea “c” do art. 38 da Lei nº 4.117/62 (alterada pela lei nº 13.424,
de 28 de março de 2017), venho solicitar autorização deste Ministério para realizar a TRANSFERÊNCIA
DIRETA da concessão/permissão relativa ao serviço, localidade e estado acima descritos, à pessoa jurídica
cessionária abaixo identificada, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a
documentação constante do ANEXO deste formulário.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do representante legal da Cedente



IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE CESSIONÁRIA	
Nome da Pessoa Jurídica:	
CNPJ:	
Endereço da sede:	
CEP da sede:	
E-mail de contato:	

QUADRO SOCIETÁRIO E DIRETIVO DA ENTIDADE CESSIONÁRIA		
NOME	COTAS/AÇÕES	VALOR

NOME	CARGO	CPF

DECLARAÇÕES

Com vistas à autorização para efetivar a operação solicitada, DECLARO, para os devidos fins, que:

- (a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão;;
- (b) nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- (c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;



- (d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- (e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
- (f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- (g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do representante legal da Cessionária

De acordo.

ASSINATURA DE TODOS OS SÓCIOS E DIRETORES (CEDENTE E CESSIONÁRIA)	
NOME	ASSINATURA



DOCUMENTOS NECESSÁRIOS	
RELATIVOS À CEDENTE	<p>(a) prova de inscrição no CNPJ;</p> <p>(b) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cedente, na forma da lei;</p> <p>(c) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;</p> <p>(d) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e</p> <p>(e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.</p>
RELATIVOS À CESSIONÁRIA	<p>(a) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária;</p> <p>(b) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;</p> <p>(c) certidão negativa de falência ou recuperação judicial válida, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;</p> <p>(d) prova de inscrição no CNPJ;</p> <p>(e) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cessionária, na forma da lei;</p> <p>(f) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;</p> <p>(g) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e</p> <p>(h) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.</p>
RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRETORES DA CESSIONÁRIA	<p>(a) prova de condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos, mediante a apresentação de certidão de nascimento ou casamento, certificado de reservista, carteira profissional ou de identidade, certificado de naturalização expedido há mais de dez anos, carteira de trabalho e previdência social ou passaporte.</p>
NA HIPÓTESE DE HAVER	Se constituída sob a forma de <u>Sociedade Limitada:</u>



**PESSOA
JURÍDICA
SÓCIA DA
ENTIDADE**

a) Certidão emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, acompanhada do último ato arquivado pela sociedade;

b) Declaração, firmada em conjunto, pelos dirigentes da Entidade (*nome da titular da outorga*) e da Pessoa Jurídica sócia (*nome da sócia da entidade*), de que:

b.1) No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

b.2) Nenhum dos sócios da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e

b.3) Nenhum dos sócios da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.

Se constituída sob a forma de **Sociedade Anônima**:

a) Estatuto Social atualizado e Ata de Assembleia que elegeu o último quadro diretivo;

b) lista de subscrição de acionistas, contendo nome, nº de CPF e percentual de participação;

c) Declaração, firmada em conjunto, pelos dirigentes da Entidade (*nome da titular da outorga*) e da Pessoa Jurídica sócia (*sócia da entidade*), de que:

c.1) No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

c.2) Nenhum dos acionistas da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo



tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;

c.3) Nenhum dos acionistas da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.

Em se tratando de **Fundação**:

a) Estatuto Social atualizado e Ata de Reunião que elegeu o último quadro diretivo;

b) Declaração, firmada em conjunto, pelos dirigentes da Entidade (*nome da titular da outorga*) e da Pessoa Jurídica sócia (*sócia da entidade*), de que:

a.1) Nenhum dos dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e

a.2) Nenhum dos dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.

***Atenção:** Se houver pessoas jurídicas no quadro societário da pessoa jurídica sócia da Permissionária/Concessionária, será necessário o encaminhamento dos documentos relacionados anteriormente.

ATENÇÃO:



- 1) Na hipótese da pessoa jurídica cessionária consistir em sociedade por ações, a documentação acima relacionada será exigida apenas dos possuidores de, no mínimo, trinta por cento das ações representativas do capital social e caberá ao dirigente da sociedade apresentar declaração de que os sócios possuidores de menos de trinta por cento das ações representativas do capital social cumprem os requisitos previstos no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;
- 2) Na hipótese da pessoa jurídica cessionária consistir em sociedade por ações, deverá ser encaminhado o Livro de Registro de Ações, bem como a Ata de Assembleia que deliberou sobre a concessão/permissão da outorga a ser transferida, Estatuto Social e lista de subscrição de acionistas, contendo nome, número de CPF e percentual de participação; e
- 3) Nas localidades em faixa de fronteira, será necessário observar as regras estabelecidas no Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980, que regulamenta a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979.



Data de Envio:

21/01/2022 14:28:19

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas
<copou@mctic.gov.br>

Para:

FURQUIM38@GMAIL.COM
furquim@morenafm88.com.br
juridicoseils@lorini.com.br
tecnicoseile@lorini.com.br
gabrielm101.5@hotmail.com

Assunto:

Envio de correspondência oficial Ministério das Comunicações

Mensagem:

Ao (À) Senhor (a)

Representante Legal da

GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. (C.N.P.J Nº 04.484.313/0001-13)

Rua Barão do Rio Branco, nº 358 - Centro

87.780 - 000 Paraíso do Norte/PR

ASSUNTO: TRANSFERÊNCIA DIRETA. OUTORGA EM CARÁTER PRECÁRIO. INFORME PROCEDIMENTAL. PROCESSO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA EM FASE DE INSTRUÇÃO. PROCESSO Nº 53115.004651/2020-08.

Senhor (a) Representante Legal,

Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 804/2022/SEI-MCOM, para conhecimento da decisão proferida por esta Pasta.

Atenciosamente, .

Anexos:

Oficio_9247952.html
Nota_Tecnica_9247099.html
Formulario_9248180_Formulario_TD.pdf



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Data de Envio:

21/01/2022 14:30:47

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas
<copou@mctic.gov.br>

Para:

sanremo@cpnet.com.br
gabrielm101.5@hotmail.com
tecnicoseile@lorini.com.br
glaubergandolfi@hotmail.com
financeiro@nossaradio.net.br

Assunto:

Envio de correspondência oficial Ministério das Comunicações

Mensagem:

Ao (À) Senhor (a)

Representante Legal da

RÁDIO NIRVANA FM LTDA. (C.N.P.J Nº 11.572.391/0001-35)

Avenida 22 de julho, nº 742, 1º andar - Centro

89.440 - 000 Irineópolis/SC

ASSUNTO: TRANSFERÊNCIA DIRETA. OUTORGA EM CARÁTER PRECÁRIO. INFORME PROCEDIMENTAL. PROCESSO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA EM FASE DE INSTRUÇÃO. PROCESSO Nº 53115.004651/2020-08.

Senhor (a) Representante Legal,

Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 804/2022/SEI-MCOM, para conhecimento da decisão proferida por esta Pasta.

Atenciosamente,

Anexos:

Oficio_9248195.html
Nota_Tecnica_9247099.html
Formulario_9248180_Formulario_TD.pdf



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 31/07/2024 | Edição: 146 | Seção: 1 | Página: 12

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 13.845, DE 10 DE JULHO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.006310/2020-69, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 04.484.313/0001-13, número de inscrição no FISTEL nº 50406587531, a partir de 3 de setembro de 2020, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Irineópolis, estado de Santa Catarina.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.





Todos

Baixar Canais

5 total de registros | 1 - 50 | 50 | Atualizar | Filtrar

Ações	Status	CNPJ	Entidade	NumFistel	Personagem	Finalidade	Serviço	Num Serviço	UF	Município	Específico local	Canal	Dez	Frequência	Classe	Ca
		04484313				(Todos)										
Ver Estações	FM-C7 (Aguardando Ato de RF)	04484313000113	GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA	50409588709	P	Comercial	Rádio FM	230	RP	Paraíso do Norte		204		88,7	C	Diret
Ver Estações	FM-C4 (Canal Licenciado)	04484313000113	GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA	50407190511	P	Comercial	Rádio FM	230	SC	Imaruí		240		95,9	A2	Diret
Ver Estações	FM-C4 (Canal Licenciado)	04484313000113	GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA	50406587531	P	Comercial	Rádio FM	230	SC	Irineópolis		290		105,9	A3	Diret
Ver Estações	AM-C5 (Canal pendente de outorga)	04484313000113	GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA	50445393092	P		OM	205	RP	Clevelândia				1590	C	
Ver Estações	AM-C2 (Canal Outorgado - Aguardando Dados da Estação)	04484313000113	GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA	50410179213	P	Comercial	OM	205	RP	Formosa do Oeste				1590	C	

Id solicitação: 57dbac4203dea

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA	
Nome Fantasia: GTOLL TELECOMUNICACOES	
Telefone: (49) 36480233	E-mail: juridicoseils@lorini.adv.br
CNPJ: 04.484.313/0001-13	Número do Fistel: 50406587531
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 03/09/2010	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 28/09/2026	
Observações: RESOLUCAO ANATEL 125/99. Ato nº 2.765, de 1/8/2016, publicado na pág. 10, Seção 1, do DOU de 4/8/2016.	

Endereço Sede		
Logradouro: RUA BARÃO DO RIO BRANCO	Complemento:	
Bairro: CENTRO	Numero: 358	
Município: Paraíso do Norte	UF: PR	CEP: 87780000

Endereço do Transmissor		
Logradouro: LINHA COLONIA VELHA	Complemento:	
Bairro: JARDIM BRAND	Numero: S/N	
Município: Irineópolis	UF: SC	CEP: 89440000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: AVENIDA 22 JULHO	Complemento: 1º ANDAR	
Bairro: CENTRO	Numero: 742	
Município: Irineópolis	UF: SC	CEP: 89440000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Irineópolis	UF: SC

Parâmetros Técnicos			
Canal: 290	Frequência: 105.9 MHz	Classe: A3	ERP Máxima: 7.7476kW
HCI: 90 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 692892630	Número Indicativo: ZYV252
Data Último Licenciamento: 23/01/2023	Número da Licença: 53500.341642/2022-13



24/15:07:08 Emitido eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

Relatório Canal_Mosaico (P1675810)

SEI 93715-004651/2020-08 / pg. 104

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 26° 15' 22.50" S	Longitude: 50° 48' 16.09" W	Cota da base: 812.9 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 057122002884	Modelo: XT - 3000
Fabricante: Sintek Sistemas Eletrônicos Ltda.	Potência de Operação: 3.000 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF78-50JA 7/8"	Fabricante: RFS – RÁDIO FREQUENCY SYSTEMS - KMP		
Comprimento da Linha: 90.0 m	Atenuação: 1.1995 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.500 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: MMFMVT02-4	Fabricante: MAXWELL MAY ANTENAS COMUNICAÇÃO LTDA				
Ganho: 5.7 dBi	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 0 °	Polarização: Vertical	HCl: 90 m	ERP Máxima: 7.75 kW

Padrão de Antena dBi											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0	30°: 0	35°: 0	40°: 0	45°: 0.03	50°: 0.04	55°: 0.15
60°: 0.26	65°: 0.31	70°: 0.35	75°: 0.24	80°: 0.45	85°: 0.46	90°: 0.54	95°: 0.57	100°: 0.58	105°: 0.63	110°: 0.68	115°: 0.71
120°: 0.72	125°: 0.96	130°: 1.21	135°: 1.51	140°: 1.83	145°: 2.16	150°: 2.5	155°: 2.91	160°: 3.35	165°: 3.88	170°: 4.44	175°: 4.58
180°: 4.73	185°: 4.58	190°: 4.44	195°: 3.88	200°: 3.35	205°: 2.91	210°: 2.5	215°: 2.16	220°: 1.83	225°: 1.51	230°: 1.21	235°: 0.96
240°: 0.72	245°: 0.7	250°: 0.68	255°: 0.63	260°: 0.58	265°: 0.56	270°: 0.54	275°: 0.49	280°: 0.45	285°: 0.4	290°: 0.35	295°: 0.31
300°: 0.26	305°: 0.15	310°: 0.04	315°: 0.02	320°: 0	325°: 0	330°: 0	335°: 0	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0

Coordenadas por radial											
0°: Lat 26°3'9.78" S Lon 50°4'8'16.09" W	5°: Lat 26°2'58.39" S Lon 50°4'50'47.36" W	10°: Lat 26°2'57.54" S Lon 50°4'45'49.89" W	15°: Lat 26°3'2.64" S Lon 50°4'43'35.44" W	20°: Lat 26°3'13.78" S Lon 50°4'43'20.89" W	25°: Lat 26°3'18.12" S Lon 50°4'50'42.01" W	30°: Lat 26°4'2.59" S Lon 50°4'0'59.21" W	35°: Lat 26°4'54.87" S Lon 50°4'50'40'6.97" W	40°: Lat 26°5'24.58" S Lon 50°4'38'57.73" W	45°: Lat 26°6'7.14" S Lon 50°4'7'58.06" W	50°: Lat 26°6'39.23" S Lon 50°4'36'42.22" W	55°: Lat 26°7'46.36" S Lon 50°4'36'11.31" W
60°: Lat 26°8'54.26" S Lon 50°3'35'48.01" W	65°: Lat 26°9'54.21" S Lon 50°3'35'13.11" W	70°: Lat 26°10'55.03" S Lon 50°3'4'39.18" W	75°: Lat 26°11'57.43" S Lon 50°3'50'34'6.04" W	80°: Lat 26°11'57.43" S Lon 50°3'33'59.69" W	85°: Lat 26°14'15.47" S Lon 50°3'4'10.71" W	90°: Lat 26°15'21.8" S Lon 50°3'50'34'2.06" W	95°: Lat 26°16'27.75" S Lon 50°3'4'15.72" W	100°: Lat 26°17'30.74" S Lon 50°3'4'40.83" W	105°: Lat 26°18'33.98" S Lon 50°3'4'56.33" W	110°: Lat 26°19'32.54" S Lon 50°3'5'27.89" W	115°: Lat 26°20'31.63" S Lon 50°3'5'55.08" W
120°: Lat 26°21'21.28" S Lon 50°3'6'41.68" W	125°: Lat 26°22'6.05" S Lon 50°3'50'37'32.2" W	130°: Lat 26°22'24.41" S Lon 50°3'8'54.47" W	135°: Lat 26°21'29.54" S Lon 50°3'1'26.28" W	140°: Lat 26°22'40.11" S Lon 50°3'1'26.07" W	145°: Lat 26°20'46.82" S Lon 50°3'50'44'2.63" W	150°: Lat 26°21'46.46" S Lon 50°3'50'44'8.65" W	155°: Lat 26°22'4.34" S Lon 50°3'44'46.93" W	160°: Lat 26°22'23.61" S Lon 50°3'50'45'25" W	165°: Lat 26°23'48.67" S Lon 50°3'5'44.67" W	170°: Lat 26°22'25.17" S Lon 50°3'50'46'52.9" W	175°: Lat 26°23'12.58" S Lon 50°3'7'30.18" W
180°: Lat 26°24'25.52" S Lon 50°4'8'16.09" W	185°: Lat 26°25'20.14" S Lon 50°4'9'14.48" W	190°: Lat 26°25'36.65" S Lon 50°5'0'17.02" W	195°: Lat 26°26'25'38.6" S Lon 50°5'1'20.45" W	200°: Lat 26°25'44.12" S Lon 50°5'2'28.78" W	205°: Lat 26°26'25'26.3" S Lon 50°5'3'30.54" W	210°: Lat 26°25'19.95" S Lon 50°5'4'41.35" W	215°: Lat 26°26'25'3.09" S Lon 50°5'55'50.18" W	220°: Lat 26°24'36.27" S Lon 50°5'6'55.15" W	225°: Lat 26°23'53.59" S Lon 50°5'7'47.03" W	230°: Lat 26°23'19.19" S Lon 50°5'8'50.79" W	235°: Lat 26°22'8.76" S Lon 50°5'50'59'4.32" W
240°: Lat 26°21'37.84" S Lon 50°3'51'0'22.62" W	245°: Lat 26°20'39.62" S Lon 50°3'51'0'56.31" W	250°: Lat 26°19'50.3" S Lon 50°3'51'1'59.02" W	255°: Lat 26°18'42.52" S Lon 50°3'51'2'11.64" W	260°: Lat 26°17'41.34" S Lon 50°3'51'2'59.1" W	265°: Lat 26°16'32.2" S Lon 50°3'51'3'14.44" W	270°: Lat 26°15'21.73" S Lon 50°3'51'3'12.43" W	275°: Lat 26°14'12.94" S Lon 50°3'51'2'53.07" W	280°: Lat 26°13'3" S Lon 50°3'51'2'53.31" W	285°: Lat 26°12'1.14" S Lon 50°3'51'2'10.84" W	290°: Lat 26°11'1.55" S Lon 50°3'51'1'33.15" W	295°: Lat 26°10'4.27" S Lon 50°3'51'0'55.15" W
300°: Lat 26°26°9'13.28" S Lon 50°3'51'0'7.6" W	305°: Lat 26°8'16.35" S Lon 50°3'59'33.32" W	310°: Lat 26°7'40.3" S Lon 50°3'8'29.13" W	315°: Lat 26°6'37.35" S Lon 50°3'50'58'0.56" W	320°: Lat 26°5'46.4" S Lon 50°3'7'14.12" W	325°: Lat 26°5'22.08" S Lon 50°3'50'56'4.04" W	330°: Lat 26°5'0.11" S Lon 50°3'4'56.07" W	335°: Lat 26°3'52.52" S Lon 50°3'50'54'14.2" W	340°: Lat 26°3'40.52" S Lon 50°3'50'53'0.48" W	345°: Lat 26°3'34.7" S Lon 50°3'50'51'47.2" W	350°: Lat 26°3'6.88" S Lon 50°3'0'40.47" W	355°: Lat 26°3'3.11" S Lon 50°3'50'49'28.1" W

Distância por radial											
0°: 22.6	5°: 23.1	10°: 23.4	15°: 23.7	20°: 24	25°: 24.7	30°: 24.2	35°: 23.7	40°: 24.1	45°: 24.2	50°: 25.1	55°: 24.5
60°: 24	65°: 24	70°: 24.1	75°: 24.4	80°: 24.1	85°: 23.5	90°: 23.7	95°: 23.4	100°: 22.9	105°: 22.9	110°: 22.6	115°: 22.6
120°: 22.2	125°: 21.8	130°: 20.3	135°: 16	140°: 17.7	145°: 12.2	150°: 13.7	155°: 13.7	160°: 13.8	165°: 16.2	170°: 13.3	175°: 14.6
180°: 16.8	185°: 18.5	190°: 19.3	195°: 19.7	200°: 20.4	205°: 20.6	210°: 21.3	215°: 21.9	220°: 22.3	225°: 22.3	230°: 22.9	235°: 21.9
240°: 23.2	245°: 23.2	250°: 24.2	255°: 24	260°: 24.8	265°: 25	270°: 24.8	275°: 24.4	280°: 24.7	285°: 24	290°: 23.5	295°: 23.2



300°: 22.8	305°: 22.9	310°: 22.2	315°: 22.9	320°: 23.2	325°: 22.6	330°: 22.2	335°: 23.5	340°: 23.1	345°: 22.6	350°: 23.1	355°: 22.9
------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento: 025100902884						Modelo: EX1000					
Fabricante: Sintech Sistemas Eletrônicos Ltda.						Potência de Operação: 1.000 kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 7.75 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	607	Portaria	MC	21/09/2006	28/09/2006	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	411	Portaria	MC	23/09/2010	30/09/2010	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	802	Decreto Legislativo	CN	04/11/2009	05/11/2009	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	7200	Ato	CMPRL	03/11/2010	04/11/2010	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	237	Portaria	MC	01/08/2012	06/08/2012	Multa	Jurídico
9999	2767	Ato	ER03	04/05/2015	19/05/2015	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
53500.071035/2020-19	65	Ato	ORLE	05/01/2021	21/01/2021	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.332832/2022-31	9453901	Ato	ORLE	18/11/2022	08/12/2022	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53115006310202069	13845	Portaria	MC	10/07/2024	31/07/2024	Renovação	Jurídico

Horário de funcionamento							





BOA TARDE
RICIELE MILANI

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIGEC >>> CONSULTAS GERAIS >>> Consultar **Extrato de Lançamentos** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA

Nº FISTEL: 50406587531

Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

CNPJ/CPF: 04484313000113

Situação: Ativa

Data Validade: 03/09/2020

+ CADIN: Não

Incidência FUST: Integral

Data Início Operação Comercial:

Div. Ativa: Não

Tipo Usuário:

+ UF: PR



Proc. Caducidade: Não

Receita	Est. / Ref. / Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/Crédito (R\$)
6530	0	2010	20/08/2010	R\$ 90.495,40	20/08/2010	90.495,40	90.495,40	0001	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2010	14/12/2010	R\$ 200,00	20/01/2011	222,00	222,00	0002	Quitado	0,00
								0003	Quitado - RN - DOU	0,00
1550	0	2010	19/06/2011	R\$ 2.850,00	15/06/2011	2.850,00	2.850,00	0004	Quitado	0,00
6530	0	2011	03/09/2011	R\$ 90.495,40	02/09/2011	90.495,40	90.495,40	0005	Quitado	0,00
1660	0	2013	17/02/2013	R\$ 2.686,88	25/10/2013	3.371,98	3.371,98	0006	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2014	18/12/2014	R\$ 1.000,00	20/11/2014	1.000,00	1.000,00	0007	Pago a Maior	0,00
								0008	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2015	31/03/2015	R\$ 330,00	11/03/2015	330,00	330,00	0009	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2015	31/03/2015	R\$ 50,00	11/03/2015	50,00	50,00	0010	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2015	30/12/2015	R\$ 1.000,00	04/12/2015	1.000,00	1.000,00	0011	Quitado	0,00
1329 -	1	2016	31/03/2016	R\$ 330,00	07/03/2016	330,00	330,00		Quitado	0,00



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
[s.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/ExtratoLancamentos/tela.asp](https://anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/ExtratoLancamentos/tela.asp)

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

4200 - CFRP	1	2016	31/03/2016	R\$ 50,00	07/03/2016	50,00	50,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0012										
1329 - TFF	1	2017	31/03/2017	R\$ 660,00	30/03/2017	660,00	660,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0013										
4200 - CFRP	1	2017	31/03/2017	R\$ 100,00	30/03/2017	100,00	100,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0014										
8766 - TFI	1	2017	07/08/2017	R\$ 2.000,00	29/06/2017	2.000,00	2.000,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0015										
1329 - TFF	1	2018	31/03/2018	R\$ 660,00	19/03/2018	660,00	660,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0016										
4200 - CFRP	1	2018	31/03/2018	R\$ 100,00	19/03/2018	100,00	100,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0017										
1329 - TFF	1	2019	31/03/2019	R\$ 660,00	15/03/2019	660,00	660,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0018										
4200 - CFRP	1	2019	31/03/2019	R\$ 100,00	15/03/2019	100,00	100,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0019										
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 660,00	19/03/2020	660,00	660,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0022										
4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 100,00	19/03/2020	100,00	100,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0023										
7242 - PPDUR	1	2020	23/01/2021	R\$ 280,70	28/12/2020	280,70	280,70	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0024										
1329 - TFF	1	2021	31/03/2021	R\$ 660,00	15/03/2021	660,00	660,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0025										
4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 100,00	15/03/2021	100,00	100,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0026										
1329 - TFF	1	2022	31/03/2022	R\$ 660,00	25/03/2022	660,00	660,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0027										
4200 - CFRP	1	2022	31/03/2022	R\$ 100,00	25/03/2022	100,00	100,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0028										
6530	0	2022	07/10/2022	R\$ 48.498,96	18/08/2022	48.498,96	48.498,96	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0029										
7242 - PPDUR	1	2022	17/12/2022	R\$ 280,70	17/11/2022	280,70	280,70	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
0030										



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/ExtratoLancamentos/tela.asp>

Extrato lançamentos_Sigec_Cedente (146/5819)

32133115:004651/2020-08 / pg. 108

31/07/2024, 15:32

SIGEC - SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE CRÉDITOS DA ANATEL - [SIS versão 2.2.61]

8766 - TFI	1	2022	31/01/2023	R\$ 3.800,00	20/01/2023	3.800,00	3.800,00	<div>0031</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 660,00	20/03/2023	660,00	660,00	<div>0032</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 100,00	20/03/2023	100,00	100,00	<div>0033</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2024	31/03/2024	R\$ 1.254,00	28/03/2024	1.254,00	1.254,00	<div>0034</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2024	31/03/2024	R\$ 190,00	01/04/2024	190,00	190,00	<div>0035</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
Total devido em 31/07/2024 (em reais):										0,00
Total de créditos em 31/07/2024 (em reais):										1.000,00

Legenda do Campo Situação

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)
RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado
RJ - Lançamento com Recurso Judicial
RN - Lançamento com Recurso Denegado
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União
CD - Lançamento Inscrito no CADIN
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa
E - Lançamento em Execução Judicial
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006
MO - Multa de Ofício
LO - Lançamento de Ofício
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado
PA - Parcelamento: Parcela
BF - Benefício Fiscal

Registro 1 até 33 de 33 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



BOA TARDE
Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIGEC » » CONSULTAS GERAIS » » Consultar **Códigos de Receita** » internet teia menu ajuda

Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital - MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarificação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDA ATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDA ATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	M U L T A / J U R O S
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
5343	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
5344	9344	Diferença de Tarifa Aérea

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

systemasnet/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQSMODULO=3761

http://mela-ufba.br/Tabela/Codigos-Anatel/1787582179013-5153115-004051/2020-08 / pg. 110

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004)
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

sistemasnet/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQSMedulo=3761

http://anatel.gov.br/TabelaCodigoes/Materia/17875821920

SIS-53115.004051/2020-08 / pg. 111



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados
nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA		Protocolo: PRC2421309970			
NIRE : 41207897429 Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada					
NIRE (Sede) 41207897429	CNPJ 04.484.313/0001-13	Data de Ato Constitutivo 09/07/2014	Início de Atividade 05/06/2001		
Endereço Completo Rua BARAO DO RIO BRANCO, Nº 358, CENTRO - Paraíso do Norte/PR - CEP 87780-000					
Objeto Social Execução de atividades de rádio fusão sonora de sons de imagens e televisão por assinatura, serviços especiais de música funcional, repetição ou retransmissão de sons, ou sinais de sons e imagens de rádio fusão; Atividade de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão; Atividades de televisão aberta; Telefonia móvel celular; Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda; Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis; Agências de notícias; Prestação de serviços de levantamento de informações e notícias; Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão; Promoção de vendas; Pesquisa de mercado e de opinião pública; Filmagem de festas e eventos; Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica; Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas; Assessoria e consultoria técnica; Aluguel de palcos, coberturas e estruturas de uso temporário, exceto andaimes; Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas; Casas de festas e eventos; Serviços de assistência social sem alojamento; Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações culturais; Produção e promoção de eventos esportivos; Organização de feiras, shows, eventos de recreação, esporte e lazer.					
Capital Social R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) Capital Integralizado R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)		Porte Demais	Prazo de Duração Indeterminado		
Dados do Sócio					
Nome GLAUCO TOLLENDAL DE BARROS	CPF/CNPJ 514.283.346-53	Participação no capital R\$ 19.000,00	Espécie de sócio Sócio	Administrador N	Término do mandato Indeterminado
Nome ANTONIO JOAO FURQUIM PEREIRA	CPF/CNPJ 546.376.009-87	Participação no capital R\$ 1.000,00	Espécie de sócio Sócio / PROCURADOR / Administrador	Administrador S	Término do mandato Indeterminado
Dados do Administrador					
Nome ANTONIO JOAO FURQUIM PEREIRA	CPF 546.376.009-87	Término do mandato Indeterminado			
Último Arquivamento		Ato/eventos		Situação	
Data 27/12/2023	Número 20239008049	310 / 310 - OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO		ATIVA Status XXXXX	

Esta certidão foi emitida automaticamente em 14/06/2024, às 09:36:54 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.empresafacil.pr.gov.br>, com o código TH12JRUF.
LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
Secretário(a) Geral





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 04.484.313/0001-13 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 05/06/2001
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) MULEKA COMUNICACOES	PORTE ME
---	-------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 59.11-1-99 - Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente 60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta 61.20-5-01 - Telefonia móvel celular 61.41-8-00 - Operadoras de televisão por assinatura por cabo 62.03-1-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis 63.91-7-00 - Agências de notícias 63.99-2-00 - Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente 66.30-4-00 - Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica 73.19-0-02 - Promoção de vendas 73.20-3-00 - Pesquisas de mercado e de opinião pública 74.20-0-04 - Filmagem de festas e eventos 74.90-1-05 - Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas 74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente 77.39-0-03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas 82.30-0-02 - Casas de festas e eventos 88.00-6-00 - Serviços de assistência social sem alojamento 91.02-3-01 - Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares 93.19-1-01 - Produção e promoção de eventos esportivos

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada
--

LOGRADOURO R BARAO DO RIO BRANCO	NÚMERO 358	COMPLEMENTO CASA
-------------------------------------	---------------	---------------------

CEP 87.780-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO PARAISO DO NORTE	UF PR
-------------------	---------------------------	-------------------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO FURQUIM38@GMAIL.COM	TELEFONE (44) 3431-3027
--	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 20/08/2005
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 31/07/2024 às 15:37:47 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadederassinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Anexo - Certidões - Cedente e Cessionária (11676043)

SEI 5315.004651/2020-08 / pg. 113



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA
CNPJ: 04.484.313/0001-13

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 14:04:02 do dia 25/06/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 22/12/2024.

Código de controle da certidão: **2351.A348.6A04.64F6**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 034179060-84

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **04.484.313/0001-13**

Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 28/11/2024 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA

CNPJ: 04.484.313/0001-13

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:45:08 do dia 31/07/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 30/08/2024.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[s.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC](https://sistemas.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC)

Anexo - Certidões - Cedente e Cessionária (11676045)

SEI/55115.004651/2020-08 / pg. 116

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

sistemas.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 04.484.313/0001-13
Razão Social: GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA
Endereço: RUA BARAO DO RIO BRANCO 358 CASA / CENTRO / PARAISO DO NORTE / PR / 87780-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 20/07/2024 a 18/08/2024

Certificação Número: 2024072001160959012103

Informação obtida em 31/07/2024 15:46:46

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

Anexo - Certidões - Cedente e Cessionária (F1676043) - 991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13 526-4ba4-8b8b-7243177f9c13 15.004651/2020-08 / pg. 118

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 04.484.313/0001-13

Certidão nº: 52619679/2024

Expedição: 31/07/2024, às 15:47:20

Validade: 27/01/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **04.484.313/0001-13**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadedassinatura.camara.deg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Anexo_Certidões_Cedente e Cessionária (11676043)

SEI 53115.004651/2020-08 / pg. 119

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 11.572.391/0001-35 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 19/02/2010</div>	
<div>NOME EMPRESARIAL RADIO PLANALTO DE IRINEOPOLIS LTDA</div>			
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO PLANALTO DE IRINEOPOLIS</div>	<div>PORTE ME</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 59.20-1-00 - Atividades de gravação de som e de edição de música 63.19-4-00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica 73.11-4-00 - Agências de publicidade 73.19-0-03 - Marketing direto 73.19-0-04 - Consultoria em publicidade 73.19-0-99 - Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada</div>			
<div>LOGRADOURO R BAHIA</div>	<div>NÚMERO 26</div>	<div>COMPLEMENTO *****</div>	
<div>CEP 89.440-000</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO CENTRO - URBANO</div>	<div>MUNICÍPIO IRINEOPOLIS</div>	<div>UF SC</div>
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO PLANALTO105FM@PLANALTO105FM.COM.BR</div>		<div>TELEFONE (47) 3625-1406</div>	
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>			
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/02/2010</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>			
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 31/07/2024 às 15:47:51 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadederassinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Anexo_Certidões_Cedente e Cessionária (11676043)

SEI 53115.004651/2020-08 / pg. 120

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: RADIO PLANALTO DE IRINEOPOLIS LTDA
CNPJ: 11.572.391/0001-35

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:14:08 do dia 19/04/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 16/10/2024.

Código de controle da certidão: **32A3.F16B.81E7.8710**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nome (razão social): **RADIO PLANALTO DE IRINEOPOLIS LTDA**
CNPJ/CPF: **11.572.391/0001-35**

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal: **Lei nº 3938/66, Art. 154**
Número da certidão: **240140115347896**
Data de emissão: **16/04/2024 08:23:26**
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158): **13/10/2024**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: <http://www.sef.sc.gov.br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadedassinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Este documento foi assinado digitalmente
Impresso em: 31/07/2024 15:49:41

Assinado por SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - CNPJ: 82.951.310/0001-56 - Data/Hora: 31/07/2024

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS Nº 2153/2024

CONTRIBUINTE

Nome / Razão	28320 - RADIO PLANALTO DE IRINEOPOLIS LTDA		
CPF / CNPJ	11.572.391/0001-35		
Endereço	Rua BAHIA, 26		
Complemento			
Bairro	CENTRO	Cidade: Irineópolis - SC	

FINALIDADE

DATA DE EMISSÃO	DATA DE VALIDADE
31/07/2024	90 DIAS

Ressalvado o direito da Fazenda Municipal de cobrar as dividas que venham a ser apuradas, de responsabilidade do contribuinte abaixo identificado CERTIFICO que, em nome de **RADIO PLANALTO DE IRINEOPOLIS LTDA** até a presente data não existem, em aberto, débitos de tributos municipais.

Irineópolis - SC, 31 de julho de 2024

Setor de Tributação



CNPJ:

11.572.391/0001-35

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 15:52:46 do dia 31/07/2024 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[s.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC](https://sistemas.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC)

Anexo_Certidões_Cedente e Cessionária (1676045)

SEI/55115.004651/2020-08 / pg. 124

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

sistemas.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 11.572.391/0001-35
Razão Social: RADIO PLANALTO DE IRINEOPOLIS LTDA
Endereço: R BAHIA 26 / CENTRO - URBANO / IRINEOPOLIS / SC / 89440-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 28/07/2024 a 26/08/2024

Certificação Número: 2024072802411623821710

Informação obtida em 31/07/2024 15:53:23

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a.crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

Anexo - Certidões - Cedente e Cessionária (F676043)

SLF53115.004651/2020-08 / pg. 126

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO PLANALTO DE IRINEOPOLIS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 11.572.391/0001-35

Certidão nº: 52621305/2024

Expedição: 31/07/2024, às 15:53:48

Validade: 27/01/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO PLANALTO DE IRINEOPOLIS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **11.572.391/0001-35**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadedassinatura.camara.deg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Anexo_Certidões_Cedente e Cessionária (11676043)

SEI 53115.004651/2020-08 / pg. 127

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

CERTIDÃO RECUPERAÇÃO JUDICIAL, EXTRAJUDICIAL E FALÊNCIA Nº: 2662405
Comarcas e Turmas Recursais (Primeiro Grau)

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais, **NÃO CONSTAM** em tramitação nas comarcas do Estado de Santa Catarina **AÇÕES FALIMENTARES EM GERAL** contra:

NOME: RADIO PLANALTO DE IRINEOPOLIS LTDA

Raiz do CNPJ: 11.572.391

País endereço da sede : BRASIL

Estado endereço da sede : SANTA CATARINA

Município endereço da sede : IRINEOPOLIS

Endereço da sede : Declarou não conhecer o endereço.

Certidão emitida às 17:39 de 31/07/2024.

a) Os dados que serviram de parâmetro para a realização da busca e para expedição desta certidão são de responsabilidade do(a) solicitante, inexistindo qualquer conexão com a Receita Federal ou outra instituição pública para autenticação das informações prestadas, competindo ao(à) interessado(a) ou destinatário(a) sua conferência.

b) Certidão expedida gratuitamente, nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6/2023.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 13425/2024/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 53115.004651/2020-08

INTERESSADAS: GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA (CEDENTE) E RÁDIO PLANALTO DE IRINEÓPOLIS LTDA (CESSIONÁRIA)

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. PORTARIA DE RENOVAÇÃO DA OUTORGA PUBLICADA. PROCEDIBILIDADE DO PEDIDO. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Gtoll Telecomunicações Ltda** e da **Rádio Nirvana FM Ltda (atualmente Rádio Planalto de Irineópolis Ltda)**, inscritas no CNPJ nº 04.484.313/0001-13 e CNPJ nº 11.572.391/0001-35, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50406587531, no município de Irineópolis/SC.
2. A última análise realizada por esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica ocorreu nos termos da Nota Técnica nº 804/2022/SEI-MCOM que concluiu pela notificação das interessadas acerca da impossibilidade de prosseguimento do pedido, haja vista a não conclusão da instrução do processo de renovação da outorga (SEI 9247099).
3. Entretanto, na data de 31 de julho de 2024, foi publicada a Portaria MCOM nº 13.845, de 10 de julho de 2024, por intermédio do qual o Ministro de Estado das Comunicações renova, a partir de 3 de setembro de 2020, a outorga conferida à Gtoll Telecomunicações Ltda, para executar o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na localidade de Irineópolis/SC (SEI 11675226). Desse modo, o pedido formulado nos presentes autos passa a ter condições de procedibilidade.

ANÁLISE

4. A transferência da outorga é operação amparada pela Lei nº 4.117 de 1962 (recentemente alterada pela Lei nº 13.424 de 28 de março de 2017), especificamente em sua alínea "c" do art. 38, a qual preceitua que *"a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo"*.
5. O pedido de transferência da concessão/permissão deverá seguir o rito estabelecido no Regulamento de Serviços de Radiodifusão - RSR, aprovado pelo Decreto nº 52.795 de 1963 (alterado pelo Decreto nº 9.138 de 22 de agosto de 2017 e Decreto nº 10.775 de 23 de agosto de 2021), os quais, além de ditar o procedimento, predispõe os requisitos a serem atendidos pelas pessoas jurídicas envolvidas na operação, bem como o rol de documentos hábeis para comprová-los, condição para a autorização da transmissão da delegação.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

6. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pelas interessadas e restou concluído que, para o prosseguimento do pedido, deverão ser encaminhados os seguintes documentos:

I - RELATIVO À GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA E RÁDIO PLANALTO DE IRINEÓPOLIS LTDA:

a) Requerimento de transferência de outorga, disponibilizado pelo MCom, **preenchido em conjunto** pelas entidades cedente e cessionária, acompanhado **das declarações, que deverão vir assinadas pelo representante legal da empresa cessionária**, de que:

a.1) a pessoa jurídica Cessionária possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão;

a.2) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica Cessionária participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

a.3) nenhum dos dirigentes da pessoa jurídica Cessionária está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

a.4) a pessoa jurídica Cessionária não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.

a.5) a pessoa jurídica Cessionária atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

a.6) a pessoa jurídica Cessionária não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

a.7) a Cessionária autoriza o Ministério das Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira; e

a.8) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica Cessionária foi condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Obs.: o documento **poderá ser assinado de próprio punho ou de forma digital**, desde que seja encaminhada a devida certificação que garanta a autenticidade dos assinantes.

II - RELATIVO À GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA:

a) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, **da sede da sociedade**, ou outra equivalente, na forma da lei;

III - RELATIVO À RÁDIO PLANALTO DE IRINEÓPOLIS LTDA:

a) Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

Obs: na certidão emitida pelo órgão de registro deverá conter o objetivo social da empresa e a sua atual composição societária e diretiva (na qual deverá conter o quantitativo e distribuição das cotas, e o número de CPF das pessoas físicas).

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (2023), já

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Nota Técnica 13425 (14676087)

SEI 93113-00469/2020-08 / pg. 130



991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;

Justificativa: documento acostado aos autos diz respeito ao exercício 2019, sendo, todavia, já exigível o referente ao exercício 2023.

Obs.: o documento poderá ser **assinado de próprio punho ou de forma digital**, desde que seja encaminhada a devida certificação que garanta a autenticidade dos assinantes.

Obs.1: Balanço patrimonial e as demonstrações contábeis devem ser assinadas pelo profissional de contabilidade legalmente habilitado e pelo sócio administrador da empresa, em consonância com § 2º do art. 1.184, da Lei nº 10.406/2002.

IV - RELATIVO AOS SÓCIOS E DIRETORES DA RÁDIO PLANALTO DE IRINEÓPOLIS LTDA:

a) Prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, a fim de atender ao disposto no [§1º do art. 222 da Constituição](#), feita por meio da apresentação de um dos seguintes documentos:

- i) certidão de nascimento ou casamento;
- ii) certificado de reservista;
- iii) cédula de identidade;
- iv) certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos;
- v) carteira profissional;
- vi) carteira de trabalho e previdência social; ou
- vii) passaporte;

Obs.: CNH não documento hábil a comprovar tal situação.

7. Informa-se ainda, às entidades interessadas que, caso o pedido de transferência direta seja deferido, o serviço de radiodifusão será prestado em caráter precário, enquanto não houver conclusão do processo de renovação de outorga, na forma do art. 94 do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

8. Diante do exposto, opina-se pela expedição de ofício às pessoas jurídicas interessadas, acompanhado de cópia desta Nota Técnica, a fim de que, **no prazo de 30 (trinta) dias**, apresente os documentos relacionados no parágrafo 6, na forma da Portaria de Delegação de Competência MCOM nº 9.382, de 17 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2023.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 31/07/2024, às 17:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Nota Técnica 13423 (14676087)

SEI 991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13 / pg. 131

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11676087** e o código CRC **1684D1DE**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.004651/2020-08

Documento nº 11676087



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Nota Técnica 13425 (11676087)

SEI 53115.004651/2020-08 / pg. 132

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 25913/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. (C.N.P.J Nº 04.484.313/0001-13)
Rua Barão do Rio Branco, nº 358 - Centro
CEP: 87.780 - 000 - Paraíso do Norte/PR
Endereço eletrônico: gabrielfm101.5@hotmail.com

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. PORTARIA DE RENOVAÇÃO DA OUTORGA PUBLICADA. PROCEDIBILIDADE DO PEDIDO. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PROCESSO Nº 53115.004651/2020-08.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 13425/2024/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 30 (trinta) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hyperlink abaixo:**

Protocolo Digital do MCom (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).

3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.

4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**

5. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Ofício 25913 (11676119)

SEI 53115.004651/2020-08 / pg. 133

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 31/07/2024, às 17:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11676119** e o código CRC **F37B3565**.

Anexos:

- Nota Técnica 13425 (11676087)
- Formulário (11676122)

Referência: Processo nº 53115.004651/2020-08

Documento nº 11676119



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Ofício 25519 (11676119)

SEI 53115.004651/2020-08 / pg. 134

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 25914/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO PLANALTO DE IRINEÓPOLIS LTDA. (C.N.P.J Nº 11.572.391/0001-35)
Avenida 22 de julho, nº 742, 1º andar - Centro
CEP: 89.440 - 000 - Irineópolis/SC
Endereço eletrônico: gabrielmf101.5@hotmail.com

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. PORTARIA DE RENOVAÇÃO DA OUTORGA PUBLICADA. PROCEDIBILIDADE DO PEDIDO. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PROCESSO Nº 53115.004651/2020-08.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 13425/2024/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 30 (trinta) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**

Protocolo Digital do MCom (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).
3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
5. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.



Atenciosamente,

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Ofício 25914 (11676124)

SEI 53115.004651/2020-08 / pg. 135

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 31/07/2024, às 17:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11676124** e o código CRC **2B7150B1**.

Anexos:

- Nota Técnica 13425 (11676087)
- Formulário (11676122)

Referência: Processo nº 53115.004651/2020-08

Documento nº 11676124



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Ofício 25514 (11676124)

SEI 53115.004651/2020-08 / pg. 136

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DIRETA

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE CEDENTE			
Nome da Pessoa Jurídica:			
CNPJ:			
Endereço da sede:			
CEP da sede:			
E-mail de contato:			
Serviço executado:	() Radiodifusão sonora	<input type="checkbox"/> em frequência modulada <input type="checkbox"/> em ondas curtas <input type="checkbox"/> em ondas médias <input type="checkbox"/> em ondas médias adaptada para frequência modulada <input type="checkbox"/> em ondas tropicais	
	() Radiodifusão de sons e imagens		
Localidade de execução do serviço:		UF:	
Número do Fistel:		Canal:	

QUADRO SOCIETÁRIO E DIRETIVO DA ENTIDADE CEDENTE		
NOME	COTAS/AÇÕES	VALOR

NOME	CARGO	CPF



Eu, _____, inscrito no CPF
sob o nº _____, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica (cedente)
acima qualificada, e com fundamento na alínea “c” do art. 38 da Lei nº 4.117/62 (alterada pela lei nº 13.424,
de 28 de março de 2017), venho solicitar autorização deste Ministério para realizar a TRANSFERÊNCIA
DIRETA da concessão/permissão relativa ao serviço, localidade e estado acima descritos, à pessoa jurídica
cessionária abaixo identificada, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a
documentação constante do ANEXO deste formulário.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do representante legal da Cedente



IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE CESSIONÁRIA	
Nome da Pessoa Jurídica:	
CNPJ:	
Endereço da sede:	
CEP da sede:	
E-mail de contato:	

QUADRO SOCIETÁRIO E DIRETIVO DA ENTIDADE CESSIONÁRIA		
NOME	COTAS/AÇÕES	VALOR

NOME	CARGO	CPF

DECLARAÇÕES

Com vistas à autorização para efetivar a operação solicitada, DECLARO, para os devidos fins, que:

- (a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão;;
- (b) nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;



- (c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- (e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
- (f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- (g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do representante legal da Cessionária

De acordo.

ASSINATURA DE TODOS OS SÓCIOS E DIRETORES (CEDENTE E CESSIONÁRIA)	
NOME	ASSINATURA



DOCUMENTOS NECESSÁRIOS	
RELATIVOS À CEDENTE	<p>(a) prova de inscrição no CNPJ;</p> <p>(b) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cedente, na forma da lei;</p> <p>(c) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do FISTEL;</p> <p>(d) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e</p> <p>(e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.</p>
RELATIVOS À CESSIONÁRIA	<p>(a) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária;</p> <p>(b) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;</p> <p>(c) certidão negativa de falência ou recuperação judicial válida, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;</p> <p>(d) prova de inscrição no CNPJ;</p> <p>(e) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cessionária, na forma da lei;</p> <p>(f) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do FISTEL;</p> <p>(g) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e</p> <p>(h) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.</p>
RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRETORES	<p>(a) prova de condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos, mediante a apresentação de certidão de nascimento ou casamento, certificado de</p>



DA CESSIONÁRIA	reservista, carteira profissional ou de identidade, certificado de naturalização expedido há mais de dez anos, carteira de trabalho e previdência social ou passaporte.
NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE	<p>Se constituída sob a forma de <u>Sociedade Limitada</u>:</p> <p>a) Certidão emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), <u>atualizada</u>, acompanhada do último ato arquivado pela sociedade;</p> <p>b) Declaração, <u>firmada em conjunto</u>, pelos dirigentes da Entidade (<i>nome da titular da outorga</i>) e da Pessoa Jurídica sócia (<i>nome da sócia da entidade</i>), de que:</p> <p>b.1) No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;</p> <p>b.2) Nenhum dos sócios e diretores da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e</p> <p>b.3) Nenhum dos sócios e diretores da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.</p> <p>Se constituída sob a forma de <u>Sociedade Anônima</u>:</p> <p>a) Estatuto Social atualizado e Ata de Assembleia que elegeu o último quadro diretivo;</p> <p>b) lista de subscrição de acionistas, contendo nome, nº de CPF e percentual de participação;</p> <p>c) Declaração, <u>firmada em conjunto</u>, pelos dirigentes da Entidade (<i>nome da titular da outorga</i>) e da Pessoa Jurídica sócia (<i>sócia da entidade</i>), de que:</p>



c.1) No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

c.2) Nenhum dos acionistas e diretores da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;

c.3) Nenhum dos acionistas e diretores da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.

Em se tratando de **Fundação**:

a) Estatuto Social atualizado e Ata de Reunião que elegeu o último quadro diretivo;

b) Declaração, firmada em conjunto, pelos dirigentes da Entidade (*nome da titular da outorga*) e da Pessoa Jurídica sócia (*sócia da entidade*), de que:

a.1) No mínimo, setenta por cento dos membros da pessoa jurídica são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

a.2) Nenhum dos membros da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e

a.3) Nenhum dos membros da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I,



alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.

***Atenção:** Se houver pessoas jurídicas no quadro societário da pessoa jurídica sócia da Permissionária/Concessionária, será necessário o encaminhamento dos documentos relacionados anteriormente.

ATENÇÃO:

- 1) Na hipótese da pessoa jurídica cessionária consistir em sociedade por ações, a documentação acima relacionada será exigida apenas dos possuidores de, no mínimo, trinta por cento das ações representativas do capital social e caberá ao dirigente da sociedade apresentar declaração de que os sócios possuidores de menos de trinta por cento das ações representativas do capital social cumprem os requisitos previstos no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;
- 2) Na hipótese da pessoa jurídica cessionária consistir em sociedade por ações, deverá ser encaminhado o Livro de Registro de Ações, bem como a Ata de Assembleia que deliberou sobre a concessão/permissão da outorga a ser transferida, Estatuto Social e lista de subscrição de acionistas, contendo nome, número de CPF e percentual de participação; e
- 3) Nas localidades em faixa de fronteira, será necessário observar as regras estabelecidas no Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980, que regulamenta a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979.



Cadastro para acesso ao SEI CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Claudiane Aparecida freitas oliveir

Relatório Consultar Sair

Consultar e-mails

☐ CPF ☒ CNPJ

CNPJ: 04.484.313/0001-13

Razão Social

Pesquisar

10 1 / 1		
Razão Social	CNPJ	Emails
GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA	04.484.313/0001-13	FURQUIM38@GMAIL.COM, furquim@morenafm88.com.br, juridicoseills@lorini.adv.br, tecnicoseille@lorini.eng.br
10 1 / 1		

MCTIC/SE/SPOA/CGTI/COINF/DSIS - Divisão de Desenvolvimento de Sistemas

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

CADSEI GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA (11688334)

SEI 53115.004651/2020-08 / pg. 145

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

Data de Envio:

01/08/2024 08:31:12

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas
<sei@mcom.gov.br>

Para:

FURQUIM38@GMAIL.COM
furquim@morenafm88.com.br
juridicoseils@lorini.adv.br
tecnicoseile@lorini.eng.br
gabrielm101.5@hotmail.com

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.004651/2020-08

INTERESSADA: GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA.
PORTARIA DE RENOVAÇÃO DA OUTORGA PUBLICADA. PROCEDIBILIDADE DO PEDIDO.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_11676119.html
Nota_Tecnica_11676087.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Cadastro para acesso ao SEI CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Claudiane Aparecida freitas oliveir

Relatório Consultar Sair

Consultar e-mails

☐ CPF ☒ CNPJ

CNPJ: 11.572.391/0001-35

Razão Social

Pesquisar

10 1 / 1		
Razão Social	CNPJ	Emails
RADIO NIRVANA FM LTDA	11.572.391/0001-35	sanremo@cpnet.com.br, gabrielm101.5@hotmail.com, tecnicoselle@lorini.com.br, glaubergandolfi@hotmail.com, financeiro@nossaradio.net.br
10 1 / 1		

MCTIC/SE/SPOA/CGTI/COINF/DSIS - Divisão de Desenvolvimento de Sistemas

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Anexo CADSEI- RADIO NIRVANA FM LTDA (11587470)

SEI 53115.004651/2020-08 / pg. 147

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

Data de Envio:

01/08/2024 10:33:30

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas
<sei@mcom.gov.br>

Para:

sanremo@cpnet.com.br
gabrielm101.5@hotmail.com
tecnicoseile@lorini.com.br
glaubergandolfi@hotmail.com
financeiro@nossaradio.net.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.004651/2020-08

INTERESSADA: RÁDIO PLANALTO DE IRINEÓPOLIS LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA.
PORTARIA DE RENOVAÇÃO DA OUTORGA PUBLICADA. PROCEDIBILIDADE DO PEDIDO. NECESSIDADE DE
COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_11676124.html
Nota_Tecnica_11676087.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Data de Envio:

01/08/2024 10:35:44

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas
<sei@mcom.gov.br>

Para:

espacodoradiodifusor@mcom.gov.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

Ao Espaço do Radiodifusor,

Prezados,

Informa-se que, no âmbito do Processo Administrativo nº53115.004651/2020-08, foi encaminhada notificação à GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. (C.N.P.J Nº 04.484.313/0001-13), RÁDIO PLANALTO DE IRINEÓPOLIS LTDA. (C.N.P.J Nº 11.572.391/0001-35, solicitando a complementação da instrução processual. Sendo assim, encaminha-se o presente e-mail ao Espaço do Radiodifusor - ESRAD, para a adoção das providências cabíveis, devendo ser inserido no referido processo administrativo o documento comprobatório das medidas adotadas.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Anexos:

Oficio_11676119.html

Nota_Tecnica_11676087.html

Oficio_11676124.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Atenção: O conteúdo do documento é de inteira responsabilidade do(s) signatário(s).

Informações gerais do arquivo:



Nome do arquivo: Balanco_2023.pdf
Hash: 16fc5da6811e347d8c55dfa59b38b1740e4168d2c04b6a18bcbb3e6663f21389
Data da validação: 02/09/2024 15:36:56 BRT

Informações da Assinatura:

Assinado por: FABIANO ZANIOLO FREITAS
CPF: ***.496.909-**
Nº de série de certificado emitente: 0x755f5d1cfe041253
Data da assinatura: 27/08/2024 08:52:13 BRT



Assinatura aprovada.



Esta assinatura se repete mais **4** vezes. É necessária apenas uma assinatura para validar todo o documento.

Informações da Assinatura:

Assinado por: GIOVANNI SCHICK
CPF: ***.379.909-**
Nº de série de certificado emitente: 0x75de89582b9827a3
Data da assinatura: 27/08/2024 08:54:29 BRT



Assinatura aprovada.



Esta assinatura se repete mais **4** vezes. É necessária apenas uma assinatura para validar todo o documento.

Ver Relatório de Conformidade

ACESSO RÁPIDO

Validar

Sobre

Dúvidas

Informações

Fale Conosco

Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados
nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA NIRE : 41207897429 Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada			Protocolo: PRC2422053000				
NIRE (Sede) 41207897429		CNPJ 04.484.313/0001-13		Data de Ato Constitutivo 09/07/2014		Início de Atividade 05/06/2001	
Endereço Completo Rua BARAO DO RIO BRANCO, Nº 358, CENTRO - Paraíso do Norte/PR - CEP 87780-000							
Objeto Social Execução de atividades de rádio fusão sonora de sons de imagens e televisão por assinatura, serviços especiais de música funcional, repetição ou retransmissão de sons, ou sinais de sons e imagens de rádio fusão; Atividade de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão; Atividades de televisão aberta; Telefonia móvel celular; Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda; Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis; Agências de notícias; Prestação de serviços de levantamento de informações e notícias; Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão; Promoção de vendas; Pesquisa de mercado e de opinião pública; Filmagem de festas e eventos; Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica; Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas; Assessoria e consultoria técnica; Aluguel de palcos, coberturas e estruturas de uso temporário, exceto andaimes; Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas; Casas de festas e eventos; Serviços de assistência social sem alojamento; Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações culturais; Produção e promoção de eventos esportivos; Organização de feiras, shows, eventos de recreação, esporte e lazer.							
Capital Social R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) Capital Integralizado R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)				Porte Demais		Prazo de Duração Indeterminado	
Dados do Sócio							
Nome ANTONIO JOAO FURQUIM PEREIRA		CPF/CNPJ 546.376.009-87		Participação no capital R\$ 30.000,00		Espécie de sócio Sócio	
Administrador S		Término do mandato Indeterminado					
Nome JOCEMARI AIME FURQUIM		CPF/CNPJ 511.769.041-91		Participação no capital R\$ 20.000,00		Espécie de sócio Sócio	
Administrador N		Término do mandato Indeterminado					
Dados do Administrador							
Nome ANTONIO JOAO FURQUIM PEREIRA		CPF 546.376.009-87		Término do mandato Indeterminado			
Último Arquivamento Data 24/07/2024		Número 20242958125		Ato/eventos 002 / 051 - CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO		Situação ATIVA Status XXXXX	

Esta certidão foi emitida automaticamente em 07/08/2024, às 13:58:15 (horário de Brasília).

Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.empresafacil.pr.gov.br>, com o código **AHG2ADA9**.

Em caso de divergência de dados, solicitar a correção através do "Fale Conosco" (<https://www.juntacomercial.pr.gov.br/webservices/jucepar/faleconosco>) no prazo de 30 dias da emissão deste documento.

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
Secretário(a) Geral



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Certidão Simplificada_Cedente (11852275) - 32133175-004651/2020-08 / pg. 151



Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	11.572.391/0001-35

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: - Data: 02/09/2024 Hora: 15:41:59





Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		005.718.759-20									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
KARYNA CUBAS BATISTA FREITAS	005.718.759-20	RADIO FM FRONTEIRA LTDA	03.967.055/0001-63	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SC	Três Barras
		RADIO FM FRONTEIRA LTDA	03.967.055/0001-63	Sócio	20000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Três Barras

Usuário: - Data: 02/09/2024 Hora: 15:42:45





Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
		CPF: 719.496.909-20									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
FABIANO ZANIOLO FREITAS	719.496.909-20	RADIO PLANALTO DE MAJOR VIEIRA LTDA	76.323.971/0001-34	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SC	Major Vieira
		RADIO PLANALTO DE MAJOR VIEIRA LTDA	76.323.971/0001-34	Sócio	218700	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Major Vieira

Usuário: - Data: 02/09/2024 Hora: 15:43:14



Data de Envio:

02/09/2024 16:06:07

De:

MCOM/Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada <coato@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

"Riciele Milani" <riciele.milani@mcom.gov.br>

Assunto:

Processo nº 53115.004651/2020-08. Transferência Direta de Outorga Comercial.

Mensagem:

Senhor Coordenador - Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção à determinação da Consultoria Jurídica - Conjur, encaminho os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à Gtoll Telecomunicações Ltda, inscrita no CNPJ nº 04.484.313/0001-13, para a execução do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50406587531, no município de Irineópolis /SC, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Caso haja Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade, que seja informada qual a infração cometida.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

RE: Processo nº 53115.004651/2020-08. Transferência Direta de Outorga Comercial.

Inez Joffily França <inez.franca@mcom.gov.br>

Seg, 02/09/2024 16:50

Para:COATO <coato@mcom.gov.br>

Cc:Ríciele Milani <riciele.milani@mcom.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora Gtoll Telecomunicações Ltda, inscrita no CNPJ nº 04.484.313/0001-13, para a execução do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50406587531, no município de Irineópolis /SC, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada <coato@mcom.gov.br>**Enviado:** segunda-feira, 2 de setembro de 2024 16:06**Para:** cgfm <cgfm@mcom.gov.br>; Ríciele Milani <riciele.milani@mcom.gov.br>**Assunto:** Processo nº 53115.004651/2020-08. Transferência Direta de Outorga Comercial.

Senhor Coordenador - Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção à determinação da Consultoria Jurídica - Conjur, encaminho os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à Gtoll Telecomunicações Ltda, inscrita no CNPJ nº 04.484.313/0001-13, para a execução do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50406587531, no município de Irineópolis /SC, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Caso haja Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade, que seja informada qual a infração cometida.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

office365.com/mail/inbox/id/AAQkADlzYWFIMGJlLTNlZGEtNDkwMS04NGE3LTE4NDIyZTQzZGY1OQAQAMu6y8pmUaZPtnLodO...

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 15423/2024/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 53115.004651/2020-08

INTERESSADAS: GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA (CEDENTE) E RÁDIO PLANALTO DE IRINEÓPOLIS LTDA (CESSIONÁRIA)

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Gtoll Telecomunicações Ltda** e da **Rádio Planalto de Irineópolis Ltda**, inscritas no CNPJ nº 04.484.313/0001-13 e CNPJ nº 11.572.391/0001-35, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50406587531, no município de Irineópolis/SC.
2. A última análise realizada por esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica ocorreu nos termos da Nota Técnica nº 13425/2024/SEI-MCOM que concluiu pela notificação das interessadas, com vistas à apresentação de documentos. Em resposta, sob o protocolo nº 53115.032478/2024-53 foram acostados documentos.

ANÁLISE

3. A transferência da outorga é operação amparada pela Lei nº 4.117 de 1962 (recentemente alterada pela Lei nº 13.424 de 28 de março de 2017), especificamente em sua alínea "c" do art. 38, a qual preceitua que *"a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo"*.
4. O pedido de transferência da concessão/permissão deverá seguir o rito estabelecido no Regulamento de Serviços de Radiodifusão - RSR, aprovado pelo Decreto nº 52.795 de 1963 (alterado pelo Decreto nº 9.138 de 22 de agosto de 2017 e Decreto nº 10.775 de 23 de agosto de 2021), os quais, além de ditar o procedimento, predispõe os requisitos a serem atendidos pelas pessoas jurídicas envolvidas na operação, bem como o rol de documentos hábeis para comprová-los, condição para a autorização da transmissão da delegação.
5. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pelas interessadas e restou concluído que, para o prosseguimento do pedido, deverão ser encaminhados os seguintes documentos:

I - RELATIVO À RÁDIO PLANALTO DE IRINEÓPOLIS LTDA:

a) **Declarações, assinadas pelo representante legal**, de que:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Nota Técnica 15423 (14552346)

SEI 53115.004651/2020-08 / pg. 157

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

- a.1) a pessoa jurídica Cessionária possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão;
- a.2) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica Cessionária participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- a.3) nenhum dos dirigentes da pessoa jurídica Cessionária está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- a.4) a pessoa jurídica Cessionária não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.
- a.5) a pessoa jurídica Cessionária atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
- a.6) a pessoa jurídica Cessionária não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- a.7) a Cessionária autoriza o Ministério das Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira; e
- a.8) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica Cessionária foi condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Justificativa: a exigência se mostra necessária tendo em vista a declaração encaminhada ter sido assinada pelo representante legal da Cedente.

Obs.: o documento **poderá ser assinado de próprio punho ou de forma digital**, desde que seja encaminhada a devida certificação que garanta a autenticidade dos subscritores.

6. Informa-se ainda, às entidades interessadas que, caso o pedido de transferência direta seja deferido, o serviço de radiodifusão será prestado em caráter precário, enquanto não houver conclusão do processo de renovação de outorga, na forma do art. 94 do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

7. Diante do exposto, opina-se pela expedição de ofício às pessoas jurídicas interessadas, acompanhado de cópia desta Nota Técnica, a fim de que, **no prazo de 30 (trinta) dias**, apresente o documento relacionado no parágrafo 5, na forma da Portaria de Delegação de Competência MCOM nº 9.382, de 17 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2023.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 02/09/2024, às 16:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Nota Técnica 15425 (14552346)

SEI 53113-004691/2020-08 / pg. 158

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11852346** e o código CRC **B83E8065**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.004651/2020-08

Documento nº 11852346



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Nota Técnica 15423 (11852346)

SEI 53115.004651/2020-08 / pg. 159

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 29423/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. (C.N.P.J Nº 04.484.313/0001-13)
Rua Barão do Rio Branco, nº 358 - Centro
CEP: 87.780 - 000 - Paraíso do Norte/PR
Endereço eletrônico: gabriel_fm101.5@hotmail.com

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL.
TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO
PROCESSUAL. PROCESSO Nº 53115.004651/2020-08**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 15423/2024/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 30 (trinta) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. **A documentação poderá ser encaminhada por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**

Protocolo Digital do MCom (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).
3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
5. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.



Atenciosamente,

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Ofício 29423 (11832572)

SEI 53115.004651/2020-08 / pg. 160

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 02/09/2024, às 16:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11852372** e o código CRC **8C97D4D7**.

Anexos:

- Nota Técnica 15423 (11852346)

Referência: Processo nº 53115.004651/2020-08

Documento nº 11852372



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Ofício 29423 (11852372)

SEI 53115.004651/2020-08 / pg. 161

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 29424/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO PLANALTO DE IRINEÓPOLIS LTDA. (C.N.P.J Nº 11.572.391/0001-35)
Avenida 22 de julho, nº 742, 1º andar - Centro
CEP: 89.440 - 000 - Irineópolis/SC
Endereço eletrônico: gabrielfm101.5@hotmail.com

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL.
TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO
PROCESSUAL. PROCESSO Nº 53115.004651/2020-08.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 15423/2024/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 30 (trinta) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. **A documentação poderá ser encaminhada por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**

Protocolo Digital do MCom (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).

3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.

4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**

5. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Ofício 29424 (11832592)

SEI 53115-004651/2020-08 / pg. 162

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 02/09/2024, às 16:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11852392** e o código CRC **CDCA83C9**.

Anexos:

- Nota Técnica 15423 (11852346)

Referência: Processo nº 53115.004651/2020-08

Documento nº 11852392



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Ofício 29424 (11852392)

SEI 53115.004651/2020-08 / pg. 163

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

Data de Envio:

03/09/2024 09:04:25

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas
<coato@mcom.gov.br>

Para:

FURQUIM38@GMAIL.COM
furquim@morenafm88.com.br
juridicoseils@lorini.adv.br
tecnicoseile@lorini.eng.br
gabrielm101.5@hotmail.com

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.004651/2020-08

INTERESSADA: GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

ASSUNTO: ERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA.
NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_11852372.html
Nota_Tecnica_11852346.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Data de Envio:

03/09/2024 09:10:00

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas
<coato@mcom.gov.br>

Para:

sanremo@cpnet.com.br
gabrielm101.5@hotmail.com
tecnicoseile@lorini.com.br
glaubergandolfi@hotmail.com
financeiro@nossaradio.net.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.004651/2020-08

INTERESSADA: RÁDIO PLANALTO DE IRINEÓPOLIS LTDA.

ASSUNTO:SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA.
NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_11852392.html
Nota_Tecnica_11852346.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Data de Envio:

03/09/2024 09:11:29

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas
<coato@mcom.gov.br>

Para:

espacodoradiodifusor@mcom.gov.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

Ao Espaço do Radiodifusor,

Prezados,

Informa-se que, no âmbito do Processo Administrativo nº53115.004651/2020-08, foi encaminhada notificação à GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. (C.N.P.J Nº 04.484.313/0001-13), RÁDIO PLANALTO DE IRINEÓPOLIS LTDA. (C.N.P.J Nº 11.572.391/0001-35), solicitando a complementação da instrução processual. Sendo assim, encaminha-se o presente e-mail ao Espaço do Radiodifusor - ESRAD, para a adoção das providências cabíveis, devendo ser inserido no referido processo administrativo o documento comprobatório das medidas adotadas.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Anexos:

Oficio_11852372.html

Nota_Tecnica_11852346.html

Oficio_11852392.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS
TRANSFERÊNCIA DIRETA DE OUTORGA COMERCIAL

Processo nº 53115.004651/2020-08

Data de protocolização do pedido: 10/08/2020

Entidade cedente: Gtoll Telecomunicações Ltda

C.N.P.J. Nº 04.484.313/0001-13

Entidade cessionária: Rádio Nirvana FM Ltda (atualmente Rádio Planalto de Irineópolis Ltda)

C.N.P.J. Nº 11.572.391/0001-35

Executante do serviço de radiodifusão sonora em FM

Fistel nº: 50406587531

Localidade: Irineópolis

UF: SC

Situação da Outorga:

(X) Com Portaria de renovação publicada - SEI 11675226
() Vencida

Processo de renovação nº 53115.006310/2020-69

Período: 3 de setembro de 2020 a 3 de setembro de 2030

REQUISITOS MÍNIMOS

DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PÁG.(S)
<p>a) Requerimento de transferência de outorga, disponibilizado pelo MCom, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária, constando declarações, <u>firmadas pelo representante legal da cessionária</u>, de que:</p> <p>a.1) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</p> <p>a.2) nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</p> <p>a.3) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</p> <p>a.4) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</p> <p>a.5) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</p> <p>a.6) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</p> <p>a.7) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as <u>alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.</u> (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021).</p>	OK	SEI 11859194
b) Licença de funcionamento	OK	SEI 9247021
c) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO)	OK	SEI 11852143
d) A pessoa jurídica optou pelo parcelamento de valores relativos aos serviços de radiodifusão	NÃO	SEI 11675819
e) Comprovante de que obteve o assentimento prévio do órgão próprio se o serviço for executado em faixa de fronteira.	NÃO SE APLICA	

RELATIVOS À CEDENTE

DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PÁG.(S)
a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.	OK	1 SEI 11676043
	OK	Federal: 2 SEI 11676043 Validade: 22.12.2024



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13 / pg. 167

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

REGULARIDADE FISCAL	b) Prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual, distrital e municipal da sede da entidade , ou outra equivalente, na forma da lei;	OK	Estadual: 3 SEI 11676043 Validade: 28.11.2024
		OK	Municipal: SEI 11849920 Validade: 06.11.2024 (Paraíso do Norte/PR)
	c) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL;	OK	4/5 SEI 11676043 Validade: 30.08.2024
	d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo do Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	OK	INSS: 2 SEI 11676043 Validade: 22.12.2024
		OK	FGTS: 6 SEI 11676043 Validade: 18.08.2024
	e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	7 SEI 11676043 Validade: 27.01.2024

RELATIVOS À CESSIONÁRIA			
HABILITAÇÃO JURÍDICA	DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PÁG. (S)
	a) Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	SEI 11849921 emitida em 27 de agosto de 2024
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	OK	SEI 11849923 SEI 11852129
	c) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ;	OK	SEI 11687203 Validade: 29.10.2024
REGULARIDADE FISCAL	d) Prova de inscrição no CNPJ;	OK	8 SEI 11676043
	e) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade , na forma da lei;	OK	Federal: 9 SEI 11676043 Validade: 16.10.2024
		OK	Estadual: 10 SEI 11676043 Validade: 13.10.2024
		OK	Municipal: 11 SEI 11676043 Validade: 29.10.2024 (Irineópolis/SC)
	f) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	12/13 SEI 11676043 entidade não cadastrada
	g) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	INSS: 9 SEI 11676043 Validade: 16.10.2024
		OK	FGTS: 14 SEI 11676043 Validade: 26.08.2024
	h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	15 SEI 11676043 Validade: 27.01.2025

RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRETORES - CESSIONÁRIA			
DOCUMENTOS	NOME DOS SÓCIOS/ACIONISTAS E DIRETORES	SITUAÇÃO	PÁG. (S)
	Karyna Cubas Batista Freitas CPF: 005.718.759-20	OK	SEI 11849926



Para a condição de brasileiro nato ou ou do há mais de dez anos, para sócios es, a fim de atender ao disposto Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13> / pg. 168

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

no §1º do art. 222 da Constituição , feita por meio da apresentação de: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certificado de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social; ou vii) passaporte;	Fabiano Zaniolo Freitas CPF: 719.496.909-20	OK	SEI 11849925
---	--	----	--------------

NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA COMO SÓCIA/ACIONISTA DA ENTIDADE

Declaração, firmada pelos dirigentes da Entidade e das Pessoas Jurídicas sócias, de que:

a) No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;	CNPJ:	NÃO SE APLICA	
b) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967	CNPJ:	NÃO SE APLICA	
c) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.	CNPJ:	NÃO SE APLICA	

OBSERVAÇÕES

Relativo à Cedente:
- certidão simplificada 2024: SEI 11852275

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **está em conformidade** com o disposto na legislação



Documento assinado eletronicamente por **Riclele Milani, Assistente Técnico**, em 26/09/2024, às 10:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11675846** e o código CRC **AF073580**.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 15421/2024/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 53115.004651/2020-08

INTERESSADAS: GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA (CEDENTE) E RÁDIO PLANALTO DE IRINEÓPOLIS LTDA (CESSIONÁRIA)

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. VIABILIDADE. REMESSA DOS AUTOS À CONJUR E AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Gtoll Telecomunicações Ltda** e da **Rádio Planalto de Irineópolis Ltda**, inscritas no CNPJ nº 04.484.313/0001-13 e CNPJ nº 11.572.391/0001-35, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50406587531, no município de Irineópolis/SC.
2. Após a protocolização do requerimento administrativo que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação das pessoas jurídicas interessadas na operação de transferência direta para complementar a instrução processual, tendo sido apresentados os documentos solicitados.

ANÁLISE

3. Sabe-se que as concessões ou permissões do serviço de radiodifusão sonora ou de sons e imagens podem ser repassadas a outra pessoa jurídica por intermédio de operação denominada de transferência direta, nos termos do art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117/1962, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, a saber:

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

c) a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo;

[...]

4. Conforme visto, a operação de transferência direta depende, para sua validade, de prévia anuência do Poder Público, cujo ato se materializará em portaria do Ministro de Estado das Comunicações, quando se tratar do serviço de radiodifusão sonora, ou em decreto do Presidente da República, que será precedido de instrução processual a ser efetivada pelo Ministério das Comunicações, na hipótese do serviço de radiodifusão de sons e imagens, tudo com base no art. 90, incisos I e II, do Decreto nº 52.795/1963.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Nota Técnica 15421 (14552300)

SEI 53115.004651/2020-08 / pg. 170

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

5. A anuência do Poder Público está condicionada à demonstração pelas interessadas na operação de transferência direta do preenchimento das condições consubstanciadas, em especial, no art. 91 e art. 93 do Decreto nº 52.795/1963, a saber:

Art. 91. A transferência da concessão ou da permissão somente poderá ser autorizada após decorrido o prazo de cinco anos, contado da data de expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação.

[...]

Art. 93. A transferência da concessão ou da permissão só poderá ser efetivada se a sociedade para a qual será transferida a concessão ou a permissão estiver condicionada às exigências constantes do art. 28, acompanhada da seguinte documentação:

I - requerimento de transferência de concessão e permissão, disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária;

II - documentação relativa à entidade cedente:

a) prova de inscrição no CNPJ;

b) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cedente, na forma da lei;

c) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do FISTEL;

d) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;

II - documentação relativa à entidade cessionária:

b) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária;

c) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no [§1º do art. 222 da Constituição](#), feita por meio da apresentação de:

1. certidão de nascimento ou casamento;

2. certificado de reservista;

3. cédula de identidade;

4. certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;

5. carteira profissional;

6. carteira de trabalho e previdência social; ou

7. passaporte;

d) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;

e) certidão negativa de falência ou recuperação judicial válida, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data posterior à da publicação do edital;

f) prova de inscrição no CNPJ;

g) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cessionária, na forma da lei;

h) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do FISTEL;

i) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;

j) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

k) declaração de que:

1. a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão;

2. nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

3. nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou



de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

4. a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

5. a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição;

6. a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

7. nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as [alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990](#)

Parágrafo único. A concessão ou a permissão será transferida em observância aos prazos e às condições estabelecidas originalmente.

6. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da transferência direta, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

7. No caso em apreço, as pessoas jurídicas ora interessadas na operação objeto destes autos protocolaram requerimento administrativo de transferência direta, por meio de seus sócios e dirigentes, conforme demonstram as certidões simplificadas emitidas pela repartição competente em 7 de agosto de 2024 e em 27 de agosto de 2024 (SEI 11859194, SEI 11852275 e SEI 11849921). O pleito foi apresentado juntamente com as declarações previstas no art. 93, inciso III, alínea "k", do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, devidamente firmadas pelos representantes legais da empresa cessionária (págs. 3/4 - SEI 11859194).

8. A pessoa jurídica cedente recebeu do Poder Público a permissão para a execução do referido serviço por meio da Portaria nº 607, de 21 de setembro de 2006, publicada em 22 de setembro de 2006, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 802, de 2009, publicado no dia 5 de novembro de 2009 (SEI 9247012). A outorga encontra-se vencida desde 2020 (SEI 9247965). Contudo, o Ministro de Estado das Comunicações assinou a Portaria MCOM nº 13.845, de 10 de julho de 2024, publicada no dia 31 de julho de 2024, no bojo do processo nº 53115.006310/2020-69, que tratou da renovação da outorga para o período de 3 de setembro de 2020 a 3 de setembro de 2030 (SEI 11675226).

9. Oportuno registrar que a execução do serviço de radiodifusão pela entidade está sendo mantida em caráter precário, uma vez que não houve ainda manifestação do Congresso Nacional em relação à renovação da outorga. De todo modo, tal circunstância não inviabiliza a transferência direta, porquanto o art. 4º, parágrafo único, da Lei nº 13.424/2017 e o art. 94 do Decreto nº 52.795/1963 autorizam a efetivação da operação por ocasião do funcionamento do serviço em caráter precário, desde que concluída a instrução do processo de renovação.

10. Tem-se, ademais, que, após consulta ao Sistema Mosaico da pessoa jurídica cedente, a condição alusiva ao prazo mínimo de licenciamento da estação, conforme previsto no art. 91 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, foi devidamente observada. A primeira licença para funcionamento da estação de radiodifusão sonora, em frequência modulada, foi emitida em 30 de novembro de 2015; portanto, a estação encontra-se licenciada há mais de 5 (cinco) anos (SEI 9247021).

11. A documentação apresentada pelas entidades cedente e cessionária está em conformidade com o art. 93 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 9.138/2017 e pelo Decreto nº 10.775 de 23 de agosto de 2021, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 11675846). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o **caput**, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Nota Técnica 13421 (11852300)

SEI 53115.004691/2020-08 / pg. 172

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

12. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

13. As pessoas jurídicas ora interessadas na operação de transferência direta apresentaram todos os documentos previstos nos incisos II e III do art. 93 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021.

14. A pessoa jurídica cedente juntou aos autos os comprovantes de regularidade perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica; as certidões que demonstram a sua regularidade junto aos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal; bem como os comprovantes de regularidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Colacionou-se, também, o comprovante de regularidade junto ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Carreou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 11675846).

15. Por sua vez, a pessoa jurídica cessionária colacionou aos autos, além dos documentos citados anteriormente, certidão simplificada expedida pela Junta Comercial em que seus atos estão registrados, de modo a demonstrar a sua composição societária e diretiva e a comprovar as atividades desenvolvidas. O objetivo social diz respeito a: *a) execução de serviço de radiodifusão em qualquer de suas modalidades; atividades secundárias: b) exploração de propaganda e publicidade comercial e outras matérias concernentes ao ramo por qualquer veículo de comunicação, com ou sem criação própria; c) marketing direto de produção musical; d) gravação de som e edição de músicas para programas de rádio e outros veículos de comunicação; e) organização e realização de eventos e palestras; f) assessoria em comunicação; g) agência de publicidade; h) assessoria em marketing* (SEI 11849921).

16. De acordo com a Certidão Simplificada expedida pelo órgão de registro competente na data de 27 de agosto de 2024, a composição societária e diretiva da pessoa jurídica cessionária é a seguinte (SEI 11849921):

NOME	COTAS	VALOR - R\$
Karyna Cubas Batista Freitas	40.000	40.000,00



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Nota Técnica 13421 (14652300)

SEI 53113-004691/2020-08 / pg. 173

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

Fabiano Zaniolo Freitas	300.000	300.000,00
TOTAL	340.000	340.000,00

NOME	CARGO
Fabiano Zaniolo Freitas	Administrador

17. Em relação aos limites de outorga, e levando-se em consideração a estrutura societária e diretiva constante na certidão simplificada expedida pela respectiva Junta Comercial, tem-se que a pessoa jurídica cessionária não faz parte da composição societária de outras entidades executantes dos serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO na data de 2 de setembro de 2024 (SEI 11852143), a saber:

Consulta Participação da Entidade nas Empresas	
Tipo de Consulta: CNPJ	
CNPJ: 11.572.391/0001-35	
Não foi encontrado dados com essa informação	

18. Já os seus sócios e administrador, nota-se a participação social em outras entidades executantes dos serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário, senão vejamos (SEI 11852143):

Consulta Composição da Entidade...											
Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 005.718.759-20											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
KARYNA CUBAS BATISTA FREITAS	005.718.759-20	RADIO FM FRONTEIRA LTDA	03.967.055/0001-63	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SC	Três Barras
		RADIO FM FRONTEIRA LTDA	03.967.055/0001-63	Sócio	20000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Três Barras

Consulta Composição da Entidade...											
Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 719.496.909-20											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
FABIANO ZANIOLO FREITAS	719.496.909-20	RADIO PLANALTO DE MAJOR VIEIRA LTDA	76.323.971/0001-34	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SC	Major Vieira
		RADIO PLANALTO DE MAJOR VIEIRA LTDA	76.323.971/0001-34	Sócio	218700	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Major Vieira

19. Nesse contexto, a pessoa jurídica cessionária e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os limites de outorgas fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO (SEI 11852143).

20. A pessoa jurídica cessionária carrou, ainda, a prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos de seus sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição Federal. Juntou-se, também, o balanço patrimonial e demonstrativo do resultado do exercício, firmados em conjunto por profissional em contabilidade e por seu representante legal. Acostou-se, de igual modo, certidão emitida pelo Poder Judiciário do Estado em que a sede está localizada, atestando que inexistente registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor (SEI 11675846).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/99b720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

21. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a pessoa jurídica cessionária, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão, em havendo autorização do Poder Público para a transferência direta da outorga, tudo na forma do art. 93 do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021.

22. Mostra-se relevante rememorar que, em se tratando de transferência de outorga, faz-se necessário, também, levantar informações acerca da existência de pena de cassação da outorga que se pretende transferir. Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM foi instada a informar sobre a existência de Processos de Apuração de Infração - PAIs, por meio do Correspondência Eletrônica (SEI 11852296). Em resposta, informou-se o seguinte (SEI 11852298):

que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora Gtoll Telecomunicações Ltda, inscrita no CNPJ nº 04.484.313/0001-13, para a execução do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50406587531, no município de Irineópolis /SC, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

23. Oportuno registrar que, de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL, a pessoa jurídica cedente não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11675821). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, não se aplica no caso concreto (SEI 11675819).

24. **Por fim, esclareça-se que, por intermédio da Nota Técnica nº 13425/2024/SEI-MCOM (vide item 7), que acompanhou o Ofício nº 25914/2024/MCOM, a pessoa jurídica cessionária foi advertida que, caso o pedido de transferência direta seja deferido, o serviço de radiodifusão será prestado em caráter precário, enquanto não houver conclusão do respectivo processo de renovação de outorga, na forma do art. 4º, parágrafo único, da Lei nº 13.424/2017, juntamente com o art. 94 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963 (SEI 11676087 e SEI 11676124). Tal advertência, aliás, encontra-se inserida na minuta de ato ora colacionada aos autos (SEI 11852318).**

25. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de transferência direta da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50406587531, no município de Irineópolis/SC, nos termos do art. 38, alínea "c", da Lei n.º 4.117/1962 e do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

26. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

27. Em caso de aprovação, sugere-se a adoção das seguintes providências administrativas:

- a) envio dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações**, para análise da regularidade jurídica da operação de transferência direta ora discutida, inclusive das minutas de Portaria (SEI 11852318) e de Exposição de Motivos (SEI 11852324), na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993, e



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/99b720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Nota Técnica 13421 (11852300)

SEI 53115-004694/2020-08 / pg. 175

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

b) em caso de manifestação jurídica favorável, remessa posterior dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963, sem prejuízo das medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 222, § 5º, da Constituição Federal.

28. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da correspondente atualização dos sistemas pertinentes com a composição societária e diretiva da pessoa jurídica cessionária, **de acordo com o exposto no parágrafo 16 desta manifestação**, bem como da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s) e a tramitação dos autos à **SECOE_MCOM_CCIVIL** para providências subseqüentes.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 25/09/2024, às 17:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin**, **Coordenador de Atos de Radiodifusão Privada**, em 26/09/2024, às 10:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani**, **Assistente Técnico**, em 26/09/2024, às 10:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 27/09/2024, às 17:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11852300** e o código CRC **851E0691**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.004651/2020-08

Documento nº 11852300



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Nota Técnica 15421 (11852300)

SEI 53115.004651/2020-08 / pg. 176

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PORTARIA Nº , DE DE DE

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 38, alínea "c", da Lei n.º 4.117, de 27 de agosto de 1962, o disposto no artigo 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo n.º 53115.004651/2020-08, invocando as razões presentes na Nota Técnica n.º 15421/2024/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º , resolve:

Art. 1º Transferir a permissão outorgada à Gtoll Telecomunicações Ltda, inscrita no C.N.P.J. n.º 04.484.313/0001-13, por meio da Portaria n.º 607, de 21 de setembro de 2006, publicada em 22 de setembro de 2006, aprovada pelo Decreto Legislativo n.º 802, de 2009, publicado no dia 5 de novembro de 2009, para a Rádio Planalto de Irineópolis Ltda, inscrita no C.N.P.J. n.º 11.572.391/0001-35, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel n.º 50406587531, no município de Irineópolis, estado de Santa Catarina.

Art. 3º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 4º Fica a Rádio Planalto de Irineópolis Ltda advertida que o serviço de radiodifusão sonora será mantido em caráter precário enquanto não sobrevier decisão do Congresso Nacional acerca do pedido de renovação da permissão para executar o serviço de radiodifusão sonora, na forma do inciso XII do caput do art. 49 da Constituição, observados os mesmos prazos e condições originais.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO
MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 25/09/2024, às 17:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Minuta_Portaria_Transferencia Direta (11632516)

SEI 53115.004651/2020-08 / pg. 177

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin**, **Coordenador de Atos de Radiodifusão Privada**, em 26/09/2024, às 10:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani**, **Assistente Técnico**, em 26/09/2024, às 10:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 27/09/2024, às 17:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11852318** e o código CRC **AB88AB59**.

Referência: Processo nº 53115.004651/2020-08

Documento nº 11852318



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Minuta_Fortuna_Transferencia Direta (11852318)

SEI 53115.004651/2020-08 / pg. 178

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

EM nº - MCOM

Brasília, de de 2024.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação, o Processo Administrativo nº 53115.004651/2020-08, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 15421/2024/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº , acompanhado da Portaria nº , publicada em , que transfere a permissão outorgada à Gtoll Telecomunicações Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 04.484.313/0001-13, por meio da Portaria nº 607, de 21 de setembro de 2006, publicada em 22 de setembro de 2006, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 802, de 2009, publicado no dia 5 de novembro de 2009, para a Rádio Planalto de Irineópolis Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 11.572.391/0001-35, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50406587531, no município de Irineópolis, estado de Santa Catarina.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 5º do art. 222 da Constituição da República, o parágrafo único do art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para cientificação daquela Casa Legislativa.

JUSCELINO FILHO
MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 25/09/2024, às 17:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin**, **Coordenador de Atos de Radiodifusão Privada**, em 26/09/2024, às 10:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Nota _Exposição de Motivos _ Transferência Direta (11052924)

SEI 53115.004651/2020-08 / pg. 179

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 26/09/2024, às 10:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 27/09/2024, às 17:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11852324** e o código CRC **025FCE04**.

Referência: Processo nº 53115.004651/2020-08

Documento nº 11852324



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

ata _Exposição de Motivos_ Transfêrencia Direta (11852324)

SEI 53115.004651/2020-08 / pg. 180

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 55434/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura

Ao Senhor
Felipe Nogueira Fernandes
Consultor Jurídico
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 15421/2024/SEI-MCOM (11852300)

Senhor Consultor Jurídico,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho a Nota Técnica nº 15421/2024/SEI-MCOM (11852300), a qual trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Gtoll Telecomunicações Ltda** e da **Rádio Planalto de Irineópolis Ltda**, inscritas no CNPJ nº 04.484.313/0001-13 e CNPJ nº 11.572.391/0001-35, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50406587531, no município de Irineópolis/SC.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch, Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, em 01/10/2024, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11897836** e o código CRC **BC455DD5**.

Referência: Processo nº 53115.004651/2020-08

Documento nº 11897836



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Ofício Interno 55434 (11897836)

SEI 53115.004651/2020-08 / pg. 181

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER n. 00642/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.004651/2020-08

INTERESSADOS: GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA (CEDENTE) E RÁDIO PLANALTO DE IRINEÓPOLIS LTDA (CESSIONÁRIA)

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

EMENTA: TRANSFERÊNCIA DIRETA DE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO SONORA. RÁDIO COMERCIAL.

I - Desde que preenchidos os requisitos legais e regulamentares, é lícita a transferência de outorga de radiodifusão sonora mediante prévia anuência do poder concedente (art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117, de 1962 (CBT), e arts. 89 a 94 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963).

II - No caso, conforme atestado pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, foram preenchidos os requisitos que autorizam o deferimento da transferência de outorga.

III - Pela ausência de óbice jurídico ao deferimento do pleito de transferência de titularidade da outorga, desde que observadas as ressalvas deste Parecer.

RELATÓRIO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da Gtoll Telecomunicações Ltda e da Rádio Planalto de Irineópolis Ltda, inscritas no CNPJ nº 04.484.313/0001-13 e CNPJ nº 11.572.391/0001-35, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50406587531, no município de Irineópolis/SC.

2. A entidade cedente e a entidade cessionária apresentaram em conjunto requerimento de transferência de outorga acompanhado de documentos.

3. Por meio da Lista de Verificação de Documento – Checklist (SEI-11675846) e da NOTA TÉCNICA Nº 15421/2024/SEI-MCOM (SEI-11852300), a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) atestou o cumprimento dos requisitos necessários e manifestou-se favoravelmente ao deferimento do pleito. A esse respeito, cabe reproduzir o seguinte trecho da referida Nota Técnica:

25. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de transferência direta da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50406587531, no município de Irineópolis/SC, nos termos do art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117/1962 e do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963.

4. Consta ainda do processo minutas de Portaria ministerial (SEI-11852318) e de Exposição de Motivos (SEI-11852324) a serem assinadas pelo Ministro das Comunicações.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

5. Preliminarmente, é oportuno esclarecer que, no exercício das competências que lhe foram atribuídas pelo art. 131 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) e pelo art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 1993, compete a este órgão de execução da Advocacia-Geral da União (AGU) prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo, portanto, adentrar na análise dos aspectos da conveniência e da oportunidade da prática dos atos administrativos, nem em aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa, conforme orienta o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Consultoria-Geral da União (CGU/AGU).

6. Em relação aos aspectos de natureza técnica, parte-se da premissa de que os órgãos e servidores competentes para a sua análise detêm os conhecimentos específicos necessários e os analisaram adequadamente em conformidade com suas atribuições. Além disso, as informações lançadas neste processo pelas demais unidades desta Pasta gozam de **presunção de veracidade, legalidade e legitimidade.**

FUNDAMENTAÇÃO

Dos requisitos para a transferência direta de outorga de radiodifusão sonora

Nos termos do art. 21, XII, alínea "a", e do art. 223 da CFRB, compete à União explorar, diretamente ou mediante rização, concessão ou permissão, os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. No mesmo sentido, o art. 32 da Lei Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

CEI n. 00642/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11526008)

SEI 53115.004651/2020-08 / pg. 182

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT) estabelece que os serviços de radiodifusão podem ser executados diretamente pela União ou através de concessão, autorização ou permissão. Conforme o art. 6º, alínea “d”, do CBT, a radiodifusão tem por objeto a propagação de sinais de rádio ou televisão a serem recebidos direta e livremente pelo público em geral. Cuida-se de serviço público de titularidade da União que consiste na transmissão de sons ou de sons e imagens por meio de ondas radioelétricas (ADI nº 3944/STF, REsp nº 1652588/STJ e MS nº 5307/STJ).

8. Compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração de serviços de radiodifusão sonora (art. 6º, § 2º, do RSR). Essas outorgas são formalizadas por meio de contrato com a União, por intermédio do Ministério das Comunicações, conforme os termos do art. 6º, § 2º, e art. 16, § 10, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963.

9. Em recente decisão na ADI nº 2.946 (2022), o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou a constitucionalidade do art. 27 da Lei nº 8.987, de 1995, descartando a alegação de que a transferência da concessão ou do controle societário de concessionárias de serviços públicos implicariam violação ao dever de licitar. Nesse precedente, o STF afirmou que, desde que mantidos os termos da proposta vencedora, **“não se pode afirmar que a modificação do particular contratado implica, automática e necessariamente, burla à regra da obrigatoriedade de licitação ou ofensa aos princípios constitucionais correlatos, mormente nos casos de concessão, dada a natureza incompleta e dinâmica desses contratos e a necessidade de se zelar pela continuidade da prestação adequada dos serviços públicos”**.

10. Conforme estabelece o art. 38, alínea “c”, da Lei nº 4.117, de 1962, a transferência de outorga de radiodifusão de uma pessoa jurídica para outra é admitida desde que haja prévia anuência do Poder Executivo:

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

(...)

c) a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo;

11. É o que também dispõe o art. 89 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963:

Art. 89. As concessões e as permissões poderão ser transferidas de uma pessoa jurídica para outra.

12. No caso dos serviços de radiodifusão sonora, a transferência da outorga é autorizada por ato do Ministro das Comunicações, devendo ser comunicada ao Congresso Nacional por meio de Mensagem do Presidente da República (art. 90 do RSR).

13. Mas, para que possa ser deferida a transferência da titularidade, **é necessário que a concessão ou permissão em questão tenha sido outorgada há pelo menos cinco anos**, contados a partir da expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação, conforme estabelece o art. 91 do RSR:

Art. 91. A transferência da concessão ou da permissão somente poderá ser autorizada após decorrido o prazo de cinco anos, contado da data de expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação.

14. Além do cumprimento desse requisito temporal, deve-se observar que é vedada a transferência de titularidade de concessão ou permissão de radiodifusão de pessoa jurídica de direito público interno para empresas privadas (art. 92 do RSR).

15. Também é proibida a transferência de outorga de radiodifusão quando o serviço estiver sendo prestado em caráter precário antes que tenha sido concluída a instrução do respectivo processo de renovação no âmbito do Ministério das Comunicações. É o que estabelece o art. 4º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 4º O funcionamento do serviço de radiodifusão em caráter precário não obsta as transferências de concessão ou permissão, desde que preenchidos os requisitos legais e regulamentares.

Parágrafo único. A anuência para a transferência de concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra, no curso do funcionamento do serviço em caráter precário, poderá ser deferida desde que já concluída a instrução do processo de renovação da concessão ou permissão no âmbito do órgão competente do Poder Executivo, devendo ser advertida desta condição a entidade para a qual a outorga será transferida.

16. No mesmo sentido, assim dispõe o art. 94 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão:

Art. 94. A anuência para a transferência da concessão ou da permissão, no curso do funcionamento do serviço de radiodifusão em caráter precário, poderá ser deferida desde que concluída a instrução do processo de renovação de concessão ou permissão no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, devendo ser advertida desta condição a entidade para a qual a outorga será transferida.

17. Cabe ainda destacar que **a viabilidade jurídica da transferência da outorga depende do cumprimento, pela entidade cessionária, das condições para obter uma outorga de radiodifusão**. Portanto, devem ser respeitados os limites ditativos de outorgas de radiodifusão tanto pela entidade cessionária como por seus sócios, administradores ou gerentes (art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; art. 38, alínea “g”, do CBT; do § 3º do art. 14 do RSR; e § 2º do art. 3º do Decreto nº 8.139, de 1966).

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

CEI 53115.004651/2020-08 / pg. 183

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

18. Nos termos do caput do art. 222 da CRFB, a propriedade de empresas de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos 70% do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (art. 222, § 1º, da CRFB e art. 38, alínea "a", da Lei nº 4.117, de 1962). Em relação ao cumprimento dessa exigência, é necessário avaliar o quadro societário da entidade cessionária para verificar a nacionalidade dos sócios, que deve ser demonstrada por meio da apresentação de algum dos documentos previstos na alínea "c" do inciso III do art. 93 do RSR. Se houver pessoa jurídica no quadro de sócios que impeça a verificação do cumprimento da exigência de capital mínimo pertencente direta ou indiretamente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, recomenda-se que a SECOE exija que a cessionária apresente declaração nesse sentido, aplicando por analogia o disposto no art. 15, § 15, inciso I, do RSR.

19. Além do cumprimento da exigência relacionada à composição do capital social, o § 1º do art. 222 da CRFB e o art. 38, alínea "a", do CBT também exigem que a gestão das atividades da entidade que detenha a outorga de radiodifusão e a responsabilidade por estabelecer o conteúdo de sua programação caibam a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. Portanto, os administradores da entidade cessionária devem ser obrigatoriamente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

20. Também cabe mencionar que, nos termos do art. 112 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023 ^[1], caso a cedente tenha parcelamento deferido com base no art. 1º-B da Lei nº 5.768, de 1971, incluído pela Lei nº 14.027, de 2020, atualmente disciplinado pelos arts. 93 e seguintes da Portaria de Consolidação MCom nº 1, de 2023, a anuência do Poder Executivo para a transferência da outorga é condicionada à prévia quitação integral do parcelamento e eventuais dívidas em aberto.

21. Observadas essas condições, para que a transferência direta de outorga seja deferida, as entidades envolvidas na operação (cedente e cessionária) devem apresentar requerimento conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações, o qual deve estar acompanhado dos documentos indicados no art. 93 do RSR:

Art. 93. A transferência da concessão ou da permissão só poderá ser efetivada se a sociedade para a qual será transferida a concessão ou a permissão estiver condicionada às exigências constantes do art. 28, acompanhada da seguinte documentação:

I - requerimento de transferência de concessão e permissão, disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária;

II - documentação relativa à entidade cedente;

a) prova de inscrição no CNPJ;

b) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cedente, na forma da lei;

c) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do FISTEL;

d) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;

III - documentação relativa à entidade cessionária:

b) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária;

c) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição, feita por meio da apresentação de:

1. certidão de nascimento ou casamento;

2. certificado de reservista;

3. cédula de identidade;

4. certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;

5. carteira profissional;

6. carteira de trabalho e previdência social; ou

7. passaporte;

d) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;

e) certidão negativa de falência ou recuperação judicial válida, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data posterior à da publicação do edital;

f) prova de inscrição no CNPJ;

g) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cessionária, na forma da lei;

h) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do FISTEL;

i) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;

j) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e

k) declaração de que:

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



1. a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão;
2. nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
3. nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
4. a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
5. a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
6. a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
7. nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Parágrafo único. A concessão ou a permissão será transferida em observância aos prazos e às condições estabelecidas originalmente.

22. É importante destacar que o requerimento de transferência de outorga deve ser firmado por quem tenha poder para representar as pessoas jurídicas interessadas. Além disso, como se trata de requerimento de transferência de outorga, no caso de representação por meio de procurador, aplica-se o disposto no § 1º do art. 661 do Código Civil, que exige que o instrumento de mandato contenha poderes especiais e expressos para a prática do ato^[2].

23. Portanto, ao receber pedido de transferência de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada e que tenha poderes específicos para a prática do ato^[3].

24. Caso deferido o pleito de transferência, a cessionária recebe a permissão para a exploração do serviço nas condições em que se encontra, devendo observar o prazo de duração em vigor e cumprir todas as obrigações aplicáveis ao titular da outorga.

Do atendimento aos requisitos para o deferimento do pedido

25. O requerimento de transferência de outorga foi originalmente apresentado em conjunto pela cedente e pela cessionária. Nesse ato, a cedente foi representada por Glauco Tollendal de Barros e Antônio João Furquim Pereira, enquanto a cessionária foi representada por João Eduardo de Nadal, Silvana Maira Pykosc Munhoz e Janice Maria Bison (SEI 5776068).

26. No entanto, em **05/09/2024**, foi apresentado um novo requerimento constando mudança no quadro societário e diretivo tanto da cedente quanto da Cessionária, nos seguintes termos (SEI 11859194):

Cedente:

- Antônio João Furquim Pereira (dirigente); e
- Jocemari Aime Furquim.

Cessionária:

- Fabiano Zaniolo Freitas (Dirigente); e
- Karyna Cubas Batista Freitas;

27. De acordo com as certidões simplificadas que foram apresentadas (SEI-11852275 e SEI-11849921), os signatários do requerimento ostentam a condição de administradores das entidades envolvidas na operação^[4].

28. Portanto, pode-se concluir que as entidades cedente e cessionária apresentaram requerimento conjunto em que pleitearam a transferência da outorga, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações, e estão regularmente representadas.

29. A SECOE informou que a permissão de que se trata foi outorgada há mais de cinco anos a contar da expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação. Portanto, está atendido o requisito do art. 91 do RSR. A esse respeito, cabe reproduzir o seguinte trecho da NOTA TÉCNICA Nº 15421/2024/SEI-MCOM:

10. Tem-se, ademais, que, após consulta ao Sistema Mosaico da pessoa jurídica cedente, a condição alusiva ao prazo mínimo de licenciamento da estação, conforme previsto no art. 91 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, foi devidamente observada. A primeira licença para funcionamento da estação de radiodifusão sonora, em frequência modulada, foi emitida em 30 de novembro de 2015; portanto, a estação encontra-se licenciada há mais de 5(cinco) anos (SEI 9247021).

30. Ambas as entidades envolvidas são privadas. Consequentemente, não se trata de transferência de outorga de pessoa jurídica de direito público para empresa privada. Está assim atendida a exigência prevista no art. 92 do RSR.

31. De acordo com as informações prestadas pela SECOE em sua NOTA TÉCNICA, o prazo de vigência da outorga em questão está expirado. Mas a unidade técnica também informou que já houve a conclusão do processo de renovação no âmbito do Ministério das Comunicações. Nesse sentido, a SECOE afirmou que o Ministro das Comunicações assinou Exposição de motivos por meio da qual encaminhou proposta de Decreto à Casa Civil para a renovação da outorga. Está assim atendido o requisito previsto no art. 94 do RSR. Sobre esse fato, estão consignadas as seguintes informações na NOTA TÉCNICA Nº



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoteleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

8. A pessoa jurídica cedente recebeu do Poder Público a permissão para a execução do referido serviço por meio da Portaria nº 607, de 21 de setembro de 2006, publicada em 22 de setembro de 2006, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 802, de 2009, publicado no dia 5 de novembro de 2009 (SEI 9247012). A outorga encontra-se vencida desde 2020 (SEI 9247965). Contudo, o Ministro de Estado das Comunicações assinou a Portaria MCOM nº 13.845, de 10 de julho de 2024, publicada no dia 31 de julho de 2024, no bojo do processo nº 53115.006310/2020-69, que tratou da renovação da outorga para o período de 3 de setembro de 2020 a 3 de setembro de 2030 (SEI 11675226).

32. De acordo com as informações prestadas pela SECOE em sua NOTA TÉCNICA, o prazo de vigência da outorga em questão está expirado. Mas a unidade técnica também informou que já houve a conclusão do processo de renovação no âmbito do Ministério das Comunicações. Nesse sentido, a SECOE afirmou que o Ministro das Comunicações assinou Exposição de Motivos por meio da qual encaminhou proposta de Decreto à Casa Civil para a renovação da outorga. Está assim atendido o requisito previsto no art. 94 do RSR. Sobre esse fato, estão consignadas as seguintes informações na NOTA TÉCNICA Nº 15421/2024/SEI-MCOM (SEI-11852300):

8. A pessoa jurídica cedente recebeu do Poder Público a permissão para a execução do referido serviço por meio da Portaria nº 607, de 21 de setembro de 2006, publicada em 22 de setembro de 2006, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 802, de 2009, publicado no dia 5 de novembro de 2009 (SEI 9247012). A outorga encontra-se vencida desde 2020 (SEI 9247965). Contudo, o Ministro de Estado das Comunicações assinou a Portaria MCOM nº 13.845, de 10 de julho de 2024, publicada no dia 31 de julho de 2024, no bojo do processo nº 53115.006310/2020-69, que tratou da renovação da outorga para o período de 3 de setembro de 2020 a 3 de setembro de 2030 (SEI 11675226).

33. Além disso, como se pode constatar do respectivo comprovante de inscrição no CNPJ (SEI-11676043) e da certidão simplificada da junta comercial (SEI-11849921), a entidade cessionária é pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras e tem sede no País. Cumpre assim a exigência prevista no *caput* do art. 222 da CRFB.

34. Em sua manifestação técnica, a unidade técnica também atestou a observância aos limites quantitativos de outorga previstos na legislação. A esse respeito assim se manifestou a SECOE na NOTA TÉCNICA Nº 15421/2024/SEI-MCOM (SEI-11852300):

19. Nesse contexto, a pessoa jurídica cessionária e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os limites de outorgas fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO (SEI 11852143).

35. No que diz respeito ao cumprimento das exigências de capital mínimo pertencente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e à naturalidade dos responsáveis pela gestão da entidade cessionária (§ 1º do art. 222 da CRFB), os documentos de identificação dos sócios e dirigentes que foram carreados aos autos (SEI-11849926 e 11849925) demonstram que são brasileiros natos [ou brasileiros naturalizados há mais de dez anos]. Conforme se verifica da certidão simplificada da junta comercial (SEI-11849921) não há pessoa jurídica na composição do quadro de sócios da entidade cessionária. Portanto, considero que tais requisitos também estão atendidos.

36. Em sua NOTA TÉCNICA, a SECOE também informou que não foi encontrado registro de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação da outorga de que se trata.

37. Em relação ao cumprimento das exigências documentais, a SECOE atestou em sua NOTA TÉCNICA que a documentação apresentada pelas interessadas está em conformidade com o art. 93 do RSR. O quadro abaixo indica o atendimento a tais exigências:

Documentação relativa à cedente

Requisito	Base normativa	Cumprimento
(I) Prova de inscrição no CNPJ	Art. 93, II, “a”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11676043)
(II) Prova de regularidade perante a Fazenda federal.	Art. 93, II, “b”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11676043) Validade: 22.12.2024
(III) Prova de regularidade perante a Fazenda estadual/distrital da sede da entidade.	Art. 93, II, “b”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11676043) Validade: 28.11.2024
(IV) Prova de regularidade perante a Fazenda municipal da sede da entidade.	Art. 93, II, “b”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11849920) Validade: 06.11.2024
(V) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel	Art. 93, II, “c”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11676043) Validade: 30.08.2024
(VI) Prova de regularidade relativa à atividade social e ao FGTS.	Art. 93, II, “d”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11676043) Validade: 18.08.2024



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

SEI 11675226/2024-CONJUR-MCOM/CCJ/AGU (11926008)

SEI 53115.004651/2020-08 / pg. 186

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

(VII) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa.	Art. 93, II, “e”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11676043) Validade: 27.01.2024
---	--	--

Documentação relativa à cessionária

Requisito	Base normativa	Cumprimento
(VIII) Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária.	Art. 93, III, “b”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11849921)
(IX) Prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no § 1º do art. 222 da Constituição, feita por meio da apresentação de: 1. certidão de nascimento ou casamento; 2. certificado de reservista; 3. cédula de identidade; 4. certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; 5. carteira profissional; 6. carteira de trabalho e previdência social; ou 7. Passaporte.	Art. 93, III, “c”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11849926 e 11849925)
(X) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura.	Art. 93, III, “d”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11849923 e 11852129)
(XI) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 93, III, “e”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11687203) Validade: 29.10.2024
(XII) Certidão negativa de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 93, III, “e”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11687203) Validade: 29.10.2024
(XIII) Prova de inscrição no CNPJ	Art. 93, III, “f”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11676043)
(XIV) Prova de regularidade perante a Fazenda federal.	Art. 93, III, “g”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11676043) Validade: 16.10.2024
(XV) Prova de regularidade perante a Fazenda estadual/distrital da sede da entidade.	Art. 93, III, “g”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11676043) Validade: 13.10.2024
(XVI) Prova de regularidade perante a Fazenda municipal da sede da entidade.	Art. 93, III, “g”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11676043) Validade: 29.10.2024
(XVII) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do FISTEL	Art. 93, III, “h”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11676043)
(XVIII) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS.	Art. 93, III, “i”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11676043) Validade: 26.08.2024
(XIX) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa.	Art. 93, III, “j”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11676043) Validade: 27.01.2025



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infogest.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

SEI n. 00642/2024/CONJUR-MC/CM/CCJ/AGU (11926008)

SEI 53115.004651/2020-08 / pg. 187

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

(XX) Declaração de que: 1. a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão; 2. nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; 3. nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; 4. a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; 5. a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; 6. a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e 7. nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Art. 93, III, “k”, do Anexo ao Atendido
Decreto nº 52.795. (SEI 11859194)

38. Pode-se concluir assim que, ressalvada a necessidade de atualização das certidões que estão vencidas, estão atendidas as exigências documentais previstas no art. 93 do RSR. Além disso, é importante destacar que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga[6].

39. Quanto ao cumprimento do art. 112 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, a SECOE informou que a entidade cedente não possui parcelamento pendente de pagamento. Nesse sentido, assim consta da NOTA TÉCNICA Nº 15421/2024/SEI-MCOM:

23. Oportuno registrar que, de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL, a pessoa jurídica cedente não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11675821). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, não se aplica no caso concreto (SEI 11675819).

Das minutas de Portaria e de Exposição de Motivos

40. Conforme o art. 90, I, do RSR, a anuência ao pedido de transferência de outorga de radiodifusão sonora deve ser materializada por meio de Portaria do Ministro de Estado das Comunicações. No que diz respeito aos aspectos formais, a minuta de Portaria ministerial que consta dos autos (SEI-11852318) é adequada e suficiente aos fins a que se propõe.

41. A minuta de Exposição de Motivos que foi apresentada (SEI-11852324) também se encontra apta a ser assinada pelo Ministro de Estado.

CONCLUSÃO

42. Ante o exposto, abstraída qualquer análise relacionada à conveniência e oportunidade da medida, concluo que não há óbice jurídico ao deferimento do pedido de transferência da outorga de que trata o presente Parecer, desde que atendida(s) a(s) ressalva(s) contida(s) no(s) parágrafo(s) 6 e 38 deste Parecer.

43. As minutas de Portaria e de Exposição de Motivos que foram apresentadas encontram-se aptas a serem assinadas pelo Ministro de Estado.

44. Considerando que o serviço de radiodifusão de que se trata está em funcionamento precário, essa condição deve ser passada à entidade cessionária (art. 4º, Parágrafo único, da Lei nº 13.424, de 2017, e art. 94 do RSR), informação esta que consta da própria minuta de Portaria ministerial.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

SEI 53115.004651/2020-08 / pg. 188

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

45. Caso se decida pelo deferimento do pleito de transferência de outorga, a Portaria ministerial deve ser encaminhada à Casa Civil acompanhada de Exposição de Motivos a fim de que o ato seja comunicado ao Congresso Nacional por meio de Mensagem do Presidente da República (art. 90, Parágrafo único, do RSR).

46. Por fim, sugere-se o encaminhamento do presente Parecer à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para que dele tome conhecimento e dê prosseguimento ao processo.

À consideração superior.

Brasília, 14 de outubro de 2024.

GUILHERME BRUM DE ALMEIDA
Advogado da União

Notas

- ¹ *Art. 112. Nos casos em que a concessionária ou a permissionária tiver optado pelo pagamento de forma parcelada, conforme hipóteses previstas neste livro, a anuência para a transferência da concessão ou da permissão, assim como para o seu cancelamento ou extinção ficará condicionada à prévia quitação integral de todos os seus parcelamentos e dívidas em aberto.*
- ² *Nesse sentido, vide a NOTA n. 00178/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.011452/2023-91) e o § 37 do DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35).*
- ³ *A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71).*
- ⁴ *Conforme já se manifestou esta Consultoria Jurídica no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35), com base na teoria da aparência se pode concluir que, mesmo que houvesse alguma restrição aos poderes de seus administradores no contrato social ou estatuto da entidade, mesmo assim o ato seria válido em relação ao Ministério das Comunicações e vincularia a pessoa jurídica envolvida.*

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115004651202008 e da chave de acesso afadd337



Documento assinado eletronicamente por GUILHERME BRUM DE ALMEIDA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1720186347 e chave de acesso afadd337 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): GUILHERME BRUM DE ALMEIDA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 15-10-2024 16:39. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

CEJ n. 00642/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11926008)

SEI 53115.004651/2020-08 / pg. 189

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 01735/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.004651/2020-08

INTERESSADOS: GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA (CEDENTE) E RÁDIO PLANALTO DE IRINEÓPOLIS LTDA (CESSIONÁRIA)

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

Senhor Consultor Jurídico,

1. Estou de acordo com o **PARECER n. 00642/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, elaborado pelo Dr. GUILHERME BRUM DE ALMEIDA, Advogado da União, por seus próprios fundamentos.

2. Encaminhe-se à SECOE, conforme proposto.

À consideração.

ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO
ADVOGADA DA UNIÃO
Coordenadora-Geral Jurídica de Radiodifusão Substituta^[1]

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115004651202008 e da chave de acesso afadd337

Notas

1. [^] Conforme Portaria MCOM n° 283, de 5 de agosto de 2024, publicada no Boletim de Serviço Eletrônico de 06 de agosto de 2024.



Documento assinado eletronicamente por ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1721712570 e chave de acesso afadd337 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 15-10-2024 16:47. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Despacho n. 00642/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11926008)

SEI 53115.004651/2020-08 / pg. 190

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 01741/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.004651/2020-08

INTERESSADOS: GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA (CEDENTE) E RÁDIO PLANALTO DE IRINEÓPOLIS LTDA (CESSIONÁRIA)

ASSUNTOS: Radiodifusão. Rádio comercial. Transferência de outorga

1. Aprovo o PARECER n. 642/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO n. 1735/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

2. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 16 de outubro de 2024.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115004651202008 e da chave de acesso afadd337



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1723002586 e chave de acesso afadd337 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 16-10-2024 12:09. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

CEJ n. 00642/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11926008)

SEI 53115.004651/2020-08 / pg. 191

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

DESPACHO

Processo nº: **53115.004651/2020-08**

De ordem do Senhor Secretário de Comunicação Social Eletrônica, encaminhe-se o presente processo ao Departamento de Radiodifusão Privada, para conhecimento do Parecer nº 00642/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11926008), e adoção de providências cabíveis.

Atenciosamente,

Márcia Maria Torres Fernandes
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Maria Torres Fernandes, Chefe de Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, em 16/10/2024, às 15:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11926171** e o código CRC **F21E995B**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.004651/2020-08

Documento nº 11926171



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada

DESPACHO

Processo nº: 53115.004651/2020-08

Referência: Parecer nº 00642/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11926008)

Interessado: Gtoll Telecomunicações Ltda e da Rádio Planalto de Irineópolis Ltda.

Assunto: Transferência Direta. Consulta Conjur. Devolução dos autos

À CGPO

De ordem do Diretor, encaminhe-se este processo à Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada, para conhecimento do Parecer nº 00642/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11926008), e providências cabíveis.

Brasília, 16 de outubro de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Elise Miranda Gonzaga**, **Assessora Técnica**, em 16/10/2024, às 17:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11926556** e o código CRC **1C4A0549**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.004651/2020-08

Documento nº 11926556



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13> / pg. 193

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 04.484.313/0001-13 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 05/06/2001
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) MULEKA COMUNICACOES	PORTE ME
---	-------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 59.11-1-99 - Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente 60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta 61.20-5-01 - Telefonia móvel celular 61.41-8-00 - Operadoras de televisão por assinatura por cabo 62.03-1-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis 63.91-7-00 - Agências de notícias 63.99-2-00 - Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente 66.30-4-00 - Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica 73.19-0-02 - Promoção de vendas 73.20-3-00 - Pesquisas de mercado e de opinião pública 74.20-0-04 - Filmagem de festas e eventos 74.90-1-05 - Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas 74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente 77.39-0-03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas 82.30-0-02 - Casas de festas e eventos 88.00-6-00 - Serviços de assistência social sem alojamento 91.02-3-01 - Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares 93.19-1-01 - Produção e promoção de eventos esportivos

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada
--

LOGRADOURO R BARAO DO RIO BRANCO	NÚMERO 358	COMPLEMENTO CASA
-------------------------------------	---------------	---------------------

CEP 87.780-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO PARAISO DO NORTE	UF PR
-------------------	---------------------------	-------------------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO FURQUIM38@GMAIL.COM	TELEFONE (44) 3431-3027
--	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 20/08/2005
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 17/10/2024 às 11:21:46 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13
Anexo Certidões_Cedente e Cessionária (11927667) 3E1591F5.004651/2020-08 / pg. 194

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA

CNPJ: 04.484.313/0001-13

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:23:01 do dia 17/10/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 16/11/2024.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[s.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC](https://anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC)

ANEXO Certidões_Cedente e Cessionária (11927867)

SEI 55115.004651/2020-08 / pg. 195

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[s.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC](https://sistemas.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC)

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 04.484.313/0001-13
Razão Social: GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA
Endereço: RUA BARAO DO RIO BRANCO 358 CASA / CENTRO / PARAISO DO NORTE / PR / 87780-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 04/10/2024 a 02/11/2024

Certificação Número: 2024100419050959012153

Informação obtida em 17/10/2024 11:23:40

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

www.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

Anexo - Entidades - Cedente e Cessionária (11927867)

SEI 35115.004651/2020-08 / pg. 197

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 11.572.391/0001-35 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 19/02/2010</div>
--	---	--

NOME EMPRESARIAL
RADIO PLANALTO DE IRINEOPOLIS LTDA

<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO PLANALTO DE IRINEOPOLIS</div>	<div>PORTE ME</div>
---	-------------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
60.10-1-00 - Atividades de rádio

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
59.20-1-00 - Atividades de gravação de som e de edição de música
63.19-4-00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet
70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica
73.11-4-00 - Agências de publicidade
73.19-0-03 - Marketing direto
73.19-0-04 - Consultoria em publicidade
73.19-0-99 - Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente
82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

<div>LOGRADOURO R BAHIA</div>	<div>NÚMERO 26</div>	<div>COMPLEMENTO *****</div>
-----------------------------------	--------------------------	----------------------------------

<div>CEP 89.440-000</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO CENTRO - URBANO</div>	<div>MUNICÍPIO IRINEOPOLIS</div>	<div>UF SC</div>
-------------------------------	--	--------------------------------------	----------------------

<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO PLANALTO105FM@PLANALTO105FM.COM.BR</div>	<div>TELEFONE (47) 3625-1406</div>
---	--

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/02/2010</div>
---	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>
--	--

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 17/10/2024 às 11:24:03 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

Arquivo Certidões_Cedente e Cessionária (11927867)

3E1391F5.004651/2020-08 / pg. 198



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: RADIO PLANALTO DE IRINEOPOLIS LTDA
CNPJ: 11.572.391/0001-35

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:26:42 do dia 14/10/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 12/04/2025.

Código de controle da certidão: **04CC.CF09.C670.7649**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nome (razão social): **RADIO PLANALTO DE IRINEOPOLIS LTDA**
CNPJ/CPF: **11.572.391/0001-35**

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal: **Lei nº 3938/66, Art. 154**
Número da certidão: **240140312942606**
Data de emissão: **04/10/2024 09:49:12**
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158): **02/04/2025**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: <http://www.sef.sc.gov.br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Este documento foi assinado digitalmente
Impresso em: 17/10/2024 11:26:06

Assinado por SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - CNPJ: 82.951.310/0001-56 - Data/Hora: 17/10/2024

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

**CNPJ:****11.572.391/0001-35****Entidade não cadastrada nesta agência.****Emitida às 11:26:31 do dia 17/10/2024 (hora e data de Brasília).**[Retornar a Consulta.](#)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[s.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC](https://www.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC)

Anexo Entidades_Cedente e Cessionária (11927867)

SEI 55115.004651/2020-08 / pg. 201

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[s.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC](https://sistemas.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC)

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 11.572.391/0001-35
Razão Social: RADIO PLANALTO DE IRINEOPOLIS LTDA
Endereço: R BAHIA 26 / CENTRO - URBANO / IRINEOPOLIS / SC / 89440-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 12/10/2024 a 10/11/2024

Certificação Número: 2024101204091623821723

Informação obtida em 17/10/2024 11:27:03

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

crf.caixa.gov.br/consultacrff/pages/consultaEmpregador.jsf

Anexo: Entidades Cedente e Cessionária (11927667)

SEI 35115.004651/2020-08 / pg. 203

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



Sistemas Interativos

 Menu Principal ▼

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	11.572.391/0001-35

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: - Data: 17/10/2024 Hora: 11:34:25



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

s.anatel.gov.br/siacco/Novo_Siacco/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposicao/tela.asp

gov.br/slacco/Novo_Slacco/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposicao/tela.asp
releg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5917201e4526-4b44-8b8b-72451719c12
 Consulta Slacco Cessionaria (11927697) SER 53113.004651/2020-08 / pg. 204

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		005.718.759-20									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
KARYNA CUBAS BATISTA FREITAS	005.718.759-20	RADIO FM FRONTEIRA LTDA	03.967.055/0001-63	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SC	Três Barras
		RADIO FM FRONTEIRA LTDA	03.967.055/0001-63	Sócio	20000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Três Barras

Usuário: - Data: 17/10/2024 Hora: 11:34:56



Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
		CPF: 719.496.909-20									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
FABIANO ZANIOLO FREITAS	719.496.909-20	RADIO PLANALTO DE MAJOR VIEIRA LTDA	76.323.971/0001-34	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SC	Major Vieira
		RADIO PLANALTO DE MAJOR VIEIRA LTDA	76.323.971/0001-34	Sócio	218700	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Major Vieira

Usuário: - Data: 17/10/2024 Hora: 11:35:14

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS
TRANSFERÊNCIA DIRETA DE OUTORGA COMERCIAL**

Processo nº 53115.004651/2020-08

Data de protocolização do pedido: 10/08/2020

Entidade cedente: Gtoll Telecomunicações Ltda.

C.N.P.J. Nº 04.484.313/0001-13

Entidade cessionária: Rádio Nirvana FM Ltda (atualmente Rádio Planalto de Irineópolis Ltda)

C.N.P.J. Nº 11.572.391/0001-35

Executante do serviço de radiodifusão sonora em FM

Fistel nº: 50406587531

Localidade: Irineópolis

UF: SC

Situação da Outorga:

(X) Com Portaria de renovação publicada - SEI 11675226
() Vencida

Processo de renovação nº 53115.006310/2020-69

Período: 3 de setembro de 2020 a 3 de setembro de 2030

REQUISITOS MÍNIMOS

DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PÁG.(S)
<p>a) Requerimento de transferência de outorga, disponibilizado pelo MCom, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária, constando declarações, <u>firmadas pelo representante legal da cessionária</u>, de que:</p> <p>a.1) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</p> <p>a.2) nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</p> <p>a.3) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</p> <p>a.4) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</p> <p>a.5) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</p> <p>a.6) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</p> <p>a.7) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as <u>alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990</u>. (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021).</p>	OK	SEI 11859194
b) Licença de funcionamento	OK	SEI 9247021
c) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO)	OK	SEI 11927897
d) A pessoa jurídica optou pelo parcelamento de valores relativos aos serviços de radiodifusão	NÃO	SEI 11675819

RELATIVOS À CEDENTE

DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PÁG.(S)
a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.	OK	1 SEI 11927887
	OK	Federal: 2 SEI 11676043 Validade: 22.12.2024



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.gov.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13> / pg. 207

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

REGULARIDADE FISCAL	b) Prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual, distrital e municipal da sede da entidade , ou outra equivalente, na forma da lei;	OK	Estadual: 3 SEI 11676043 Validade: 28.11.2024
		OK	Municipal: SEI 11849920 Validade: 06.11.2024 (Paraíso do Norte/PR)
	c) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL;	OK	2/3 SEI 11927887 Validade: 16.11.2024
	d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo do Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	OK	INSS: 2 SEI 11676043 Validade: 22.12.2024
		OK	FGTS: 4 SEI 11927887 Validade: 02.11.2024
	e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	7 SEI 11676043 Validade: 27.01.2024

RELATIVOS À CESSIONÁRIA			
HABILITAÇÃO JURÍDICA	DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PÁG. (S)
	a) Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	SEI 11849921 emitida em 27 de agosto de 2024
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	OK	SEI 11849923 SEI 11852129
	c) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ;	OK	SEI 11687203 Validade: 29.10.2024
REGULARIDADE FISCAL	d) Prova de inscrição no CNPJ;	OK	5 SEI 11927887
	e) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade , na forma da lei;	OK	Federal: 6 SEI 11927887 Validade: 12.04.2025
		OK	Estadual: 7 SEI 11927887 Validade: 02.04.2025
		OK	Municipal: 11 SEI 11676043 Validade: 29.10.2024 (Irineópolis/SC)
	f) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do FISTEL;	OK	8/9 SEI 11927887 entidade não cadastrada
	g) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	INSS: 6 SEI 11927887 Validade: 12.04.2025
		OK	FGTS: 10 SEI 11927887 Validade: 10.11.2024
	h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	15 SEI 11676043 Validade: 27.01.2025

RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRETORES - CESSIONÁRIA			
DOCUMENTOS	NOME DOS SÓCIOS/ACIONISTAS E DIRETORES	SITUAÇÃO	PÁG. (S)
	Karyna Cubas Batista Freitas CPF: 005.718.759-20	OK	SEI 11849926



da condição de brasileiro nato
naturalizado há mais de dez anos,

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13> / pg. 208

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição , feita por meio da apresentação de: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certificado de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social; ou vii) passaporte;	Fabiano Zaniolo Freitas CPF: 719.496.909-20	OK	SEI 11849925
--	--	----	--------------

NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA COMO SÓCIA/ACIONISTA DA ENTIDADE

Declaração, firmada pelos dirigentes da Entidade e das Pessoas Jurídicas sócias, de que:

a) No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;	CNPJ:	NÃO SE APLICA	
b) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967	CNPJ:	NÃO SE APLICA	
c) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.	CNPJ:	NÃO SE APLICA	

OBSERVAÇÕES

Relativo à Cedente:
- certidão simplificada 2024: SEI 11852275

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **está em conformidade** com o disposto na legislação.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Coordenadora de Atos de Radiodifusão Privada substituta**, em 24/10/2024, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11927906** e o código CRC **42CF96C6**.



991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 18011/2024/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 53115.004651/2020-08

INTERESSADAS: GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA (CEDENTE) E RÁDIO PLANALTO DE IRINEÓPOLIS LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. ATENDIMENTO. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Gtoll Telecomunicações Ltda** e da **Rádio Planalto de Irineópolis Ltda**, inscritas no CNPJ nº 04.484.313/0001-13 e CNPJ nº 11.572.391/0001-35, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50406587531, no município de Irineópolis/SC.
2. Através da Nota Técnica nº 15421/2024/SEI-MCOM e do Ofício Interno nº 55434/2024/MCOM, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica opinou pela possibilidade de acolhimento do pedido de transferência e pelo encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica. Por sua vez, a unidade consultiva exarou o Parecer nº 00642/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 01735/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e nº 01741/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, no sentido de que não foram vislumbradas irregularidades no presente processo; no entanto, **ressaltou que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga** (SEI 11852300, SEI 11897836 e SEI 11926008).
3. Em atendimento à diligência solicitada pela unidade consultiva, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica promoveu, de ofício, a atualização das certidões que porventura estivessem com o seu prazo de validade expirado.
4. Eis o sumário executivo.

ANÁLISE

5. Para melhor contextualização do que aqui será discorrido, cumpre transcrever breve trecho do referido Parecer nº 00642/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 01735/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e nº 01741/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (SEI 11926008):

[...]

6. Em relação aos aspectos de natureza técnica, parte-se da premissa de que os órgãos e servidores

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Nota Técnica 18011 (11926008)

SEI 53115.004651/2020-08 / pg. 210



991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

competentes para a sua análise detêm os conhecimentos específicos necessários e os analisaram adequadamente em conformidade com suas atribuições. Além disso, as informações lançadas neste processo pelas demais unidades desta Pasta gozam de presunção de veracidade, legalidade e legitimidade.

[...]

38. Pode-se concluir assim que, ressalvada a necessidade de atualização das certidões que estão vencidas, estão atendidas as exigências documentais previstas no art. 93 do RSR. Além disso, é importante destacar que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga^[6].

[...]

CONCLUSÃO

42. Ante o exposto, abstraída qualquer análise relacionada à conveniência e oportunidade da medida, concluo que não há óbice jurídico ao deferimento do pedido de transferência da outorga de que trata o presente Parecer, desde que atendida(s) a(s) ressalva(s) contida(s) no(s) parágrafo(s) 6 e 38 deste Parecer.

DESPACHO n. 01735/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

[...]

1. Estou de acordo com o PARECER n. 00642/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pelo Dr. GUILHERME BRUM DE ALMEIDA, Advogado da União, por seus próprios fundamentos.

DESPACHO n. 01741/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

1. Aprovo o PARECER n. 642/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO n. 1735/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

6. Em atenção às orientações do referido Parecer nº 00642/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, confeccionou-se nova lista de verificação documental, de modo a demonstrar a colação aos autos dos documentos atualizados (SEI 11927906).

7. Sendo assim, entende-se que as informações e documentos ora carreados aos autos vão ao encontro da recomendação formulada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.

CONCLUSÃO

8. Diante do exposto, e em complementação à Nota Técnica nº 15421/2024/SEI-MCOM (SEI 11852300), sugere-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, acompanhado das minutas de Portaria (SEI 11928010) e de Exposição de Motivos (SEI 11928011), para que, em caso de aprovação desta manifestação, seja reenviado o processo ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 24/10/2024, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Coordenadora de Atos de Radiodifusão Privada substituta**, em 24/10/2024, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 25/10/2024, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Nota Técnica 18071 (11926006)

SEI 991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13 / pg. 211

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11928008** e o código CRC **45BED4B3**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.004651/2020-08

Documento nº 11928008



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Nota Técnica 180/11 (11928008)

SEI 53115.004651/2020-08 / pg. 212

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PORTARIA Nº , DE DE DE

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 38, alínea "c", da Lei n.º 4.117, de 27 de agosto de 1962, o disposto no artigo 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53115.004651/2020-08, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 15421/2024/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 18011/2024/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00642/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Transferir a permissão outorgada à Gtoll Telecomunicações Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 04.484.313/0001-13, por meio da Portaria nº 607, de 21 de setembro de 2006, publicada em 22 de setembro de 2006, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 802, de 2009, publicado no dia 5 de novembro de 2009, para a Rádio Planalto de Irineópolis Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 11.572.391/0001-35, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50406587531, no município de Irineópolis, estado de Santa Catarina.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Fica a Rádio Planalto de Irineópolis Ltda advertida que o serviço de radiodifusão sonora será mantido em caráter precário enquanto não sobrevier decisão do Congresso Nacional acerca do pedido de renovação da permissão para executar o serviço de radiodifusão sonora, na forma do inciso XII do caput do art. 49 da Constituição, observados os mesmos prazos e condições originais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO
MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Minuta_Portaria_Transferencia Direta (1125510)

SEI 53115.004651/2020-08 / pg. 213

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 24/10/2024, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Coordenadora de Atos de Radiodifusão Privada substituta**, em 24/10/2024, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 25/10/2024, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11928010** e o código CRC **CE023CEE**.

Referência: Processo nº 53115.004651/2020-08

Documento nº 11928010



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Minuta_Fortuna_Transferencia Direta (11928010)

SEI 53115.004651/2020-08 / pg. 214

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

EM nº - MCOM

Brasília, de de 2024.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação, o Processo Administrativo nº 53115.004651/2020-08, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 15421/2024/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 18011/2024/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00642/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº _____, publicada em _____, que transfere a permissão outorgada à Gtoll Telecomunicações Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 04.484.313/0001-13, por meio da Portaria nº 607, de 21 de setembro de 2006, publicada em 22 de setembro de 2006, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 802, de 2009, publicado no dia 5 de novembro de 2009, para a Rádio Planalto de Irineópolis Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 11.572.391/0001-35, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50406587531, no município de Irineópolis, estado de Santa Catarina.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 5º do art. 222 da Constituição da República, o parágrafo único do art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para cientificação daquela Casa Legislativa.

JUSCELINO FILHO
MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 24/10/2024, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani**, **Coordenadora de Atos de Radiodifusão Privada substituta**, em 24/10/2024, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Minuta _Exposição de Motivos_ Transferência Direta (11928017) SEI 53115.004651/2020-08 / pg. 215

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 25/10/2024, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11928011** e o código CRC **3F7C45E0**.

Referência: Processo nº 53115.004651/2020-08

Documento nº 11928011

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

ata_Exposição de Motivos_Transferência Direta (11928011)

SEI 53115.004651/2020-08 / pg. 216



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA MCOM Nº 15023, DE 25 DE OUTUBRO DE 2024

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 38, alínea "c", da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, o disposto no artigo 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53115.004651/2020-08, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 15421/2024/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 18011/2024/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00642/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Transferir a permissão outorgada à GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA., inscrita no C.N.P.J. nº 04.484.313/0001-13, por meio da Portaria nº 607, de 21 de setembro de 2006, publicada em 22 de setembro de 2006, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 802, de 2009, publicado no dia 5 de novembro de 2009, para a RÁDIO PLANALTO DE IRINEÓPOLIS LTDA., inscrita no C.N.P.J. nº 11.572.391/0001-35, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50406587531, no município de Irineópolis, estado de Santa Catarina.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Fica a RÁDIO PLANALTO DE IRINEÓPOLIS LTDA. advertida que o serviço de radiodifusão sonora será mantido em caráter precário enquanto não sobrevier decisão do Congresso Nacional acerca do pedido de renovação da permissão para executar o serviço de radiodifusão sonora, na forma do inciso XII do caput do art. 49 da Constituição, observados os mesmos prazos e condições originais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 05/11/2024, às 17:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11962384** e o código CRC **438ED9FB**.

Referência: Processo nº 53115.004651/2020-08

Documento nº 11962384



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinaturas.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Portaria 15023 Transferência Direta (11962384)

SEI 53115.004651/2020-08 / pg. 217

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 25 de outubro de 2024.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação, o Processo Administrativo nº 53115.004651/2020-08, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 15421/2024/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 18011/2024/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00642/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 15.023, de 25 de outubro de 2024, publicada em _____, que transfere a permissão outorgada à GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA., inscrita no C.N.P.J. nº 04.484.313/0001-13, por meio da Portaria nº 607, de 21 de setembro de 2006, publicada em 22 de setembro de 2006, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 802, de 2009, publicado no dia 5 de novembro de 2009, para a RÁDIO PLANALTO DE IRINEÓPOLIS LTDA., inscrita no C.N.P.J. nº 11.572.391/0001-35, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50406587531, no município de Irineópolis, estado de Santa Catarina.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 5º do art. 222 da Constituição da República, o parágrafo único do art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para cientificação daquela Casa Legislativa.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 05/11/2024, às 17:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11962391** e o código CRC **55B48F37**.

Referência: Processo nº 53115.004651/2020-08

Documento nº 11962391



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Exposição de Motivos 766 - Transferência Direta (P1502391)

SEI 53115.004651/2020-08 / pg. 218

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 56300/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora
Rafaela Calado e Silva Mello
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Portaria nº 15023/2024 (11962384) e a Exposição de Motivos nº 768/2024 (11962391)

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 18011/2024 (11928008), encaminho a Portaria nº 15023/2024 (11962384) e a Exposição de Motivos nº 768/2024 (11962391), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 01/11/2024, às 15:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11962392** e o código CRC **80195DCA**.

Referência: Processo nº 53115.004651/2020-08

Documento nº 11962392



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Ofício Interno 56300 (11962392)

SEI 53115.004651/2020-08 / pg. 219

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13


Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias

Comprovante de Recebimento



A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 06/11/2024 15:58:57
Origem do Ofício: Gabinete do Ministro
Operador: Rosiane Caixeta da Silva
Ofício: 10680186
Data prevista de publicação: 07/11/2024
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
22119757	PORTARIA MCOM NA 15000.rtf	2ddd9ea48e325e098a304dbc6de2e9f3	36,00	R\$ 1.401,12
22119758	PORTARIA MCOM NA 15001.rtf	d4ba58a7442ea5528fd18fb26bfd0d35	10,00	R\$ 389,20
22119759	PORTARIA MCOM NA 15002.rtf	cd4775d074e9d97fbc4a5d1adea62c15	10,00	R\$ 389,20
22119760	PORTARIA MCOM NA 15005.rtf	5dc53cb9d272648a5976d4b08a500064	29,00	R\$ 1.128,68
22119761	PORTARIA MCOM NA 15023.rtf	3a2d42200fc6202747429e160038f93e	11,00	R\$ 428,12
TOTAL DO OFICIO			96,00	R\$ 3.736,32

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 07/11/2024 | Edição: 216 | Seção: 1 | Página: 20

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 15.023, DE 25 DE OUTUBRO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 38, alínea "c", da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, o disposto no artigo 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53115.004651/2020-08, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 15421/2024/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 18011/2024/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00642/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Transferir a permissão outorgada à GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA., inscrita no C.N.P.J. nº 04.484.313/0001-13, por meio da Portaria nº 607, de 21 de setembro de 2006, publicada em 22 de setembro de 2006, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 802, de 2009, publicado no dia 5 de novembro de 2009, para a RÁDIO PLANALTO DE IRINEÓPOLIS LTDA., inscrita no C.N.P.J. nº 11.572.391/0001-35, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50406587531, no município de Irineópolis, estado de Santa Catarina.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Fica a RÁDIO PLANALTO DE IRINEÓPOLIS LTDA. advertida que o serviço de radiodifusão sonora será mantido em caráter precário enquanto não sobrevier decisão do Congresso Nacional acerca do pedido de renovação da permissão para executar o serviço de radiodifusão sonora, na forma do inciso XII do caput do art. 49 da Constituição, observados os mesmos prazos e condições originais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Id solicitação: 57dbac4203dea

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: GTOLL TELECOMUNICACOES LTDA	
Nome Fantasia: GTOLL TELECOMUNICACOES	
Telefone: (49) 36480233	E-mail: juridicoseils@lorini.adv.br
CNPJ: 04.484.313/0001-13	Número do Fistel: 50406587531
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 03/09/2010	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 28/09/2026	
Observações: RESOLUCAO ANATEL 125/99. Ato nº 2.765, de 1/8/2016, publicado na pág. 10, Seção 1, do DOU de 4/8/2016.	

Endereço Sede		
Logradouro: RUA BARÃO DO RIO BRANCO	Complemento:	
Bairro: CENTRO	Numero: 358	
Município: Paraíso do Norte	UF: PR	CEP: 87780000

Endereço do Transmissor		
Logradouro: LINHA COLONIA VELHA	Complemento:	
Bairro: JARDIM BRAND	Numero: S/N	
Município: Irineópolis	UF: SC	CEP: 89440000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: AVENIDA 22 JULHO	Complemento: 1º ANDAR	
Bairro: CENTRO	Numero: 742	
Município: Irineópolis	UF: SC	CEP: 89440000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Irineópolis	UF: SC

Parâmetros Técnicos			
Canal: 290	Frequência: 105.9 MHz	Classe: A3	ERP Máxima: 7.7476kW
HCI: 90 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 692892630	Número Indicativo: ZYV252
Data Último Licenciamento: 23/01/2023	Número da Licença: 53500.341642/2022-13



24/10/2023 11:36 Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

Relatório Mosaico Cedente (11982154)

SER 53115.004651/2020-08 / pg. 222

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 26° 15' 22.50" S	Longitude: 50° 48' 16.09" W	Cota da base: 812.9 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 057122002884	Modelo: XT - 3000
Fabricante: Sintek Sistemas Eletrônicos Ltda.	Potência de Operação: 3.000 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF78-50JA 7/8"	Fabricante: RFS – RÁDIO FREQUENCY SYSTEMS - KMP		
Comprimento da Linha: 90.0 m	Atenuação: 1.1995 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.500 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: MMFMVT02-4	Fabricante: MAXWELL MAY ANTENAS COMUNICAÇÃO LTDA				
Ganho: 5.7 dBi	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 0 °	Polarização: Vertical	HCI: 90 m	ERP Máxima: 7.75 kW

Padrão de Antena dBi											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0	30°: 0	35°: 0	40°: 0	45°: 0.03	50°: 0.04	55°: 0.15
60°: 0.26	65°: 0.31	70°: 0.35	75°: 0.24	80°: 0.45	85°: 0.46	90°: 0.54	95°: 0.57	100°: 0.58	105°: 0.63	110°: 0.68	115°: 0.71
120°: 0.72	125°: 0.96	130°: 1.21	135°: 1.51	140°: 1.83	145°: 2.16	150°: 2.5	155°: 2.91	160°: 3.35	165°: 3.88	170°: 4.44	175°: 4.58
180°: 4.73	185°: 4.58	190°: 4.44	195°: 3.88	200°: 3.35	205°: 2.91	210°: 2.5	215°: 2.16	220°: 1.83	225°: 1.51	230°: 1.21	235°: 0.96
240°: 0.72	245°: 0.7	250°: 0.68	255°: 0.63	260°: 0.58	265°: 0.56	270°: 0.54	275°: 0.49	280°: 0.45	285°: 0.4	290°: 0.35	295°: 0.31
300°: 0.26	305°: 0.15	310°: 0.04	315°: 0.02	320°: 0	325°: 0	330°: 0	335°: 0	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0

Coordenadas por radial											
0°: Lat 26°3'9.78" S Lon 50°4'8'16.09" W	5°: Lat 26°2'58.39" S Lon 50°4'50'47" W	10°: Lat 26°2'57.54" S Lon 50°4'45'49.89" W	15°: Lat 26°3'2.64" S Lon 50°4'43'35.44" W	20°: Lat 26°3'13.78" S Lon 50°4'43'20.89" W	25°: Lat 26°3'18.12" S Lon 50°4'50'42'0.17" W	30°: Lat 26°4'2.59" S Lon 50°4'0'59.21" W	35°: Lat 26°4'54.87" S Lon 50°4'50'40'6.97" W	40°: Lat 26°5'24.58" S Lon 50°4'38'57.73" W	45°: Lat 26°6'7.14" S Lon 50°4'7'58.06" W	50°: Lat 26°6'39.23" S Lon 50°4'36'42.22" W	55°: Lat 26°7'46.36" S Lon 50°4'36'11.31" W
60°: Lat 26°8'54.26" S Lon 50°3'35'48.01" W	65°: Lat 26°9'54.21" S Lon 50°3'35'13.11" W	70°: Lat 26°10'55.03" S Lon 50°3'4'39.18" W	75°: Lat 26°11'57.43" S Lon 50°3'50'34'6.04" W	80°: Lat 26°13'6.32" S Lon 50°3'33'59.69" W	85°: Lat 26°14'15.47" S Lon 50°3'4'10.71" W	90°: Lat 26°15'21.8" S Lon 50°3'50'34'2.06" W	95°: Lat 26°16'27.75" S Lon 50°3'4'15.72" W	100°: Lat 26°17'30.74" S Lon 50°3'4'40.83" W	105°: Lat 26°18'33.98" S Lon 50°3'4'56.33" W	110°: Lat 26°19'32.54" S Lon 50°3'5'27.89" W	115°: Lat 26°20'31.63" S Lon 50°3'5'55.08" W
120°: Lat 26°21'21.28" S Lon 50°3'6'41.68" W	125°: Lat 26°22'6.05" S Lon 50°3'50'37'32.2" W	130°: Lat 26°22'24.41" S Lon 50°3'8'54.47" W	135°: Lat 26°21'29.54" S Lon 50°3'1'26.28" W	140°: Lat 26°22'40.11" S Lon 50°3'1'26.07" W	145°: Lat 26°20'46.82" S Lon 50°3'50'44'2.63" W	150°: Lat 26°21'46.46" S Lon 50°3'50'44'8.65" W	155°: Lat 26°22'4.34" S Lon 50°3'44'46.93" W	160°: Lat 26°22'23.61" S Lon 50°3'50'45'25" W	165°: Lat 26°23'48.67" S Lon 50°3'5'44.67" W	170°: Lat 26°22'25.17" S Lon 50°3'50'46'52.9" W	175°: Lat 26°23'12.58" S Lon 50°3'7'30.18" W
180°: Lat 26°24'25.52" S Lon 50°4'8'16.09" W	185°: Lat 26°25'20.14" S Lon 50°4'9'14.48" W	190°: Lat 26°25'36.65" S Lon 50°5'0'17.02" W	195°: Lat 26°26'25'38.6" S Lon 50°5'1'20.45" W	200°: Lat 26°25'44.12" S Lon 50°5'2'28.78" W	205°: Lat 26°26'25'26.3" S Lon 50°5'3'30.54" W	210°: Lat 26°25'19.95" S Lon 50°5'4'41.35" W	215°: Lat 26°26'25'3.09" S Lon 50°5'55'50.18" W	220°: Lat 26°24'36.27" S Lon 50°5'6'55.15" W	225°: Lat 26°23'53.59" S Lon 50°5'7'47.03" W	230°: Lat 26°23'19.19" S Lon 50°5'8'50.79" W	235°: Lat 26°22'8.76" S Lon 50°5'50'59'4.32" W
240°: Lat 26°21'37.84" S Lon 50°3'51'0'22.62" W	245°: Lat 26°20'39.62" S Lon 50°3'51'0'56.31" W	250°: Lat 26°19'50.3" S Lon 50°3'51'1'59.02" W	255°: Lat 26°18'42.52" S Lon 50°3'51'2'11.64" W	260°: Lat 26°17'41.34" S Lon 50°3'51'2'59.1" W	265°: Lat 26°16'32.2" S Lon 50°3'51'3'14.44" W	270°: Lat 26°15'21.73" S Lon 50°3'51'3'12.43" W	275°: Lat 26°14'12.94" S Lon 50°3'51'2'53.07" W	280°: Lat 26°13'3" S Lon 50°3'51'2'53.31" W	285°: Lat 26°12'1.14" S Lon 50°3'51'2'10.84" W	290°: Lat 26°11'1.55" S Lon 50°3'51'1'33.15" W	295°: Lat 26°10'4.27" S Lon 50°3'51'0'55.15" W
300°: Lat 26°26'9'13.28" S Lon 50°3'51'0'7.6" W	305°: Lat 26°8'16.35" S Lon 50°3'59'33.32" W	310°: Lat 26°7'40.3" S Lon 50°3'8'29.13" W	315°: Lat 26°6'37.35" S Lon 50°3'50'58'0.56" W	320°: Lat 26°5'46.4" S Lon 50°3'7'14.12" W	325°: Lat 26°5'22.08" S Lon 50°3'50'56'4.04" W	330°: Lat 26°5'0.11" S Lon 50°3'4'56.07" W	335°: Lat 26°3'52.52" S Lon 50°3'50'54'14.2" W	340°: Lat 26°3'40.52" S Lon 50°3'50'53'0.48" W	345°: Lat 26°3'34.7" S Lon 50°3'50'51'47.2" W	350°: Lat 26°3'6.88" S Lon 50°3'0'40.47" W	355°: Lat 26°3'3.11" S Lon 50°3'50'49'28.1" W

Distância por radial											
0°: 22.6	5°: 23.1	10°: 23.4	15°: 23.7	20°: 24	25°: 24.7	30°: 24.2	35°: 23.7	40°: 24.1	45°: 24.2	50°: 25.1	55°: 24.5
60°: 24	65°: 24	70°: 24.1	75°: 24.4	80°: 24.1	85°: 23.5	90°: 23.7	95°: 23.4	100°: 22.9	105°: 22.9	110°: 22.6	115°: 22.6
120°: 22.2	125°: 21.8	130°: 20.3	135°: 16	140°: 17.7	145°: 12.2	150°: 13.7	155°: 13.7	160°: 13.8	165°: 16.2	170°: 13.3	175°: 14.6
180°: 16.8	185°: 18.5	190°: 19.3	195°: 19.7	200°: 20.4	205°: 20.6	210°: 21.3	215°: 21.9	220°: 22.3	225°: 22.3	230°: 22.9	235°: 21.9
240°: 23.2	245°: 23.2	250°: 24.2	255°: 24	260°: 24.8	265°: 25	270°: 24.8	275°: 24.4	280°: 24.7	285°: 24	290°: 23.5	295°: 23.2



300°: 22.8	305°: 22.9	310°: 22.2	315°: 22.9	320°: 23.2	325°: 22.6	330°: 22.2	335°: 23.5	340°: 23.1	345°: 22.6	350°: 23.1	355°: 22.9
------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento: 025100902884	Modelo: EX1000
Fabricante: Sintek Sistemas Eletrônicos Ltda.	Potência de Operação: 1.000 kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 7.75 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	607	Portaria	MC	21/09/2006	28/09/2006	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	411	Portaria	MC	23/09/2010	30/09/2010	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	802	Decreto Legislativo	CN	04/11/2009	05/11/2009	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	7200	Ato	CMPRL	03/11/2010	04/11/2010	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	237	Portaria	MC	01/08/2012	06/08/2012	Multa	Jurídico
9999	2767	Ato	ER03	04/05/2015	19/05/2015	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
53500.071035/2020-19	65	Ato	ORLE	05/01/2021	21/01/2021	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.332832/2022-31	9453901	Ato	ORLE	18/11/2022	08/12/2022	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53115006310202069	13845	Portaria	MC	10/07/2024	31/07/2024	Renovação	Jurídico
53115004651202008	15023	Portaria	MC	25/10/2024	07/11/2024	Transferência Direta	Jurídico

Horário de funcionamento	



Id solicitação: 57dbac4203dea

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO PLANALTO DE IRINEOPOLIS LTDA	
Nome Fantasia: RADIO PLANALTO DE IRINEOPOLIS	
Telefone: (47) 3625-1406	E-mail: PLANALTO105FM@PLANALTO105FM.COM.BR
CNPJ: 11.572.391/0001-35	Número do Fistel: 50406587531
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 03/09/2010	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 28/09/2026	
Observações: RESOLUCAO ANATEL 125/99. Ato nº 2.765, de 1/8/2016, publicado na pág. 10, Seção 1, do DOU de 4/8/2016.	

Endereço Sede		
Logradouro: R BAHIA	Complemento:	
Bairro: CENTRO - URBANO	Numero: 26	
Município: Irineópolis	UF: SC	CEP: 89440000

Endereço do Transmissor		
Logradouro: LINHA COLONIA VELHA	Complemento:	
Bairro: JARDIM BRAND	Numero: S/N	
Município: Irineópolis	UF: SC	CEP: 89440000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: AVENIDA 22 JULHO	Complemento: 1º ANDAR	
Bairro: CENTRO	Numero: 742	
Município: Irineópolis	UF: SC	CEP: 89440000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Irineópolis	UF: SC

Parâmetros Técnicos			
Canal: 290	Frequência: 105.9 MHz	Classe: A3	ERP Máxima: 7.7476kW
HCI: 90 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 1

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 692892630	Número Indicativo: ZYV252
Data Último Licenciamento: 23/01/2023	Número da Licença: 53500.341642/2022-13



Estação Principal		
Localização		
Latitude: 26° 15' 22.50" S	Longitude: 50° 48' 16.09" W	Cota da base: 812.9 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 057122002884	Modelo: XT - 3000
Fabricante: Sintek Sistemas Eletrônicos Ltda.	Potência de Operação: 3.000 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF78-50JA 7/8"	Fabricante: RFS – RÁDIO FREQUENCY SYSTEMS - KMP		
Comprimento da Linha: 90.0 m	Atenuação: 1.1995 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.500 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: MMFMVT02-4	Fabricante: MAXWELL MAY ANTENAS COMUNICAÇÃO LTDA				
Ganho: 5.7 dBd	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 0 °	Polarização: Vertical	HCl: 90 m	ERP Máxima: 7.75 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0	30°: 0	35°: 0	40°: 0	45°: 0.03	50°: 0.04	55°: 0.15
60°: 0.26	65°: 0.31	70°: 0.35	75°: 0.24	80°: 0.45	85°: 0.46	90°: 0.54	95°: 0.57	100°: 0.58	105°: 0.63	110°: 0.68	115°: 0.71
120°: 0.72	125°: 0.96	130°: 1.21	135°: 1.51	140°: 1.83	145°: 2.16	150°: 2.5	155°: 2.91	160°: 3.35	165°: 3.88	170°: 4.44	175°: 4.58
180°: 4.73	185°: 4.58	190°: 4.44	195°: 3.88	200°: 3.35	205°: 2.91	210°: 2.5	215°: 2.16	220°: 1.83	225°: 1.51	230°: 1.21	235°: 0.96
240°: 0.72	245°: 0.7	250°: 0.68	255°: 0.63	260°: 0.58	265°: 0.56	270°: 0.54	275°: 0.49	280°: 0.45	285°: 0.4	290°: 0.35	295°: 0.31
300°: 0.26	305°: 0.15	310°: 0.04	315°: 0.02	320°: 0	325°: 0	330°: 0	335°: 0	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0

Coordenadas por radial											
0°: Lat 26°3'9.78" S Lon 50°4'8'16.09" W	5°: Lat 26°2'58.39" S Lon 50°50'47'3.63" W	10°: Lat 26°2'57.54" S Lon 50°45'49.89" W	15°: Lat 26°3'2.64" S Lon 50°43'35.44" W	20°: Lat 26°3'13.78" S Lon 50°43'20.89" W	25°: Lat 26°3'18.12" S Lon 50°42'0.17" W	30°: Lat 26°4'2.59" S Lon 50°40'59.21" W	35°: Lat 26°4'54.87" S Lon 50°40'46.97" W	40°: Lat 26°5'24.58" S Lon 50°38'57.73" W	45°: Lat 26°6'7.14" S Lon 50°37'58.06" W	50°: Lat 26°6'39.23" S Lon 50°36'42.22" W	55°: Lat 26°7'46.36" S Lon 50°36'11.31" W
60°: Lat 26°8'54.26" S Lon 50°35'48.01" W	65°: Lat 26°9'54.21" S Lon 50°35'13.11" W	70°: Lat 26°10'55.03" S Lon 50°43'39.18" W	75°: Lat 26°11'57.43" S Lon 50°43'34.60" W	80°: Lat 26°13'6.32" S Lon 50°33'59.69" W	85°: Lat 26°14'15.47" S Lon 50°41'07.11" W	90°: Lat 26°15'21.8" S Lon 50°35'34'2.06" W	95°: Lat 26°16'27.75" S Lon 50°41'15.72" W	100°: Lat 26°17'30.74" S Lon 50°44'40.83" W	105°: Lat 26°18'33.98" S Lon 50°44'56.33" W	110°: Lat 26°19'32.54" S Lon 50°45'27.89" W	115°: Lat 26°20'31.63" S Lon 50°45'55.08" W
120°: Lat 26°21'21.28" S Lon 50°6'41.68" W	125°: Lat 26°22'6.05" S Lon 50°50'37'32.2" W	130°: Lat 26°22'24.41" S Lon 50°58'54.77" W	135°: Lat 26°21'29.54" S Lon 50°51'26.28" W	140°: Lat 26°22'40.11" S Lon 50°41'26.07" W	145°: Lat 26°20'46.82" S Lon 50°44'2.63" W	150°: Lat 26°21'46.46" S Lon 50°44'8.65" W	155°: Lat 26°22'4.34" S Lon 50°44'46.93" W	160°: Lat 26°22'23.61" S Lon 50°45'45.25" W	165°: Lat 26°23'48.67" S Lon 50°45'44.67" W	170°: Lat 26°22'25.17" S Lon 50°45'46.52.9" W	175°: Lat 26°23'12.58" S Lon 50°47'30.18" W
180°: Lat 26°24'25.52" S Lon 50°4'8'16.09" W	185°: Lat 26°25'20.14" S Lon 50°9'14.48" W	190°: Lat 26°25'36.65" S Lon 50°0'17.02" W	195°: Lat 26°26'25'38.6" S Lon 50°51'20.45" W	200°: Lat 26°25'44.12" S Lon 50°2'28.78" W	205°: Lat 26°26'25'26.3" S Lon 50°53'30.54" W	210°: Lat 26°25'19.95" S Lon 50°4'41.35" W	215°: Lat 26°26'25'3.09" S Lon 50°55'50.18" W	220°: Lat 26°24'36.27" S Lon 50°6'55.15" W	225°: Lat 26°23'53.59" S Lon 50°7'47.03" W	230°: Lat 26°23'19.19" S Lon 50°8'50.79" W	235°: Lat 26°22'8.76" S Lon 50°50'59'4.32" W
240°: Lat 26°21'37.84" S Lon 50°51'0'22.62" W	245°: Lat 26°20'39.62" S Lon 50°51'0'56.31" W	250°: Lat 26°19'50.3" S Lon 50°51'1'59.02" W	255°: Lat 26°18'42.52" S Lon 50°51'2'11.64" W	260°: Lat 26°17'41.34" S Lon 50°51'2'59.1" W	265°: Lat 26°16'32.2" S Lon 50°51'3'14.44" W	270°: Lat 26°15'21.73" S Lon 50°51'3'12.43" W	275°: Lat 26°14'12.94" S Lon 50°51'2'53.07" W	280°: Lat 26°13'3" S Lon 50°51'2'53.31" W	285°: Lat 26°12'1.14" S Lon 50°51'2'10.84" W	290°: Lat 26°11'1.55" S Lon 50°51'1'33.15" W	295°: Lat 26°10'4.27" S Lon 50°51'0'55.15" W
300°: Lat 26°26°9'13.28" S Lon 50°51'0'7.6" W	305°: Lat 26°8'16.35" S Lon 50°59'33.32" W	310°: Lat 26°7'40.3" S Lon 50°8'29.13" W	315°: Lat 26°6'37.35" S Lon 50°50'58'0.56" W	320°: Lat 26°5'46.4" S Lon 50°7'14.12" W	325°: Lat 26°5'22.08" S Lon 50°56'4.04" W	330°: Lat 26°5'0.11" S Lon 50°4'56.07" W	335°: Lat 26°3'52.52" S Lon 50°54'14.2" W	340°: Lat 26°3'40.52" S Lon 50°53'0.48" W	345°: Lat 26°3'34.7" S Lon 50°51'47.2" W	350°: Lat 26°3'6.88" S Lon 50°40.47" W	355°: Lat 26°3'3.11" S Lon 50°49'28.1" W

Distância por radial											
0°: 22.6	5°: 23.1	10°: 23.4	15°: 23.7	20°: 24	25°: 24.7	30°: 24.2	35°: 23.7	40°: 24.1	45°: 24.2	50°: 25.1	55°: 24.5
60°: 24	65°: 24	70°: 24.1	75°: 24.4	80°: 24.1	85°: 23.5	90°: 23.7	95°: 23.4	100°: 22.9	105°: 22.9	110°: 22.6	115°: 22.6
120°: 22.2	125°: 21.8	130°: 20.3	135°: 16	140°: 17.7	145°: 12.2	150°: 13.7	155°: 13.7	160°: 13.8	165°: 16.2	170°: 13.3	175°: 14.6
180°: 16.8	185°: 18.5	190°: 19.3	195°: 19.7	200°: 20.4	205°: 20.6	210°: 21.3	215°: 21.9	220°: 22.3	225°: 22.3	230°: 22.9	235°: 21.9
240°: 23.2	245°: 23.2	250°: 24.2	255°: 24	260°: 24.8	265°: 25	270°: 24.8	275°: 24.4	280°: 24.7	285°: 24	290°: 23.5	295°: 23.2



300°: 22.8	305°: 22.9	310°: 22.2	315°: 22.9	320°: 23.2	325°: 22.6	330°: 22.2	335°: 23.5	340°: 23.1	345°: 22.6	350°: 23.1	355°: 22.9
------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento: 025100902884						Modelo: EX1000					
Fabricante: Sintek Sistemas Eletrônicos Ltda.						Potência de Operação: 1.000 kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 7.75 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
537400004502001	802	Decreto Legislativo	CN	04/11/2009	05/11/2009	Deliber. do C. Nacional	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	411	Portaria	MC	23/09/2010	30/09/2010	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
537400004502001	607	Portaria	MC	21/09/2006	28/09/2006	Outorga	Jurídico
9999	7200	Ato	CMPRL	03/11/2010	04/11/2010	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	237	Portaria	MC	01/08/2012	06/08/2012	Multa	Jurídico
9999	2767	Ato	ER03	04/05/2015	19/05/2015	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
53500.071035/2020-19	65	Ato	ORLE	05/01/2021	21/01/2021	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.332832/2022-31	9453901	Ato	ORLE	18/11/2022	08/12/2022	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53115006310202069	13845	Portaria	MC	10/07/2024	31/07/2024	Renovação	Jurídico
53115004651202008	15023	Portaria	MC	25/10/2024	07/11/2024	Transferência Direta	Jurídico

Horário de funcionamento							





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 56768/2024/MCOM

Brasília, 08 de novembro de 2024

Ao Senhor
Ênio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (11962391)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta da Nota Técnica nº 18011/2024 (11928008), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos nº 768/2024 (11962391), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 08/11/2024, às 11:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11983013** e o código CRC **A75D8FC7**.

Referência: Processo nº 53115.004651/2020-08

Documento nº 11983013



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Ofício Interno 56768 (11983013)

SEI 53115.004651/2020-08 / pg. 228

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

Brasília, 11 de Novembro de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação, o Processo Administrativo nº 53115.004651/2020-08, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 15421/2024/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 18011/2024/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00642/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 15.023, de 25 de outubro de 2024, publicada em 7 de novembro de 2024, que transfere a permissão outorgada à GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA., inscrita no C.N.P.J. nº 04.484.313/0001-13, por meio da Portaria nº 607, de 21 de setembro de 2006, publicada em 22 de setembro de 2006, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 802, de 2009, publicado no dia 5 de novembro de 2009, para a RÁDIO PLANALTO DE IRINEÓPOLIS LTDA., inscrita no C.N.P.J. nº 11.572.391/0001-35, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50406587531, no município de Irineópolis, estado de Santa Catarina.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 5º do art. 222 da Constituição da República, o parágrafo único do art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para cientificação daquela Casa Legislativa.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<http://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 36561/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura.

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Transferência direta de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53115.004651/2020-08.

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre transferência direta de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias**, **Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 11/11/2024, às 15:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11986281** e o código CRC **0E56C13D**.

Referência: Processo nº 53115.004651/2020-08

Documento nº 11986281



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Ofício 36561/2024/MCOM

SEI 36561/2024/MCOM - 53115.004651/2020-08 / pg. 230

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

Brasília, 11 de Novembro de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação, o Processo Administrativo nº 53115.004651/2020-08, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 15421/2024/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 18011/2024/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00642/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 15.023, de 25 de outubro de 2024, publicada em 7 de novembro de 2024, que transfere a permissão outorgada à GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA., inscrita no C.N.P.J. nº 04.484.313/0001-13, por meio da Portaria nº 607, de 21 de setembro de 2006, publicada em 22 de setembro de 2006, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 802, de 2009, publicado no dia 5 de novembro de 2009, para a RÁDIO PLANALTO DE IRINEÓPOLIS LTDA., inscrita no C.N.P.J. nº 11.572.391/0001-35, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50406587531, no município de Irineópolis, estado de Santa Catarina.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 5º do art. 222 da Constituição da República, o parágrafo único do art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para cientificação daquela Casa Legislativa.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 18011/2024/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 53115.004651/2020-08

INTERESSADAS: GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA (CEDENTE) E RÁDIO PLANALTO DE IRINEÓPOLIS LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. ATENDIMENTO. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Gtoll Telecomunicações Ltda** e da **Rádio Planalto de Irineópolis Ltda**, inscritas no CNPJ nº 04.484.313/0001-13 e CNPJ nº 11.572.391/0001-35, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50406587531, no município de Irineópolis/SC.
2. Através da Nota Técnica nº 15421/2024/SEI-MCOM e do Ofício Interno nº 55434/2024/MCOM, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica opinou pela possibilidade de acolhimento do pedido de transferência e pelo encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica. Por sua vez, a unidade consultiva exarou o Parecer nº 00642/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 01735/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e nº 01741/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, no sentido de que não foram vislumbradas irregularidades no presente processo; no entanto, **ressaltou que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga** (SEI 11852300, SEI 11897836 e SEI 11926008).
3. Em atendimento à diligência solicitada pela unidade consultiva, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica promoveu, de ofício, a atualização das certidões que porventura estivessem com o seu prazo de validade expirado.
4. Eis o sumário executivo.

ANÁLISE

5. Para melhor contextualização do que aqui será discorrido, cumpre transcrever breve trecho do referido Parecer nº 00642/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 01735/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e nº 01741/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (SEI 11926008):

[...]

6. Em relação aos aspectos de natureza técnica, parte-se da premissa de que os órgãos e servidores



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Nota Técnica 18011 (14928000)

SEI 53115.004651/2020-08 / pg. 1

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

competentes para a sua análise detêm os conhecimentos específicos necessários e os analisaram adequadamente em conformidade com suas atribuições. Além disso, as informações lançadas neste processo pelas demais unidades desta Pasta gozam de presunção de veracidade, legalidade e legitimidade.

[...]

38. Pode-se concluir assim que, ressalvada a necessidade de atualização das certidões que estão vencidas, estão atendidas as exigências documentais previstas no art. 93 do RSR. Além disso, é importante destacar que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga^[6].

[...]

CONCLUSÃO

42. Ante o exposto, abstraída qualquer análise relacionada à conveniência e oportunidade da medida, concluo que não há óbice jurídico ao deferimento do pedido de transferência da outorga de que trata o presente Parecer, desde que atendida(s) a(s) ressalva(s) contida(s) no(s) parágrafo(s) 6 e 38 deste Parecer.

DESPACHO n. 01735/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

[...]

1. Estou de acordo com o PARECER n. 00642/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pelo Dr. GUILHERME BRUM DE ALMEIDA, Advogado da União, por seus próprios fundamentos.

DESPACHO n. 01741/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

1. Aprovo o PARECER n. 642/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO n. 1735/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

6. Em atenção às orientações do referido Parecer nº 00642/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, confeccionou-se nova lista de verificação documental, de modo a demonstrar a colação aos autos dos documentos atualizados (SEI 11927906).

7. Sendo assim, entende-se que as informações e documentos ora carreados aos autos vão ao encontro da recomendação formulada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.

CONCLUSÃO

8. Diante do exposto, e em complementação à Nota Técnica nº 15421/2024/SEI-MCOM (SEI 11852300), sugere-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, acompanhado das minutas de Portaria (SEI 11928010) e de Exposição de Motivos (SEI 11928011), para que, em caso de aprovação desta manifestação, seja reenviado o processo ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 24/10/2024, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Coordenadora de Atos de Radiodifusão Privada substituta**, em 24/10/2024, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 25/10/2024, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13> / pg. 2

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11928008** e o código CRC **45BED4B3**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.004651/2020-08

Documento nº 11928008



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Nota Técnica 18011 (11928008)

SEI 53115.004651/2020-08 / pg. 3

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 15421/2024/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 53115.004651/2020-08

INTERESSADAS: GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA (CEDENTE) E RÁDIO PLANALTO DE IRINEÓPOLIS LTDA (CESSIONÁRIA)

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. VIABILIDADE. REMESSA DOS AUTOS À CONJUR E AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Gtoll Telecomunicações Ltda** e da **Rádio Planalto de Irineópolis Ltda**, inscritas no CNPJ nº 04.484.313/0001-13 e CNPJ nº 11.572.391/0001-35, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50406587531, no município de Irineópolis/SC.
2. Após a protocolização do requerimento administrativo que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação das pessoas jurídicas interessadas na operação de transferência direta para complementar a instrução processual, tendo sido apresentados os documentos solicitados.

ANÁLISE

3. Sabe-se que as concessões ou permissões do serviço de radiodifusão sonora ou de sons e imagens podem ser repassadas a outra pessoa jurídica por intermédio de operação denominada de transferência direta, nos termos do art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117/1962, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, a saber:

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

c) a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo;

[...]

4. Conforme visto, a operação de transferência direta depende, para sua validade, de prévia anuência do Poder Público, cujo ato se materializará em portaria do Ministro de Estado das Comunicações, quando se tratar do serviço de radiodifusão sonora, ou em decreto do Presidente da República, que será precedido de instrução processual a ser efetivada pelo Ministério das Comunicações, na hipótese do serviço de radiodifusão de sons e imagens, tudo com base no art. 90, incisos I e II, do Decreto nº 52.795/1963.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Nota Técnica 15421/2024/SEI-MCOM

SEI 99115.004651/2020-08 / pg. 1

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

5. A anuência do Poder Público está condicionada à demonstração pelas interessadas na operação de transferência direta do preenchimento das condições consubstanciadas, em especial, no art. 91 e art. 93 do Decreto nº 52.795/1963, a saber:

Art. 91. A transferência da concessão ou da permissão somente poderá ser autorizada após decorrido o prazo de cinco anos, contado da data de expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação.

[...]

Art. 93. A transferência da concessão ou da permissão só poderá ser efetivada se a sociedade para a qual será transferida a concessão ou a permissão estiver condicionada às exigências constantes do art. 28, acompanhada da seguinte documentação:

I - requerimento de transferência de concessão e permissão, disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária;

II - documentação relativa à entidade cedente:

a) prova de inscrição no CNPJ;

b) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cedente, na forma da lei;

c) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do FISTEL;

d) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;

II - documentação relativa à entidade cessionária:

b) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária;

c) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no [§1º do art. 222 da Constituição](#), feita por meio da apresentação de:

1. certidão de nascimento ou casamento;

2. certificado de reservista;

3. cédula de identidade;

4. certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;

5. carteira profissional;

6. carteira de trabalho e previdência social; ou

7. passaporte;

d) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;

e) certidão negativa de falência ou recuperação judicial válida, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data posterior à da publicação do edital;

f) prova de inscrição no CNPJ;

g) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cessionária, na forma da lei;

h) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do FISTEL;

i) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;

j) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

k) declaração de que:

1. a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão;

2. nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

3. nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou



de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

4. a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

5. a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição;

6. a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

7. nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as [alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990](#)

Parágrafo único. A concessão ou a permissão será transferida em observância aos prazos e às condições estabelecidas originalmente.

6. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da transferência direta, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

7. No caso em apreço, as pessoas jurídicas ora interessadas na operação objeto destes autos protocolaram requerimento administrativo de transferência direta, por meio de seus sócios e dirigentes, conforme demonstram as certidões simplificadas emitidas pela repartição competente em 7 de agosto de 2024 e em 27 de agosto de 2024 (SEI 11859194, SEI 11852275 e SEI 11849921). O pleito foi apresentado juntamente com as declarações previstas no art. 93, inciso III, alínea "k", do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, devidamente firmadas pelos representantes legais da empresa cessionária (págs. 3/4 - SEI 11859194).

8. A pessoa jurídica cedente recebeu do Poder Público a permissão para a execução do referido serviço por meio da Portaria nº 607, de 21 de setembro de 2006, publicada em 22 de setembro de 2006, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 802, de 2009, publicado no dia 5 de novembro de 2009 (SEI 9247012). A outorga encontra-se vencida desde 2020 (SEI 9247965). Contudo, o Ministro de Estado das Comunicações assinou a Portaria MCOM nº 13.845, de 10 de julho de 2024, publicada no dia 31 de julho de 2024, no bojo do processo nº 53115.006310/2020-69, que tratou da renovação da outorga para o período de 3 de setembro de 2020 a 3 de setembro de 2030 (SEI 11675226).

9. Oportuno registrar que a execução do serviço de radiodifusão pela entidade está sendo mantida em caráter precário, uma vez que não houve ainda manifestação do Congresso Nacional em relação à renovação da outorga. De todo modo, tal circunstância não inviabiliza a transferência direta, porquanto o art. 4º, parágrafo único, da Lei nº 13.424/2017 e o art. 94 do Decreto nº 52.795/1963 autorizam a efetivação da operação por ocasião do funcionamento do serviço em caráter precário, desde que concluída a instrução do processo de renovação.

10. Tem-se, ademais, que, após consulta ao Sistema Mosaico da pessoa jurídica cedente, a condição alusiva ao prazo mínimo de licenciamento da estação, conforme previsto no art. 91 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, foi devidamente observada. A primeira licença para funcionamento da estação de radiodifusão sonora, em frequência modulada, foi emitida em 30 de novembro de 2015; portanto, a estação encontra-se licenciada há mais de 5 (cinco) anos (SEI 9247021).

11. A documentação apresentada pelas entidades cedente e cessionária está em conformidade com o art. 93 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 9.138/2017 e pelo Decreto nº 10.775 de 23 de agosto de 2021, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 11675846). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o **caput**, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Nota Técnica 15421 (14862300)

SEI 99115.004891/2020-08 / pg. 3

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

12. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

13. As pessoas jurídicas ora interessadas na operação de transferência direta apresentaram todos os documentos previstos nos incisos II e III do art. 93 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021.

14. A pessoa jurídica cedente juntou aos autos os comprovantes de regularidade perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica; as certidões que demonstram a sua regularidade junto aos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal; bem como os comprovantes de regularidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Colacionou-se, também, o comprovante de regularidade junto ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Carreou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 11675846).

15. Por sua vez, a pessoa jurídica cessionária colacionou aos autos, além dos documentos citados anteriormente, certidão simplificada expedida pela Junta Comercial em que seus atos estão registrados, de modo a demonstrar a sua composição societária e diretiva e a comprovar as atividades desenvolvidas. O objetivo social diz respeito a: *a) execução de serviço de radiodifusão em qualquer de suas modalidades; atividades secundárias: b) exploração de propaganda e publicidade comercial e outras matérias concernentes ao ramo por qualquer veículo de comunicação, com ou sem criação própria; c) marketing direto de produção musical; d) gravação de som e edição de músicas para programas de rádio e outros veículos de comunicação; e) organização e realização de eventos e palestras; f) assessoria em comunicação; g) agência de publicidade; h) assessoria em marketing* (SEI 11849921).

16. De acordo com a Certidão Simplificada expedida pelo órgão de registro competente na data de 27 de agosto de 2024, a composição societária e diretiva da pessoa jurídica cessionária é a seguinte (SEI 11849921):

NOME	COTAS	VALOR - R\$
Karyna Cubas Batista Freitas	40.000	40.000,00



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Nota Técnica 15421 (14862300)

SEI 991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13 / pg. 4

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

Fabiano Zaniolo Freitas	300.000	300.000,00
TOTAL	340.000	340.000,00

NOME	CARGO
Fabiano Zaniolo Freitas	Administrador

17. Em relação aos limites de outorga, e levando-se em consideração a estrutura societária e diretiva constante na certidão simplificada expedida pela respectiva Junta Comercial, tem-se que a pessoa jurídica cessionária não faz parte da composição societária de outras entidades executantes dos serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO na data de 2 de setembro de 2024 (SEI 11852143), a saber:

Consulta Participação da Entidade nas Empresas	
Tipo de Consulta: CNPJ	
CNPJ: 11.572.391/0001-35	
Não foi encontrado dados com essa informação	

18. Já os seus sócios e administrador, nota-se a participação social em outras entidades executantes dos serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário, senão vejamos (SEI 11852143):

Consulta Composição da Entidade...											
Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 005.718.759-20											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
KARYNA CUBAS BATISTA FREITAS	005.718.759-20	RADIO FM FRONTEIRA LTDA	03.967.055/0001-63	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SC	Três Barras
		RADIO FM FRONTEIRA LTDA	03.967.055/0001-63	Sócio	20000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Três Barras

Consulta Composição da Entidade...											
Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 719.496.909-20											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
FABIANO ZANIOLO FREITAS	719.496.909-20	RADIO PLANALTO DE MAJOR VIEIRA LTDA	76.323.971/0001-34	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SC	Major Vieira
		RADIO PLANALTO DE MAJOR VIEIRA LTDA	76.323.971/0001-34	Sócio	218700	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Major Vieira

19. Nesse contexto, a pessoa jurídica cessionária e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os limites de outorgas fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO (SEI 11852143).

20. A pessoa jurídica cessionária carrou, ainda, a prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos de seus sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição Federal. Juntou-se, também, o balanço patrimonial e demonstrativo do resultado do exercício, firmados em conjunto por profissional em contabilidade e por seu representante legal. Acostou-se, de igual modo, certidão emitida pelo Poder Judiciário do Estado em que a sede está localizada, atestando que inexistente registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor (SEI 11675846).



21. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a pessoa jurídica cessionária, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão, em havendo autorização do Poder Público para a transferência direta da outorga, tudo na forma do art. 93 do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021.

22. Mostra-se relevante rememorar que, em se tratando de transferência de outorga, faz-se necessário, também, levantar informações acerca da existência de pena de cassação da outorga que se pretende transferir. Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM foi instada a informar sobre a existência de Processos de Apuração de Infração - PAIs, por meio do Correspondência Eletrônica (SEI 11852296). Em resposta, informou-se o seguinte (SEI 11852298):

que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora Gtoll Telecomunicações Ltda, inscrita no CNPJ nº 04.484.313/0001-13, para a execução do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50406587531, no município de Irineópolis /SC, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

23. Oportuno registrar que, de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL, a pessoa jurídica cedente não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11675821). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, não se aplica no caso concreto (SEI 11675819).

24. **Por fim, esclareça-se que, por intermédio da Nota Técnica nº 13425/2024/SEI-MCOM (vide item 7), que acompanhou o Ofício nº 25914/2024/MCOM, a pessoa jurídica cessionária foi advertida que, caso o pedido de transferência direta seja deferido, o serviço de radiodifusão será prestado em caráter precário, enquanto não houver conclusão do respectivo processo de renovação de outorga, na forma do art. 4º, parágrafo único, da Lei nº 13.424/2017, juntamente com o art. 94 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963 (SEI 11676087 e SEI 11676124). Tal advertência, aliás, encontra-se inserida na minuta de ato ora colacionada aos autos (SEI 11852318).**

25. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de transferência direta da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50406587531, no município de Irineópolis/SC, nos termos do art. 38, alínea "c", da Lei n.º 4.117/1962 e do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

26. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

27. Em caso de aprovação, sugere-se a adoção das seguintes providências administrativas:

- envio dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações**, para análise da regularidade jurídica da operação de transferência direta ora discutida, inclusive das minutas de Portaria (SEI 11852318) e de Exposição de Motivos (SEI 11852324), na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993, e



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13> / pg. 6

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

b) em caso de manifestação jurídica favorável, remessa posterior dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963, sem prejuízo das medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 222, § 5º, da Constituição Federal.

28. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da correspondente atualização dos sistemas pertinentes com a composição societária e diretiva da pessoa jurídica cessionária, **de acordo com o exposto no parágrafo 16 desta manifestação**, bem como da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s) e a tramitação dos autos à **SECOE_MCOM_CCIVIL** para providências subseqüentes.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 25/09/2024, às 17:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin**, **Coordenador de Atos de Radiodifusão Privada**, em 26/09/2024, às 10:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani**, **Assistente Técnico**, em 26/09/2024, às 10:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 27/09/2024, às 17:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11852300** e o código CRC **851E0691**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.004651/2020-08

Documento nº 11852300



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

Nota Técnica 15421 (11852300)

SEI 53115.004651/2020-08 / pg. 7

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 07/11/2024 | Edição: 216 | Seção: 1 | Página: 20

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 15.023, DE 25 DE OUTUBRO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 38, alínea "c", da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, o disposto no artigo 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53115.004651/2020-08, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 15421/2024/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 18011/2024/SEI-MCOM, cancelada pelo Parecer Jurídico nº 00642/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Transferir a permissão outorgada à GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA., inscrita no C.N.P.J. nº 04.484.313/0001-13, por meio da Portaria nº 607, de 21 de setembro de 2006, publicada em 22 de setembro de 2006, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 802, de 2009, publicado no dia 5 de novembro de 2009, para a RÁDIO PLANALTO DE IRINEÓPOLIS LTDA., inscrita no C.N.P.J. nº 11.572.391/0001-35, para

executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50406587531, no município de Irineópolis, estado de Santa Catarina.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Fica a RÁDIO PLANALTO DE IRINEÓPOLIS LTDA. advertida que o serviço de radiodifusão sonora será mantido em caráter precário enquanto não sobrevier decisão do Congresso Nacional acerca do pedido de renovação da permissão para executar o serviço de radiodifusão sonora, na forma do inciso XII do caput do art. 49 da Constituição, observados os mesmos prazos e condições originais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIO DIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER n. 00642/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.004651/2020-08

INTERESSADOS: GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA (CEDENTE) E RÁDIO PLANALTO DE IRINEÓPOLIS LTDA (CESSIONÁRIA)

ASSUNTOS: RÁDIO DIFUSÃO

EMENTA: TRANSFERÊNCIA DIRETA DE OUTORGA DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. RÁDIO COMERCIAL.

I - Desde que preenchidos os requisitos legais e regulamentares, é lícita a transferência de outorga de radiodifusão sonora mediante prévia anuência do poder concedente (art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117, de 1962 (CBT), e arts. 89 a 94 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963).

II - No caso, conforme atestado pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, foram preenchidos os requisitos que autorizam o deferimento da transferência de outorga.

III - Pela ausência de óbice jurídico ao deferimento do pleito de transferência de titularidade da outorga, desde que observadas as ressalvas deste Parecer.

RELATÓRIO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da Gtoll Telecomunicações Ltda e da Rádio Planalto de Irineópolis Ltda, inscritas no CNPJ nº 04.484.313/0001-13 e CNPJ nº 11.572.391/0001-35, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50406587531, no município de Irineópolis/SC.

2. A entidade cedente e a entidade cessionária apresentaram em conjunto requerimento de transferência de outorga acompanhado de documentos.

3. Por meio da Lista de Verificação de Documento – Checklist (SEI-11675846) e da NOTA TÉCNICA Nº 15421/2024/SEI-MCOM (SEI-11852300), a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) atestou o cumprimento dos requisitos necessários e manifestou-se favoravelmente ao deferimento do pleito. A esse respeito, cabe reproduzir o seguinte trecho da referida Nota Técnica:

25. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de transferência direta da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50406587531, no município de Irineópolis/SC, nos termos do art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117/1962 e do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963.

4. Consta ainda do processo minutas de Portaria ministerial (SEI-11852318) e de Exposição de Motivos (SEI-11852324) a serem assinadas pelo Ministro das Comunicações.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

5. Preliminarmente, é oportuno esclarecer que, no exercício das competências que lhe foram atribuídas pelo art. 131 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) e pelo art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 1993, compete a este órgão de execução da Advocacia-Geral da União (AGU) prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo, portanto, adentrar na análise dos aspectos da conveniência e da oportunidade da prática dos atos administrativos, nem em aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa, conforme orienta o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Consultoria-Geral da União (CGU/AGU).

6. Em relação aos aspectos de natureza técnica, parte-se da premissa de que os órgãos e servidores competentes para a sua análise detêm os conhecimentos específicos necessários e os analisaram adequadamente em conformidade com suas atribuições. Além disso, as informações lançadas neste processo pelas demais unidades desta Pasta gozam de **presunção de veracidade, legalidade e legitimidade**.

FUNDAMENTAÇÃO

Dos requisitos para a transferência direta de outorga de radiodifusão sonora

7. Nos termos do art. 21, XII, alínea "a", e do art. 223 da CF/88, compete à União explorar, diretamente ou mediante concessão ou permissão, os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. No mesmo sentido, o art. 32 da Lei



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT) estabelece que os serviços de radiodifusão podem ser executados diretamente pela União ou através de concessão, autorização ou permissão. Conforme o art. 6º, alínea “d”, do CBT, a radiodifusão tem por objeto a propagação de sinais de rádio ou televisão a serem recebidos direta e livremente pelo público em geral. Cuida-se de serviço público de titularidade da União que consiste na transmissão de sons ou de sons e imagens por meio de ondas radioelétricas (ADI nº 3944/STF, REsp nº 1652588/STJ e MS nº 5307/STJ).

8. Compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração de serviços de radiodifusão sonora (art. 6º, § 2º, do RSR). Essas outorgas são formalizadas por meio de contrato com a União, por intermédio do Ministério das Comunicações, conforme os termos do art. 6º, § 2º, e art. 16, § 10, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963.

9. Em recente decisão na ADI nº 2.946 (2022), o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou a constitucionalidade do art. 27 da Lei nº 8.987, de 1995, descartando a alegação de que a transferência da concessão ou do controle societário de concessionárias de serviços públicos implicariam violação ao dever de licitar. Nesse precedente, o STF afirmou que, desde que mantidos os termos da proposta vencedora, **“não se pode afirmar que a modificação do particular contratado implica, automática e necessariamente, burla à regra da obrigatoriedade de licitação ou ofensa aos princípios constitucionais correlatos, mormente nos casos de concessão, dada a natureza incompleta e dinâmica desses contratos e a necessidade de se zelar pela continuidade da prestação adequada dos serviços públicos”**.

10. Conforme estabelece o art. 38, alínea “c”, da Lei nº 4.117, de 1962, a transferência de outorga de radiodifusão de uma pessoa jurídica para outra é admitida desde que haja prévia anuência do Poder Executivo:

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

(...)

c) a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo;

11. É o que também dispõe o art. 89 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963:

Art. 89. As concessões e as permissões poderão ser transferidas de uma pessoa jurídica para outra.

12. No caso dos serviços de radiodifusão sonora, a transferência da outorga é autorizada por ato do Ministro das Comunicações, devendo ser comunicada ao Congresso Nacional por meio de Mensagem do Presidente da República (art. 90 do RSR).

13. Mas, para que possa ser deferida a transferência da titularidade, **é necessário que a concessão ou permissão em questão tenha sido outorgada há pelo menos cinco anos**, contados a partir da expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação, conforme estabelece o art. 91 do RSR:

Art. 91. A transferência da concessão ou da permissão somente poderá ser autorizada após decorrido o prazo de cinco anos, contado da data de expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação.

14. Além do cumprimento desse requisito temporal, deve-se observar que é vedada a transferência de titularidade de concessão ou permissão de radiodifusão de pessoa jurídica de direito público interno para empresas privadas (art. 92 do RSR).

15. Também é proibida a transferência de outorga de radiodifusão quando o serviço estiver sendo prestado em caráter precário antes que tenha sido concluída a instrução do respectivo processo de renovação no âmbito do Ministério das Comunicações. É o que estabelece o art. 4º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 4º O funcionamento do serviço de radiodifusão em caráter precário não obsta as transferências de concessão ou permissão, desde que preenchidos os requisitos legais e regulamentares.

Parágrafo único. A anuência para a transferência de concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra, no curso do funcionamento do serviço em caráter precário, poderá ser deferida desde que já concluída a instrução do processo de renovação da concessão ou permissão no âmbito do órgão competente do Poder Executivo, devendo ser advertida desta condição a entidade para a qual a outorga será transferida.

16. No mesmo sentido, assim dispõe o art. 94 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão:

Art. 94. A anuência para a transferência da concessão ou da permissão, no curso do funcionamento do serviço de radiodifusão em caráter precário, poderá ser deferida desde que concluída a instrução do processo de renovação de concessão ou permissão no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, devendo ser advertida desta condição a entidade para a qual a outorga será transferida.

17. Cabe ainda destacar que **a viabilidade jurídica da transferência da outorga depende do cumprimento, pela entidade cessionária, das condições para obter uma outorga de radiodifusão**. Portanto, devem ser respeitados os limites quantitativos de outorgas de radiodifusão tanto pela entidade cessionária como por seus sócios, administradores ou gerentes (art. 12

Decreto-Lei nº 236, de 1967; art. 38, alínea “g”, do CBT; do § 3º do art. 14 do RSR; e § 2º do art. 3º do Decreto nº 8.139, de



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

18. Nos termos do caput do art. 222 da CRFB, a propriedade de empresas de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos 70% do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (art. 222, § 1º, da CRFB e art. 38, alínea "a", da Lei nº 4.117, de 1962). Em relação ao cumprimento dessa exigência, é necessário avaliar o quadro societário da entidade cessionária para verificar a nacionalidade dos sócios, que deve ser demonstrada por meio da apresentação de algum dos documentos previstos na alínea "c" do inciso III do art. 93 do RSR. Se houver pessoa jurídica no quadro de sócios que impeça a verificação do cumprimento da exigência de capital mínimo pertencente direta ou indiretamente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, recomenda-se que a SECOE exija que a cessionária apresente declaração nesse sentido, aplicando por analogia o disposto no art. 15, § 15, inciso I, do RSR.

19. Além do cumprimento da exigência relacionada à composição do capital social, o § 1º do art. 222 da CRFB e o art. 38, alínea "a", do CBT também exigem que a gestão das atividades da entidade que detenha a outorga de radiodifusão e a responsabilidade por estabelecer o conteúdo de sua programação caibam a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. Portanto, os administradores da entidade cessionária devem ser obrigatoriamente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

20. Também cabe mencionar que, nos termos do art. 112 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023 ^[1], caso a cedente tenha parcelamento deferido com base no art. 1º-B da Lei nº 5.768, de 1971, incluído pela Lei nº 14.027, de 2020, atualmente disciplinado pelos arts. 93 e seguintes da Portaria de Consolidação MCom nº 1, de 2023, a anuência do Poder Executivo para a transferência da outorga é condicionada à prévia quitação integral do parcelamento e eventuais dívidas em aberto.

21. Observadas essas condições, para que a transferência direta de outorga seja deferida, as entidades envolvidas na operação (cedente e cessionária) devem apresentar requerimento conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações, o qual deve estar acompanhado dos documentos indicados no art. 93 do RSR:

Art. 93. A transferência da concessão ou da permissão só poderá ser efetivada se a sociedade para a qual será transferida a concessão ou a permissão estiver condicionada às exigências constantes do art. 28, acompanhada da seguinte documentação:

I - requerimento de transferência de concessão e permissão, disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária;

II - documentação relativa à entidade cedente;

a) prova de inscrição no CNPJ;

b) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cedente, na forma da lei;

c) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;

d) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;

III - documentação relativa à entidade cessionária:

b) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária;

c) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição, feita por meio da apresentação de:

1. certidão de nascimento ou casamento;

2. certificado de reservista;

3. cédula de identidade;

4. certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;

5. carteira profissional;

6. carteira de trabalho e previdência social; ou

7. passaporte;

d) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;

e) certidão negativa de falência ou recuperação judicial válida, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data posterior à da publicação do edital;

f) prova de inscrição no CNPJ;

g) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cessionária, na forma da lei;

h) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;

i) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;

j) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e

k) declaração de que:



1. a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão;
2. nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
3. nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
4. a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
5. a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
6. a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
7. nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Parágrafo único. A concessão ou a permissão será transferida em observância aos prazos e às condições estabelecidas originalmente.

22. É importante destacar que o requerimento de transferência de outorga deve ser firmado por quem tenha poder para representar as pessoas jurídicas interessadas. Além disso, como se trata de requerimento de transferência de outorga, no caso de representação por meio de procurador, aplica-se o disposto no § 1º do art. 661 do Código Civil, que exige que o instrumento de mandato contenha poderes especiais e expressos para a prática do ato^[2].

23. Portanto, ao receber pedido de transferência de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada e que tenha poderes específicos para a prática do ato^[3].

24. Caso deferido o pleito de transferência, a cessionária recebe a permissão para a exploração do serviço nas condições em que se encontra, devendo observar o prazo de duração em vigor e cumprir todas as obrigações aplicáveis ao titular da outorga.

Do atendimento aos requisitos para o deferimento do pedido

25. O requerimento de transferência de outorga foi originalmente apresentado em conjunto pela cedente e pela cessionária. Nesse ato, a cedente foi representada por Glauco Tollendal de Barros e Antônio João Furquim Pereira, enquanto a cessionária foi representada por João Eduardo de Nadal, Silvana Maira Pykosc Munhoz e Janice Maria Bison (SEI 5776068).

26. No entanto, em **05/09/2024**, foi apresentado um novo requerimento constando mudança no quadro societário e diretivo tanto da cedente quanto da Cessionária, nos seguintes termos (SEI 11859194):

Cedente:

- Antônio João Furquim Pereira (dirigente); e
- Jocemari Aime Furquim.

Cessionária:

- Fabiano Zaniolo Freitas (Dirigente); e
- Karyna Cubas Batista Freitas;

27. De acordo com as certidões simplificadas que foram apresentadas (SEI-11852275 e SEI-11849921), os signatários do requerimento ostentam a condição de administradores das entidades envolvidas na operação^[4].

28. Portanto, pode-se concluir que as entidades cedente e cessionária apresentaram requerimento conjunto em que pleitearam a transferência da outorga, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações, e estão regularmente representadas.

29. A SECOE informou que a permissão de que se trata foi outorgada há mais de cinco anos a contar da expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação. Portanto, está atendido o requisito do art. 91 do RSR. A esse respeito, cabe reproduzir o seguinte trecho da NOTA TÉCNICA Nº 15421/2024/SEI-MCOM:

10. Tem-se, ademais, que, após consulta ao Sistema Mosaico da pessoa jurídica cedente, a condição alusiva ao prazo mínimo de licenciamento da estação, conforme previsto no art. 91 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, foi devidamente observada. A primeira licença para funcionamento da estação de radiodifusão sonora, em frequência modulada, foi emitida em 30 de novembro de 2015; portanto, a estação encontra-se licenciada há mais de 5(cinco) anos (SEI 9247021).

30. Ambas as entidades envolvidas são privadas. Consequentemente, não se trata de transferência de outorga de pessoa jurídica de direito público para empresa privada. Está assim atendida a exigência prevista no art. 92 do RSR.

31. De acordo com as informações prestadas pela SECOE em sua NOTA TÉCNICA, o prazo de vigência da outorga em questão está expirado. Mas a unidade técnica também informou que já houve a conclusão do processo de renovação no âmbito do Ministério das Comunicações. Nesse sentido, a SECOE afirmou que o Ministro das Comunicações assinou Exposição de motivos por meio da qual encaminhou proposta de Decreto à Casa Civil para a renovação da outorga. Está assim atendido o requisito previsto no art. 94 do RSR. Sobre esse fato, estão consignadas as seguintes informações na NOTA TÉCNICA Nº



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

8. A pessoa jurídica cedente recebeu do Poder Público a permissão para a execução do referido serviço por meio da Portaria nº 607, de 21 de setembro de 2006, publicada em 22 de setembro de 2006, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 802, de 2009, publicado no dia 5 de novembro de 2009 (SEI 9247012). A outorga encontra-se vencida desde 2020 (SEI 9247965). Contudo, o Ministro de Estado das Comunicações assinou a Portaria MCOM nº 13.845, de 10 de julho de 2024, publicada no dia 31 de julho de 2024, no bojo do processo nº 53115.006310/2020-69, que tratou da renovação da outorga para o período de 3 de setembro de 2020 a 3 de setembro de 2030 (SEI 11675226).

32. De acordo com as informações prestadas pela SECOE em sua NOTA TÉCNICA, o prazo de vigência da outorga em questão está expirado. Mas a unidade técnica também informou que já houve a conclusão do processo de renovação no âmbito do Ministério das Comunicações. Nesse sentido, a SECOE afirmou que o Ministro das Comunicações assinou Exposição de Motivos por meio da qual encaminhou proposta de Decreto à Casa Civil para a renovação da outorga. Está assim atendido o requisito previsto no art. 94 do RSR. Sobre esse fato, estão consignadas as seguintes informações na NOTA TÉCNICA Nº 15421/2024/SEI-MCOM (SEI-11852300):

8. A pessoa jurídica cedente recebeu do Poder Público a permissão para a execução do referido serviço por meio da Portaria nº 607, de 21 de setembro de 2006, publicada em 22 de setembro de 2006, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 802, de 2009, publicado no dia 5 de novembro de 2009 (SEI 9247012). A outorga encontra-se vencida desde 2020 (SEI 9247965). Contudo, o Ministro de Estado das Comunicações assinou a Portaria MCOM nº 13.845, de 10 de julho de 2024, publicada no dia 31 de julho de 2024, no bojo do processo nº 53115.006310/2020-69, que tratou da renovação da outorga para o período de 3 de setembro de 2020 a 3 de setembro de 2030 (SEI 11675226).

33. Além disso, como se pode constatar do respectivo comprovante de inscrição no CNPJ (SEI-11676043) e da certidão simplificada da junta comercial (SEI-11849921), a entidade cessionária é pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras e tem sede no País. Cumpre assim a exigência prevista no *caput* do art. 222 da CRFB.

34. Em sua manifestação técnica, a unidade técnica também atestou a observância aos limites quantitativos de outorga previstos na legislação. A esse respeito assim se manifestou a SECOE na NOTA TÉCNICA Nº 15421/2024/SEI-MCOM (SEI-11852300):

19. Nesse contexto, a pessoa jurídica cessionária e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os limites de outorgas fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO (SEI 11852143).

35. No que diz respeito ao cumprimento das exigências de capital mínimo pertencente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e à naturalidade dos responsáveis pela gestão da entidade cessionária (§ 1º do art. 222 da CRFB), os documentos de identificação dos sócios e dirigentes que foram carreados aos autos (SEI-11849926 e 11849925) demonstram que são brasileiros natos [ou brasileiros naturalizados há mais de dez anos]. Conforme se verifica da certidão simplificada da junta comercial (SEI-11849921) não há pessoa jurídica na composição do quadro de sócios da entidade cessionária. Portanto, considero que tais requisitos também estão atendidos.

36. Em sua NOTA TÉCNICA, a SECOE também informou que não foi encontrado registro de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação da outorga de que se trata.

37. Em relação ao cumprimento das exigências documentais, a SECOE atestou em sua NOTA TÉCNICA que a documentação apresentada pelas interessadas está em conformidade com o art. 93 do RSR. O quadro abaixo indica o atendimento a tais exigências:

Documentação relativa à cedente

Requisito	Base normativa	Cumprimento
(I) Prova de inscrição no CNPJ	Art. 93, II, “a”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11676043)
(II) Prova de regularidade perante a Fazenda federal.	Art. 93, II, “b”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11676043) Validade: 22.12.2024
(III) Prova de regularidade perante a Fazenda estadual/distrital da sede da entidade.	Art. 93, II, “b”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11676043) Validade: 28.11.2024
(IV) Prova de regularidade perante a Fazenda municipal da sede da entidade.	Art. 93, II, “b”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11849920) Validade: 06.11.2024
(V) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel	Art. 93, II, “c”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11676043) Validade: 30.08.2024
(VI) Prova de regularidade relativa à regularidade social e ao FGTS.	Art. 93, II, “d”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11676043) Validade: 18.08.2024

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

(VII) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa.	Art. 93, II, “e”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11676043) Validade: 27.01.2024
---	--	--

Documentação relativa à cessionária

Requisito	Base normativa	Cumprimento
(VIII) Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente, em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária.	Art. 93, III, “b”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11849921)
(IX) Prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no § 1º do art. 222 da Constituição, feita por meio de apresentação de: 1. certidão de nascimento ou casamento; 2. certificado de reservista; 3. cédula de identidade; 4. certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; 5. carteira profissional; 6. carteira de trabalho e previdência social; ou 7. Passaporte.	Art. 93, III, “c”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11849926 e 11849925)
(X) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura.	Art. 93, III, “d”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11849923 e 11852129)
(XI) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 93, III, “e”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11687203) Validade: 29.10.2024
(XII) Certidão negativa de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 93, III, “e”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11687203) Validade: 29.10.2024
(XIII) Prova de inscrição no CNPJ	Art. 93, III, “f”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11676043)
(XIV) Prova de regularidade perante a Fazenda federal.	Art. 93, III, “g”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11676043) Validade: 16.10.2024
(XV) Prova de regularidade perante a Fazenda estadual/distrital da sede da entidade.	Art. 93, III, “g”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11676043) Validade: 13.10.2024
(XVI) Prova de regularidade perante a Fazenda municipal da sede da entidade.	Art. 93, III, “g”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11676043) Validade: 29.10.2024
(XVII) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do FISTEL	Art. 93, III, “h”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11676043)
(XVIII) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS.	Art. 93, III, “i”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11676043) Validade: 26.08.2024
(XIX) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa.	Art. 93, III, “j”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11676043) Validade: 27.01.2025



(XX) Declaração de que: 1. a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão; 2. nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; 3. nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou Art. 93, III, "k", do Anexo ao Atendido

de cargos ou funções dos quais Decreto nº 52.795. (SEI 11859194)

decorra foro especial; 4. a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; 5. a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; 6. a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e 7. nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

38. Pode-se concluir assim que, ressalvada a necessidade de atualização das certidões que estão vencidas, estão atendidas as exigências documentais previstas no art. 93 do RSR. Além disso, é importante destacar que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga[6].

39. Quanto ao cumprimento do art. 112 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, a SECOE informou que a entidade cedente não possui parcelamento pendente de pagamento. Nesse sentido, assim consta da NOTA TÉCNICA Nº 15421/2024/SEI-MCOM:

23. Oportuno registrar que, de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL, a pessoa jurídica cedente não optou pelo parcelamento dos valores salivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11675821). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, não se aplica no caso concreto (SEI 11675819).

Das minutas de Portaria e de Exposição de Motivos

40. Conforme o art. 90, I, do RSR, a anuência ao pedido de transferência de outorga de radiodifusão sonora deve ser materializada por meio de Portaria do Ministro de Estado das Comunicações. No que diz respeito aos aspectos formais, a minuta de Portaria ministerial que consta dos autos (SEI-11852318) é adequada e suficiente aos fins a que se propõe.

41. A minuta de Exposição de Motivos que foi apresentada (SEI-11852324) também se encontra apta a ser assinada pelo Ministro de Estado.

CONCLUSÃO

42. Ante o exposto, abstraída qualquer análise relacionada à conveniência e oportunidade da medida, concluo que não há óbice jurídico ao deferimento do pedido de transferência da outorga de que trata o presente Parecer, desde que atendida(s) a(s) ressalva(s) contida(s) no(s) parágrafo(s) 6 e 38 deste Parecer.

43. As minutas de Portaria e de Exposição de Motivos que foram apresentadas encontram-se aptas a serem assinadas pelo Ministro de Estado.

44. Considerando que o serviço de radiodifusão de que se trata está em funcionamento precário, essa condição deve ser informada à entidade cessionária (art. 4º, Parágrafo único, da Lei nº 13.424, de 2017, e art. 94 do RSR), informação esta que consta da própria minuta de Portaria ministerial.



45. Caso se decida pelo deferimento do pleito de transferência de outorga, a Portaria ministerial deve ser encaminhada à Casa Civil acompanhada de Exposição de Motivos a fim de que o ato seja comunicado ao Congresso Nacional por meio de Mensagem do Presidente da República (art. 90, Parágrafo único, do RSR).

46. Por fim, sugere-se o encaminhamento do presente Parecer à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para que dele tome conhecimento e dê prosseguimento ao processo.

À consideração superior.

Brasília, 14 de outubro de 2024.

GUILHERME BRUM DE ALMEIDA

Advogado da União

Notas

- ¹ *Art. 112. Nos casos em que a concessionária ou a permissionária tiver optado pelo pagamento de forma parcelada, conforme hipóteses previstas neste livro, a anuência para a transferência da concessão ou da permissão, assim como para o seu cancelamento ou extinção ficará condicionada à prévia quitação integral de todos os seus parcelamentos e dívidas em aberto.*
- ² *Nesse sentido, vide a NOTA n. 00178/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.011452/2023-91) e o § 37 do DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35).*
- ³ *A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71).*
- ⁴ *Conforme já se manifestou esta Consultoria Jurídica no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35), com base na teoria da aparência se pode concluir que, mesmo que houvesse alguma restrição aos poderes de seus administradores no contrato social ou estatuto da entidade, mesmo assim o ato seria válido em relação ao Ministério das Comunicações e vincularia a pessoa jurídica envolvida.*

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115004651202008 e da chave de acesso afadd337



Documento assinado eletronicamente por GUILHERME BRUM DE ALMEIDA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1720186347 e chave de acesso afadd337 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): GUILHERME BRUM DE ALMEIDA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 15-10-2024 16:39. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIO DIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 01735/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.004651/2020-08

INTERESSADOS: GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA (CEDENTE) E RÁDIO PLANALTO DE IRINEÓPOLIS LTDA (CESSIONÁRIA)

ASSUNTOS: RÁDIO DIFUSÃO

Senhor Consultor Jurídico,

1. Estou de acordo com o PARECER n. 00642/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pelo Dr. GUILHERME BRUM DE ALMEIDA, Advogado da União, por seus próprios fundamentos.

2. Encaminhe-se à SECOE, conforme proposto.

À consideração.

ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO

ADVOGADA DA UNIÃO

Coordenadora-Geral Jurídica de Radiodifusão Substituta^[1]

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115004651202008 e da chave de acesso afadd337

Notas

1. [^] Conforme Portaria MCOM nº 283, de 5 de agosto de 2024, publicada no Boletim de Serviço Eletrônico de 06 de agosto de 2024.



Documento assinado eletronicamente por ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1721712570 e chave de acesso afadd337 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 15-10-2024 16:47. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 01741/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.004651/2020-08

INTERESSADOS: GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA (CEDENTE) E RÁDIO PLANALTO DE IRINEÓPOLIS LTDA (CESSIONÁRIA)

ASSUNTOS: Radiodifusão. Rádio comercial. Transferência de outorga

1. Aprovo o PARECER n. 642/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO n. 1735/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

2. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 16 de outubro de 2024.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115004651202008 e da chave de acesso afadd337



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1723002586 e chave de acesso afadd337 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 16-10-2024 12:09. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva da Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação de Atos Oficiais

Brasília, na data da assinatura.

Aos Protocolos da SAJ, SAG, SE/CC e à CGINF

Assunto: **TRANSF/FM - RÁDIO PLANALTO DE IRINEÓPOLIS LTDA. - Localidade de Irineópolis/SC.**

1. Encaminhamento EXM 839 2024 MCOM, para análise e providências.

HUGO VINÍCIUS ALVES
Chefe da Divisão de Publicação de Atos Oficiais
Coordenação de Documentação



Documento assinado eletronicamente por **Hugo Vinícius Alves, Chefe de Divisão**, em 13/11/2024, às 08:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6232758** e o código CRC **D6C5AA37** no site: https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 53115.004651/2020-08

SEI nº 6232758

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Subsecretaria de Gestão Interna

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Referência: Exposição de Motivos nº 839/2024 - MCOM.

De ordem do Subsecretário de Gestão Interna, concluo o presente registro nesta caixa, tendo em vista que este processo encontra-se na SAG/CC/PR e SAJ/CC/PR, que são as unidades competentes pelas análises de mérito e jurídica, respectivamente, nos termos do Capítulo VII do Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024.

AMANDA ELER GOUVEA
Assistente SSGI/SE/CC/PR



Documento assinado eletronicamente por **Amanda Eler Gouvea, Assistente**, em 13/11/2024, às 10:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6233572** e o código CRC **DE5C7BF2** no site: https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 53115.004651/2020-08

SEI nº 6233572



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

53115.004651/2020-08

Nota SAJ - Radiodifusão nº 178 / 2025 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

Interessado:	GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA RÁDIO PLANALTO DE IRINEÓPOLIS LTDA
Assunto:	Serviço de radiodifusão sonora. Transferência de outorga, de rádio comercial em Frequência Modulada (FM). Encaminhamento de Mensagem ao Congresso Nacional, comunicando a transferência, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição.
Processo nº:	53115.004651/2020-08

Senhora Secretária Especial Adjunta,

I - RELATÓRIO

- Trata-se do processo nº 53115.004651/2020-08, cuja proposta é a solicitação de autorização para transferência de outorga de concessão para execução do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (FM), de **GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA**.
- Assim, o processo diz respeito à transferência direta de outorga, cujo procedimento encontra-se em consonância com a Lei nº 4.117/1962, sendo também regido pelo Decreto nº 52.795/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão – RSR) e alterações posteriores. No caso concreto, a entidade **GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA** (cedente), inscrita no CNPJ sob nº 04.484.313/0001-13, requer autorização para efetuar a transferência direta da outorga de rádio FM, na localidade de IRINEÓPOLIS/SC, à **RÁDIO PLANALTO DE IRINEÓPOLIS LTDA** (cessionária), inscrita no CNPJ sob nº 11.572.391/0001-35.
- É importante observar que, em que pese a outorga se encontrar vencida, o Ministério das Comunicações - MCOM aponta a existência de processo administrativo relativo ao pedido de renovação de outorga (Processo nº 53115.006310/2020-69), para o período 2020/2030.
- O § 5º do art. 222 da Constituição Federal prevê que as alterações de controle societário de empresas de radiodifusão deverão ser comunicadas ao Congresso Nacional.
- O MCOM analisou os documentos que instruem o processo, tendo atestado a regularidade do procedimento, por suas Notas Técnicas. A Secretaria Especial de Análise Governamental da Casa Civil – SAG/CC/PR manifestou-se favoravelmente à autorização para transferência da outorga.

II - ANÁLISE



Como se verifica, encontra-se submetido à análise desta Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da República o **ato** do Ministro das Comunicações **que autoriza a transferência de outorga** de exploração do Serviço Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

de Radiodifusão comercial em Frequência Modulada (FM). *Atransferência direta* da outorga se dá quando a concessão ou permissão é transferida, de uma pessoa jurídica para outra.

7. Conforme o art. 3º do Decreto nº 52.795, de 1963 (Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR), é permitida a exploração comercial dos serviços de radiodifusão desde que não haja prejuízo ao interesse nacional e à finalidade educativa e cultural desses. O mesmo RSR indica a obrigação de as outorgadas solicitarem prévia autorização do Poder Executivo federal para transferir a concessão ou permissão, de uma pessoa jurídica para outra (art. 28, item 10 do Decreto nº 52.795/1963).

8. Ademais, os dispositivos legais apontam que a transferência de outorga só poderá ser autorizada após decorrido o prazo de 5 anos da data de expedição da outorga (vide art. 91 do Decreto 52.795/1963). Neste aspecto, nota-se o pleno cumprimento deste requisito.

9. Ao tratar de transferência de outorga, torna-se necessário levantar informações acerca da existência de pena de cassação da outorgada. Neste aspecto, a área técnica do MCOM aponta que tal levantamento foi realizado, certificando a inexistência de Processos instaurados para apurar eventuais irregularidades, que venham a resultar na aplicação da penalidade de cassação.

10. Da mesma forma, o art. 93 do Decreto nº 52.795/1963 indica a documentação que a nova outorgada deve apresentar, com o objetivo de verificar se há continuidade da habilitação técnica, econômico-financeira, fiscal e jurídica para manutenção da outorga. A área técnica e a Consultoria Jurídica do MCOM indicaram ter realizado tal análise, entendendo cumpridos os requisitos de documentação.

11. Outro ponto pertinente diz respeito aos limites de propriedade de empresas de radiodifusão, trazidos pela Lei nº 236/1967, bem como pelo art. 14 § 3º do Decreto nº 52.795/1963. Mais uma vez, a análise do MCOM atesta que tais limites se mantêm devidamente cumpridos, mesmo após a transferência.

12. Assim, de acordo com os autos do processo, tanto a **área técnica** quanto a **Consultoria Jurídica** do Ministério das Comunicações afirmam que o procedimento legal para a transferência da outorga foi devidamente cumprido, tendo a interessada apresentado a documentação necessária. Com base nessas análises ministeriais, o Ministro de Estado publicou sua **Portaria** de transferência de outorga, com fundamento no art. 90, I do Decreto nº 52.795/1963.

13. Observa-se que a outorga transferida continuará observando os prazos e condições originalmente estabelecidas. É importante alertar que, no caso concreto, a outorga atual encontra-se vencida. Todavia, já há processo administrativo de renovação da outorga (Processo nº 53115.006310/2020-69), para o período de 2020/2030. Assim, a execução do serviço está sendo mantido em caráter precário. Neste sentido, o art. 4º da Lei nº 13.424/2017, bem como o art. 94 do Decreto nº 52.795/1963, indicam claramente que a anuência do Poder Público para a transferência da outorga, no curso do funcionamento do serviço de radiodifusão em caráter precário, pode ser deferida, desde que concluída a instrução do processo de renovação da outorga no âmbito do MCOM, devendo ser advertida desta condição a entidade para a qual a outorga esteja sendo transferida.

14. Sobre o tema, a área técnica do Ministério aponta que o referido pedido de renovação já foi devidamente apreciado pelo MCOM, sendo que a decisão já foi consubstanciada na Portaria MCOM nº 13.845, de 10 de julho de 2024, publicada no dia 31 de julho de 2024, inexistindo fator que impeça a transferência.

15. Por fim, observa-se o mandamento pelo qual as alterações societárias de empresas, outorgadas a prestar serviços de radiodifusão sonora, devem ser comunicadas ao Congresso Nacional, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição.

III - CONCLUSÃO

16. Do exposto, relacionado ao processo nº 53115.004651/2020-08, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional comunicando a alteração societária, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal de 1988.

GABRIELA FERREIRA GOMES

Estagiária da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DANIEL CHRISTIANINI NERY

Assessor da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DE ACORDO.

DANIELA FERREIRA MARQUES

Secretária Adjunta de Infraestrutura



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

APROVO.

MARIA ROSA GUIMARÃES LOULA

Secretária Especial Adjunta para Assuntos Jurídicos da Presidência da República
(conforme Portaria SAI/CC/PR nº 9, de 31 de outubro de 2024)



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Ferreira Gomes, Estagiário(a)**, em 10/02/2025, às 15:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Assessor**, em 12/02/2025, às 17:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 12/02/2025, às 17:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Rosa Guimarães Loula, Secretário(a) Especial Adjunto(a)**, em 13/02/2025, às 16:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6416993** e o código CRC **C4AD3850** no site: https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 53115.004651/2020-08

SEI nº 6416993



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL DE ANÁLISE GOVERNAMENTAL

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 113/2025/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

PROCESSO SEI Nº: 53115.004651/2020-08.

INTERESSADO: SAJ/CC/PR.

REFERÊNCIA: Exposição de Motivos nº 00839/2024 MCOM, de 11 de Novembro de 2024, do Ministério das Comunicações.

ASSUNTO: Transferência da outorga comercial de permissão de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Irineópolis/SC.

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00839/2024 MCOM (6232532), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 53115.004651/2020-08, acompanhado da [PORTARIA MCOM Nº 15.023, DE 25 DE OUTUBRO DE 2024](#) que transfere a permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada outorgada à Gtoll Telecomunicações LTDA. - Cedente, inscrita no CNPJ sob o nº 04.484.313/0001-13, para a empresa Rádio Planalto de Irineópolis LTDA - Cessionária, inscrita no CNPJ sob o nº 11.572.391/0001-35, com o uso docanal 290, frequência 105.9 MHz, Fistel nº 50406587531, sem direito à exclusividade, no município de Irineópolis, Santa Catarina, de acordo com o disposto na alínea "c" do art. 38 do [Código Brasileiro de Telecomunicações](#)^[1], e em conformidade com o [Regulamento dos Serviços de Radiodifusão](#)^[2].
2. Segundo o disposto no art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117, de 1962, a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo. A prévia anuência do Poder Público se materializará em portaria do Ministro de Estado das Comunicações, quando se tratar do serviço de radiodifusão sonora, ou em decreto do Presidente da República, que será precedido de instrução processual a ser efetivada pelo Ministério das Comunicações, na hipótese do serviço de radiodifusão de sons e imagens, nos termos do art. 90, incisos I e II, do Decreto nº 52.795, de 1963. Conforme o art. 93 do referido decreto, a transferência da concessão ou da permissão só poderá ser efetivada se a sociedade para a qual será transferida a concessão ou a permissão estiver condicionada às exigências constantes no decreto, sendo observado os prazos e condições estabelecidas originalmente na outorga.
3. No presente processo, encontram-se registrados os seguintes documentos principais:
 - Nota Técnica nº 15421/2024/SEI-MCOM, de 25/09/2024 (6232751), da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE/MCOM, que se posiciona pela viabilidade do deferimento do pedido de transferência direta da outorga, nos termos do art. 38 da Lei nº 4.117, de 1.962, e dos arts. 93 e 94 do Decreto nº 52.795, de 1963.
 - Parecer Jurídico nº 00642/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, de 14/10/2024 (6232515), que se posiciona pela viabilidade jurídica do pedido de transferência direta da outorga.
 - Lista de Verificação de Documentos - Transferência de Outorga Comercial, de 24/10/2024 (6232520), com o registro de que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação.
4. Observa-se, ainda, que a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL mantém o cadastro das seguintes informações:
 - Quando societário e da diretoria da empresa, conforme registrado no [SIACCO - Sistema de Acompanhamento de Controle Social](#)^[3]; e
 - Registros administrativos do canal, conforme registrado no [MOSAICO - Sistema Integrado de Gestão e Controle de Espectro](#)^[4], que disponibiliza acesso ao [Relatório do Canal](#).
5. Por sua vez, por meio da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, é possível consultar o [Quadro de Sócios e Administradores - QSA](#) da empresa, que, no caso concreto, traz a seguinte descrição:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	11.572.391/0001-35
NOME EMPRESARIAL:	RADIO PLANALTO DE IRINEOPOLIS LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$500.000,00 (Quinhentos mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	KARYNA CUBAS BATISTA FREITAS
Qualificação:	22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:	FABIANO ZANIOLO FREITAS
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 17/03/2025 às 15:03 (data e hora de Brasília).

6. Nesse sentido, considerando (i) que as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM são favoráveis ao pedido de transferência direta de outorga; (ii) que a documentação apresentada foi verificada pelo MCOM e está em conformidade com o disposto na legislação; e (iii) que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Presidência da República (SAG/CC/PR) **não tem óbices ao prosseguimento do feito**, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

7. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no [art. 5º do art. 223 da Constituição Federal](#), sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do [Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023](#), c/c art. 49 do [Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024](#).

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

JEFFERSON MILTON MARINHO

Assessor
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO DE CARVALHO DUARTE

Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO MORETTI

Secretário Especial de Análise Governamental
(SAG/CC/PR)

[1] Instituído pela [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#).

[2] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).

[3] O [SIACCO](#) é o sistema compartilhado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a manutenção de informações quanto aos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A Anatel informa que foi decidida a desativação, exclusivamente, dos módulos referentes às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, sendo mantidas todas as suas funcionalidades para as operadoras de radiodifusão.

[4] O [MOSAICO](#) é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro de Radiodifusão (SCR) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).





Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Milton Marinho, Assessor(a)**, em 23/04/2025, às 11:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duarte, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 23/04/2025, às 12:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Moretti, Secretário(a) Especial**, em 23/04/2025, às 19:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6426177** e o código CRC **E0309A7D** no site: https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53115.004651/2020-08

SEI nº 6426177

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. — Telefone: 61 3411.1958

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Secretário Especial Adjunto

Brasília, na data da assinatura.

À Senhora Ministra de Estado, substituta
da Casa Civil da Presidência da República
Dra. Miriam Belchior

Assunto: Encaminhamento de Mensagem nº 468, de 23 de abril de 2025, ao Congresso Nacional, referente ao ato constante da Portaria nº 15.023, de 25 de outubro de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 7 de novembro de 2024, que transfere a permissão outorgada à GToll Telecomunicações Ltda. para a Rádio Planalto de Irineópolis Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no Município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Senhora Ministra,

O processo está devidamente instruído. Nada a opor à assinatura da Ministra - Minuta do Ofício em anexo.

Encaminhe-se ao Secretário Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República.

MARIA CLARA OLIVEIRA SANTOS
Secretária Adjunta de Assuntos Legislativos
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República

APROVO.

Encaminhe-se à Ministra da Casa Civil, substituta, da Presidência da República.

APROVO.

MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA
Secretário Especial
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Maria Clara Oliveira Santos, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 23/04/2025, às 18:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza, Secretário Especial**, em 23/04/2025, às 19:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6591175** e o código CRC **D54DE15C** no site: https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



A Sua Excelência o Senhor
Deputado Carlos Veras
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 15.023, de 25 de outubro de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 7 de novembro de 2024, que transfere a permissão outorgada à GToll Telecomunicações Ltda. para a Rádio Planalto de Irineópolis Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no Município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Atenciosamente,

MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado, substituta



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

MENSAGEM Nº 468

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 15.023, de 25 de outubro de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 7 de novembro de 2024, que transfere a permissão outorgada à GToll Telecomunicações Ltda. para a Rádio Planalto de Irineópolis Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no Município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Brasília, 23 de abril de 2025.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>



991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva da Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação de Atos Oficiais

Brasília-DF, na data da assinatura.

À Divisão de Arquivo Central - DIARQ

Assunto: **ARQUIVAMENTO DE PROCESSO**

1. Encaminhamos o presente processo e cópia do documento digital (6591924) para arquivamento, tendo em vista a publicação do ato e o encerramento da atuação nesta Divisão.

SANDRA TOMAZ DE AQUINO RODRIGUES
Supervisora
Divisão de Publicação de Atos Oficiais
Coordenação de Documentação



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Tomaz de Aquino Rodrigues, Supervisor(a)**, em 24/04/2025, às 10:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6592532** e o código CRC **DE0CB403** no site: https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 53115.004651/2020-08

SEI nº 6592532



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 518/2025/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Carlos Veras
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 15.023, de 25 de outubro de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 7 de novembro de 2024, que transfere a permissão outorgada à GToll Telecomunicações Ltda. para a Rádio Planalto de Irineópolis Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no Município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Atenciosamente,

MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado substituta



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Belchior, Ministro(a) de Estado da Casa Civil da Presidência da República substituto(a)**, em 25/04/2025, às 14:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6596402** e o código CRC **11B08FC0** no site: https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53115.004651/2020-08

SEI nº 6596402

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13>

991720fe-a526-4ba4-8b8b-7243177f9c13